Em fotografia de Alberto Korda,
Camilo Cienfuegos (ao centro) no calor da vitória da Revolução Cubana.
Visual América

A coleção **Assim lutam os povos** tem o prazer de trazer até nossos leitores uma obra única sobre a Revolução Cubana. Única não apenas pelo fato de brotar da capacidade de análise de Florestan Fernandes, mas também porque elabora um minucioso quadro teórico da experiência cubana, desde suas origens históricas até as experiências de implantação do poder popular a partir de 1974. Como diz Antônio Cândido na apresentação ao livro "talvez o traço principal da obra madura de Florestan seja o profundo sentido revolucionário, nutrido pela fusão entre o conhecimento rigoroso e a força da convicção". Um esforço constante de buscar unir o saber sociológico com a "paixão política do socialista". De certa forma a experiência revolucionária cubana é assim: uma riquíssima experiência sociológica que nunca poderá ser compreendida se não apaixonadamente. Como diz Silvio Rodríguez, compositor cubano de renomado sucesso, seguiremos românticos até o fim além de absolutamente "imposmodernizáveis". Elaborado diretamente a partir dos roteiros das aulas ministradas na PUC-SP em 1979, este livro é uma bem-vinda oportunidade de tornar acessível aos militantes e estudiosos uma das mais precisas análises da Revolução Cubana.

Mauro Luis Iasi

ISBN 978-85-87394-95-9

Senado Federal
SEN00349303

assim os lutam povos

Florestan Fernandes

DA GUERRILHA AO SOCIALISMO A REVOLUÇÃO CUBANA

972.91064
F363
DGU

assim os lutam povos

DA GUERRILHA AO SOCIALISMO

A REVOLUÇÃO CUBANA

Florestan Fernandes

expressão POPULAR

Assim lutam os povos é uma coleção que tem por objetivo levar aos militantes de nosso tempo as experiências e as reflexões teóricas daqueles que construíram a luta da humanidade por sua emancipação.

O caráter mundial do modo de produção capitalista nos leva à urgência de pensar a emancipação humana como um processo necessariamente internacional, de maneira que a luta de cada povo seja encarada como nossa própria luta, nosso sangue e nossa carne. Sentir como se fosse em nossa face o tapa dado na face de qualquer ser humano, como dizia Che, aprendendo com nossas derrotas e partilhando nossas vitórias.

As revoluções não acontecem, são feitas. As mudanças sociais que marcam a história da sociedade de classes são produzidas por uma complexa combinação daquelas que Lenin chamou de condições objetivas e subjetivas. Não basta que as contradições objetivas, que têm por base o choque produzido pelo avanço das forças produtivas e a forma das antigas relações sociais dominantes, aflorem em uma situação revolucionária.

DA GUERRILHA AO SOCIALISMO: A REVOLUÇÃO CUBANA

FLORESTAN FERNANDES

DA GUERRILHA AO SOCIALISMO: A REVOLUÇÃO CUBANA

1ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo - 2007

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
Este volume acha-se registrado
sob o nº L - 2007 - 620

Copyright © 2007, by Expressão Popular

Revisão: *Geraldo Martins de Azevedo Filho*
Escâner: *José Carlos Barbosa de Madureira*
Projeto gráfico e diagramação: *ZAP Design*
Capa: *Marcos Cartum*
Impressão: *Cromosete*
Foto da capa: *Acervo Iconographia*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F363d

Fernandes, Florestan, 1920-
Da guerrilha ao socialismo : a Revolução Cubana / Florestan Fernandes --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, 2007.
352 p. : il.

Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br
ISBN 978-85-87394-95-9

1. Cuba – História. 2. Cuba - Condições sociais. 3. Cuba - Revolução. 4. Cuba – Condições econômicas. 5. Cuba – Guerrilha. I. Título.

CDD 972.91
CDU 338:972.91

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: janeiro de 2007

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 266 - Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo-SP
Telefax: (11) 3112-0941
vendas@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br

Por Cuba e

pelo socialismo

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Uma interpretação exemplar - Antonio Candido 9

NOTA EXPLICATIVA 17

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE CUBA SOCIALISTA 21

O PASSADO COLONIAL E NEOCOLONIAL 39
1 - Cuba sob o antigo regime colonial 42
2 - Aceleração do desenvolvimento colonial sob frustração da emancipação nacional 50
3 - O neocolonialismo da dominação imperialista 65

A GUERRILHA E A CONQUISTA DO PODER 87
1 - Por que Cuba? 91
2 - Por que a guerrilha? 111
3 - Os guerrilheiros e o poder 132

ECONOMIA E SOCIEDADE SOB O SOCIALISMO 147
1 - Condições e efeitos do planejamento 150
2 - As transformações da economia 172
3 - Nova sociedade e novo homem 210

ESTADO REVOLUCIONÁRIO E PODER POPULAR 263
1 - Revolução socialista e poder popular 266
2 - A rede de poder 280
3 - Socialismo ou comunismo? 310

ANEXO 1 - revolução cubana: Significado e caminhos 325

ANEXO 2 - 25 anos de castrismo – a vitória da revolução cubana 335

PREFÁCIO

Antonio Candido

UMA INTERPRETAÇÃO EXEMPLAR*

Chama logo a atenção no livro de Florestan Fernandes sobre Cuba a extrema densidade, aliás habitual nas suas obras, porque ele trabalha com um máximo de informação e de reflexão, aliadas ao fervor máximo. Daí uma escrita densa que requer leitura tensa e no caso muito compensadora, porque o leitor sai dela com um conhecimento privilegiado da Revolução Cubana.

Talvez o traço principal da obra madura de Florestan seja o profundo sentido revolucionário, nutrido pela fusão entre o conhecimento rigoroso e a força da convicção. O esforço quase obsessivo de harmonizar o saber do sociólogo com a paixão política do socialista faz dos seus escritos uma vigorosa militância e leva a pensar naquele tipo de homem descrito por Vauvenargues, que, movido pela força do sentimento e marcado pelo "acordo secreto das inclinações com as luzes", põe "em movimento todas as suas capacidades e toda a sua atividade em benefício de um objetivo único."

---

* Resenha, publicada em 1981 no "Folhetim" da *Folha de S. Paulo,* de FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979. Reproduzido de *Florestan Fernandes*, Antonio Candido, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1996, pp. 17-25.

Para expor a sua maneira de ver essa extraordinária manifestação do fenômeno revolucionário que é o caso cubano, Florestan remonta ao "passado colonial e neocolonial" (título da segunda parte do livro), indicando como ocorreu em Cuba algo diverso do que caracterizou a independência na maioria dos países latino-americanos: uma substituição de metrópole.

Na segunda metade do século 19, os Estados Unidos tinham alargado sobre ela a rede dos seus interesses econômicos, e para preservá-los acabaram por frear a transformação do estatuto colonial em estatuto nacional. Cuba deslizou da "dominação colonial direta" (Espanha) para a "dominação colonial indireta" (Estados Unidos). A "Guerra dos Dez Anos" (1868-1878) e a da Independência (1895-1898), esta apoiada pela intervenção estadunidense, foram canalizadas para uma "revolução dentro da ordem" que, assegurando a permanência das oligarquias, estabeleceu entre elas e os Estados Unidos um pacto que permitiu a estes levar a cabo o que haviam começado desde meados do século: "modernizar a colonização", isto é, ajustá-la para levá-la "até o fundo". Com isso, Cuba não alcançou sequer o estádio de "nação em potencial", como outros países latino-americanos, mas apenas o de "subnação em potencial". A independência formal e tardia assegurou, não a sua libertação, mas um "destino colonial", que Florestan estuda como neocolonialismo, analisando as causas e condições desse processo, que impediu a "criação de uma sociedade nacional".

Ora, isso gerou por outro lado um estado de coisas que favoreceu os fermentos de luta nacional:

> "O problema da independência passava a ser, de novo, uma realidade explosiva e algo a ser conquistado a partir de e contra a ordem neocolonial em elaboração. Portanto, a frustração das duas revoluções não elimina as lutas pela libertação nacional. Ela apenas repõe a necessidade de travar essas lutas em um contexto histórico-social diverso e contra uma metrópole menos visível em sua orientação colonialista, mais forte internamente, por seus vínculos com os estamentos dominantes, e mais poderosa em termos da sua capacidade de dominação global".

As conseqüências disso na configuração da luta conduzida por Fidel Castro a partir de 1953 são objeto da terceira parte, "A guerrilha e a conquista do poder", em que Florestan começa por constatar que a frustração da emancipação nacional no século 19 adiou a revolução mas não aboliu a sua força potencial. Ela eclodiu nos anos de 1950 com a possibilidade de criar um Estado nacional liberal, burguês, ou de criar um Estado revolucionário. Mas trazia consigo o pressuposto raro da união de classes, porque em Cuba (por causa da referida frustração) a idéia de nação tinha uma força integradora e uma capacidade dinâmica, visando como visava a superar a situação neocolonial. Por isso:

> "Pela primeira vez, na história da América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático e, ao vencer, a idéia de nação arrasta com ela a construção de uma ordem social inteiramente nova e socialista".

Uma conclusão como essa nos põe no centro da atitude interpretativa de Florestan, que procura ver a Revolução Cubana, não com referência a modelos teóricos elaborados fora do contexto latino-americano, ou regidos por uma visão demasiado genérica, mas relacionando-a "à especificidade da situação concreta". O estudo anterior sobre o passado colonial e neocolonial lhe permite desentranhar com êxito os traços dessa situação e mostrar cada vez mais, a partir dessa altura do livro, o tipo de socialismo que resultou do movimento revolucionário. Inclusive apontando as alternativas descartadas, que a teriam podido levar a soluções nacional-burguesas.

A essa luz, o estudo da guerrilha ganha todo o seu relevo e significado, porque ela determinou os rumos e o próprio teor do que viria a ser o primeiro Estado socialista da América. "[...] a guerrilha e o guerrilheiro desapareceram, mas o espírito da guerrilha dura até hoje, identificando-se ao próprio espírito da revolução cubana". No entanto, ela só triunfou e adquiriu esse significado devido aos

pressupostos revolucionários que a animaram, encaminhando-a para uma teoria e uma prática socialistas. Conforme Florestan, dentro de uma perspectiva leninista graças à qual a guerrilha não teve o destino de outras, isto é, o fracasso final.

As funções da guerrilha foram múltiplas, mas ela não deve ser considerada apenas, diz Florestan, como fator de

> "ressocialização da personalidade do guerrilheiro pela guerrilha e pela convivência com o campesino e suas condições concretas de existência. Sem dúvida, esse aspecto é fundamental, mas há outro igualmente importante (e de uma importância política estratégica): o que o proto-Estado guerrilheiro representou como amarramento com o poder popular e o aprofundamento antecipado da revolução. Se o primeiro aspecto explica o amadurecimento histórico do homem que vivia dentro do guerrilheiro, o segundo nos põe diretamente diante do nascimento do guerrilheiro como homem político. Foi graças a esta circunstância que a guerrilha operou como um equivalente social e político do partido revolucionário. O enlace antecipado com o poder popular e a concretização antecipada do que deveria ser Cuba depois da derrocada da ordem existente constituíam um salto histórico revolucionário sem retorno".

Esse trecho enfeixa quase todos os temas principais desenvolvidos nesta parte do livro e dispensa comentário maior. Ele deixa claro o específico revolucionário cubano que Florestan procura determinar, e prepara o leitor para entender tanto o que diz sobre o papel decisivo de Fidel Castro, guerrilheiro desdobrado em estadista, quanto sobre a sua decisão, ditada pela lógica revolucionária, de superar a fase de coalizão com a burguesia nacionalista. Com efeito, chega um momento em que o processo revolucionário suscita em muitos o desejo de brecá-lo, antes de consolidada a revolução na coerência irreversível dos seus termos finais. Aí surge o perigo da contra-revolução – e impedir que esta ocorra é o dever do revolucionário, como Fidel, que levou ao seu termo, isto é, o Estado socialista, o compromisso encarnado na guerrilha, encarada em toda a sua riqueza no trecho de Florestan citado acima. "[...] no processo

de conquista do poder a própria revolução social foi antecipada"; de modo que não havia como freá-la para favorecer um retrocesso liberal, que seria a própria capitulação em face do imperialismo.

O estudo do passado e da guerrilha permite a Florestan chegar com segurança à parte mais importante do seu texto, o capítulo sobre "Economia e sociedade sob o socialismo", ou seja, sobre o que a revolução realizou na construção de uma sociedade realmente socialista, que contém dinamicamente no bojo o processo de formação da sociedade comunista. Essa construção era a alternativa justa em face da sociedade neocolonial espoliadora, porque a única capaz de superá-la a fundo. E aqui Florestan contesta vivamente os que acham necessária, como condição *sine qua,* a fase intermédia do desenvolvimento capitalista. Nos países subdesenvolvidos, o socialismo é a alternativa "direta":

> "Onde a revolução burguesa revela-se impraticável, porque a própria burguesia é incapaz de conduzi-la, ou onde a revolução de liberação nacional leva diretamente ao socialismo, a revolução socialista não 'herda os problemas que o capitalismo não resolveu': ela se afirma como a única alternativa possível do desenvolvimento capitalista".

E aí surge o grande problema: "como passar de uma acumulação capitalista neocolonial e ultrapredatória a uma acumulação socialista originária". O capítulo estuda de que maneira Cuba o conseguiu – descongelando o seu destino histórico, realizando "uma reforma agrária que se inscreve na história das grandes realizações que ocorreram na América Latina no século 20", acabando com a miséria e vencendo o cerco capitalista feroz a que foi submetida.

Não tenho espaço para analisar este capítulo fundamental, cheio de vistas penetrantes, inclusive a que mostra como, em Cuba, o planejamento (objeto de uma análise cuidadosa) "levou a revolução às estruturas econômicas da sociedade"; e como ocorreu uma integração harmônica do planejamento social, do de-

senvolvimento econômico-social e do controle estatal, sobre a base de uma revolução que mobilizou a fundo o setor geralmente marginalizado do campesinato, de maneira a incorporá-lo ao processo revolucionário no que teve de mais vivo, isto é, a formação, em Cuba, de uma verdadeira economia socialista, bastante generalizada para, inclusive, controlar a "crescente e contínua estatização".

Tudo isso se liga à transformação do homem, que Florestan analisa no mesmo capítulo, sublinhando a importância decisiva de uma nova filosofia do trabalho coletivo, "alfa e ômega da revolução", pois "só ele poderia alimentar as fluxos da acumulação socialista a partir da agricultura", além de promover a "irradiação das idéias-chave da vanguarda para a massa". Como coroamento, o admirável esforço educacional, prioritário para uma liderança de cunho largamente pedagógico. A descrição e a análise do sistema educacional – que erradicou o analfabetismo, refez, ampliou e refinou os quadros intelectuais e técnicos emigrados, estendeu extraordinariamente o ensino secundário e o superior – completam esta parte do livro, deixando claro como o pressuposto fundamental da Revolução Cubana (e ao mesmo tempo o baixo-contínuo deste livro) é a mobilização intensa da sociedade, que corrige a cada instante as tendências autocráticas da burocracia e permite forjar a democracia socialista em toda a sua força de participação coletiva.

Como acontece nas obras bem articuladas, esta acaba por uma parte que recebe toda a seiva das anteriores e, embora tratando de um problema específico (a organização do poder), faz dele o coroamento da análise e a síntese das posições do autor.

"O Estado revolucionário e o poder popular" é mais sensível que as outras partes do livro às dificuldades, aos tateios, erros e lacunas da Revolução, a partir do momento em que ela precisou ser canalizada para organizar e fazer funcionar a sociedade nova, impondo a solução de um terrível problema: a passagem da iniciativa dos grupos revolucionários para as massas. Passagem da

atuação de pequenos grupos altamente conscientes e ativos, habituados ao mando, para a atuação da maioria (eventualmente todos), que precisa ser esclarecida, treinada, iniciada na vida política a fim de reger o seu destino. Neste sentido, Florestan estuda a correlação (inclusive na dimensão do tempo) entre governo revolucionário, partido revolucionário e Estado revolucionário, a caminho do socialismo, mostrando como por meio dela foi possível superar erros e buscar soluções estáveis, mas capazes de preservar o ímpeto da transformação social.

Nessa análise, não escamoteia os aspectos negativos, como a tendência ao centralismo estatal, o perigo de hipertrofia e esclerose burocrática, as falhas devidas a erros etc. Ao mesmo tempo, ressalta a força das condições positivas, sobretudo a incrível disposição do povo de construir uma ordem que desde logo percebeu ser a mais justa e adequada. E ainda a natureza especial da relação entre a liderança e as massas, encarnada nalguns homens de envergadura excepcional, dotados da capacidade ao mesmo tempo de ensinar e captar, funcionando como guias e simultaneamente mandatários, como é o caso de Fidel Castro.

Para resumir os problemas centrais da análise nesta última parte do livro, poderíamos dizer que ela aborda a necessidade de conciliar a estruturação política a partir da vontade da massa (que escolhe os dirigentes de base e institui os respectivos organismos) com a necessidade de manter o espírito revolucionário representado pelo grupo restrito dos líderes históricos. Estes precisam conservar a preeminência a fim de completar e desenvolver a sua tarefa, e por isso chamaram a si atribuições da coletividade; mas tentaram superar o impasse transferindo a esta muito da capacidade decisória, de modo a frear a concentração do poder por meio da iniciativa popular. O governo revolucionário "tinha de ser substituído por um organismo político que não fosse só funcionalmente igualitário e democrático, mas que se estruturasse, funcionasse e crescesse de modo igualitário e democrático".

Daí a constituição do "poder local", alicerce da organização política revolucionária sobre o qual assentam a esfera provincial e a nacional, gerando um mecanismo de escolha das lideranças a partir da base, que guarda o poder de fiscalização permanente, com substituição a cada instante (se necessário) dos mandatários que não correspondem. Isso cria condições para desenvolver a "cidadania igualitária", que leva ao máximo a consciência e o rendimento político do "povo trabalhador".

Sensível à grandeza da Revolução Cubana, aos problemas de construção do socialismo e também aos seus obstáculos e erros, Florestan Fernandes elaborou uma visão cálida e realista, que faz deste livro uma leitura fascinante e um modelo de análise sociológica e política orientada pelas concepções socialistas.

NOTA EXPLICATIVA

Este livro é constituído pelos roteiros de aulas de um curso de pós-graduação que desenvolvi na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1º semestre de 1979). O curso foi repetido no segundo semestre (para os alunos do período noturno) e, na forma de curso livre, patrocinado pelo CEUPES, foi novamente dado na USP (no prédio do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas).

A sugestão de editar as anotações partiu diretamente dos estudantes, que trabalharam com elas por meio de cópias xerox ou de reprodução mimeografada. Não tinha intenção de publicar as anotações, pois penso que Cuba e a revolução cubana estão muito acima de um trabalho modesto e relativamente improvisado. Depois de ouvir diversos tipos de razões e de convencer-me, mas ainda muito relutante, pedi a Antonio Candido de Mello e Souza, Heloisa Rodrigues Fernandes e Atsuko Haga que fizessem uma leitura das anotações e considerassem se seria realmente oportuno dar a lume um trabalho que fora projetado para um fim restrito (introduzir os estudantes ao estudo da revolução cubana). As opiniões foram favoráveis à publicação e acatei-as. Não modifiquei os roteiros: deixei-os na forma original, como uma homenagem aos meus estudantes e também como uma evi-

dência de que as salas de aula ainda constituem uma fronteira na luta pela liberdade e pela autonomia da cultura. Agradeço àqueles amigos e colegas a preciosa colaboração que me prestaram, sem a qual não venceria o temor que me inibia de modo justo e compreensível. A publicação ficou com Thomaz Aquino de Queiroz, que foi o primeiro a tomar a iniciativa de pedi-la para sua editora. Antes, porém, ouvi Gabriel Cohn e Tamás Szmrecsànyi, para saber se endossavam a incorporação do livro à sua Biblioteca Básica de Ciências Sociais. Não só anuíram como indicaram que o livro abriria a série sobre a América Latina, dirigida por eles em colaboração com Alfredo Bosi (que também concordou com a escolha). A todos agradeço a oportunidade desta edição que, espero, poderá ser o ponto de partida de uma preocupação mais séria por Cuba e pela revolução cubana nos centros universitários.

Recebi uma colaboração espontânea tocante de muita gente, que me trouxe material sobre a revolução cubana nas mais variadas formas. Na impossibilidade de agradecer a todos, queria, ao menos, mencionar os que deram uma contribuição mais prestimosa e impressionante. A Octavio Ianni devo o empréstimo prolongado de numerosos livros e ensaios. Antonio Candido conseguiu, em Cuba, graças a Roberto Fernández Retamar, várias obras que lhe pedi. Gérard Pierre-Charles não só doou exemplares de sua obra para uso dos estudantes como enviou-me diversos livros importantes, que não teria condições de obter no Brasil. Warren Dean fez a mesma coisa (e continua remetendo-me livros que, ainda agora, não chegam às nossas livrarias). Pela mesma razão, devo agradecimentos a José Nun, Lenina Pomeranz e Armando Castro. Através desses amigos, recebi livros oferecidos por Julio le Riverend Brusone e Oscar Pino Santos, que foram de suma importância para mim. Essa solidariedade mostra que não estamos sozinhos e que o trabalho intelectual também pode assumir as feições de uma guerrilha... Aos que foram lembrados nominalmente e a todos os demais o meu agradecimento, do fundo do coração. Ajudaram-me a vencer muitas limitações e a melhorar a qualidade do trabalho que logrei levar para as salas de aula.

Florestan Fernandes
São Paulo, 9 de outubro de 1979

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE CUBA SOCIALISTA*

Desde que voltei a lecionar, primeiro no Sedes Sapientae, em 1976, e na PUC, em 1977 (último trimestre) fiquei atento à possibilidade de ocupar-me de um curso ou de uma seqüência de exposições sobre Cuba. No entanto, só quando foram projetados os cursos do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais na PUC, para 1979, foi possível atingir esse objetivo. Compreendia que o assunto transcendia às minhas qualificações, mas pensava que era necessário arcar com o ônus da improvisação, pelo menos até que se consiga abrir um espaço adequado para o estudo do socialismo no mundo moderno, em geral, e de Cuba socialista, em particular, dentro das atividades de ensino e de pesquisa na universidade brasileira.

A incorporação de ambos os assuntos ao nosso currículo universitário deveria ter sido feita há tempo. Com referência a Cuba, mesmo que não se tivesse avançado nessa direção no início da década de 1960, por volta de 1965 ou logo depois, não se justificava a omissão. Não se pode nem se deve atribuir ao regime implantado em 1964 essa situação. Ela decorre, claramente, do teor provinciano de nosso "espírito universitário". Como ignorar o

* Versão extremamente condensada do roteiro de exposição.

significado de um novo padrão de desenvolvimento econômico, social e político nas Américas? Por que a obsessão pelo desenvolvimento e pelo estudo do capitalismo dependente? Seria possível entender a América Latina contemporânea sem tentar-se explicar o que representa a revolução cubana e o socialismo em Cuba nas relações (e nas lutas) das nações periféricas contra as nações centrais? Diante de revoluções burguesas em atraso, a revolução em avanço procede do socialismo, o que quer dizer que temos de estudar Cuba se pretendemos desvendar o futuro e conhecer a história de ritmos fortes, que se abre para a frente e assinala uma "nova época de civilização" no solo histórico da América Latina.

1) Portanto, não é preciso fundamentar esse tema. Ele se impõe pela natureza mesma da situação e as ciências sociais não podem ignorá-lo, nessa exata dimensão. Entretanto, devo justificar-me. Não sou um especialista em Cuba e uma revolução tão complexa quanto a revolução cubana exige mais que uma improvisação necessária e feita com ânimo construtivo. Ao longo de minha carreira, vi muitos *brazilianists*' e *latinamericanists* procederem a improvisações injustificáveis (embora tenha visto também o contrário, os "scholars" exemplares). Não queria dar esse passo e muito menos sugerir que o que é um defeito nos outros seria uma virtude em mim... Declaro-me de início um simples aprendiz, como o professor deve ser por ofício, e saliento que este curso possui um caráter elementar e introdutório. Nunca avançarei além de fronteiras que poderão ser exploradas com base nos conhecimentos e na experiência que possuo e, ainda que isso aborreça vocês, terei de repetir com freqüência os limites que decorrem de uma sondagem exploratória.

Preocupei-me pela revolução cubana de formas diferentes anteriormente. Quando se deu a revolução, ela causou grande impacto político nos países latino-americanos. Como outros intelectuais brasileiros, compartilhei das esperanças que ela configurava. A seguinte transcrição, extraída de um escrito redigido em 1961 e início de 1962, demonstra que não me preocupava com a

revolução cubana por si mesma, mas pelo que ela significava para os demais povos da América Latina. "Por que essa atitude [de transformar o 'desenvolvimento' em um abre-te Sésamo alienador] tende a converter-se em verdadeira aberração no cenário histórico interamericano? A resposta a tal pergunta deve ser procurada nas conseqüências dos conflitos que abalam o equilíbrio do sistema transnacional de poder nas Américas. A revolução cubana forçou uma redefinição das polarizações de lealdades, com referência aos padrões de integração social que correspondem às alternativas de desenvolvimento do nosso sistema civilizatório. De um lado, ela provocou reações defensivas que orientaram as influências estadunidenses em nova direção: de intervir ativamente junto aos governos e à opinião pública latino-americana para fortalecer a adesão às soluções neoliberais de desenvolvimento econômico, político e social. Esse episódio possui, em si mesmo, indisfarçável importância histórica. Ele representa o fim de uma era de acomodação, deveras chocante mas inevitável, entre a política oficial dos Estados Unidos e o tipo de conservantismo cultural praticado pelas camadas dominantes nos vários países de tradição ibérica da América Latina. E bem poderá significar o início de uma nova era, em que o eixo de acomodação de interesses será a expansão industrial, provavelmente sob a égide da especialização econômica regional. Parece evidente que daí resultará o fortalecimento gradativo dos círculos sociais inovadores em ascensão, desde que proporcionem suas aspirações de desenvolvimento às possibilidades de um radicalismo moderado. De outro lado, a revolução cubana introduziu a experiência socialista nas Américas, ou seja, converteu em realidade histórica as opções inconformistas diante da mudança social de cunho especificamente revolucionário. Desse ângulo, o episódio teve duas conseqüências imediatas relevantes: 1. deu alento às correntes sociais que não se empenhavam, apenas, em combater "os problemas humanos do subdesenvolvimento", mas em corrigir, simultaneamente, os dilemas materiais e morais da ordem social capitalista; 2. compeliu os 'círculos de

esquerda', de diversos matizes, a reverem e a modificarem a estratégia anterior, de contenção do radicalismo político e de apoio decidido a um nacionalismo econômico desproporcionalmente benéfico aos interesses empresariais." (F. Fernandes, *A Sociologia numa era de revolução social,* 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, pp. 219-220.) A contra-revolução, no Brasil, em outros países da América Latina e em todo o mundo, levou-me a voltar à revolução cubana. De 1969 a 1972, em Toronto, dispunha de muito tempo para leituras intensivas. Nas circunstâncias históricas, ficava evidente o que Cuba representava no conjunto de forças mundiais, que movimentavam a história contra a estratégia global da contra-revolução preventiva. Consegui ler muitos trabalhos, a maioria dos quais não possuo mais, e que eram reproduzidos em xerox por estudantes e organizações de vanguarda nos Estados Unidos, no Canadá ou na Europa. Então, a revolução cubana interessava-me em sua especificidade e como parte do quadro histórico mundial de luta de vida ou morte entre os sistemas de poder capitalista e socialista. Como subproduto dessa experiência, estava a atenção que eu devotava a Cuba na Universidade de Toronto, tanto no curso que dei em 1970-1971 e 1971-1972 sobre "Política e governo na América Latina", quanto no curso que desenvolvi em 1971 (em colaboração com outro professor) sobre "Política no Terceiro Mundo" (na parte que me coube, quase um terço das exposições foi devotado à revolução cubana). Mais tarde, no curso de pós-graduação de que me incumbi na Universidade de Yale em 1977, sobre "Política e Estado na América Latina", dediquei à revolução cubana uma unidade de trabalho didático completa. Por fim, de 1973 em diante, minha permanência no Brasil, sob grande isolamento intelectual e político, permitia-me continuar as sondagens e as reflexões sobre Cuba e sua revolução. Como o meu trabalho principal se voltava para o estudo sistemático da contra-revolução no Brasil, a revolução *in flux,* em escala latino-americana, configurava-se historicamente em termos de Cuba ou de movimentos socialistas que pareciam em

ascensão (como o do Chile e os que se vinculavam à guerrilha). A revolução cubana aparecia-me, finalmente, à luz dos contrastes fortes que fazem dela um marco político crucial, o único ponto de referência que possuímos para embasar historicamente o pensamento socialista revolucionário na América Latina. Se em Toronto a forma guerrilheira absorveu minha atenção, nesta nova etapa concentrei-me na análise do essencial: as origens e a evolução da situação revolucionária e sua relação com a guerrilha como solução política que pode ou não repetir-se. É pela situação revolucionária que Cuba vem a ser "universal" (no sentido em que os antropólogos empregam o termo) e "novas Cubas" terão de surgir, porque não é possível deter a História. Esse é o resumo das três etapas que percorri. Elas não aparecem na exposição nem são importantes a ponto de merecer uma parcela do nosso tempo. Contudo, quero estabelecer com vocês uma relação honesta e límpida. Se não sou um especialista, tenho outros títulos para arrojar-me a esta tarefa e poderemos avançar juntos, em colaboração. Sabendo de minhas limitações e conhecendo minhas razões, vocês poderão completar o trabalho que estou em condições de fazer e de ir além. Ao superar-me vocês entrarão, mais do que poderiam supor, no universo mental da revolução cubana, que converteu a superação constante em incentivo moral e em pré-requisito da psicologia revolucionária.

2) Há algo que precisa ser demarcado desde já: o modo de compreensão do nosso tema. Proponho-me uma tarefa que é, inextricavelmente, intelectual e política; e pretendo enfrentá-la como tal, com a objetividade do sociólogo e o ardor do militante socialista. Poder-se-ia estudar Cuba como uma nação e, mais especificamente, como uma nação do Caribe. Porém, é Cuba da experiência socialista vitoriosa que nos interessa: Cuba como a primeira fronteira histórica e o primeiro patamar concreto da manifestação do socialismo na América Latina.

A objetividade do sociólogo é essencial. Ela poderá nos ajudar a entender que não se pode exigir de Cuba o que a transição para

o socialismo ainda não chegou a produzir nem na União Soviética, nem na China, nem na Iugoslávia, nem no Vietnã, nem em outros países socialistas. Alguns revelam impaciência histórica, outros intransigência teórica, movidos ou pelo dogmatismo ou pelo "revolucionarismo subjetivo". Ora, na cadeia dos elos mais frágeis, pela qual surgiu e se expandiu o "socialismo difícil" (ou socialismo de acumulação), Cuba foi o país no qual as condições difíceis se mostraram do modo mais difícil. Não podemos ignorar os fatos e, se há algo admirável com relação a Cuba, é a forma pela qual a revolução procurou subjugar e ultrapassar os fatos mais duros e adversos. Não se deve ignorar isso, se se quiser compreender, amar e servir à revolução cubana.

A paixão socialista militante também é essencial. A revolução cubana está aí, estuante de vida. Ela não é uma revolução dos outros – uma revolução dos cubanos. É o nosso quinhão da história coetânea e contemporânea: Cuba vive, no presente, o nosso futuro de outra maneira. Temos de entender e participar da revolução cubana como da história em processo que, por comunhão ideológica e utópica e também por opção política, é a nossa própria história. Essa atitude nada tem a ver com uma "compensação conformista". Ao contrário, ela define um solo histórico comum e um futuro político compartilhável. E, o que é mais importante por enquanto, ela permite corrigir o esquerdismo, separando o real e o possível, que estão entrelaçados na construção da história concreta. Nenhuma revolução gravita no vácuo e tampouco caminha segundo as intenções "mais puras", "mais sinceras" e "mais revolucionárias". Quem não gostaria de Cuba como encarnação da utopia socialista? O importante, porém, não é o grau de utopia que se concretiza na história. É a continuidade, o aprofundamento e a maturidade da própria revolução. A ideologia e a utopia são instrumentais para a revolução e o que nos cabe indagar, durante o curso: Cuba traiu (ou jamais traiu) o socialismo? Até onde os revolucionários cubanos levaram a revolução socialista na transformação de todo um padrão de civilização – ou seja, na formação

de uma nova sociedade? Poderiam ter ido mais longe e não foram por causa de uma relação frouxa, na consciência revolucionária, dos meios e dos fins? Ou foram tão longe quanto puderam no âmbito de nosso solo histórico e nas potencialidades de uma pequena sociedade nacional plantada às barbas de Tio Sam? E, o que é o mais importante, quais são as idades que um socialista consegue detectar nos processos transcorridos desde a implantação do socialismo em Cuba? Uma coisa é a conquista do povo. Outra, o que se faz ou se pode fazer com ele. As várias tentativas sucessivas de reformar o capitalismo por dentro, de introduzir os planos apesar da precariedade do ponto de partida, de vencer o subdesenvolvimento pelo socialismo, de lançar a forma política democracia da maioria – sem abrir brechas diante da contra-revolução e acelerando a própria revolução –, tudo isso significa várias idades encadeadas da realização do socialismo em um país. Tudo isso indica que a ótica socialista permite desdobrar, completar e relativizar a análise sociológica. O socialismo revolucionário não é um jogo de azar, no qual se arrisca tudo para ganhar o máximo. É preciso ficar rente aos valores que dão sentido ao socialismo revolucionário para poder-se avaliar o quanto eles se concretizam no vir a ser histórico. Por isso a correção socialista é tão decisiva. Não estamos em busca de Cuba como ela é (graças à sua revolução). Temos de descobrir o que a civilização moderna, sob o socialismo revolucionário, reserva à América Latina e já pode ser constatado concretamente em Cuba, pelas transformações ocorridas e, mais ainda, pelas transformações em processo. Tudo isso é demasiado ambicioso. Mas, conto com vocês, para aperfeiçoar o trabalho que logramos fazer na sala de aula.

3) Neste debate, de "limpeza de terreno", seria conveniente suscitar uma questão de maior envergadura, as relações entre revolução e consciência de classe. Nessa esfera, impõe-se reconhecer que mesmo os países "mais ricos" e "avançados" da América Latina acham-se nas malhas do capitalismo dependente. De uma perspectiva liberal ou de uma perspectiva conservado-

ra, essa variedade de capitalismo empobrece a consciência burguesa, tornando-a confusa, opaca e mistificadora em níveis desconhecidos nos países centrais. A apropriação dual do excedente econômico nacional – uma porção fica dentro dos países que o geram, nas mãos das burguesias dependentes; a parte do leão é drenada para fora e abocanhada pelas burguesias centrais – torna a base econômica da dominação burguesa muito débil e vulnerável. Em suma, ao mesmo tempo em que perdem as condições materiais para desempenhar suas tarefas mais criadoras, as burguesias dependentes se vêem forçadas a intensificar, em todos os níveis, o seu egoísmo de classe e se apavoram diante da luta de classes (ou de seus efeitos sobre a mudança social mais ou menos incontrolável). Sua margem de barganha com os estratos divergentes das classes médias e, principalmente, com as classes trabalhadoras e a massa da população pobre é tão reduzida que elas possuem um baixíssimo poder de cooptação – tendo assim de compensar sua própria fraqueza por meio de formas tirânicas e circunstancialmente até extremamente tirânicas de repressão e de opressão. Como conseqüência "natural", o seu impulso reformista é quase nulo e sua propensão a proteger-se através do imperialismo e de suas técnicas policiais ou militares de "controle da mudança social revolucionária", muito alta.

Já discuti esse tema em seus vários aspectos (*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, cap. 1; e principalmente *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, passim*, e *A revolução burguesa no Brasil*, capítulos 5 a 7). O que convém salientar aqui é que as descrições clássicas da ideologia e da consciência burguesas, elaboradas por Marx e Engels ou por Lukács nem por isso perdem sua validade e a vigência histórica. Contudo, existem peculiaridades que decorrem da situação particular dessas burguesias dependentes. Elas crescem no momento em que o capitalismo monopolista atinge, ao mesmo tempo, o seu apogeu e a sua crise, armando-se até os dentes e lançando-se à contra-revolução preventiva de escala mundial. São comensais retardatários, que logram completar o ciclo dinâmico da revolução burguesa graças à incorporação ao centro imperial. Não viveram e jamais conseguirão viver o "momento glorioso", que encadeou a revolução industrial à revolução nacional e democrática através do capitalismo. Por isso, elas também não sabem sequer como lidar com o radicalismo burguês (se ele chega a manifestar-se de alguma forma tímida e arcaica) e não conseguem absorver socialmente as pressões radicais das classes despossuídas: não existem mais condições estruturais e dinâmicas para associar a mudança social progressiva às "revoluções dentro da ordem". A manutenção e a reprodução social dos superprivilégios exigem uma redução severa do espaço político reservado à "tolerância de classe" e a consciência burguesa passa a ser a primeira vítima do enrigecimento. O último argumento é sempre o primeiro: a pressão radical precisa ser suprimida, mesmo quando ela possui uma natureza capitalista e uma origem burguesa. Nem mesmo os cientistas sociais da ordem podem compensar essa perda de "horizonte cultural histórico". Marx demonstrou, em *A crítica da Economia Política* e em *O capital* que os clássicos não haviam saltado a distância que separa a ideologia da ciência. Hoje, os sucessores dos clássicos não logram saltar sequer a distância que separa uma ideologia viva de uma ideologia "morta". Converteram-se em técnicos e trabalham com uma tecnologia econômica, que não aumenta a racionalidade da consciência social mas, diretamente, a eficácia dos controles estabelecidos "dentro da ordem" e nos limites da "reprodução da ordem". Portanto, a ideologia burguesa não chegou ao fim, ela se esgotou no contexto do confronto entre o capitalismo monopolista da era atual e as grandes revoluções proletárias do século 20. Em seu célebre estudo sobre o imperialismo, Lenin apanhou os principais sintomas dessa decadência da consciência social burguesa. O que ele não podia era prever que estava descrevendo apenas os sintomas iniciais e que o quadro ainda se tornaria mais dramático, especialmente quando observado a partir da periferia do mundo capitalista.

Em contraposição, Cuba não é somente o único país da América Latina no qual a consciência social burguesa entrou em colapso irreversível. Seguindo-se as várias idades da revolução cubana, pode-se observar em condições ideais: 1. os limites da consciência burguesa (como, posta sob extrema tensão – o que ocorre durante o governo Urrutia – a burguesia mostra-se incapaz de conciliar os interesses particulares de classe aos interesses coletivos da nação, deixando a nu a irracionalidade do capitalismo como forma social de produção, de organização da sociedade e de ordenação do Estado); 2. como um movimento de liberação nacional especificamente revolucionário pode ultrapassar rapidamente os limites da consciência burguesa e da "revolução dentro da ordem" e identificar-se com a situação de interesses da classe revolucionária (sem ter uma "origem social proletária" a revolução cubana converteu-se, assim, em uma das grandes revoluções proletárias de nossa época); 3. o que dinamiza e lança para a frente, ininterruptamente, uma revolução proletária que se enlaça ao socialismo e como se processa o florescimento de formas puramente socialistas de consciência social (não é a "herança positiva do capitalismo" que dá vida ao crescimento gradual e complicado de formas socialistas de organização da economia, da sociedade e do Estado – é a sua inexistência, a necessidade amarga de partir de um ponto zero, de uma "pré-transição", que infunde à irrupção do socialismo uma força construtiva tão grande). Já se disse que o contexto histórico desse complexo processo não se vincula às "possibilidades clássicas" de maturação das relações e conflitos de classes sob o capitalismo e da conquista do poder pelo proletariado. Na verdade, com referência a Cuba, a teoria sempre andou atrás da prática. Além disso, o dínamo das variações apontadas esteve sempre no político: ao tornar-se possível e necessária, a revolução obrigou os revolucionários a descobrirem sua natureza, seu nível de profundidade histórica e seus rumos políticos. Parecia que a revolução ficaria interrompida em um patamar burguês, nacional-democrático e de "reforma capitalista do capitalismo". No

entanto, isso não aconteceu. Dentro de uma sociedade capitalista neocolonial, não havia como levar a revolução para diante dentro do capitalismo. Ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para liberar a nação e para criar um Estado democrático soberano ela tinha de converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista.

Essa sumária caracterização global suscita duas espécies de reflexões gerais. Uma, que diz respeito à autonomia do político. Outra, que se refere ao vigor e ao caráter aberto da revolução cubana.

Lenin foi o primeiro a observar a autonomia do político no contexto de uma revolução socialista. No próprio fluxo da implantação do regime soviético, ele percebeu que o controle do poder pela maioria conferia aos revolucionários a possibilidade de levar a revolução até o fim e até o fundo. De fato, em contraste com a revolução burguesa, a revolução proletária não cresce pelo solapamento gradual da ordem preexistente. O despotismo de classe da burguesia possui três bases distintas (a empresa, as instituições-chave da cultura e o Estado nacional). Por conseguinte, a revolução contra a ordem só se liberta e torna-se viável depois da conquista do poder pelas classes trabalhadoras (ou por uma vanguarda, que se identifique com as classes trabalhadoras, atue em nome delas e com o seu apoio). Isso explica a autonomia do político em termos muito elásticos e muito amplos – não certamente para "fazer qualquer coisa" mas para ajustar a revolução a ritmos históricos que não são previsíveis de antemão (ou seja, que não são antecipados pela via teórica, pois a revolução libera as forças sociais acumuladas que fixarão o patamar histórico a ser atingido). Ora, em Cuba o político se desprendeu com um grau de liberdade relativa que não se configura em nenhuma outra grande revolução deste século (mesmo que as comparações tomem como ponto de referência a União Soviética, a China, ou o Vietnã), embora a autonomia do político nem sempre pudesse ser aproveitada concretamente na mesma extensão e com a mesma rapidez na

criação dos pré-requisitos da transição e, portanto, na aceleração do desenvolvimento socialista. Não se trata, aqui, de um "mito da revolução", gerado pelos revolucionários e aceito ingenuamente pelo observador da cena histórica. Com efeito, a revolução cubana sofreu uma aceleração muito forte, em virtude da inibição da burguesia nativa e da pressão estadunidense, que foram habilmente aproveitadas pelos revolucionários. Mas eles não tinham como imprimir uma aceleração análoga ao desenvolvimento interno do país. Como avançaram até o ponto histórico de equilíbrio intrínseco à aceleração da revolução, o seu problema político só apareceu muito mais tarde, quando a sociedade cubana levantou de forma indireta, em 1970, a questão da aceleração do desenvolvimento e da sua compatibilização com formas socialistas de responsabilidade coletiva. É indispensável manter-se à vista todo esse quadro de fatores para entender-se, em diversos momentos, a extrema liberdade da vanguarda e, *eo ipso,* da "revolução *desde el poder*", tanto quanto a sintonização de ambas com os anseios, expectativas e esperanças da classe trabalhadora e da massa da população pobre. Se não se fizer isso não se compreenderá como e por que uma revolução de liberação nacional e democrática era, também, em um nível mais profundo e por isso menos visível, uma revolução proletária e socialista. Desse ângulo, o "voluntarismo" dos revolucionários – inegável no plano ideológico e do pensamento político – constituía uma resposta às exigências e às potencialidades da situação histórica.

Estas exigências e potencialidades, por sua vez, cobram uma análise objetiva e revolucionária, que ponha em relevo o que se poderia chamar, analogicamente, de caráter compulsivo da revolução cubana. Vejo-me na contingência de debater este assunto preliminarmente para que não se pense que toda a unidade de trabalho didático inicial, voltada para os períodos colonial e neocolonial, visasse a facilitar uma apreensão reducionista da revolução cubana. Procurarei apanhá-la, neste curso, em sua totalidade e em termos de "unidade no diverso". É óbvio que minha

descrição será interrompida no que corresponde ao plano da formação incipiente de estruturas de poder de forma política socialista, as quais se vinculam à institucionalização do poder popular. Mas, a intenção subjacente ao percurso percorrido fica clara. Não permaneci na dialética da conquista do poder e procurei acompanhar a lógica viva da revolução cubana, nos vários saltos sucessivos que ela (ou melhor, os revolucionários com apoio do povo cubano) se vira forçada a ousar. Esse percurso nada tinha a ver com uma sobreposição de várias tentativas reducionistas. Ao contrário, cada momento pressupõe um significado principal, que não se perde em seguida. As forças revolucionárias se acumulam e, atritando-se, geram a aceleração em espiral, pela qual um patamar mais complexo da revolução passa a ser o ponto de partida de uma evolução subseqüente, ainda mais complexa; isso indefinidamente (não sei dizer se esse modelo turbilhonar é peculiar à fase de constituição da pré-transição e, em especial, se de agora em diante o processo revolucionário tenderá a assumir o que muitos descrevem como "modelo orgânico"). Ao que parece, as condições externas ou histórico-sociais da revolução (ou seja, a combinação do que é "geral" ao que é "particular" em termos de Cuba) se não criam nem determinam aquele modelo turbilhonar, pelo menos lhe infundem alguns dos seus dinamismos básicos. É necessário levá-los em conta, pois eles indicam que "novas Cubas" aparecerão, porém desde que certas tendências de transformação revolucionária não sejam tolhidas por assim dizer "a meio caminho". A exposição seguinte arrola sinoticamente esses dinamismos.

Primeiro, Cuba é o único país na América Latina no qual a descolonização foi apreendida como realidade total e no qual a prática política se organizou para extinguir todos os fatores, efeitos e resíduos do colonialismo e do neocolonialismo. Os revolucionários cubanos – com Fidel Castro à frente – fizeram a crítica implacável da dominação colonial e da dominação neocolonial, embora observando a máxima de José Martí de conter a explicitação da denúncia

e de não precipitar os embates decisivos. A crítica foi feita com igual profundidade com relação aos fatores daquela dominação que se organizavam a partir de dentro e a partir de fora da sociedade cubana. Tome-se como paralelo *A História me absolverá:* não se trata só de cortar os "tentáculos" dos Estados Unidos ou de "reduzir os privilégios" da burguesia compradora e latifundista. Mas, de extirpar a miséria, o trabalho semilivre, a exploração impiedosa dos "humildes", a corrupção privada e oficial, o Estado títere etc. Quando se verifica que até hoje – como sucede no Brasil – prevalece uma enorme relutância em aceitar-se que a descolonização não se completou, pode-se avaliar objetivamente o tipo de giro que a revolução cubana imprimiu ao desmascaramento e à extinção do colonialismo.

Segundo, em nenhum país (nem mesmo na Argentina, no Uruguai e no Chile, em dados momentos supostos asilos "suíços" da democracia burguesa), o radicalismo nacional-democrático foi levado às últimas conseqüências. Por quê? Não certamente por causa do "grau de expansão do capitalismo" (os que pensam nesses quadros mecanicistas ignoram o peso do padrão neocolonial de desenvolvimento capitalista). Mas porque somente em Cuba as classes privilegiadas, em seus estratos altos e médios, não puderam congelar e corromper o último surto da revolução nacional e democrática. Esta revolução se desprendeu de um controle capitalista "cego" – imperialista ou nacional; fugiu às falsas prioridades coletivas, que eram prioridades particularistas do capital externo e interno (como a "criação de empregos, a aceleração do desenvolvimento econômico", a "modernização industrial" etc.). Durante e sob a égide da guerra fria, esse controle recorreu a modalidades conhecidas de contra-revolução preventiva e gerou ditaduras burguesas que separaram a aceleração do desenvolvimento da revolução nacional e democrática. Em Cuba, todo o espaço histórico e político que o liberalismo reconheceu, em teoria, como necessário à existência e ao crescimento da nação, do Estado soberano, da democracia etc., foi criado na prática e para atingir

estes fins. Não se lutava por palavras de ordem vazias (ou melhor, que iriam beneficiar o pólo hegemônico, imperialista, ou os privilegiados nativos). Os combates às iniqüidades, às desigualdades, às deformações, as quais proscreviam a democracia e impediam o aparecimento de um Estado nacional, foram travados sucessivamente, com afinco e até o fim. Onde, quando e como surgiram resistências, a partir de dentro ou de fora, elas foram isoladas, atacadas e esmagadas. Em resumo, o radicalismo nacional e democrático foi liberado para que surgisse de baixo para cima, unindo contra a ordem existente todos os deserdados da terra. Por aí se vê, simultaneamente, duas coisas. A "revolução dentro da ordem" foi um momento real da revolução cubana. Durou pouco e se extinguiu depressa porque só os deserdados da terra se mobilizaram para lutar por ela. A "revolução contra a ordem" tornou-se, alternativamente, uma realidade permanente e em aceleração crescente. Porque não havia nada mais a salvar do capitalismo e só o socialismo respondia ao radicalismo nacional e democrático da maioria.

Terceiro, enfim, sem pretender o exagero: Cuba ficou permanentemente aberta a todos os caminhos do socialismo. É algo curioso, sobre o que não se refletiu o suficiente. Quando se impõe a opção socialista, a experiência cubana leva ao modelo soviético de transição, mas o que resulta da prática concreta é uma combinação contraditória de centralização crua, de romantismo revolucionário e de humanismo marxista. Mais tarde, quando esse modelo se mostra irrealizável, avança-se a um extremismo ultra-revolucionário terceiro mundista, que alguns designam erroneamente de "sino-guevarismo", o qual marca os últimos anos da década de 1960. Tratava-se de uma autêntica aceleração da revolução, que tinha de falhar, por falta de desenvolvimento socialista prévio ou concomitante. Por fim, na década de 1970 tenta-se explicitamente uma volta à ortodoxia soviética mas, agora, tomando-se como modelo uma forma mais sofisticada de controle econômico socialista. Busca-se o suporte numa base políti-

ca (a institucionalização do poder popular) e fica em suspenso o saber se a base econômica permite tal salto em uma economia socialista agroindustrial. A revolução é sempre lançada para a frente e o grosso da população acompanha os saltos, pois a aceleração da revolução encontra apoio revolucionário maciço na massa trabalhadora. Os que "temem" o Partido Comunista Cubano (PCC) destorcem essa realidade viva e ignoram que os partidos revolucionários não modelam as sociedades revolucionárias. O inverso é que é verdadeiro. De onde vêm os ritmos lentos e as contradições da revolução cubana? Certamente não dos modelos absorvidos e tampouco da impulsão fermentativa inerente ao comportamento da vanguarda e à receptividade das massas. O "atraso cubano", herança do capitalismo neocolonial, é a bota de chumbo. Ele pode ser vencido, mas aos poucos e com muitos sacrifícios. O socialismo revolucionário não gera milagres: o subdesenvolvimento só pode ser suplantado gradualmente – e o fato patente é que nenhum país da América Latina consegue emparelhar com Cuba em conquistas marcantes. Mesmo que se leve em conta que os novos avanços também suscitam reservas, de uma perspectiva socialista, uma coisa fica meridianamente clara. Cuba tentou e explorou vários caminhos que conduzem ao socialismo e há muitas razões que aumentam a esperança otimista de que forjará, em tempo, saídas próprias de construção do socialismo e de passagem para o comunismo.

Esta última digressão sugere o quanto a pequena Cuba ultrapassou as demais nações da América Latina. Pode-se dizer que a revolução mudou a natureza e os conteúdos do horizonte cultural do homem médio cubano, que ela modificou os dinamismos da consciência social e das lutas de classes etc. No entanto, algo sobreleva no quadro global. O que Cuba botou de si própria e da substância íntima do homem pobre e trabalhador para engendrar essa viragem da história. As revoluções não caminham sozinhas. Temos de pensar nisso se não quisermos trabalhar com hipóteses abstratas e ignorar por que coube a essa pequena nação do Caribe colocar as Américas no circuito mais avançado da época do socialismo.

O curso foi projetado para ser desenvolvido ao longo de 18 unidades expositivas de três horas. O programa original era o seguinte:

1 – O passado colonial e neocolonial.
2 – A guerrilha e a conquista do poder.
3 – A transição para o socialismo.
4 – Economia e sociedade.
5 – Estado revolucionário e poder popular.
6 – Presente e futuro: o significado de Cuba para a América Latina.

Depois de iniciado o curso, verifiquei que dispunha apenas de 15 unidades expositivas. O programa foi reformulado. O último tema foi eliminado. O quarto foi reorganizado: economia e sociedade sob o socialismo. O terceiro foi suprimido, mas as principais questões transferidas para as unidades quatro e cinco do programa final (ver o índice). O que vem reproduzido como texto dos capítulos é o roteiro das aulas. Estas chegaram a alcançar de duas horas e meia a três horas, até quatro horas, conforme o tema. Portanto, não há relação entre o conteúdo dos roteiros e o das aulas, embora o caráter sintético daqueles se preste bem à forma de livro. Como o estudante, o leitor terá de colaborar comigo e trabalhar muito para chegar a um conhecimento aproximado mais completo e claro da revolução cubana.*

* Nesta introdução estava contida, na forma de aula, um balanço crítico da bibliografia e a apresentação de um elenco de temas, sugeridos para a preparação dos trabalhos de aproveitamento. Dado o teor didático dessas duas partes, achei melhor suprimi-las.

O PASSADO COLONIAL E NEOCOLONIAL

É difícil fazer um balanço sintético sem alguma arbitrariedade. A crise econômica e política do antigo sistema colonial teve dois pólos – um europeu, outro latino-americano. A partir da Europa, a pressão sobre a Espanha e Portugal concentrava-se nos centros coloniais de maior desenvolvimento econômico relativo, que podiam passar mais rapidamente para o novo sistema de *indirect rule* e nos quais era mais fácil deslocar a dominação espanhola ou portuguesa; a partir da América Latina, a pressão maior surgia das regiões nas quais o desenvolvimento econômico prévio conferia aos estamentos dominantes maiores possibilidades de confrontação vitoriosa com as metrópoles e de realização da revolução política que conduziu ao aparecimento de Estados oligárquicos que iriam balizar e dirigir a "emancipação nacional".

As variações regionais introduziram peculiaridades nessa conhecida evolução. Ela não era universal e, portanto, "mecânica" ou "automática". A Espanha, em particular, lançou-se à defesa do que lhe era possível salvar do velho império na América Latina. Cuba representa um dos baluartes dessa resistência prolongada e pertinaz, que esmagou as rebeliões internas e neutralizou a voracidade externa. Nela, a coroa espanhola dispunha de várias condições favoráveis tanto para a autodefesa militar quanto

para um relativo êxito político e econômico. Por sua vez, seria com o açúcar que Cuba iria atrair a cobiça externa de modo violento, o que contribuiu para retardar a eficácia deste fator e para fazer com que ele se configurasse através dos Estados Unidos (e não da Europa).

Temos, assim, um longo período de dominação colonial espanhola, que chega aos fins de 1898 e não dá início a um Estado soberano (ou "nacional") propriamente dito. As pressões abertamente anexionistas dos Estados Unidos cristalizaram-se nos fins do século 19 e foram endossadas pelos interesses espanhóis. Estes, "com o ânimo de conservar uma boa parte do predomínio alcançado em Cuba, preferiram aliar-se ao jovem e agressivo imperialismo estadunidense" (J. le Riverend, *La Republica*, p. 2).

Em resumo, quase 4 séculos de dominação colonial ininterrupta. Nesse período, o regime colonial filtrou e condicionou várias transformações, inclusive algumas impostas pelas condições de existência imperantes em Cuba ou exigidas por seus habitantes. Contudo, o sistema colonial tinha de atender a dinamismos mais amplos, que nasciam dos interesses metropolitanos, das vicissitudes do império na América Latina ou da situação mundial. Todas essas transformações mereceriam ser discutidas com cuidado, se nosso propósito fosse o de investigar a formação e a evolução de Cuba. Para o nosso corte interpretativo, o que se impõe em primeiro plano é a peculiaridade de Cuba (uma peculiaridade que tem duas faces, uma histórica e outra estrutural; a histórica "não se repete" fora de Cuba, mas a outra é universal entre os países da América Latina que permaneceram na situação neocolonial até meados do século 20, dotados ou não de um Estado nacional). Em Cuba, as rebeliões contra o pacto colonial e a dominação espanhola eclodiram de modo endêmico, atingindo seu apogeu na "guerra dos dez anos" (1868-1878). Contudo, os estratos hegemônicos da população nativa não tiveram condições para impor ou conquistar a emancipação a não ser muito mais tarde, no fim do século 19. De outro lado,

a metrópole organizou-se para defender com unhas e dentes o que sobrara do vasto império em desagregação. Portanto, o fluxo do crescimento econômico e da modernização cultural, do segundo quartel do século 19 em diante, não contou com estruturas de poder que conferissem àqueles estratos a monopolização das decisões e o escudo protetor do Estado "soberano" ou "nacional". A espoliação inerente ao esbulho colonial continuou a imperar e a revolução nacional frustrada converteu-se numa herança política, transferida para o futuro. Fidel Castro identifica-se com essa herança ao retomar a tradição de Martí e sua ideologia revolucionária. Acabar com as ditaduras que apenas prolongavam, como versão militar e política modernizada, a tirania espanhola, e extinguir a satelização aos Estados Unidos, que apenas era uma versão imperialista da dominação colonial, converteram-se nos dois pólos *sine qua non* da revolução nacional.

Tudo isso quer dizer que o passado não nos preocupa, aqui, como um processo histórico vivido e morto, mas como o epicentro de um legado cultural e político permanente, o qual facilitou e exigiu, a um tempo, o enlace dos tempos burgueses e populares da revolução nacional. Trata-se de um passado que acumulou tensões, agravando-as sem cessar e não resolvendo nenhuma delas. Ao materializar-se militar e politicamente essas tensões converteram a revolução nacional em um processo irrefreável, arrasador e construtivo, fazendo com que em menos de 10 anos Cuba saltasse da mentalidade servil da burguesia compradora* para o ultra-radicalismo burguês e para o socialismo.

A revolução não é, pois, uma manifestação exótica do Caribe e tampouco uma projeção extravagante do "elemento fantástico" em Cuba. Os demais países da América Latina que ainda se

* Recapitular: por que o conceito é adequado quanto a Cuba.

acham na situação neocolonial (o Peru inclusive) comprovam que não existe outra saída senão aquela que resgata o país das tensões acumuladas e libera-o para encontrar vias de autodeterminação anticapitalistas e socialistas. As dificuldades que temos de enfrentar são, por conseguinte, expositivas. Como sintetizar e como escolher, nessa longa evolução de 4 séculos, o que tem maior relevância para a compreensão do nosso tema? Como proceder para não pulverizar esse passado ou para não reduzi-lo a certas categorias intelectuais abstratas, sem significado histórico vivo? Dentro de minhas limitações procurei uma linha descritiva que parece permitir, pelo menos, uma rotação histórica produtiva: o "núcleo" do mundo colonial em Cuba; o desabrochar tardio e instável desse mundo colonial sob a dominação espanhola, que se renova durante o século 19; a reconstrução e a intensa modernização desse mesmo mundo colonial pela sua inscrição em nova órbita imperial, mais próxima, mais poderosa e, também, mais insaciável. Percorrendo esse caminho, subdividi a matéria em três tópicos entrelaçados (e que são discutidos independentemente uns dos outros, por motivos didáticos): 1. Cuba sob o antigo regime colonial; 2. aceleração do desenvolvimento colonial pela frustração da emancipação nacional; 3. o neocolonialismo na dominação imperialista. Note-se, não pretendo dizer que a ausência de fatores (como a revolução nacional, em certa época) seja um dado explicativo, mas salientar o que produz a continuidade do elemento colonial em um contexto histórico que exigia a concomitância de liberação nacional e a absorção de um modelo mais complexo de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, Cuba tomou o que lhe foi negado com suas próprias mãos. E, ao fazer justiça, levou-a até o fim.

1 - Cuba sob o antigo regime colonial

Não nos interessa discutir o antigo regime colonial ou como ele foi posto em prática na América espanhola e em Cuba (em contraposição ao Brasil, por exemplo, como "América portuguesa"). Os que quiserem fazer essa recapitulação (sob muitos aspectos necessária) poderão cotejar os seguintes livros com a bibliografia recomendada pelos autores: F. Novais, *Estrutura e dinâmica do sistema colonial,* Lisboa, Livros Horizonte, 1975; C. S. Assadourian e outros, *Modos de producción en America Latina,* Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 2º ed., 1974 (os dois ensaios de Ciro Flamarion Cardoso, pp. 83-109 e 135-159); e S. S. Stein e B. H. Stein, *The colonial heritage of Latin America. Essays in economic dependence in perspective,* Nova York, Oxford University Press, 1970. Quanto a Cuba, Ramiro Guerra, *Manual de historia de Cuba;* J. Le Riverend, *Historia económica de Cuba,* esp. parte II, caps. IV-XIII; O. Pino Santos, *Aspectos fundamentales dela historia de Cuba,* caps. I-XVII; M. Moreno Fraginals, *El ingenio,* vols. I e II, *passim;* H. S. Klein, *Slavery in the Americas* (esp. pp. 2-22, 57-85, 128-164 e 194-227; como irei utilizar muitos dados levantados por este autor, a leitura é fundamental). Para cotejar com o Brasil, F. Fernandes, *Circuito fechado,* São Paulo, Hucitec, 1976 (cap. 1).

Três pontos específicos precisam ser recapitulados, por sua importância analítica. Primeiro, a coroa de Castela aplicou a *contratación* em escala universal (pois essa instituição constituiu uma das bases da conquista – os vassalos foram mobilizados, em suas riquezas, talentos e poder militar ou político, em proveito da "grandeza da Coroa"; no contexto histórico, porém, não se tratava, de modo específico, de uma manifestação da iniciativa privada, como pretendem muitos historiadores estadunidenses) e, assim que pôde modificar o padrão de colonização, deslocou e substituiu por funcionários próprios os vassalos em questão. No caso de Cuba, Castela recuperou todos os direitos e regalias herdados por Diogo Colombo, conferindo ao vice-rei uma pensão compensadora (um processo rápido, que se completa sob o governador Diego Velázquez). Segundo, as instituições da *encomienda* também foram aplicadas de forma universal. Em Cuba, ela realizou sua função básica de aprovisionar os colonos

de força de trabalho escrava disfarçada e de proporcionar à colonização meios demográficos e materiais elementares. Essa instituição encontrou forte oposição das populações nativas, submetidas a uma dizimação inconcebível (resultante dos maus-tratos, do trabalho forçado em condições e ritmo desumanos, da má alimentação, da desorganização dos modos tradicionais de vida, de contágio e perda do interesse pela sobrevivência etc.). E, com o tempo, essas manifestações de resistência encontraram advogados entre os missionários (saliente-se Bartolomeu de Las Casas, o mais famoso; ele próprio um antigo *encomendero* em Cuba). Aranda menciona que entre o descobrimento e 1558, data da abolição das *encomiendas*, as populações nativas passaram de 80 mil ou 100 mil para 5 mil pessoas (*La revolución agraria en Cuba*, pp. 227-228). Outros autores propõem estimativas menores, mas a conquista desabou sobre as populações nativas como uma hecatombe. O escravo africano tornou-se a alternativa existente como fonte de trabalho forçado nas minas, nas tentativas de implantação do açúcar e na produção de mantimentos (veja-se, especialmente de F. Ortiz, "Del inicio de la trata de negros esclavos en America e su relación con los ingenios de azúcar y del vituperio que cayo sobre Bartolomé de Las Casas", *in* "Historia, etnografía" etc., o segundo ensaio contido em *Contrapunteo*, pp. 346-372). O desenvolvimento da escravidão foi constante, mas o clímax na evolução dessa instituição só foi alcançado em Cuba durante o século 19. Terceiro, Castela procurou impedir uma estrutura fundiária feudalizante e, por isso, os privilégios decorrentes do monopólio da terra e dos direitos conferidos pela Coroa não passavam de uma ou duas gerações. Contudo, os *hacendados* contaram com a franquia ou a imunidade de suas propriedades agrárias (Ortiz chega a chamar esse direito exclusivo de *magna charta* dos *hacendados*). Só em 1848 é que se tornaria possível renunciar a tal privilégio; e é somente de 1865 em diante que os novos engenhos deixam de gozar do "benefício" ou imunidade legal (cf. F. Ortiz, 'Historia, etnografía" etc., pp. 387-388 de *Contrapunteo*). Por conseguinte, o desaparecimento do "privilégio imobiliário e industrial" do *hacendado* marca uma etapa na penetração do capitalismo mercantil no controle global da produção dos engenhos.

Para o que nos interessa desvendar, a respeito do funcionamento do antigo regime colonial em Cuba, basta situar dois temas-chave. Primeiro, as conseqüências da posição estratégica de Cuba no seio do vasto império colonial espanhol. Segundo, as linhas de desenvolvimento colonial abertas a Cuba e o que elas representaram para as possibilidades de consolidação ou de desagregação da dominação colonial no momento histórico em que o antigo sistema colonial entrou em crise irreversível.

Tão próxima de Santo Domingo, do Haiti e da Jamaica, bem como do México (210 km, com referência à península do Yucatan) e da Flórida (180 km, com referência ao estreito da Flórida), Cuba adquiriu desde logo uma importância estratégica para Castela e, posteriormente, para a Espanha, seja como porto de escala e praça de armas, seja como privilegiada de comunicação com as Américas Central e do Sul. Ao longo do crescimento, do apogeu e da decadência do império colonial espanhol, essa importância estratégica manteve-se inalterada ou chegou a aumentar. Isso obrigou a metrópole a dotar Cuba e especialmente La Habana de condições para funcionar como entreposto militar e comercial de certo porte. Em outras palavras, uma parte da diferenciação colonial de Cuba nasce de fatores exógenos, decorrentes de sua incorporação à estrutura, transformações e funcionamento do próprio império colonial. Ao longo do tempo, desde os alvores do século 16, esse fato teve importância para o afluxo de segmentos estáveis ou altamente móveis da população, a especialização militar de La Habana, principalmente, a expansão do comércio ou da produção de gêneros, os ritmos da urbanização etc. Os conflitos com as potências empenhadas em desagregar o império colonial da Espanha, os ataques de piratas ou corsários, a exploração da Flórida e a crise final do antigo sistema colonial só intensificaram essa tendência,

que converteu Cuba em baluarte militar, marítimo e comercial da Espanha nas Américas.

As condições naturais de Cuba eram propícias tanto à exploração direta do butim (havia jazidas de ouro e várias madeiras preciosas) quanto à produção de gêneros e de artigos coloniais importantes (como o tabaco, o açúcar etc.) e à introdução da criação organizada (de bois, porcos, cabras, carneiros, cavalos, aves etc.). Uma boa parte dessas possibilidades foram aproveitadas concretamente, na produção de mantimentos para as frotas e para a tropa ou a população local. Não obstante, por muito tempo Cuba permaneceu como uma pérola sem brilho do império colonial. O ouro e a madeira deram azo a explorações importantes, mas de curta duração; malgrado a importância da criação, ela não gerou um verdadeiro eixo de expansão da vida econômica. Contudo, à criação se ligam a ocupação do solo, o aparecimento das *haciendas comuneras*, o crescimento da economia de subsistência e a expansão da população. Esses efeitos, em conjunto, conferem-lhe um significado especial na conformação e na evolução da economia agrária cubana (ver, a respeito, esp. Ramiro Guerra, *Azúcar y población en las Antillas,* caps. V e VI). O que se poderia descrever como arranque econômico colonial não se processou sob o fastígio do antigo sistema: até meados do século 17 somente o tabaco chegou a desfrutar de significado de monta (não obstante, em 1717 se produziam 8 milhões de libras de tabaco e, em 1788, essa cifra era de 9 milhões de libras: cf. Klein, *op. cit.,* p. 149). F. Ortiz afirma que o tabaco cubano só "saiu à conquista do mundo em 1782", depois que os ingleses conquistaram La Habana (cf. *Contrapunteo,* p. 107). O café, por sua vez, começou a ser explorado no fim do século 18, e o açúcar, que iria fornecer a órbita da revolução colonial na posição de Cuba, desprendeu-se de um crescimento lento também na transição do século 18 para o século 19. Condições externas, vinculadas ao deslocamento de plantadores e capitais franceses de Santo Domingo para Cuba, no caso do café, e com a revolução no Haiti, de 1789 a 1804, no caso do açúcar, explicam esse súbito florescimento.

Por conseguinte, o que caracteriza a economia colonial cubana, até o fim do século 18, é um dinâmico comércio, movimentado por fluxos metropolitanos, uma economia agrícola diversificada e na qual havia lugar tanto para o produtor branco e livre quanto para o produtor negro e mestiço, escravo ou livre (na próxima exposição serão examinados os problemas relacionados com a organização do trabalho), uma enorme diferenciação do trabalho e uma expansão relativa do setor urbano, que se refletia na diferenciação do trabalho (inclusive no volume de trabalho servil, investido no setor urbano). Essa diversificação da economia teve reflexos tanto no padrão de composição da população quanto na proporção de negros e mulatos livres sobre os negros e mulatos escravos (muitos trabalhos, na cidade ou no campo, não eram compatíveis com a escravidão: eles proporcionariam oportunidades incontroláveis de fugas sistemáticas), na distribuição racial da qualificação artesanal para várias ocupações e profissões numa linha relativamente aberta (o que prevalecia era a necessidade de mão-de-obra), no aproveitamento do negro e do mestiço na tropa (um interesse da Coroa, que se expande gradualmente), em instituições como a *coartación,* o *palenque* e a *marronería* (cujas proporções e tolerância só podem ser compreendidos à luz da situação da sociedade colonial). Não obstante a extensão e importância do trabalho livre (por causa do tabaco, da criação e do tamanho do setor urbano), a escravidão "era todavia a base fundamental da exploração colonial da Espanha, contra a qual era delituoso atentar" (F. Ortiz, "Historia, etnografia" etc., p. 368).

Poder-se-ia dizer que essa economia colonial diversificada mantinha-se no limite dos fluxos mínimos para a existência da produção e do mercado colonial: seus dinamismos eram suficientes para aumentar a continuidade de um crescimento colonial fraco (ou "contido") e para a reprodução da ordem econômica colonial

correspondente. Em suma, nenhum setor da sociedade era bastante forte para negar o pacto colonial a partir das estruturas coloniais da produção e do mercado. O que fazia com que os estamentos privilegiados e proprietários não dispusessem de uma base material para desafiar a dominação colonial e tentar deslocá-la em proveito próprio. Viam-se, assim, forçados a contemporizar e a comprometer-se com os interesses diretos ou indiretos da metrópole, malgrado o inconformismo contra o estancamento econômico, o esbulho colonial, os conflitos com a Coroa ou seus funcionários e o potencial de rebelião latente (que só iria "explodir" dos fins da terceira década do século 19 em diante, mas sempre tolhido pelo fortalecimento que a dominação colonial direta ganhou ao tornar-se instrumental ou simplesmente superpor-se à transformação do padrão de desenvolvimento colonial).

Por sua vez, a esse padrão de organização da economia colonial corresponde um padrão demográfico típico. Há um constante crescimento da população escrava. Contudo, a proporção de escravos na população trabalhadora adapta-se a essa economia diferenciada e à sociedade correspondente. Somente entre os fins do século 18 e o primeiro quartel do século 19, com a seleção final de produtos tropicais "dinâmicos" ou o aparecimento de novas oportunidades no mercado mundial, a pressão sobre a força de trabalho escravo iria aumentar de forma desproporcional. Apenas como indicação sumária: é provável que Fernando Velázquez tenha trazido negros escravos consigo, em sua primeira expedição, em 1511; em 1515 a própria Coroa introduziu 12 escravos negros de sua propriedade (cf. Klein, p. 141); em 1532 já havia 500 negros escravos em Cuba, mas o cabildo suplicava o envio de mais escravos e em 1535 esse número duplicara (cf. F. Ortiz, "Historia, etnografia" etc., *op. cit.*, pp. 386 e 387); em 1595 o cabildo municipal de La Habana e o governador solicitaram medidas especiais para o fomento da fundação de engenhos de açúcar, atendidas pela Coroa, que realizou investimentos de certa monta e assim acelerou a produção

do produto (em 1610 La Habana já exportava açúcar; cf. Ortiz, *loc. cit.*). Calcula-se que por volta de 1606 viviam em Cuba cerca de 20 mil escravos negros, estimando-se, no fim do século 17, que a população negra e mestiça seria de 40 mil pessoas (cf. Klein, p. 142 e 147). O censo de 1774 registrava uma população de 172.620 pessoas, 96.440 brancos e 76.180 negros e mestiços, dos quais 31.847 livres e 44.333 escravos (cf. Aranda, p. 231). Portanto, no limiar do último quartel do século 18 existia um padrão de composição demográfica que refletia o padrão da composição econômica da sociedade. Os brancos ainda constituíam a maioria, com aproximadamente 56% da população; os escravos representavam mais que o dobro da população negra e mestiça, mas apenas pouco mais que 1/4 da população total. Em seguida, isso iria se alterar com certa rapidez, em função da produção do café, do tabaco e principalmente do açúcar (como se verá na próxima exposição). Não obstante, até este limite podemos refletir sociologicamente sobre as potencialidades de Cuba em função desse legado de mínimos da economia e da sociedade, construídas entre os séculos 16 e 18.

Enquanto em outras sociedades coloniais da América Latina os estamentos proprietários, especialmente nos estratos voltados para a produção e a exportação de produtos tropicais, associavam o liberalismo à crítica do pacto colonial, na situação cubana o decisivo era explorar as novas oportunidades ainda sob o pacto colonial. Os *hacendados* não dispunham de uma base material que lhes permitisse, a um tempo, lutar contra a Coroa e substituí-la; eles não podiam, pois, desempenhar (naquele momento e mesmo meio século depois) o papel histórico de estamento revolucionário. Sua situação de interesses não se voltava para a emancipação nacional e a constituição de um Estado soberano, mas para a continuidade do *status quo* e, principalmente, para a eclosão econômica que entrou em curso dos fins do século 18 em diante. Os interesses espanhóis, por sua vez, revelaram-se relativamente flexíveis e articularam-se com ou-

tros interesses estrangeiros envolvidos nas transformações em processo, facilitando essa inesperada revolução econômica dentro da ordem, que permitia manter a dominação colonial direta, afastando-a de uma crise precoce e, mesmo sob certos aspectos, impregnando-a de maior eficácia econômica, militar e política. O seguinte texto comprova essa interpretação: "já em 1798, o influente hacendado cubano Francisco de Arango y Parreño vislumbrava o proveito que se podia tirar da revolução haitiana, no negócio do açúcar. Ele advogaria fervorosamente diante da Corte da Espanha a liberdade de comércio da ilha, fazendo finca-pé em que tal liberdade, ao permitir o acesso dos produtores cubanos ao mercado estadunidense, proporcionaria à metrópole avultadas arrecadações. 'Cuba não tem outra alternativa senão esta: perecer, ou poder vender seu açúcar ao estrangeiro sem nenhuma interrupção. Por esse comércio tem de receber tudo o que consome e sem ele não pode pagar o valor desse consumo.' Essas palavras plasmavam o que veio a ser o destino da ilha quanto à sua inserção no mercado capitalista, a partir do século 19. Selavam a ideologia das classes dominantes cubanas, assim como a das burguesias metropolitanas" (G. Pierre-Charles, *Génesis de la revolución cubana*, pp. 21-22).

2 - Aceleração do desenvolvimento colonial sob frustração da emancipação nacional

Em termos de florescimento econômico e de modernização, o século 19 poderia ser chamado o século de ouro da era colonial em Cuba. Esse florescimento resultou, naturalmente, da exploração do café, do tabaco e, principalmente, da rápida transformação do açúcar em produto dominante na produção e na exportação. Ocorreu, pois, uma revolução econômica dentro da ordem colonial que, de um lado, estimulou o escravismo e a concentração da propriedade fundiária e, de outro, suscitou uma intensa modernização tecnológica e uma profunda transformação das relações de classes (seria melhor dizer: entre os vários

estamentos e castas). O peculiar, de um ângulo histórico sociológico, é que essa evolução, em Cuba, se dá dentro e através da dominação colonial direta da Espanha. O antigo regime colonial não foi nem abolido nem derrocado: ele se adaptou às condições históricas em que ocorre essa revolucionária alteração do padrão de desenvolvimento econômico e sociocultural da colônia. A conjunção entre escravidão e latifúndio se extinguiria antes do fim do século; porém, a ligação dinâmica do latifúndio com o açúcar continua e alcança proporções ainda maiores na evolução ulterior. Tudo isso faz com que as transformações, iniciadas durante esse século [19], tivessem conseqüências enormes tanto para impedir a eclosão de uma revolução de emancipação nacional suficientemente forte, quanto para condicionar e permitir a conversão da dominação colonial direta em dominação colonial indireta permanente (na verdade, sob um tipo de *indirect rule* que não seria exclusivo mas que em nenhuma parte chegou a ser tão completo).

A Espanha demonstrou certa flexibilidade na condução de seus negócios econômicos e dos seus assuntos políticos, o que se tornou possível graças à colaboração ativa ou passiva dos estratos mais importantes dos estamentos proprietários. Muitas alterações entraram na categoria dos fatos consumados. Outras nasceram como imposições das próprias alterações socioeconômicas, que não poderiam ser detidas: o impulso capitalista vinha rente à revolução econômica dentro da ordem colonial e não havia como detê-lo. A Espanha teve de avançar para prevenir o pior, através de concessões ou de inovações que pressupunham mudanças político-legais funcionais para ajustar a dominação direta aos avanços realizados ou em processo, pelos quais os estamentos privilegiados ganhavam maior autonomia relativa e Cuba podia aproveitar melhor os novos fluxos do capitalismo comercial, nas relações com países europeus e, principalmente, com os Estados Unidos. É claro que tanto a flexibilidade da Espanha quanto as iniciativas dos próprios cubanos pertencentes aos estamentos pri-

vilegiados tornaram-se factíveis graças à expansão anterior da burocracia colonial, ao grau de desenvolvimento urbano-comercial e ao plano de segurança militar da colônia. A metropolização prévia de várias estruturas administrativas, econômicas e sociais dessa sociedade colonial pagava, por fim, dividendos inesperados, servindo de patamar a uma evolução que conflitava com o momento histórico, em escala mundial ou latino-americana. Em suma, os espanhóis contavam com uma sociedade colonial maleável, apta a absorver um padrão mais complexo de desenvolvimento colonial e o fluxo correspondente de modernização tecnológica, mantendo-se as demais condições da ordem existente ou contando-se com a vantagem de controlar suas transformações, em último caso pelo recurso à força e à brutalidade. Na verdade, essa flexibilidade ou maleabilidade custou muito caro ao povo cubano. A mencionada revolução dentro da ordem colonial só beneficiou aos espanhóis, aos estamentos privilegiados (ou mesmo, ultraprivilegiados) e aos interesses capitalistas externos. A possibilidade de modernizar a colonização e a possibilidade ainda mais importante para eles de levar a colonização até ao fundo casaram a modernidade de Cuba com um destino colonial. Todavia, o sistema de poder inerente à dominação colonial direta era posto à prova e, a largo prazo, ele seria submetido a testes que passavam pela violência política, espontânea e organizada.

Esse período da vida colonial em Cuba apresenta, pois, extremo interesse para uma análise que pretenda associar passado e presente. A demarcação dos limites históricos possui, inevitavelmente, uma complexidade insuperável (de onde partir, e onde terminar?). Para os fins desta discussão, contudo, podemos omitir certas exigências da explicação histórica, tomando o último quartel do século 18 e a revolução de 1895 como as balizas temporais da reflexão sociológica. É evidente que a fase posterior, na qual se organiza a dominação colonial indireta, lança suas raízes nos meados do século 19 (em termos econômicos), no fracasso da "revolução dos dez anos" e na traição à revolução de 1895 (em

termos políticos), uma traição que é, simultaneamente, um fenômeno espanhol, cubano e estadunidense. No entanto, o período central para entender por que a moderna Cuba estava condenada a gravitar em torno dos Estados Unidos e poderia, também, realizar a "revolução dentro da revolução" é este. É preciso ser claro: ele surge à análise, simultaneamente, como o período de apogeu da era colonial e o período de formação de Cuba moderna (ou seja, de crise e extinção do antigo sistema colonial). Estas são as duas faces da mesma moeda, pois Cuba não estava fora ou acima dos circuitos da história mundial. Para salientar as dimensões e as facetas dessa realidade histórica tão contraditória procurei isolar três aspectos da revolução dentro da ordem colonial que as revelam de forma mais incisiva: 1. as alterações no sistema de produção e seus reflexos sobre a composição da população; 2. as transformações da organização do trabalho; 3. a impossibilidade de "modernizar a colonização" e de "levá-la até ao fundo" mediante um sistema de poder estruturado para a dominação colonial direta.

O último quartel do século 18 e o início do século 19 assinalam como Cuba chega a selecionar o seu grande produto colonial. Lograda esta descoberta, ela se converte em uma "feitoria do açúcar", como já se disse, e se organiza para explorá-lo e ser explorada em função dele. O eixo da rotação inicial era tríplice – o café, o tabaco e o próprio açúcar. Não obstante, o café teve um ciclo meteórico e seu rápido declínio serviu para deslocar capitais, mão-de-obra escrava e terras para a órbita do açúcar.

Introduzido em 1768, o café só se tornaria comercialmente significativo na última década do século. Como exigia o regime de plantação, ele atraiu fortes investimentos de capital em mão-de-obra escrava. De acordo com H. S. Klein, sua produção cresceu rapidamente, indo de 7 mil arrobas, em 1790, a 900 mil em 1815; nesta data, absorvia o trabalho de cerca de 28 mil escravos e conferia a Cuba uma posição forte no mercado mundial do produto (cf. *Slavery in the Americas*, p. 149). Sua produção, em 1827, era estima-

da em 33 mil toneladas métricas, das quais se exportavam 26,2 mil toneladas (S. Aranda, *La revolución agraria en Cuba*, p. 232).

O açúcar, por sua vez, experimentou um crescimento acelerado nesse período. "Assim, sua produção durante 1780-1789 atingiu cerca de 1 milhão de arrobas por ano, 2 milhões no período 1790-1799, e praticamente dobrou a cada década até que, por volta de 1850, a ilha produzia quase 30 milhões de arrobas por ano." (H. S. Klein, *op. cit.*, p. 150.) Os dados coligidos por Aranda completam a descrição dessa impressionante evolução: em 1775, 473 engenhos produziam 1,3 milhão de arrobas de açúcar (ou 14.950 toneladas métricas); em 1827, cerca de mil engenhos produziam 8,091 milhões de arrobas (ou 93.047 toneladas métricas). A ilha exportara, nesta data, 5.967.066 arrobas de açúcar, 2.606.739 arrobas de melado e 2.664 pipas de aguardente de cana (*op. cit.*, p. 232).

As tendências de aumento da produção do café e do açúcar desencadearam uma procura crescente de mão-de-obra escrava. "O número de escravos chegados à ilha se eleva de forma extraordinária: passou de 3.271 anuais no período de 1796-1800, a 7 mil anuais até 1805, alcançando entre 1816-1820 a média de 17 mil anuais, ou seja, em torno de meio milhão de escravos na primeira metade do século 19." (G. Pierre-Charles, *Génesis de la revolución cubana*, p. 20.)

A população dá um salto paralelo e sua composição alcança o padrão típico de uma economia colonial. O censo de 1827 (cf. S. Aranda, *op. cit.*, p. 231) continha as seguintes cifras: população total, 704.487 pessoas; brancos, 311.051 (44%) pessoas; negros e mestiços, 393.436 (56%), dos quais 106.454 livres (15%) e 286.942 escravos (41%). A proporção de escravos na população negra e mestiça era, aproximadamente, de 77%. Pelas estimativas de Humboldt fica-se sabendo que, em 1825, 221 mil escravos viviam no campo, assim distribuídos: 70 mil nas plantações de açúcar, 50 mil nos cafezais, e mais de 100 mil em pequenas plantações e atividades dispersas (*idem*). É interessante notar que, pelo censo de 1846, 116.735 escravos trabalhavam nos engenhos de açúcar, representando 18% da população negra e mestiça, e que, em 1860, estimava-se que havia quase 150 mil escravos nas plantações de açúcar, ou seja, cerca de 24% da população negra e mestiça e 38% da população escrava (cf. H. S. Klein, *op. cit.*, p. 152). Do mesmo modo, é relevante lembrar que o padrão de propriedade do escravo variava do campo para a cidade. Assim, o censo de 1855 (cf. *op. cit.*, p. 160) registrava 283.625 escravos rurais para 25.947 senhores rurais (ou seja, um proprietário para 10,9 escravos) e 65.121 escravos urbanos para 20.947 senhores urbanos (ou seja, um proprietário para 3,1 escravos). Boa parte desses escravos ocupava-se de trabalhos proporcionados por mestres artesãos brancos.

Essas mudanças de ritmo e de volume afetavam, naturalmente, tanto a estrutura da produção quanto a incorporação de tecnologia moderna e o significado comercial de Cuba. A expansão dos cafezais e das plantações de cana não acarretava a introdução de uma nova forma de produção. Todavia, pela primeira vez o escravismo atingia um nível de saturação máxima e isso iria ocorrer no clímax do desenvolvimento colonial e sob a égide de sua combinação com uma nova organização econômica do espaço e com novas técnicas de produção. Na verdade, o florescimento colonial tardio coincidia com um novo modo de incorporação de Cuba ao mercado mundial, à tecnologia agroindustrial de ponta e aos dinamismos da economia estadunidense. Por conseguinte, primeiro o café, e quase concomitantemente o açúcar, desencadearam uma evolução de longa duração, a qual, graças ao açúcar – como indicam as interpretações de Ramiro Guerra –, tornou-se demasiado complexa para ser compatibilizada com o antigo sistema colonial e para nele ser contida. O patamar dessa evolução, é claro, podia ser construído e dinamizado nos quadros das formas coloniais de produção, herdadas do passado. Todavia, ao avançar ela ficaria tão complexa e dinâmica que teria de abrir novos rumos históricos – de início, pressionando a dinamização do escravismo e conduzindo à concentração fundiária, pela qual o latifúndio se tornou um concomitante da expansão do açúcar e do seu predomínio desproporcional na econo-

mia cubana. A médio prazo, porém, essa evolução se desprende da órbita colonial e volta-se contra ela.

Essa mutação tem muito que ver com a natureza intrínseca da própria evolução, que se fundava em vastos capitais e exigia fortes fluxos de modernização tecnológica. As circunstâncias circunscreveram seu aparecimento e primeiro surto à ordem colonial. Ela era, porém, extracolonial e ultracolonial (de fato, a ordem colonial era uma forma arcaica e constrangedora, com referência à estrutura íntima e aos dinamismos específicos da mutação considerada e, ao objetivar-se, iria mostrar sua verdadeira face). O ponto central de sua ruptura com o passado e com a dominação colonial direta estava na tecnologia requerida e na organização tecnológica do espaço que a grande plantação mercantil de açúcar impunha. Fernando Ortiz descreve a fundo os vários aspectos dessa revolução tecnológica, que começa com a introdução da máquina a vapor nos trapiches cubanos, em 1820; aprofunda-se com a construção de estradas de ferro, encetada por iniciativa de fazendeiros crioulos em 1837 – as quais seriam aplicadas em larga escala em seguida, depois da "guerra dos dez anos", com a invenção dos trilhos de aço e o conseqüente barateamento dos custos: as vias férreas ligam entre si as várias partes do engenho ou as zonas de açúcar com os portos de armazenagem e de embarque; e se universaliza no último quartel do século: a mecanização alcança o "último trâmite fabril, ou seja, as turbinas ou purgadoras centrífugas". Então, "tudo é mecânico, nada se faz a mão" (ver F. Ortiz, *Contrapunteo,* pp. 68-70. Todo o ensaio deve ser lido cuidadosamente). Portanto, o desenvolvimento da grande plantação de açúcar, pelas proporções que ela assume e pelos dinamismos econômicos envolvidos, iria entrar em conflito com as limitações e as potencialidades intrínsecas ao antigo sistema colonial. A crise histórica do escravismo agravou esse conflito, deixando a descoberto as inconsistências da dominação colonial direta e a impossibilidade de conciliar o "despertar de Cuba" com a ordem imperante na velha sociedade colonial.

O açúcar, por sua vez, altera o significado de Cuba no mercado mundial e sua importância para os grandes centros financeiros. Já no início dessa evolução a Espanha viu-se forçada a abrir uma brecha no pacto colonial exclusivo, permitindo a Cuba, em 1818, vender seu açúcar nos Estados Unidos (cf. G. Pierre-Charles, *Génesis de la revolución cubana,* p. 22). As cifras mencionadas acima, relativas à produção e à exportação do produto, salientam por si mesmas que a posição de Cuba no mercado mundial sofrera substancial alteração. Daí em diante ela iria atrair a voracidade dos grandes centros financeiros e converter-se em uma "presa colonial" tentadora. Isso forçava os interesses espanhóis a um permanente jogo contraditório, pelo qual tentavam imprimir o máximo de flexibilidade à dominação colonial direta e, ao mesmo tempo, fortalecer suas garras, aos níveis econômico, político e militar, a partir de dentro da sociedade colonial. O que não impediu (nem poderia impedir), que o circuito da revolução dentro da ordem transbordasse, completando-se contra os interesses espanhóis e, portanto, contra a continuidade do antigo sistema colonial. A Tabela 1, organizada por J. le Riverend (cf. *Historia económica de Cuba,* p. 186, *apud* G. Pierre-Charles, *loc. cit.*), evidencia o sentido e as conseqüências de tal desfecho histórico:

TABELA 1 - Cuba: destino e procedência do comércio exterior (1880-1886) (em porcentagem)

País	*Exportação*	*Importação*
Estados Unidos	62%	20%
Grã-Bretanha	22%	20%
Espanha	3%	30%
Outros	13%	30%

De fato, o vínculo colonial de Cuba com a Espanha repousava sobre processos estáticos (de reprodução da ordem existente) e numa relação parasitária insustentável entre a metrópole e a colônia. O sistema de poder colonial, fundado na dominação

direta, perdera sua base econômica. Ele se sustentava na força militar, no apoio direto ou indireto que os interesses espanhóis recebiam de muitos *hacendados* e negociantes cubanos e na confiança dos estadunidenses na eficácia desses interesses para manter a estabilidade da ordem vigente. A "guerra dos dez anos", porém, indica de maneira precoce que as fraturas da base econômica eram irrecuperáveis e que as soluções internas passavam pela emancipação nacional.

O segundo tema poderia ser negligenciado, pois as alterações quantitativas e qualitativas do sistema de produção apontam claramente para as transformações decorrentes da organização do trabalho. Não obstante, a mudança da escala de produção e de técnicas produtivas se superpõe a certas peculiaridades nas relações de trabalho na produção do açúcar, acentuando o caráter explosivo do escravismo numa sociedade que atinge tardiamente o clímax do desenvolvimento colonial. Além disso, a produção de tabaco mantém-se, até quase o fim do século, nos moldes tradicionais e os contrastes, apanhados de forma tão sutil por Fernando Ortiz, no seu famoso ensaio, agravavam as tensões criadas pela coexistência de trabalho livre e trabalho escravo. Portanto, a organização das relações de trabalho não interessa por si mesma. Ela permite entender melhor o contexto social que tornou a emancipação nacional prematura, entre 1868 e 1878, e pouco provável entre 1895 e 1898.

Por enquanto, ainda não nos interessam todas as conseqüências da imensa transformação do engenho. Entre a década de 1820 e os últimos 20 anos do século 19 as alterações ocorridas foram notáveis – e, em certo sentido, cataclísmicas para o equilíbrio da sociedade colonial. Duas coisas merecem maior atenção, em termos do objeto desta análise. Primeiro, a mecanização altera, de imediato, o tamanho do engenho e a forma de exploração do trabalho escravo ou de sua combinação com o trabalho livre. Como escreve F. Ortiz, "graças ao vapor, tudo se torna novo na maquinaria do engenho; também tudo se torna grande" (*op. cit.*, p. 69). O processo desenrola-se gradativamente, em função dos dinamismos do crescimento econômico e dos obstáculos à expansão da rede ferroviária (que só se completa nas duas últimas décadas do século 19). Segundo, essa é uma evolução de larga duração, que deveria culminar no "engenho supercentral". Ora, por volta de 1880, na província de Matanzas, a extensão territorial do engenho ainda não é enorme: cada engenho possuía, em média, 49 *caballerias** e tinha semeadas 23 *caballerias* de canaviais. O processo avançava tão depressa que, em 1890, o engenho Constancia produzia safras de 135 mil sacos de açúcar, consideradas as maiores do mundo (cf. F. Ortiz, *op. cit.*, p. 69-70). Em contraste, com o tabaco as condições de cultivo e de elaboração industrial mantinham-se em formas artesanais e de trabalho do produtor ou assalariado. A *vega*** é pequena e corresponde ao padrão agrícola da horticultura; não forma latifúndios nem fomenta a concentração agrária. Os donos das *vegas* não são fazendeiros, mas *monteros*, *sitieros* ou *guajiros*, que vivem nos *bohíos*, sendo predominantemente brancos e livres. A manufatura do tabaco, por sua vez, só depois de meados do século começa a ser absorvida pelo capitalismo industrial. Ela se mantém como uma atividade urbana que exigia pouco pessoal altamente treinado e especializado, de baixa densidade de maquinaria. Prevalecia, pois, no campo e na cidade a pequena produção em moldes artesanais (cf. F. Ortiz, *op. cit*, p. 76-77). Ao penetrar na produção e na industrialização do tabaco, o capitalismo iria alterar essas condições, dentro de linhas que decorriam da qualificação da mão-de-obra e das imposições do trabalho livre (cf. *idem*, p. 96).

Essas peculiaridades na produção e na industrialização do açúcar e do tabaco tiveram óbvias conseqüências sociais. A transformação do engenho pressionou o crescimento da força de tra-

* Cada *caballeria* equivale, aproximadamente, a 13,45 hectares.

** As culturas de tabaco, nas várzeas.

SENADO FEDERAL BIBLIOTECA

balho escrava. O tabaco manteve-se preso à rede do trabalho livre e o seu setor urbano origina um desenvolvimento precoce da consciência operária, centrado nas atitudes e nos comportamentos dos tabaqueiros. O que importa são as relações entre as formas de organização do trabalho e os conflitos sociais que elas comportavam e liberavam (ver F. Ortiz, *op. cit.*, pp. 120 e segs.). O escravo rompia com a ordem de modo violento, convertendo-se em cimarrãos e buscando proteção nos *palenques*. "As greves nos engenhos e cafezais foram a rebeldia dos negros escravos. Algumas das grandes sedições de escravos foram descritas pelas próprias autoridades como verdadeiras revoluções sociais planejadas para a liberação do trabalho açucareiro. Com o fim dos escravos o proletário rústico que os substituiu foi geralmente quieto, antes e depois da última revolução pela independência, a qual não teve o mesmo sentido social que a de 1868 com a abolição da escravidão. Tanto o *guajiro* das lavouras e os cortadores de safras como os operários das máquinas participam do caráter fundamentalmente rural do proletariado açucareiro, mais desagregado, menos lido e menos disposto à organização coletiva, permanente e dirigida. Só no século 20, agora que os engenhos são cidades com centenas de povoadores em seus *bateyes*, aparecem na massa trabalhadora fabril, menos camponesa que antes, a consciência de sua classe, o esforço de sua organização e o impulso das "reivindicações" (F. Ortiz, *idem*, pp. 121-122). O cultivador de tabaco, por seu lado, não precisava recorrer à violência para alterar seu *status* ou por causa das condições de trabalho (seus conflitos vinculavam-se a abusos que surgiam na fase propriamente comercial das negociações do produto do trabalho). O tabaqueiro, por sua vez, ao proletarizar-se, mantém o orgulho artesanal e o combina a formas operárias de luta social ou econômica. Recorre à greve dentro de "uma consciência de classe proletária" *(idem*, p. 124). A prática da leitura durante o trabalho desenvolvera nesse setor maior instrução, maior sensibilidade política e maior interesse pelos meios próprios de comunicação, solidariedade e propaganda, com fortes impulsões socialistas *(idem*, pp. 125-127). Quando a última revolução nacional atinge seu apogeu, é entre eles que surge o maior apoio popular ao movimento e muitos leitores contavam entre os líderes proletários da insurreição *(idem, loc. cit.)*. Por fim, ao completar-se todo o ciclo, assiste-se a uma dupla migração de sentido contrário: os tabaqueiros cubanos imigram para o exterior; haitianos e jamaicanos são importados como braceiros, nos períodos de safra, para trabalhar nos engenhos *(idem*, p. 127).

A descrição poderia ser completada em muitos outros aspectos. O que foi enumerado basta para comprovar que Cuba foi vítima, primeiro, de seu "atraso relativo", e, em seguida, do seu "progresso desigual". Em 1868, os estamentos mais ricos e poderosos (inclusive dos que ficavam nos desdobramentos puramente comerciais dos negócios com o açúcar e outros produtos) achavam-se divididos econômica, social e politicamente no que se referisse a uma luta contra a Espanha e pela emancipação nacional. Apenas uma fração desses estamentos, quase toda concentrada no setor açucareiro, ia tão longe. A "guerra dos dez anos", dessa perspectiva, colidia com a situação global de interesses dos estamentos senhoriais, a qual não lhes propiciava condições coletivas para conduzir uma revolução política contra a ordem existente. Acresce que esses estamentos (pelo menos sua maioria "moderada", "reformista" e "pró-espanhola") foram praticamente lançados nos braços da metrópole pelo teor radical que aquele movimento assumiu espontaneamente (o que se evidencia em dois pontos de modo muito claro: o temor causado pela bandeira da emancipação imediata da escravidão; e o temor ainda maior de que o controle político-militar do movimento passaria fatalmente para grupos sociais identificados com a pressão popular por uma revolução democrática). Em 1895, os dados históricos eram outros. No entanto, o centro de gravidade da situação de interesses dos estamentos privilegiados sofrera um deslocamento para fora (ou seja, para os Estados Unidos).

Daí resultava um vazio político letal, pois não havia como compensar esse fator. As massas de trabalhadores espoliadas possuíam um núcleo organizado e politicamente ativo muito reduzido e não poderiam servir de suporte à saturação política revolucionária do pólo militar. Se a intervenção estadunidense não se concretizasse, a ausência da compensação não teria importância. Dada a intervenção, a revolução foi bloqueada no plano militar e paralizada no plano político; o que resultou dela foi, em sentido estrito, uma transição neocolonial para uma nebulosa e longínqua emancipação nacional. Se em outros povos da América Latina surgiram nações em potencial, em Cuba o que se configurou foi a subnação em potencial (ou uma formação estatal pré-nacional). Portanto, o "despertar cubano" dera todos os seus frutos. Mas sob uma chocante frustração do sonho patriótico de independência nacional.

O último tema – a impossibilidade de "modernizar a colonização" e de "levá-la até ao fundo" mediante um sistema de poder estruturado para a dominação colonial direta – é, por assim dizer, uma digressão teórica conclusiva. Pelo que vimos, a modernização da colonização provocou efeitos estruturais e dinâmicos que puseram em cheque a dominação colonial direta. Todavia, os estamentos proprietários cubanos, em geral, e seus estratos mais privilegiados, em particular, não lograram aproveitar as oportunidades novas. Ao aprofundar-se, a modernização da colonização forçou uma rearticulação com os espanhóis e a incorporação comercial e financeira de Cuba aos Estados Unidos. Em conseqüência, as contradições não contribuíram para intensificar ou fortalecer a primeira tentativa de revolução nacional, mas para impor a contenção conservadora e contra-revolucionária das forças vivas da sociedade colonial cubana. O mais grave, porém, não está aí: está na demora com que se processa a desagregação interna da dominação colonial direta e na rapidez com que caminha a incorporação de Cuba ao mundo dos negócios estadunidenses. O levar a colonização até ao fundo constituiu um processo de duas faces, que beneficia espanhóis e cubanos, mas que favorece muito mais os Estados Unidos. O *indirect rule* podia ser exercido com total elasticidade e de modo brutal: as condições coloniais vigentes não erguiam outra barreira, a não ser a dos interesses materiais da dominação colonial espanhola e dos estamentos privilegiados cubanos, à atuação e à penetração dos capitais estadunidenses. Configura-se, na verdade, uma nova conquista, assentada no poder democrático do dinheiro. Se o poder colonial ou metropolitano se movimentasse contra essa conquista ou se os estamentos privilegiados cubanos pudessem liderar uma resistência nacional contra ela, é provável que o *indirect rule* ficasse contido nos mecanismos do mercado e nas relações de dependência econômica, cultural e política. Como ocorreu o contrário – os interesses espanhóis e cubanos aceitaram e estimularam a incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político dos Estados Unidos – a história foi movimentada na direção da defesa de particularismos metropolitanos e cubanos. As contradições vinculadas à modernização da colonização e ao processo de levar a colonização até ao fundo se deslocaram da construção de uma sociedade nacional para a elaboração de uma sociedade neocolonial *strictu sensu* (ou semicolonial).

Essa discussão põe em relevo a questão: a quem aproveita as contradições? As combinações possíveis entre estrutura e história abriam várias soluções. Na prática, somente uma foi selecionada concretamente. Nem a metrópole nem os estamentos privilegiados cubanos dispunham de condições estratégicas para salvar seus interesses juntamente com a criação de uma sociedade nacional (isto é, não-colonial). Em conseqüência, o que poderia estar na origem de uma revolução política e da formação de um Estado nacional permitiu o seu avesso, a ocupação militar estrangeira e a formação de um Estado satélite ou neocolonial.

As raízes econômicas diretas e indiretas dessa frustração da emancipação nacional já são bem conhecidas. Eis como J. le

Riverend as resume, com toda clareza: "A evolução econômica de Cuba havia propiciado, nos fins do século 19, um desenvolvimento cada vez mais íntimo das relações comerciais entre Cuba e os Estados Unidos. Pode-se assegurar que o primeiro grande mercado do nascente capitalismo estadunidense foi Cuba. Quando, nos meados do século 19, os Estados Unidos eram um país no qual se faziam fortíssimas inversões britânicas, os comerciantes de Baltimore, Nova York e Boston tinham muitos capitais empregados no crédito açucareiro de Cuba. Esse crédito era concedido fundamentalmente para aquisição de escravos com prazo determinado, aquisição de maquinaria e antecipações (verdadeiras penhoras) sobre o açúcar que os comerciantes estadunidenses compravam em Cuba para abastecer o mercado do Leste dos Estados Unidos; também era usado para favorecer a importação de produtos estadunidenses em Cuba. Estas relações mercantis propiciaram o estabelecimento em Cuba de cidadãos estadunidenses que compraram e operaram alguns engenhos. (...) Tais relações mudaram radicalmente de sentido quando, a partir de 1880, a indústria de refinação de açúcar do Leste dos Estados Unidos se concentra do ponto de vista financeiro e orienta-se para a obtenção em Cuba do açúcar cru, que lhe servia de matéria-prima. Começam então os investimentos diretos estadunidenses na indústria açucareira de Cuba. Juntamente com estes investimentos açucareiros há também investimentos de outros tipos, como os mineiros. Ligam-se, então, os interesses da indústria refinadora estadunidense com os interesses dos investidores estadunidenses em Cuba, de modo que estes vêm a ser aliados e apêndices daqueles. Calcula-se que os estadunidenses haviam investido em Cuba, por volta de 1895, uns US$ 50 milhões" (*La republica*, p. 14).

A essas raízes econômicas corresponde uma mutação política. Ao chegar ao seu ápice, depois de duas convulsões político-militares de grande envergadura – e a revolução de 1895 só não acabou vitoriosa por causa da intervenção estadunidense – a crise do sistema de poder fundado na dominação colonial direta gerou uma situação histórica de instabilidade política crônica. Essa "desestabilização permanente" poderia ser superada pelos espanhóis, pelos cubanos, pelos espanhóis apoiados pelos cubanos, pelos cubanos apoiados pelos estadunidenses etc. Os interesses privados estadunidenses escolheram uma via própria, pela qual a solução passava por eles, amparados no poderio militar, diplomático e político do governo dos Estados Unidos. A fórmula política escolhida é típica de uma potência imperialista emergente. Uma satelização que privaria Cuba de qualquer autêntica soberania nacional (mesmo relativa), mas que livrava os Estados Unidos dos custos diretos ou indiretos e das responsabilidades da dominação colonial direta. Podiam dispor de uma possessão colonial com todas as vantagens da dominação indireta. O que prevaleceu foi a escolha que assegurava uma estabilização política pelo meio mais rápido, mais fácil e "mais prático", com a garantia suplementar de que caberia aos cubanos montar e manter a "polícia da ordem estabelecida". Assim, a revolução dentro da ordem colonial não se extingue pela negação em seu contrário, a revolução nacional. Ela se redefine e se reconfigura graças ao aparecimento de um poder externo, bastante forte para absorver aquela revolução dentro da ordem colonial em uma inexorável "expansão de fronteiras" e para impor a dominação indireta na forma de uma tutela institucional, aceita e legitimada constitucionalmente pelos cubanos.

3 - O neocolonialismo da dominação imperialista

O assunto desta exposição forma uma unidade com o da exposição anterior. Não é o caso de insistir demais nesse aspecto, para ganharmos tempo. Entre o último quartel do século 19 (especialmente nas duas últimas décadas) e os primeiros 15 anos deste século [20], Cuba sofreu uma transformação deveras importante em sua economia, na sociedade e na organização do seu poder político. Ora, toda transformação tem dois lados – certas conti-

nuidades e certas mutações. No caso de Cuba, o que é peculiar é a extensão e a intensidade com que estruturas especificamente coloniais ficam intactas ou são mantidas com pequenas modificações. Como a revolução nacional abortou, não houve propriamente uma transição para uma situação de desenvolvimento capitalista e nacional dependente. O que apareceu e persistiu, por mais de meio século, foi um desenvolvimento capitalista semicolonial ou, para usar termos precisos, um desenvolvimento capitalista neocolonial (extra e antinacional, sob vários aspectos; e prolongado, quanto à duração). Tudo isso quer dizer que as duas grandes revoluções (e principalmente a última) se desvaneceram sob o circuito de interesses neocoloniais externos e internos, como se as mudanças necessárias fossem estritamente econômicas, tecnológicas e institucionais, sem afetar as condições básicas da existência do povo e em seu detrimento. O máximo de modernização foi combinado com o máximo de preservação e de continuidade da velha ordem colonial. O problema da independência passava a ser, de novo, uma realidade explosiva e algo a ser conquistado a partir de e contra a ordem social neocolonial em elaboração. Portanto, a frustração das duas revoluções não elimina as lutas pela libertação nacional. Ela apenas repõe a necessidade de travar essas lutas em um contexto histórico-social diverso e contra uma metrópole menos visível em sua orientação colonialista, mais forte internamente, por seus vínculos com os estamentos dominantes, e mais poderosa em termos de sua capacidade de dominação global.

Duas questões preliminares precisam ser suscitadas. Uma diz respeito à conceituação da dominação externa em uma situação neocolonial. Na América Latina, o paradigma da análise é, como regra, fornecido pelos povos que converteram a transição neocolonial em um período de duração limitada (como sucedeu com a Argentina, de modo mais curto, ou com o Brasil, de forma mais demorada). Não obstante, a transição neocolonial prolongada e, mesmo, a institucionalização da dominação neocolonial também ocorrem com freqüência e como fenômenos típicos. Seria preciso, pois, não perder isso de vista (e, se possível, retomar a problemática envolvida: cf. esp. F. Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Zahar, Rio, 2ª ed., 1975, cap. 1; F. H. Cardoso e E. Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Zahar, Rio, 2ª ed., 1973, caps. III e IV). A outra diz respeito à caracterização do sistema de poder que emerge numa situação neocolonial durável ou "permanente". Esse sistema de poder pressupõe duas coisas: 1. a desagregação do antigo sistema colonial; 2. a frustração da emancipação nacional. Os dois termos – "colonial" e "nacional" – ficam ambíguos e imprecisos. Como descrever o sistema de poder emergente? No caso de Cuba, alguns autores utilizaram o conceito de protetorado (que não é correto) e o de neocolonial (que vem a ser preciso, se se entender por essa palavra a situação típica, transitória ou permanente, na qual a dominação indireta gradual limita o alcance e os ritmos da descolonização, freando-a em proveito da nação ou das nações hegemônicas). Desta perspectiva, pode-se falar de uma Cuba neocolonial e de um Estado cubano neocolonial. É preciso não esquecer, porém, que esse Estado constitui uma formação social amorfa e intrinsecamente impotente. Talvez por essa razão alguns autores prefiram lidar diretamente com o governo, suas instituições e disfunções, pois aí o Estado se apresenta sob sua face instrumental e ativa, por assim dizer com maior concreticidade histórica. Como designar esse governo? J. le Riverend (em *La republica)* emprega sistematicamente o conceito de *republica intervenida*. Aqui, parte-se do regime político e busca-se, através de suas contradições, os múltiplos encadeamentos existentes entre dependência e revolução. Todavia, não se pode ignorar que a intervenção é um simples meio e que as contradições não são intrínsecas ao regime político (elas emanam da organização da economia e da sociedade em condições nas quais o desenvolvimento capitalista se enlaça à inviabilidade da emancipação nacional, produzindo-se uma situação neocolonial permanente). Daí resulta

um ponto de vista sociológico que põe em primeiro plano a tarefa central de explicar a constituição, a reprodução e a desagregação da formação societária neocolonial. Essa formação societária, na medida em que o desenvolvimento capitalista engrena-se, a partir de dentro e a partir de fora, com a expansão das grandes corporações e do imperialismo, torna-se crescentemente mais expoliativa, odiosa e inexeqüível. Em vez de tornar obsoletas as idéias de nação e de revolução nacional, ela as recupera e as projeta na consciência social como alvos supremos, a serem atingidos através ou contra o capitalismo, o que redimensiona o nacionalismo como ideologia básica da luta contra o neocolonialismo.

A passagem para a dominação indireta não se deu *ex abrupto.* Os dados expostos na aula anterior indicam que ocorreu um crescimento gradual da penetração estadunidense ao longo de todo o século 19. Essa penetração começa abrindo uma brecha no pacto colonial exclusivo, assume uma expressão definida antes da "guerra dos dez anos" (segundo indicações fornecidas por O. Pino Santos, *Aspectos fundamentales da Historia de Cuba,* p. 87, de 1826 a 1830 as exportações de Cuba, em milhões de pesos, alcançam 3,72 para os Estados Unidos, contra 2,8 para a Espanha; e de 1856 a 1860 a mesma proporção é de 18,37 para 5,31) e torna-se um predomínio patente de 1880 em diante (como vimos na exposição anterior). Na verdade, como demonstra aquele autor, o anexionismo define-se como uma tendência constante, nos Estados Unidos, desde o início do século. Por sua vez, os estamentos privilegiados cubanos dividiram-se entre uma autonomia com reforma, dentro da Espanha, e a anexação aos Estados Unidos (veja-se, a respeito, O. Pino Santos, *op. cit.* cap. XIII, no qual o autor descreve as tentativas cubanas de acelerar a anexação *manu militari,* solapadas pelos Estados Unidos, que preferiam chegar a esse termo por via própria). Entre o fim do século 19 e o início do século 20 as proporções da penetração econômica estadunidense eram tão consideráveis que a incorporação de Cuba aos Estados Unidos tornou-se inelutável. A "nova conquista" se desenrolava mediante uma gradual expansão de fronteiras: os Estados Unidos e seu "mundo de negócios" surgem como centro metropolitano de Cuba moderna. O interesse estadunidense pela "revolução industrial do açúcar" cubano deixara de ser apenas uma realidade econômica para ser também uma necessidade política.

É dessa perspectiva que se deve interpretar a evolução das relações de Cuba com os Estados Unidos. A proximidade espacial e a facilidade com que os dinamismos da economia estadunidense especializaram Cuba, convertendo-a em uma feitoria agroindustrial moderna, impuseram aos Estados Unidos o problema político de como impedir a revolução nacional cubana e de como proceder para formalizar, diplomática e "legalmente" (sob uma aparência de consenso) a satelização política de Cuba. Por que não foram ressuscitados os planos anteriores de ocupação pura e simples? Primeiro, porque a intervenção militar não se processava, de fato, para apoiar Cuba contra a Espanha. Era evidente que o desenlace militar das lutas políticas pela independência iria garantir a Cuba a condição de uma nação emergente. Segundo, pelo vulto já então alcançado pelos negócios do açúcar. Muitos interesses, dentro e fora dos Estados Unidos, se opunham às tendências que os refinadores estadunidenses imprimiam aos seus negócios e ao projeto político decorrente, endossado pelo governo. Portanto, era preciso combinar a maior audácia com a maior prudência e uma espantosa hipocrisia de permeio.

Ainda aqui, a preocupação de vincular passado e presente restringe o âmbito da discussão a certos aspectos desse complexo deslocamento de uma situação colonial para uma situação neocolonial permanente. Parece óbvio que três temas são essenciais: 1. a natureza da situação neocolonial em Cuba; 2. as últimas etapas da "revolução industrial do açúcar"; 3. os efeitos estruturais e dinâmicos sociopáticos da satelização neocolonial de Cuba pelos Estados Unidos, como eles aparecem através de

uma trindade crônica: crises econômicas, anomia social e violência política.

O primeiro item deve ser proposto com a maior latitude possível. É lógico que não se deve atribuir a deterioração dos processos de emancipação nacional de Cuba exclusivamente aos Estados Unidos. *Hacendados* poderosos, grandes comerciantes e vários tipos de especuladores, a alta burocracia civil e militar *embotellada*, os políticos reacionários e corruptos, os intelectuais orgânicos da ordem etc. cooperaram de modo ativo para arruinar o "projeto nacional" cubano. Cuba possuía uma prodigiosa burguesia compradora (e parece que, na América Latina, não existiu outra tão autêntica e empreendedora). Ela se ocupou, com extremo requinte, de um só negócio: como os estadunidenses, o de extrair de Cuba toda a riqueza possível. Só que ela dependia da mediação dos Estados Unidos para alcançar esse alvo.

No exame da situação neocolonial cubana deve-se ter em mente dois elementos centrais. Primeiro, o que é mais importante: ela se produz como conseqüência do crescimento e da transformação de um fator de dominação externa longamente incrustrado e consolidado na velha ordem colonial. Não ocorreu uma súbita substituição de uma dominação metropolitana por outra. Na verdade, a penetração estadunidense ajudara a diminuir os ritmos da desagregação da velha ordem colonial, pois as duas tendências convergentes de modernizar a colonização e de levar a colonização até ao fundo partiram dos Estados Unidos. A dominação estadunidense sempre operara através da velha ordem colonial, em articulação ou contra os interesses espanhóis e cubanos-espanhóis. Quando essa ordem se vê ameaçada de uma desagregação final, os Estados Unidos bloqueiam o processo por meio da intervenção militar, da ocupação e pela negociação político-diplomática. Ao que parece, a questão não era, tão-somente, impedir o aparecimento de um Estado nacional independente e soberano em Cuba. Mas – e principalmente – fomentar a estabilidade de todas as estruturas econômicas, sociais e políticas preexistentes, sem as quais seria impossível ampliar e intensificar as duas tendências mencionadas (modernizar a colonização e levar a colonização até ao fundo). O que indica que a modernização pretendida não ia contra aquelas estruturas. O poder imperial, pela iniciativa privada ou oficial, precisava daquelas estruturas e onde elas deveriam ser fatalmente destruídas seriam criadas estruturas equivalentes, especificamente neocoloniais (o que freou consideravelmente não só a constituição de uma sociedade nacional e de um Estado soberano, mas também a diferenciação e a expansão de um regime de classes sociais). Segundo, os estratos mais organizados e poderosos da sociedade cubana compartilhavam de interesses simétricos e complementares, empenhando-se não apenas conjunturalmente, mas a largo prazo, na sabotagem da revolução nacional. Para esses estratos, a persistência de estruturas econômicas, sociais e políticas preexistentes constituía uma garantia de que a extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder permaneceria indefinidamente intocada. Isso explica por que eles se retraíram diante dos progressos da revolução nacional (em vez de aumentarem paulatinamente o seu envolvimento); e por que endossaram tão depressa e tão facilmente as exigências expressas pela Emenda Platt (aprovada pelo Senado dos Estados Unidos em 2 de março de 1901 e pela Convenção Constituinte de Cuba em 12 de junho de 1901, convertida em apêndice à Constituição) e pelo Tratado Permanente entre Cuba e os Estados Unidos (assinado em 22 de maio de 1903). [É oportuno, aqui, lembrar que por essa emenda ficava reconhecido "o princípio de que o governo dos Estados Unidos podia intervir nos assuntos internos de Cuba" e que enquanto essas exigências não fossem aceitas continuaria a ocupação e o governo militar (cf. J. le Riverend, *La republica*, p. 24). Quanto ao tratado, estabelecia a reciprocidade nos seguintes termos: "Primeiro: os artigos que até esse momento entraram livres de direitos nos Estados Unidos e em Cuba e fossem de produção desses países continuariam desfrutando dessa liberdade. Segun-

do: uma série de artigos cubanos fixados em lista especial desfrutariam, em sua importação pelos Estados Unidos, de uma tarifa preferencial cerca de 20% mais baixa que a tarifa aplicada a produtos similares procedentes de outros países americanos ou europeus. Terceiro: os produtos estadunidenses especificados em lista desfrutariam, em sua importação por Cuba, de tarifas preferenciais que oscilariam entre 25% e 40%. Quarto: as tarifas alfandegárias poderiam ser alteradas e aumentadas, mas mantendo-se sempre a margem preferencial. Quinto: as preferências estabelecidas no tratado não poderiam ser estendidas a nenhum outro país porque constituíam um tratamento especial, diferente do que se reconhece na técnica tradicional dos tratados como cláusula da nação mais favorecida". (Cf. J. le Riverend, *Historia económica de Cuba*, pp. 213-214.)] Essa disposição coletiva predominante nos estratos privilegiados era tão forte que, de 1902 a 1959, eles se empenharam em ativar os dispositivos intervencionistas do governo estadunidense – ora em defesa dos "princípios liberais", ora para proteger os "ideais conservadores". O que prevalecia era a mais pura orientação reacionária e contra-revolucionária. Portanto, fatores internos propiciavam suporte material, ideológico e político estável ao novo centro imperial. Se os estadunidenses precisavam de uma ampla reprodução de estruturas da velha ordem colonial, para dar continuidade à modernização e ao aprofundamento da colonização, os estratos privilegiados precisavam da mesma coisa para restringir e dificultar a descolonização. Para eles, a vitória de uma autêntica revolução nacional equivalia a um risco catastrófico.

Por aí se vê que a fraqueza relativa e a mentalidade colonial dos estratos privilegiados marcam, de ponta a ponta, o impasse crônico a que ficou sujeita a crise do antigo sistema colonial. As contradições foram contidas, na medida do possível, pelo topo, e quando finalmente elas se desataram prevaleceu a tendência a favorecer o poder que cresceu e se transformou nesse ínterim, convertido naturalmente em árbitro político final. Tudo isso

permite falar numa "história natural do neocolonialismo". O neocolonialismo cresceu, simultaneamente, de fora para dentro e de dentro para fora. Porém, com um ponto de equilíbrio estático que não provinha apenas do fator externo. Com todo o poder econômico, cultural e político-militar de que já dispunham, os Estados Unidos jamais atingiriam seus alvos privados e oficiais se as elites da sociedade cubana não funcionassem, durante tanto tempo e reiteradamente, como uma vanguarda da contra-revolução. (Sobre esse assunto, é fundamental estudar com atenção J. le Riverend, *La republica;* e aconselhável suplementar a leitura com O. Pino Santos, *Aspectos fundamentales de la Historia de Cuba*, cap. XXIII.) O que importa assinalar é que não se configurou, nas condições histórico-sociais apontadas, uma transição neocolonial encadeada a uma revolução nacional, ainda que débil e em ziguezagues. A situação neocolonial, em Cuba, representa o produto do aproveitamento das contradições da velha ordem colonial por uma potência que logrou converter-se em centro imperial, impedir o êxito militar e político da revolução nacional e engendrar um novo colonialismo.

Esse novo colonialismo não passava pela dominação centralizada aos níveis econômico, cultural e político. Ele se fundava em controles indiretos, criados pelos mecanismos de mercado e do desenvolvimento capitalista ou pelos dinamismos da incorporação e da satelização. Desse ângulo, Cuba foi convertida em apêndice segmentar e especializado dos Estados Unidos. É certo que a economia arrastava e dirigia esse imenso processo de modernização, que ia da tecnologia à educação formal, à ideologia dominante e à organização do Estado. Em todas as esferas prevaleciam controles indiretos e descentralizados, operados à distância: a órbita nativa funcionava como cadeia de transmissão e, com freqüência, de execução. A presença militar, a ingerência mais ou menos aberta e a pressão diplomática ou política apenas tinham por função reforçar os controles indiretos, não substituí-los. Tudo isso permitia uma profunda hipocrisia, como

se uma dominação neocolonial que se tornava rapidamente imperialista pudesse ser extracolonial, democrática e pró-nacional. Não obstante, o que se procurava era transferir os custos do neocolonialismo para a sociedade submetida e eliminar toda e qualquer responsabilidade direta (o que pressupõe, num paralelo com o antigo sistema colonial, um aperfeiçoamento negativo das técnicas de dominação externa). O projeto político imanente a essa modalidade de colonialismo transcende às operações econômicas: ele é um projeto político global e funda-se na mais egoísta determinação de consolidar supranacionalmente o poder imperial. O pólo dominado não existe em si e para si; ele constitui uma função das necessidades, das vantagens e da grandeza do centro hegemônico. A pátria e a civilização não ficam em suas fronteiras, mas no coração do núcleo imperial. As reflexões de Fernando Ortiz sobre o caráter centrífugo do açúcar eram corretas. Não porque essa fosse uma propriedade daquele produto, mas porque o açúcar se converteu no nexo substancial desse complexo sistema de poder.

O segundo item permite completar a descrição das transformações da produção e da exportação do açúcar. Entre as duas últimas décadas do século 19 e o início do século 20 a penetração estadunidense nesta esfera atinge o seu clímax, demonstrando que modernização, desenvolvimento capitalista e colonialismo iriam caminhar juntos por muito tempo. O investimento estadunidense direto revolucionou os negócios do açúcar de alto a baixo, originando várias alterações em cadeia na organização e nas escalas da produção, no transporte, na comercialização, na exportação, controles de mercado e na especulação financeira. Atkins, em 1882, adquiriu o engenho Soledad, tornando-se o primeiro *hacendado* ianque em Cuba (F. Ortiz, *Contrapunteo,* p. 89). Ele próprio comprou, em 1892, o engenho Trinidad e assumiu papel ativo como membro do truste açucareiro estadunidense (J. le Riverend, *La republica,* p. 15). A incorporação de Cuba às estruturas e aos dinamismos da economia central atingira, nessa época, o "point of no

return". Os gráficos elaborados por M. Moreno Fraginals *(El ingenio,* vol III, esp. gráficos Vb e VIb, pp. 79 e 81) comprovam que a evolução de Cuba na direção da dependência a um produto e a um mercado alcançara seu novo padrão típico. Pelos dados fornecidos por esse autor pode-se estimar que no período 1896-1900 os Estados Unidos receberam quase 92%, em média, do açúcar exportado por Cuba (*op. cit.,* quadro VI, p. 77). A concentração da indústria açucareira realizou-se, pois, sob a égide dos trustes, que se lançam à compra de terras, à refundição dos engenhos, à invasão de terras novas em províncias não açucareiras e à refinação do açúcar bruto cubano nos Estados Unidos. A tarifa MacKinley, de 1890, abriu o caminho para a exclusão dos melhores tipos de açúcar cubano do mercado estadunidense e para o monopólio de fato desse mercado pelos trustes. "Os capitalistas estadunidenses compreenderam que era um grande negócio produzir açúcar bruto em Cuba. Por outra parte, ao produzir-se este resultado, Cuba ficara completamente submetida às necessidades da indústria estadunidense." (J. le Riverend, *op. cit.,* pp. 66-67.) Os *hacendados* cubanos que não podiam fornecer o tipo de açúcar bruto exigido pelo truste tendiam a ser eliminados, seus engenhos acabando nas refundições em processo. Nasce também o superengenho ou supercentral, como o engenho Washington, que em 1910 contava 2,2 mil *caballerias* e que chegaria mais tarde a 6 mil *(idem).* O mesmo autor informa que, em 1905, "existiam 29 engenhos de propriedade estadunidense, cuja produção constituía 21% das safras cubanas" *(idem,* p. 68).

Podemos acompanhar os vários aspectos dessas alterações pelas descrições de F. Ortiz. O maquinismo triunfa de maneira total. As fainas manuais desaparecem e o maquinismo altera por completo a estrutura industrial, jurídica e política da economia do açúcar *(Contrapunteo,* p. 70). Com o supercentral vêm o desenvolvimento do superlatifúndio, o deslocamento do centro agrário de Cuba para as províncias de Camagüey e Oriente, o tráfico de trabalhadores braçais, o crescimento da pobreza e da

miséria etc. "O engenho já é algo mais que uma simples *hacienda;* em Cuba já não existem verdadeiros *hacendados.* O central moderno não é uma simples exploração agrária, sequer uma fábrica com a produção de suas matérias-primas ao lado; hoje, é todo 'um sistema de terras, máquinas, transportes, técnicos, trabalhadores, dinheiros e população para produzir açúcar'; é todo um organismo social, tão vivo e complexo como uma cidade ou município, ou um castelo feudal com sua comarca cheia de vassalos, solarengos e tributários." *(idem,* p. 72.) O latifúndio apenas constitui a base territorial de um imenso complexo, "vertebrado por uma estrutura econômica e jurídica que combina massas de terras, massas de máquinas, massas de homens e massas de dinheiros, tudo proporcionado à magnitude integral do enorme organismo sacarífero" *(idem,* p. 73). Adiante, retoma o assunto e salienta: "Para a produção do açúcar concentram-se a produção e a indústria, criando essa complexa instituição que é o engenho, composta da grande plantação dos canaviais, da enorme fábrica com suas máquinas de prensar, evaporação, cristalização, centrifugação e transporte, e do núcleo urbano, casario ou cidade que é o *batey,* com seus barracões, vivendas, oficinas, armazéns, estábulos e outros serviços" *(idem,* p. 113). Por sua vez, a concentração fundiária elimina o pequeno proprietário. "O pequeno proprietário cubano, independente e próspero, constituinte de uma forte burguesia rural, vai desaparecendo; o camponês se proletarizou, é mais um trabalhador, sem raízes no solo e movediço de uma zona para outra." *(idem,* p. 74.) Além disso, a diminuição crescente da duração da safra iria ampliar o *tiempo muerto:* de um semestre, essa duração reduz-se a 100 dias ou menos. "Todo o resto do ano é *tiempo muerto.* Então, os trabalhadores braçais das migrações temporárias, que vieram a Cuba para a safra, vão-se do país com suas economias e o proletariado nativo sofre larga desocupação temporal e incessante insegurança." Grande parte da massa trabalhadora vê-se forçada a viver com os jornais de 3 ou 4 meses durante todo o ano (cf. *idem,* p. 85).

Em síntese, se o apogeu do neocolonialismo trouxe consigo uma época de ouro, esta só existe para os especuladores da economia central e para um reduzido número de cubanos privilegiados.

O açúcar servia de base a uma florescente rede de negócios, que abrangia todos os aspectos da economia interna. Essa rede já era próspera no início do século, entre 1898 e 1908, como se infere da reconstrução de le Riverend (cf. *La republica,* cap. V, esp. pp. 68-74). A porfia era "ver quem extraía mais riquezas de Cuba". A segunda década do século é a que se presta melhor para uma visão global (cf. *idem,* cap. XII). Segundo esse autor, "o processo de dominação econômica de Cuba, que se desenvolvia com lentidão desde fins do século 19 até 1911, começou a acelerar-se a partir dessa data. Não só se acelerou como, pode-se dizer, especializou-se de acordo com o plano continental do capitalismo estadunidense, intensificando-se num determinado setor da produção de Cuba que, como sabemos, é a indústria açucareira" (p. 150). Por meio do esquema já descrito acima, de refinação e monopolização do mercado, "produz-se o fenômeno de estrangulamento do desenvolvimento econômico independente de Cuba. Não somente criou-se uma indústria absolutamente predominante que constituiria o principal capítulo do comércio e da renda nacional, isto é, não somente deformou-se a economia, que graficamente, poder-se-ia dizer, era um anão com cabeça de gigante, mas ainda ergueu-se uma muralha a todo desenvolvimento diversificado e Cuba ficava reduzida ao papel de abastecedor de uma matéria-prima a um só mercado. Em conseqüência, toda a economia cubana achava-se inteiramente dependente das mudanças, por mínimas que fossem, que ocorressem no comércio e no consumo da população estadunidense. Uma economia, portanto, a tal ponto submetida que se vê impedida de ir compensando os defeitos de sua própria estrutura e, em conseqüência, não conseguiria, ao largo dos anos, senão uma intensificação dos desajustes e um agravamento de seus defeitos políticos e sociais" *(idem,* pp. 150-151).

Como o mercado estadunidense estava em crescimento e como a I Grande Guerra abriu oportunidades súbitas às refinarias e aos especuladores estadunidenses – a guerra interferiu sobre a produção açucareira da Europa e criou dificuldades ao transporte do açúcar de zonas mais ou menos distantes, como Java –, Cuba tornou-se cenário de "uma verdadeira orgia de investimentos estadunidenses" *(idem,* p. 151). Tais investimentos dirigiam-se tanto para o açúcar quanto para a mineração, as estradas de ferro, a indústria manufatureira e a rede bancária. Não obstante, os investimentos no açúcar, sozinhos, equivaliam à soma de todos os demais *(idem,* pp. 151-152). Os investidores estadunidenses podiam operar através dos engenhos mais poderosos. Assim, em 1918, detendo menos da metade dos engenhos, elaboravam mais de 70% da safra *(idem,* p. 152). Os "milionários do açúcar" cubanos e hispano-cubanos cobriam o resto da produção. A penetração bancária estadunidense, que de 1915 em diante foi extremamente rápida e considerável, implantava dentro de Cuba os principais controles financeiros de toda a vida econômica e punha em mãos estadunidenses novos processos de deslocamento e substituição dos *hacendados.* Antes e depois da crise de 1920-1921 os bancos tornaram-se instrumentais para a compra de propriedades e execuções hipotecárias. [Recomendo com insistência a leitura dos capítulos XII e XIII da obra citada; esses capítulos devem ser aproveitados como uma espécie de estudo de caso crítico.] As práticas especulativas e de extorsão empregadas em Cuba, pela iniciativa privada e oficial, são conhecidas e comuns. O que espanta são a envergadura e o cinismo, que nos fazem meditar sobre o significado do neocolonialismo imperialista. Empresários, especuladores, aventureiros, militares, políticos, embaixadores e assessores, todos lembram *robber barons** devotados à drenagem de riquezas de Cuba

* Título do livro de Matthew Josephson, sobre os grandes capitalistas estadunidenses (publicado originalmente em 1934).

para os Estados Unidos, como molas propulsoras de uma gigantesca acumulação de capital, que ajudou a alimentar a transformação dos Estados Unidos na maior potência imperialista da atualidade.

O terceiro item deve ser apenas aflorado. O capitalismo não produz as mesmas conseqüências em toda parte. É preciso atentar com cuidado para um fato fundamental: em Cuba ele se manifestou e expandiu-se em função de um padrão de desenvolvimento econômico neocolonial. Isso quer dizer que a forma de apropriação dual do excedente econômico se apresentava na modalidade mais drástica para os setores burgueses locais e para as classes trabalhadoras. As operações financeiras e comerciais, de modo estruturalmente colonial, deslocaram para fora e especificamente para o centro imperial as transformações finais do açúcar e as práticas verdadeiramente mais lucrativas, ou geravam, de maneira incessante, nas crises e nos períodos de prosperidade, os "grandes golpes" especulativos. Em termos globais, apenas uma diminuta massa da riqueza produzida ficava em Cuba (para alimentar os fluxos da reprodução ampliada do capital, "nacional" ou "estrangeiro"). O grosso dessa riqueza era drenado colonialmente para fora, através de mecanismos ultramodernos de apropriação comercial e financeira; o que ficava em Cuba, pois, correspondia ao mínimo necessário para manter em atividade o desenvolvimento capitalista neocolonial. Sem esse mínimo, não haveria reprodução social do sistema produtivo, do trabalho e da ordem social imperante. Quando os historiadores e os economistas cubanos falam na distorção da economia, em sufocação e impossibilidade de diversificação e autonomia, eles descrevem os efeitos desse padrão neocolonial de desenvolvimento capitalista. A reprodução ampliada do capital era dimensionada para gerar, ampliar e intensificar a exploração de toda a colônia, embora a verdadeira carga devesse recair nos ombros dos trabalhadores das várias categorias e nos setores mais pobres da população.

A tradução histórica desse fato aparecia tanto no volume do trabalho semilivre (a maior parte do proletariado rural entrava nessa categoria, caracterizada por F. Ortiz como "peonagem miserável"; e, por efeito da estrutura da mercantilização do trabalho e da inobservância das garantias sociais dos trabalhadores, mesmo os operários semiqualificados do campo e da cidade tendiam a cair dentro dela) como na margem brutal de exploração do trabalho (na verdade, no agroindustrial a empresa era capitalista na organização da produção, na tecnologia e nas práticas comerciais ou financeiras, mas pré-capitalista – ou seja, especificamente colonial – quanto à taxa de exploração da mais-valia). Várias conseqüências conhecidas poderiam ser arroladas. A importação de *braceros* (principalmente do Haiti e da Jamaica), o desemprego sistemático dos trabalhadores cubanos e o constante aumento do *tiempo muerto*. De outro lado, um nível de vida extremamente baixo, em crônico desafio aos mínimos vitais (os "mínimos da decência" só valem para as nações capitalistas ricas), o qual atestava que a carga pela reprodução social do trabalho recaía inteiramente sobre os trabalhadores. Se o trabalho livre fosse universal e a ordem capitalista valesse para todos – e, portanto, para o capital e para o trabalho – isso não sucederia. As seqüelas se configuravam sob formas cruéis, descritas por todos os estudiosos de Cuba: miséria, fome, doença, falta de instrução etc. Não se tratava de um "fenômeno incipiente" e transitório. Essa era uma das estruturas coloniais persistentes e ela só seria eliminada depois de 1959. Os deserdados não se excluíam da ordem social neocolonial, eles eram excluídos.

No outro extremo, estavam os que se apropriavam do excedente econômico gerado por essa forma neocolonial de reprodução ampliada de capital. A mentalidade de *robber baron* não era (nem podia ser) exclusiva dos estadunidenses e dos estrangeiros. Ela era universal e exigia certas práticas socioeconômicas ou políticas também universais. Contudo, o sistema de poder neocolonial deslocava para fora os verdadeiros centros de decisão econômica, cultural e política. Os que ficavam com a parte do leão, no plano econômico, monopolizavam o poder real, aos níveis econômico, sociocultural e político. A "Republica intervenida" podia constituir um biombo ou uma realidade, tudo dependendo da maneira pela qual aquele poder real passasse por ela e a dinamizasse. O que quer dizer que o "nosso agente na colônia" e o "mais independente" representante dos estamentos privilegiados ou ultraprivilegiados cubanos eram fraudados de várias maneiras e debilitados sistematicamente pelos seus parceiros externos. Na verdade, como a apropriação colonial, a apropriação neocolonial deixava esses tipos humanos sem qualquer suporte material ou político de autodefesa e de auto-afirmação coletivas. Esse é um requisito tanto do sistema colonial quanto do sistema neocolonial de poder. Se não for observado, isso significa que tal sistema se enfraquece e desagrega, dando margem ao aparecimento de um Estado "moderno", soberano e independente. A diferença entre o colonial e o neocolonial está no fato de, no último, a dominação ser indireta e descentralizada. O que envolve um terrível exercício permanente de submissão induzida, de lealdades compradas, de corrupção política e de alienação moral. As classes possuidoras nativas se "voltam para fora" e, por aí, lideram a "americanização de Cuba" e perdem todas as oportunidades de usar o antiimperialismo sequer como arma de autodefesa econômica, cultural e política. Ao mesmo tempo grassa nessas classes um particularismo selvagem, quase de sobrevivência e certamente de compensação, pelo qual elas se divorciam da realidade nacional do mundo em que vivem, tornando-se assim títeres do poder central, dos centros efetivos de decisão e dos "chefes" nativos salvadores. [A esse respeito, seria conveniente estudar com cuidado alguns capítulos de *La republica*, de J. le Riverend, esp. o cap. IX sobre o governo de Menocal; o cap. XIV, sobre o governo de Zapas; os caps. XVII, XVIII e XIX, sobre a ditadura de Machado. Esse livro é fascinante, porque desvenda o que é a burguesia compradora nos quadros históricos e políticos do neocolonialismo em

Cuba.] Sua debilidade, em termos de situação de interesses de classe, força-a a dissociar suas vantagens no desenvolvimento capitalista neocolonial das vantagens que poderia ter com a constituição da nação e a autonomia do Estado. Por conseqüência, ela própria tece sua desdita, tornando-se ativamente funcional para a dominação externa e estreitamente instrumental para a aceleração do desenvolvimento capitalista neocolonial. Ou seja, na lógica da dominação neocolonial, ela se encarrega de garantir os requisitos políticos do neocolonialismo imperialista, pondo a capitulação negociada e a negação da revolução nacional a serviço do poder central, servindo de mediadora entre este e seu próprio governo.

Esta reconstrução esquemática aponta para outro dado essencial. A sociedade neocolonial é fortemente bipolarizada (o que não exclui uma complexa e necessária diferenciação entre os pólos fortes extremos. Carlos Rafael Rodriguez mostra, em função da revolução, os vários estratos das classes possuidoras e despossuídas. Ver *Cuba en el transito al socialismo – 1959-1963*, pp. 30-45). A massa dos despossuídos, constituída em sua maior parte de um proletariado rural, mantém-se em tensão permanente com a ordem social neocolonial (substancialmente análoga à tensão entre o escravo e a ordem escravista, embora as oportunidades de objetivação dos conflitos não sejam comparáveis). Essa polarização define a substância de violência institucional intrínseca a essa ordem social, e os rumos violentos da dominação neocolonial. Para preservar essa mesma ordem, manter o controle conservador do governo e sabotar a revolução nacional, forjando os requisitos políticos do sistema de poder imperial, a minoria dos possuidores precisa oprimir e reprimir sem esmorecimento. O "valor político que tal minoria poderia ter para o poder central tinha forçosamente de envolver essa especialização, sob o pressuposto tácito de que a opressão e a repressão deveriam dosar a "violência necessária" sem dar demasiada visibilidade à sua existência e, principalmente, aos seus

motivos reais. Para o poder central, a "violência funcional" parava nos limites da preservação da ordem existente, com suas estruturas coloniais. Seria disfuncional, por exemplo, acirrar o ódio das massas inutilmente e abreviar, por aí, a desagregação daquela ordem. A ausência de uma institucionalização do fluxo das decisões e do comando, do poder central para o governo fundado na capitulação negociada, tornava essa exigência de eficácia política inexeqüível. As "classes dominantes" nativas viam-se sob sucessivos dilemas, pois não dispunham de um Estado que lhes possibilitasse agir e tomar decisões que atendessem, simultaneamente, suas situações de interesses e as situações de interesses do poder central. Acresce que a bipolarização mantinha aceso um vulcão político real (ainda que as potencialidades globais de conflito não eclodissem todas de uma vez). Essa fragilidade intrínseca do Estado cubano era um produto da fragilidade intrínseca ao sistema de poder central, à burguesia compradora e à dominação neocolonial. Para superá-la e vencer a paralisação relativa resultante seria necessário ou que o poder imperial avançasse até a incorporação de Cuba aos Estados Unidos como sua própria entidade nacional ou que as "classes dominantes nativas" avançassem até a revolução nacional. O compromisso entre a tutela pragmática e a capitulação negociada entregava Cuba a um impasse histórico. O centro imperial e as "classes dominantes nativas" podiam depenar Cuba a seu bel-prazer, sozinhos e em colaboração. Mas não podiam fazer mais que isso e, principalmente, não tinham como organizar, econômica, cultural e politicamente, a transição da época colonial para o tipo de formação societária nacional requerido pelo desenvolvimento capitalista alcançado.

Em conseqüência, no período considerado Cuba teve de enfrentar convulsões que deitavam raízes na tentativa de perpetuar estruturas sociais de origem ou significado colonial, tanto quanto em inovações institucionais improvisadas, que só atendiam aos interesses do centro imperial e das "classes dominantes". Ao

longo dos 57 anos, esse é um elemento crônico. Observa-se um encadeamento multidirecional, recíproco e dialético entre crises econômicas, anomia social e violência política (e a correlação entre causas e efeitos, em cadeia, agravava ainda mais a situação, tornando-a insustentável, como descreve Fidel Castro em *A História me absolverá).* O painel é simples. Sucessivas crises econômicas, elas próprias fonte de especulação neocolonial dentro e fora de Cuba, devastaram as forças produtivas e as riquezas do país. Uma anomia social crônica, ela própria um ingrediente indispensável para manter ou reforçar certas estruturas de origem colonial e para induzir apatia ou repulsa à vida cívica ativa nas classes destituídas. Uma violência política enraizada, ela própria um jogo pendular, pelo qual o centro imperial e as "classes dominantes nativas" podiam passar da conciliação (isto é, o abafamento negociado dos conflitos contra a ordem existente) para a ditadura (ou seja, o mesmo abafamento por meios extremos). O equilíbrio da sociedade neocolonial era inviável, já que não havia como vencer as tensões criadas pela bipolarização, o desgaste produzido pela mencionada articulação recíproca entre crises econômicas, anomia social e violência política, e as interferências imprevisíveis do poder central. Nesse quadro global, as crises econômicas, a anomia social e a violência política imprimiam caráter potencial explosivo às tensões criadas pela bipolarização e uma intolerância extrema do grosso da população diante das interferências do poder central. Nasciam, assim, motivações coletivas que operavam como equivalentes do patriotismo e do nacionalismo, malgrado tudo que se possa dizer de negativo sobre a apatia política das massas e a falta de padrões de cultura cívica. Além disso, o mesmo quadro global demonstra que a ordem neocolonial – como sucedera antes com a ordem colonial – não engendrara qualquer forma de revolução dentro da ordem suscetível de originar soluções pacíficas para os referidos dilemas e promover uma transição gradual para a situação nacional. Na verdade, tanto a incorporação à democracia estadunidense quanto a emancipação nacional de Cuba por iniciativa de suas classes dominantes não tinham viabilidade dentro da ordem existente. Até essas soluções teriam de ir contra a ordem, na hipótese de que elas se configurassem historicamente, o que não ocorreu (nem poderia ocorrer).

Tem-se falado sobre a "imobilidade" da ordem social colonial. Ora, a ordem social neocolonial padecia, em Cuba, de paralisia total. Não se trata de "culpar os imperialistas" ou de converter as "elites cubanas" em bodes expiatórios. A descrição feita acima sugere que não havia soluções dentro da ordem: a sociedade neocolonial cubana era inexeqüível. Talvez, se o centro imperial fosse mais sensível ou se as "classes dominantes nativas" demonstrassem maior firmeza, surgissem alternativas históricas. Nesse caso, porém, a ruptura com a ordem neocolonial teria de partir de um lado ou de outro. O fato é que nada disso se deu e a sociedade neocolonial enfrentou, permanentemente, um impasse crônico insuperável. O desatamento desse nó acabou surgindo mas ele saiu de forças sociais que não estavam comprometidas com a ordem neocolonial e, de forma aberta, como uma revolução dentro da ordem que gravitou rapidamente na direção oposta. Essa era a condição para liquidar um passado colonial que se prolongou por tanto tempo e para construir em Cuba uma sociedade nacional viável.

A GUERRILHA E A CONQUISTA DO PODER

O fascínio do estudo de Cuba está em que ela desmente todos os dogmatismos possíveis, tanto os "especificamente científicos" quanto os "puramente socialistas". O dogmatismo, é certo, não passa de uma simplificação, feita em nome do pensamento sobre a "essência", a "verdade" o "modo de ser" da realidade pensada. Feito em termos científicos, o dogmatismo desloca a crítica das teorias em favor da verdade absoluta; feito em termos socialistas, ele desloca a crítica dos fatos em favor da única escolha possível. Ora, nenhum cientista social e nenhum socialista revolucionário poderia prever, *ante eventu,* a revolução cubana. Precisamos evocar isso em nosso ponto de partida para não caminharmos do recente para trás, como se a clareza que possuímos sobre muitos acontecimentos e processos históricos fosse dada de antemão e não construída *ex post facto.* Havia uma razão ideológica e política que iluminou a visão prospectiva de alguns revolucionários e ela se mostrou, sob muitos aspectos, correta. Ainda assim, só um homem, Fidel Castro, chegou ao fundo dessa razão e hoje são evidentes as aproximações e as incertezas que impregnaram suas lutas políticas. Diante de algo tão grande e valioso como essa revolução recomenda-se, pois, que se evitem as simplificações, para apanhá-la o mais possível em seu fluir, em sua totalidade e em sua beleza intrínseca.

Fala-se na guerrilha como se ela tivesse sido um "abre-te Sésamo". Ora, no que diz respeito à revolução socialista não existem fórmulas mágicas nem saídas fáceis, e, muito menos determinismos inevitáveis. Em uma situação revolucionária tudo é possível, inclusive a vitória da revolução. Se essa revolução for socialista, ela libera os seres humanos e suas capacidades criadoras. A revolução crescerá como revolução na medida em que o socialismo for sendo criado. Não poderia ser de outra maneira (e note-se: a criação de uma base material adequada faz parte da atividade construtiva dos seres humanos empenhados coletivamente na produção social do homem socialista, da sociedade socialista e da civilização socialista).

Se se observa com cuidado a atividade dos principais líderes da revolução cubana e os vários aspectos centrais da situação revolucionária de que ela nasceu, o que sobe à tona e se impõe sobre tudo o mais são palavras simples, como compaixão, humildade, integridade, fraternidade, repulsa, trabalho, prudência, tenacidade, paciência, abnegação, ousadia, cavalheirismo. Eles não eram "revolucionários profissionais", mas "amantes da revolução" por necessidade, que foram socializados politicamente graças e através dos embates com a situação revolucionária. O seu discernimento (com sua lógica política) não era partidário, exclusivista, o que permitiu que avançassem aos poucos e soubessem aproveitar as oportunidades, espontâneas ou provocadas. Todo socialismo deve ser experimental. Não obstante, entre as grandes revoluções proletárias do século 20, é a revolução cubana que apresenta essa face como a mais saliente e característica. Por isso, ela é a mais simples, a mais imprevisível e também a mais tocante, pois brota de dentro do homem para fora, dos sentimentos e aspirações mais profundos dos humildes e dos condenados da terra. O severo travejamento racional, que atravessa todas as correntes do socialismo europeu – e depois atinge os revolucionários russos e chineses – constitui um florescimento tardio (ou uma imposição), na direção da qual os

revolucionários cubanos avançaram sempre, ou para conseguir êxito militar e político ou para garantir a continuidade da revolução.

Portanto, se não quisermos reduzir a realidade em nome da dialética temos de aprender a conviver com a grandeza incomum dessa revolução, com sua beleza íntima e exterior – e também com sua ingenuidade perene. A situação revolucionária existia de fato (ela não foi induzida ou inventada: vinha do início do século, agravando-se sem cessar). Mas, como os contra-revolucionários, os revolucionários careciam de meios institucionais e tiveram de descobrir pela experiência até onde ir, onde teriam de chegar, independentemente de dogmas e de fórmulas. Como não suscitaram e nem mesmo tiveram um papel direto maior na criação da situação revolucionária, também não determinaram nem escolheram quantas revoluções sucessivas deveriam enfrentar, e está acima de dúvida que os limites à revolução, nascidos objetivamente, chocaram-se com seu idealismo revolucionário tanto quanto com sua generosidade e sede de justiça. O seu mérito e o seu talento residem no fato de haverem perseverado e levado a revolução até o fim. As várias revoluções frustradas e latentes vieram à luz do dia e, ao cabo, a transição para o socialismo corporificou-se e revelou-se por inteiro como solução viável e necessária.

Se devemos operar com a totalidade, ela está aí, nos vários aspectos que se voltam para o passado (remoto e recente), para o presente e para o futuro, e que se ligam entre si de modo inextricável. Não é possível dar conta de tudo (nem isso seria desejável). A tarefa que se define a esta unidade de trabalho didático é clara: como se passa de maneira tão rápida da pré-história à história de Cuba. A essência da revolução cubana não está em ter desatado o nó górdio do neocolonialismo e da dominação imperialista, mas na construção de um caminho socialista para o futuro. Essa Cuba socialista será sondada adiante. Aqui, avançando aos poucos, temos de concentrar-nos em um assunto candente: sem a

guerrilha não haveria nem conquista do poder nem transição para o socialismo. O debate sobre a "teoria do foco" não nos interessa. Inclusive, não vamos examinar a guerrilha por dentro, em seus aspectos propriamente militares. Isso já foi feito por quem de direito (como Ernesto Che Guevara ou Fidel Castro). Em nossa discussão, ganham precedência: a constituição de uma situação revolucionária, que converteu a guerrilha no meio cubano de chegar ao socialismo; e a guerrilha que permitiu, a um tempo, desagregar a capacidade de resistência da tirania burguesa e neutralizar a dominação imperialista dos Estados Unidos. Segundo a natureza do assunto, esta unidade didática será devotada: 1. ao resumo dos argumentos sociológicos que nos esclarecem quanto ao tema "Por que Cuba?" (uma revolução de tal magnitude não ocorreu, apesar de tudo, nos países tidos como os mais avançados da América Latina); 2. ao balanço das razões que converteram a guerrilha no "braço político" de uma revolução que derrota, simultaneamente, vários inimigos internos e externos e impõe a pergunta "Por que a guerrilha?"; 3. e a uma última análise – por que os guerrilheiros não traíram, por que romperam com uma "tradição política" cubana, a de traficar com o imperialismo e com o poder? Não se trata de endeusar alguns homens, identificados como guerrilheiros, tampouco de reduzir a revolução, em seus vários momentos, à guerrilha. A guerrilha foi um mero instrumento e seria preciso que não se perdesse de vista que mesmo a luta armada ultrapassou a guerrilha, logo transformada em apêndice ou técnica suplementar da guerra de movimento. Ela é essencial porque representou algo parecido com o que foram os partidos socialistas revolucionários em outros países. Ela plasmou a mentalidade revolucionária e educou os guerrilheiros para a ação política revolucionária, estabelecendo os marcos que separariam a "sua" revolução das outras. A guerrilha como entidade romântica e o guerrilheiro como homem providencial são mitos. Em um estudo histórico-sociológico mais amplo isso deveria ser tomado em conta. O que é dispensável neste curso elementar.

1 - Por que Cuba?

Para muitos, é um enigma que a revolução, que iria abrir pelo meio a história das Américas, tenha ocorrido em Cuba. Por que Cuba? Poderíamos seguir em frente, desdenhando esse debate, no fundo ingênuo. Proceder desse modo seria ignorar, porém, que a revolução cubana transcende a Cuba e ao Caribe: ela coloca as Américas no próprio circuito de formação, difusão e expansão de um novo tipo de civilização. Representa, para todas as Américas, a conquista de um patamar histórico-cultural que parecia nebuloso ou improvável e, para a América Latina, em particular, a evidência de que existem alternativas socialistas para a construção de uma sociedade nova no Novo Mundo. Apanhar o tema por aqui implica, sem dúvida, uma deflexão. Não há nada de mal em aceitá-la, desde que se mantenha presente a idéia de que semelhante discussão é preliminar (ela não explica a revolução cubana). Não devemos, sob qualquer hipótese, atar Cuba aos que ficaram para trás e o que há de mais importante a conhecer tem de ser visto por Cuba e através de Cuba. Portanto, à presente discussão cabem dois temas. Primeiro, sem pretender levar a análise muito longe ou mais a fundo, como entender-se o "salto revolucionário" cubano? Segundo, como se constitui e evolui (quanto a certos aspectos essenciais para o entendimento do presente) a situação revolucionária que levaria ao socialismo? Vejam bem, precisamos fugir ao europeucentrismo e à poluição cultural estadunidense. As nações capitalistas industrializadas e "adiantadas" bloqueiam o avanço do socialismo: uma via democrática, que impede a revolução, ou uma via revolucionária, que conduzirá à democracia socialista? Esse é o dilema e a experiência cubana nos leva à essência desse questionamento.

Não se poderia falar num elemento diferencial decisivo. Contudo, conjecturas ou presunções comparativas permitem salientar que o teor do nacionalismo cubano e as peculiaridades da revolução nacional em Cuba permitem entender e, até certo ponto, explicar o mencionado salto. Trata-se de um bom ângulo

de observação e de análise, porque tanto o nacionalismo quanto o clímax da revolução nacional têm de ser pensados à luz da interação entre estruturas em mudança e história da sociedade global, envolvendo também fatores psicológicos e políticos que operam em continuidade e em profundidade. Uma conseqüência, que precisa ser mencionada: dessa perspectiva, a revolução cubana é representada em estreita conformidade com as identificações ideológicas e as polarizações utópicas do movimento castrista, como ele se delineia na época de sua estruturação e desencadeamento.

Já foi acentuado que a frustração da emancipação nacional apenas reformulou, aprofundou e transferiu para diante as funções históricas desagregadoras e construtivas da revolução nacional. Um dos efeitos mais importantes desse processo aparece no tipo de nacionalismo que se constitui em Cuba, ao longo de uma evolução secular. Em outros países, sentimentos e ideais nacionalistas foram decepados da idéia de nação, pois o que se definiu como "nação" era uma projeção liberal dos interesses e dos valores conservantistas dos estamentos privilegiados (que, de fato, não realizaram um movimento nacional e limitaram-se a criar um Estado oligárquico, de substituição da Coroa e do governo colonial). Tudo isso vinha antes do aparecimento de burguesias mais ou menos consolidadas e, portanto, estava-se muito longe das funções que o nacionalismo representou, no desenvolvimento capitalista, como fator de unificação política e de hegemonia social de classe. Em Cuba, mesmo os rudimentos dessa transformação não se produziram historicamente e o nacionalismo confinou-se aos setores mais radicais das várias camadas sociais da população. Ele cresceu não a partir da dominação econômica, social e política dos estratos conservadores freqüentemente aliados aos controles externos e à própria repressão antinacionalista, mas da confluência de várias forças sociais divergentes, empenhadas na liberação nacional, no combate ao governo colonial e à dominação espanhola ou nas lutas contra o imperialismo e a

dominação estadunidense. Embora os intelectuais tivessem um papel enorme na formulação política dos vários projetos nacionalistas sucessivos, eles não passavam de porta-vozes (e, por vezes, de líderes) de sentimentos e ideais nacionalistas profundos, sofridos e exaltados, compartilhados de forma vertical pelos setores mobilizados pela militância nacionalista. Ocorre, assim, um desenvolvimento do nacionalismo de baixo para cima, sob uma constante fermentação política radical-nacional, que oscilava nos momentos de maior tensão econômica, social e política. Acresce que todos os conflitos, entre estamentos, primeiro, e entre classes, depois, tinham de passar pelo crivo desse nacionalismo militante e de sua alta fermentação política. Ele foi paralizado ou neutralizado pela ordem social colonial e, por pouco mais de meio século, pela ordem social neocolonial. O que não impediu que ele crescesse, amadurecesse e acabasse por exprimir um corte vertical de uma sociedade lançada com todo o vigor na aspiração de tornar-se uma nação-livre, independente, senhora de seu destino histórico e de sua soberania política. Em suma, um nacionalismo puro, de apóstolos (lembrem-se da representação normal e do culto a José Martí), que se insurgia contra a capitulação negociada dos estratos dominantes da burguesia e contra a intromissão sistemática do imperialismo. Nas décadas de 1930 e 1950 esse nacionalismo ressurgiria em um clímax histórico, batendo-se aguerridamente contra esses dois pólos simultâneos, em um clima político suscetível de elevar ao máximo sua eficácia ideológica e utópica. Dada a penetração imperialista na dominação burguesa, a compulsão contra a ordem neocolonial abrange componentes radical-burgueses, que poderiam conter a revolução nacional sob o capitalismo, e componentes estritamente anticapitalistas, que tenderiam a levar a revolução nacional até ao fundo. Na luta contra Batista esses dois componentes se mesclaram e ativaram-se mutuamente. Depois do êxito do exército rebelde, os segundos componentes se impuseram e cresceram rapidamente, mostrando a verdadei-

ra face revolucionária do nacionalismo cubano. Nenhum país em todas as Américas chegou a elaborar um nacionalismo desse tipo, que pudesse encadear-se quer a uma vitória burguesa, com a integração nacional que daí poderia resultar, quer a uma vitória das massas e do proletariado, com a liberação nacional conseqüente e a transição para o socialismo. Nas fases decisivas da desagregação da ordem social neocolonial, esse nacionalismo libertário teve uma enorme importância dinâmica na mobilização das massas e na implantação do poder popular.

A revolução nacional, como processo histórico e como transformação política, contém duas peculiaridades centrais no caso cubano. Uma diferença relaciona-se com elementos típicos distintos vinculados à alteração do contexto histórico-social (algo inevitável: não só se passa do século 19 para o século 20; a conexão entre capitalismo, contenção da descolonização e uma dominação externa que se torna imperialista particulariza meio século de evolução histórico-social). Outra diferença relaciona-se, especificamente, com o conteúdo de classe (e não, apenas, com o conteúdo social) da revolução nacional em Cuba. Esta eclode e vence tardiamente, mas não em atraso: no fluxo de uma transformação profunda da sociedade cubana, ela teria de refletir – e a elas dar predominância – as forças sociais revolucionárias do século 20 (e não às que poderiam ser revolucionárias por ocasião da "guerra dos dez anos" ou da "revolução de 1895").

A regra, na América Latina (não nos Estados Unidos; mas também no Canadá), consiste em que as revoluções "nacionais" vitoriosas eram lideradas e freadas pelos estamentos privilegiados dominantes. Na verdade, a revolução nacional significava, como ponto de partida, uma nativização dos controles econômicos, sociais e políticos – inclusive no nível do poder político-estatal: surgiu um Estado despótico, menos "nacional" que estamental, oligárquico, escravista (em muitos casos) e antipopular (sua órbita democrática era restrita e só possuía plena eficácia para os estamentos que se viam como o povo e a nação, em nome dos quais se pronunciavam para defender interesses particularistas e ultraparticularistas, todos entranhadamente antinacionais ou extranacionais). Ao retardar-se, a revolução nacional em Cuba fugiu a esse circuito nefasto. A tutela conservadora e reacionária impediu ou freou a desagregação da ordem colonial e impôs uma ordem neocolonial que tornava a idéia e a realidade da nação inviáveis. Todavia, quando o fluxo da revolução nacional cresce até um nível de ebulição irredutível e indestrutível, nas lutas contra a ditadura de Machado, ou seja, da década de 1930 em diante, essa tutela não tinha como impor-se. Ela se fragmentara, despojando as classes burguesas de uma posição estratégica no controle político e policial-militar do movimento nacionalista. Tudo isso iria agravar-se em seguida, pois o antiimperialismo e o antagonismo provocado pela ditadura de Batista converteu a revolução nacional em uma autêntica cruzada (no que se poderia chamar de uma revolução dos povos, de todas as classes, contra a ordem social vigente – portanto, com base de unificação nos interesses e valores sociais comuns a todas as classes). A idéia de nação corporifica-se, pois, nesse contexto histórico-social como uma concreção que deveria atender também as classes possuidoras e a seus estratos dominantes como às classes trabalhadoras e aos estratos mais humildes.

A essa diferença de contexto histórico-social corresponde, naturalmente, uma diferença de conteúdo de classe da revolução nacional. Nas condições particulares da luta contra o imperialismo e as ditaduras de Machado ou de Batista, a tendência a privilegiar os interesses e os valores sociais comuns era moderada e burguesa. Essa tendência estava em atrito com forças sociais ultranacionalistas (de "direita" e de "esquerda", em termos relativos: pensando-se no ultranacionalismo dos donos; e no nacionalismo libertário inerente ao movimento estudantil, ao sindicalismo ou ao socialismo das classes trabalhadoras). E, o que é mais importante, ela também estava sendo deslocada pela

tendência alternativa, pois o próprio centro de gravidade da revolução nacional passara, gradativamente, do topo para a base da sociedade. O nacionalismo militante extremado, puritano e revolucionário caíra nas mãos dos jovens radicais, de certos estratos das classes médias e da pequena burguesia e, principalmente, do proletariado rural e urbano. Se já era impraticável conter a revolução nacional dentro da ordem (como conciliá-la com a ordem social neocolonial?), esse deslocamento do centro de gravidade pressupunha que os limites da revolução contra a ordem iriam nascer da prática política e da luta militar (não do nacionalismo, em si mesmo, nem das ideologias e utopias das classes em conflito). Por essa razão, à medida que a relação de forças decide que o que deveria prevalecer eram os interesses e os valores das massas populares (isto é, das classes trabalhadoras), a revolução nacional irá deslocar-se no sentido de corresponder, estrutural e dinamicamente, ao seu novo eixo gravitacional. Esse impulso se devia à necessidade de extirpar o neocolonialismo em todos os níveis (o da dominação imperialista e o das classes burguesas cubanas). Porém, ao ir tão longe e tão fundo, ele desprende a revolução nacional do "idealismo burguês", do liberalismo, da democracia constitucional e representativa. E inverte a tendência predominante no século 19: o conteúdo de classe da revolução nacional viria de baixo para cima, ou seja, das massas populares, dos humildes e explorados, dos setores organizados das classes trabalhadoras.

Em conseqüência, a revolução nacional deixa de ser uma revolução puramente política (de construção de um aparelho de dominação estatal "soberano", nacional e "independente"). Ela se dissocia – depois que os guerrilheiros dividiram o poder com setores radicais da burguesia –, segundo ritmos crescentes e rápidos, da impregnação burguesa de defesa e consolidação de uma tão almejada ordem social competitiva. A experiência histórica com a ordem social competitiva fora catastrófica: levara Cuba ao impasse econômico, social e político que se configura dramaticamente na década de 1950 e denunciado de modo tão vivo por Fidel Castro. Para que a burguesia pudesse impor uma revolução contra a ordem através do capitalismo seria necessário que ela preservasse suas posições estratégicas de dominação de classe. A plebe não tinha vínculos fundamentais com a ordem social competitiva e a aceleração da revolução nacional levou-a à conquista de uma nova composição, da qual resultaria a hegemonia de classe dos trabalhadores. Pela primeira vez, na história da América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático, e ao vencer, a idéia de nação arrasta com ela a construção de uma ordem social inteiramente nova e socialista.

É arriscado tentar uma interpretação sociológica global da revolução cubana. Não porque ela esteja muito perto. Mas, porque a investigação sociológica da sociedade neocolonial ainda é insuficiente. Há, além disso, a desvantagem de algumas das melhores descrições e interpretações terem absorvido demais modelos ou pressupostos do desenvolvimento capitalista autônomo, o que coloca a perspectiva de interpretação que perfilho, mais rigorosa quanto à especificidade da situação concreta, sob suspeita de parcialidade. Apesar de tudo – partindo dessa perspectiva e tomando em conta o fim desse período, que vai da década de 1930 ao primeiro ano da década de 1960 – gostaria de, buscando a "unidade no diverso", dar um balanço na superposição, desencontros e interpenetração de alterações estruturais (aqui descritas em termos da passagem da ordem social neocolonial para uma nova ordem social competitiva, que estava em processo mas acabou esboroando-se) e de transformações históricas (aqui focalizadas em termos da atuação de personalidades, grupos e correntes políticas, que mudaram o curso daquele processo e criaram uma alternativa não prevista para o desfecho das lutas contra a tirania e o imperialismo e pela autonomia nacional). Sem dúvida, as alterações estruturais também são história (história em profundidade e de longa duração); e as transformações históricas, quando afetam

o comportamento coletivo e o "destino" de uma sociedade nacional, também são estruturais (as estruturas em emergência e em formação, que, no caso cubano, revelam uma guinada por causa da "revolução na revolução": o salto do capitalismo ao socialismo). A importância de manter as distinções aparece no nível da consideração do objeto – o grau de consciência racional ou objetiva alcançada pelos indivíduos, grupos ou classes sociais em conflito dos processos em curso; e, suplementarmente, no nível da interpretação. Se não recorrermos ao plano mais profundo, paradoxalmente, seremos incapazes de entender a situação revolucionária que se formou dentro da ordem social neocolonial e serviu como uma espécie de escada rolante da verdadeira revolução, que estava encubada nos fatos e na consciência social mas que só se revelou plenamente a partir dos avanços históricos que ocorreram até a constituição do governo Urrutia e sua queda.

Uma coisa se poderia dizer: a forma de produção capitalista, com seu padrão de composição da população, a expansão relativa do regime de classes e seus requisitos políticos, havia ido longe demais para caber nos quadros da ordem social neocolonial. Esta, depois das crises das décadas de 1920 e 1930 e, principalmente, da recuperação dos níveis alcançados pelas forças produtivas, convertera-se em verdadeira camisa-de-força para o desenvolvimento capitalista. Toda a celeuma causada pela "desorganização" da economia ou o "caos" da sociedade deveria ser vista através deste prisma. Forças econômicas, sociais e políticas não encontravam vias de expressão e regulamentação – o que K. Mannheim formulava como disciplinação e estruturação; mesmo que o capitalismo se preservasse, as forças emergentes exigiam o espaço nacional de que eram privadas (ou seja, em outras palavras: a ordem neocolonial bloqueava as referidas forças, impedindo que dela própria nascesse, espontânea e naturalmente, uma ordem social competitiva suficientemente diferençada, integrada e dinâmica para responder "às exigências da situação"). Portanto, a vitalidade dessas forças – já nas condições que marcam a queda da ditadura Machado – sublinha algo evidente: tanto no nível da burguesia quanto no nível do operariado, estabeleceram-se contradições insanáveis (que iriam agravar-se incessantemente, em seguida) com o modelo neocolonial de desenvolvimento capitalista. Este modelo se esgotara e, na medida em que se perpetuava, pela pressão imperialista, pela resistência à mudança das classes privilegiadas ou pela reprodução estática da ordem (uma força de "inércia" muito forte em situações neocoloniais prolongadas ou permanentes), criava uma espécie de hiato histórico (a vigência sem eficácia da ordem neocolonial, que deveria desaparecer mas sobrevivia em contraposição à necessidade de uma ordem social mais complexa, a ordem social competitiva, parcialmente presente em muitas relações de produção ou de mercado, mas que não podia crescer e universalizar-se). Tudo isso dava uma idéia falsa de desordem institucionalizada ou de um caos invencível. O que havia, de fato, era uma extrema duração e um extremo aprofundamento da desordem transitória, intrínseca à mudança social progressiva (na linguagem de muitos autores, a chamada "mudança estrutural"). Nenhuma sociedade pode suportar essa situação sem comoções internas graves e uma aparência de "catástrofe final". Uma ordem social demasiado débil para controlar as crises econômicas, a anomia social e a violência política, tão rica de artifícios para explorar todas elas e por isso para agravá-las normalmente, ao desagregar-se as expunha a um ciclo paroxísmico. Meu convite, pois, é para que se repense o dilema da transição da ordem social neocolonial para a ordem social competitiva. Não era só o centro imperialista que "brecava o carro". As classes burguesas não tinham como trocar as marchas, primeiro, e como deslanchar, depois; a camisa-de-força da ordem social neocolonial as tolhia, enquanto toda a sociedade era sacudida de alto a baixo pelas forças que nasciam de seu crescimento econômico, demográfico e cultural. Por conseguinte, a emergência da ordem social competitiva encontrava entraves onde deveria achar estímulos e as classes dominantes – internas e externas – passaram a

agir contra si próprias e suas situações de interesses, pensando que defendiam o "desenvolvimento capitalista". Em suma, aí se configura plenamente uma situação revolucionária explosiva. Uma situação revolucionária que não precisaria se agravar se pudesse resolver-se por meio de uma revolução dentro da ordem (ou seja, como uma transformação capitalista dentro da transformação capitalista, pela absorção de estruturas e funções coloniais pelo elemento dinâmico nacional). Essa história não estava ao alcance de Cuba (embora ela se tenha repetido em tantos lugares). E uma situação revolucionária, de origem tão rudimentar – uma exigência do capitalismo – serviu para acionar uma transformação que levou a descolonização até o fundo e até o fim (e poderia completar-se a revolução dentro da ordem de outra maneira?).

A situação revolucionária apontada já estava montada, com todos os elementos estruturais e dinâmicos que a tornaram cíclica, durante a derrubada de Machado e nas tentativas subseqüentes de reconstrução, que falharam de modo completo. Por aí se tem o percurso histórico do crescimento latente dessa situação, até ao seu clímax e desenlace na década de 1950. O que deve interessar-nos, aqui, são os aspectos vinculados às relações e conflitos de classes, que permitem entender, de um lado, por que a transição da ordem social neocolonial para a ordem social competitiva era impossível e, de outro, por que a própria situação revolucionária foi conduzida à solução do impasse pela guerra civil. De uma perspectiva histórica externa e superficial, toda essa evolução pode ser ignorada. A luta contra Batista ganha o centro do palco e a derrota do imperialismo aparece como uma conseqüência. No entanto, se se vai ao fundo das contradições que trabalharam (ou movimentaram) aquela situação revolucionária, descobre-se: 1. que sua razão de ser não era a "impotência da burguesia", mas a inviabilidade, nas condições cubanas, da ordem social neocolonial e a impossibilidade de conseguir-se, dentro dela, uma transformação capitalista do capitalismo existente; 2. que os processos históricos iriam deslocar rapidamente

o eixo de gravitação dessa situação revolucionária da transformação capitalista inviável para a construção de uma ordem social que rompia em todos os pontos com o passado e com o presente, convertendo a liberação nacional, o antiimperialismo e a revolução democrática na espinha dorsal do nascimento de novas formas sociais de produção, de organização da sociedade e de ordenamento do Estado. Ao ativar-se, em suma, a descolonização rompeu com o que se tornara uma camisa-de-força capitalista e imprimiu à situação revolucionária os ritmos e os alvos das revoluções proletárias do século 20.

Para esclarecer esse quadro global é necessário tomar-se em consideração alguns aspectos centrais das relações e conflitos de classes. De um lado, como estas relações e conflitos refletiam-se na composição e funcionamento da dominação burguesa. De outro, como e por que a oposição a ordem neocolonial atingiu as proporções de uma revolução social, malgrado as inconsistências e as debilidades do regime de classes (e talvez por isso mesmo, pois se ele estivesse mais consolidado as saídas contra a ordem existente encontrariam outros obstáculos e dificuldades, inclusive no nível da ligação das massas populares e das classes trabalhadoras com várias modalidades conhecidas de emburguesamento).

No plano da dominação burguesa operavam três elementos contraditórios. Primeiro, o elemento hegemônico, intrínseco aos interesses estadunidenses e ao imperialismo. Apesar das divergências setoriais e malgrado certas mudanças ocorridas no controle econômico, com o aparecimento de novas áreas de investimento e de produção industrial, o imperialismo continha a impulsão estadunidense de modernizar Cuba nos limites neocoloniais. Foram feitas concessões, como a extinção da Emenda Platt (em 1934) ou as recomposições surgidas nos negócios do açúcar. Mas, o esquema de intromissão sistemática e universal conservou-se intacto, tanto no nível econômico quanto nos níveis cultural e político. Portanto, esse pólo poderoso, por sua importância decisiva nas entradas de capitais, na transferência

de tecnologia e nos fluxos do crescimento capitalista, constituía o fator dinâmico do impasse, pois era ele que impedia, de fato, o colapso da ordem social neocolonial e sufocava as potencialidades de expansão da ordem social competitiva em Cuba (a qual requeria uma "revolução dentro da ordem" temida e bloqueada, sobretudo, a partir de fora). Ao contrário da Espanha, os Estados Unidos não cederam terreno e mantiveram sua posição de poder de modo determinado (e mesmo com evidente miopia política). Segundo, os interesses capitalistas "locais" (ou internos) que, de maneira alegórica, se poderia dizer estarem envolvidos na cubanização do desenvolvimento capitalista. Esse pólo detinha um poder econômico e social considerável, pois abrangia vários tipos de negócios (entre os quais estavam os de dois setores relativamente atuantes, como os *hacendados* empenhados na recuperação dos engenhos, e os colonos). Ele sofria, não obstante, uma dupla paralisia. De um lado, estava dividido diante do imperialismo e quanto ao calibre revolucionário do movimento nacionalista. De outro, não possuía uma base material e social bastante forte para extinguir a safra de governos ditatoriais e corruptos típica da agonia da "Republica intervenida". Na hipótese de um longo período de estabilidade econômica, social e política, poderia avançar por dentro, logrando a cubanização paulatina do desenvolvimento capitalista (comandando o crescimento da ordem social competitiva). Criou-se, pois, um círculo vicioso: esse pólo carecia de que o desenvolvimento capitalista reforçasse sua posição e, na verdade, sua maior autonomia relativa constituía um pré-requisito para a cubanização do desenvolvimento capitalista. O estancamento econômico e a instabilidade social cortaram esse caminho pela raiz, deslocando a órbita do movimento nacionalista para fora do campo das "forças da ordem". Esse pólo não foi neutralizado, mas perdeu poder real e só concorreu ativamente para a desestabilização do regime vigente por meio de alguns de seus setores mais radicais e nacionalistas. Faltou-lhe o que se poderia descrever como "movimento

de bloco", o que redundou na perda da oportunidade histórica que se abria, embora debilmente, à burguesia cubana. Terceiro, toda a massa de interesses capitalistas cubanos, repartidos pelos vários setores da economia e da sociedade, que oscilava entre uma forte propensão pró-imperialista e um retraimento autoprotetor. Esse era o pólo mais odiado pelos revolucionários, qualquer que fosse sua identificação ideológica ou seu fervor nacionalista. Nele imperavam a corrupção sem mistérios, o oportunismo reacionário, a indiferença perante a situação de calamidade nacional de Cuba, um conservantismo cego etc. Contudo, por efeito de uma gravitação passiva, nele também contavam os que possuíam um espírito capitalista fraco ou apático (confiavam tão pouco em uma possível cubanização do desenvolvimento capitalista que preferiam bloquear quase 500 milhões de dólares, entre investimentos nos Estados Unidos e o entesouramento). Podiam ver "com simpatia" as irradiações do nacionalismo e a causa da democracia, mas omitiam-se e reforçavam, indiretamente, o que restara da burguesia compradora.

Esse apanhado geral indica duas coisas. A dominação burguesa estava cindida, em termos estruturais. O imperialismo não era somente um "tema político". Ele definia a orientação da dominação burguesa e constituía seu centro de gravidade, não a partir de fora, mas a partir de dentro, de onde bloqueava a iniciativa das classes possuidoras, principalmente no nível de seus estratos dominantes. Por aí, a liquidação do *status quo* tornava-se impossível e o desenvolvimento capitalista ficava imantado às condições neocoloniais, que precisavam ser superadas e destruídas pelas classes burguesas. A ordem social, que deixara de responder às exigências da situação histórica, era preservada em detrimento de Cuba como um todo e à revelia dos setores da burguesia cubana que poderiam liderar uma implantação mais rápida da cubanização do desenvolvimento capitalista. Além disso, a dominação burguesa também estava

cindida em termos das situações de interesses e de valores das próprias classes burguesas cubanas. Ela não possuía nem unidade nem firmeza e eficácia – o que retirava das classes possuidoras e de seus estratos dominantes a possibilidade de se verem convertidos em núcleo dinâmico de desagregação da ordem social neocolonial e de aceleração do crescimento interno da ordem social competitiva. Este processo se desenrolava e se acelerava, portanto, por cima e contra o que poderia desejar ou preferir a burguesia nacional. Existia uma oportunidade histórica concreta (inclusive em termos de autodefesa e de "exigências da situação", pois desde a derrubada da ditadura Machado a instabilidade política passara a minar as bases econômicas de dominação de classe da burguesia). Essa oportunidade, porém, não podia ser aproveitada pela burguesia, o que suscita não a questão da "impotência da burguesia cubana" mas a de saber: para que classes ou setores de classes surgira aquela oportunidade histórica? As classes burguesas deveriam desprender-se e opor-se violentamente às condições neocoloniais do desenvolvimento capitalista, à frente de uma revolução política contra a ordem existente. Não realizando essa transformação, elas continuaram a ser as classes burguesas que construíram e mantiveram o neocolonialismo com suas próprias mãos. Como poderiam surgir e atuar como classes revolucionárias? Desse ângulo, nem os Estados Unidos avançaram, para proporcionar à burguesia cubana espaço econômico e político para realizar uma revolução dentro da ordem, pela qual a ordem social competitiva poderia sair da hibernação, nem as classes burguesas de Cuba possuíam condições e meios para se tornarem revolucionárias no nível de profundidade que se impunha espontaneamente, a qual exigia que "arriscassem tudo" em troca de algo que parecia uma utopia ou um "sonho". O essencial, pois, não é o quanto a burguesia cubana estava dividida internamente, mas o fato de haver preferido a contemporização como técnica de acumulação de forças.

No plano da oposição havia uma fragmentação histórico-social e política simétrica. Os elementos que saíam das classes possuidoras – de seus estratos altos, médios e baixos – achavam-se divididos por interesses, valores e opções ideológicas ou políticas. Nesses setores, o patriotismo radical dos colonos, por exemplo, só tinha em comum com o nacionalismo das correntes socialistas ou ultra-radicais o *élan* independentista do anti-imperialismo. O que os colonos pretendiam era uma espécie de purificação da ordem, como paladinos mais extremados da consolidação da ordem social competitiva (em suma, queriam todas as vantagens do desenvolvimento capitalista, sem a presença asfixiante e os entraves dos estadunidenses). As correntes socialistas e ultra-radicais traziam, pela juventude universitária, os intelectuais ou a esquerda católica, o sopro mais profundo e puro da utopia nacionalista. No entanto, seus comoventes sacrifícios não as retirava de um isolamento relativo desesperador, que as conduzia à revolta moral e ao extremismo, divorciando-as cada vez mais da situação revolucionária de que emergiam e de sua própria condição burguesa. Por sua vez, os movimentos de massa vinculavam-se às classes trabalhadoras e retiravam sua dinâmica dos processos estruturais mais profundos, pelos quais as greves, a luta por liberdade, pela democracia, e por condições de trabalho etc., os tornavam ativos na desagregação da ordem social neocolonial e na expansão simultânea da ordem social competitiva. Respondiam a uma postura nacionalista e antiimperialista, mas ela não lhes fornecia uma ética revolucionária. Suas bandeiras estavam em reivindicações estratégicas que exigiam a presença de uma burguesia forte e que, na ausência de uma revolução dentro da ordem, compeliram as classes trabalhadoras e seus alvos históricos a deslocarem-se crescentemente para a esquerda. Não obstante, elas teriam de ser o alfa e o ômega de qualquer solução, capitalista ou anticapitalista, e suas reivindicações tanto aceleravam a desagregação da ordem existente quanto faziam oscilar as forças que trabalhavam por dentro da

situação revolucionária, aumentando sua instabilidade e labilidade.

Esse bosquejo deixa claro que a dificuldade de uma evolução decisiva também existia na área radical dos setores burgueses e no núcleo mais organizado e ativo das classes trabalhadoras. É preciso notar que "imobilismo" da burguesia não procedia da falta de ação, mas da incapacidade de romper frontalmente e de uma vez por todas com a ordem social neocolonial. Ora, a mesma coisa acabaria acontecendo na oposição, na qual o excesso de ação dispersiva fragmentava e enfraquecia a luta contra a ordem existente. A oposição era uma congérie: a ativar-se politicamente, tendia a provocar o contrário do que pretendia, isto é, contribuía para fortalecer a reprodução estática daquela ordem. O governo ditatorial e os interesses estadunidenses ou cubanização mais ou menos favoráveis ao neocolonialismo ganhavam maior espaço histórico para agir reacionariamente ou contra-revolucionariamente, em nome da defesa dos costumes, da ordem ou da propriedade e do direito. Todavia, as divisões que floresciam não eram paralizadoras. Ao contrário da dominação burguesa, a oposição contra a ditadura e o imperialismo podia aproveitar a oportunidade histórica, embora a questão fosse como? E até onde? Sem um mínimo de unificação política este avanço seria impossível e, pelo que se sabe, as contradições históricas não se resolvem por si mesmas, automaticamente.

Esse impasse foi rompido graças a três elementos. Primeiro, o agravamento espontâneo constante da situação revolucionária (os que teimam em ignorar este componente, porque era intrinsecamente capitalista e foi subestimado, não conseguem entender que a guerrilha não criou "outras Cubas" porque estava fora de seu alcance engendrar a própria situação em que ela se tornaria revolucionariamente operacional). O agravamento nascia de vários focos distintos. O mais importante estava nas pressões radicais de baixo para cima dos trabalhadores e na insatisfação popular generalizada. A situação de interesses e de valores das

classes trabalhadoras (ao contrário do que ocorreu com as da burguesia), naquele período histórico, tendia para a unificação e para a tática da pressão em todas as frentes. Para as classes trabalhadoras a dominação burguesa era uma dominação de classe. Não importava quem, na burguesia, estava de que lado e a interferência imperialista agravava a exasperação existente e tornava a burguesia, como um todo, mais vulnerável. [Quando o elemento imperialista penetrava o conflito de classe, para o setor mais organizado e forte dos trabalhadores o que entrava em questão era o componente hegemônico da dominação burguesa.] Portanto, é de baixo para cima, das classes trabalhadoras e da população pobre que parte a principal força desagregadora da ordem, o dissolvente invisível e o fator básico da deterioração do poder da burguesia e de seus governos. As reivindicações eram postas e repostas com tenacidade e violência crescente, obrigando a burguesia a encolher-se e a mostrar sua incapacidade de conduzir a necessária transformação capitalista do capitalismo, sem avançar na mesma direção que as classes trabalhadoras e a população pobre. Em conseqüência, é essa pressão anônima mas maciça e constantemente crescente que muda a qualidade da situação revolucionária e que faz com que esta própria ultrapasse os quadros do capitalismo e da atuação de classe da burguesia. Por fim, a questão de derrubar a ordem existente passou a ser uma questão política de natureza militar. A ordem neocolonial já estava praticamente destruída e mantinha-se por uma máquina de coação que precisava ser desafiada e derrotada. O essencial, nesse quadro, não é, como já se supôs, a "substituição de gerações" na década de 1930 e nas lutas contra a ditadura de Machado. Mas, o ímpeto especificamente revolucionário das forças que sofriam as conseqüências mais destrutivas e desumanas da ordem social neocolonial. A expansão do regime de classes prendia-se à expansão do capitalismo, o que, em Cuba, só poderia ocorrer através de um novo modelo de desenvolvimento capitalista. Se este não era possível, as lutas de classes teriam de cami-

nhar rapidamente para outro terreno e de redefinir-se segundo um novo eixo histórico, no qual as classes trabalhadoras e a massa pobre da população apareciam como portadores do poder real revolucionário.

O segundo elemento é o que funcionou, ao longo de várias décadas, como o "barril de pólvora" da sociedade cubana. Não só as gerações jovens, seu idealismo nacional e radicalismo político, mas o desenraizamento deliberado e desesperado de jovens que repudiavam todo um estilo de vida e de poder que conheciam por dentro. Muitos brecariam a ruptura dentro da situação revolucionária que se configurava como "Cuba para os cubanos". Outros saltaram logo desses limites e viram que o antiimperialismo exigia, como algo inevitável, o anticapitalismo: não se poderia dar um salto histórico sem o outro e, portanto, impunha-se ir direto à concepção libertária e socialista de liberação nacional. Ora, uma geração que se desprendera de sua classe e da ideologia de sua classe acabara ficando livre para fazer uma ou outra coisa. O que é fundamental: no caso de Cuba esse processo transparece desde as lutas da década de 1930. Todavia, à medida que a desagregação da ordem social neocolonial se completa e que as classes trabalhadoras passam da revolução dentro da ordem para a revolução contra a ordem, a socialização política do jovem radical sofre uma transmutação. Ele apanha essa potencialidade ainda no seu estado larval e avança através dela. Por conseguinte, o jovem radical veio a ser um protagonista exemplar: veio a ser o sismógrafo das sucessivas alterações da situação revolucionária e o porta-voz das classes e estratos de classes especificamente revolucionários da sociedade cubana. No início, esse avanço se dá em um vazio histórico. Aparentemente, as classes trabalhadoras e os "humildes" não respondiam ativamente. Como fenômeno histórico, porém, essa impregnação é deveras crucial. O idealismo nacionalista e o antiimperialismo são projetados para baixo e para o fundo, voltando à tona reformulados em termos das exigências econômicas, sociais e políticas de uma revolução de toda a sociedade cubana.

Ou seja, o desenraizamento deixara de existir e cedera lugar a uma consciência revolucionária objetiva e intransigente, disposta a ir até onde fosse possível para converter Cuba em uma sociedade nacional, dentro do capitalismo ou contra ele. Em seguida, o vazio histórico dissipou-se. O êxito militar dos jovens rebeldes, dos fins de 1957 em diante, deixara o campo político aberto para a eclosão das forças revolucionárias reprimidas nos confins da sociedade cubana. As classes trabalhadoras e os humildes foram deslocados para a condição de uma retaguarda mobilizada e militante. Atinge-se, então, o clímax da socialização política produzida e a consciência revolucionária do jovem rebelde traduz não só as exigências da "revolução nacional" e da "luta antiimperialista", mas a própria consciência da classe trabalhadora, que emerge como a classe revolucionária, e seu poder real, o poder popular. Para entender-se o quanto o setor rebelde da geração jovem alterou a qualidade da situação revolucionária preexistente é preciso chegar-se a 1959, ano no qual também se desvenda por completo o sentido das relações entre classe, geração e revolução em Cuba. A "revolução dentro da ordem" se evapora para sempre. As sortidas burguesas fracassam melancolicamente e a "revolução dentro da revolução" cresce sem cessar.

O terceiro elemento é a guerrilha (a ser discutida, como tema, na exposição subseqüente). A guerrilha foi o ingrediente pelo qual se desmantelou o castelo de cartas e de ilusões. Ela surgiu em um momento alcançado da decomposição da sociedade neocolonial, quando já era politicamente claro que a "revolução dentro da ordem" não passava de uma boa intenção e que a realidade vinha a ser a sobrevivência permanente do neocolonialismo. Por isso, ela não aparece como um *fiat*. Liga-se àquela situação revolucionária como uma necessidade política e como o recurso final para tornar patente seu desmoronamento. Também por isso ela é o braço armado de um movimento político (o Movimento 26 de Julho), que era o seu elo com todas as classes e com a efervescência política revolucionária da sociedade cubana. A guerrilha cresceu além do que seria pre-

ciso se a rebelião fosse contida no plano burguês. No entanto, a revolução cubana tinha um nível histórico próprio: ela não iria parar aquém da descolonização final e total. Foi isso que deu à guerrilha e aos guerrilheiros um corpo político denso. Eles acabaram concentrando e representando essa necessidade histórica, pela qual seu antiimperialismo libertou-se da tutela burguesa e seu nacionalismo uniu-se ao ímpeto revolucionário das classes trabalhadoras e dos "humildes". Em um primeiro momento, só por sua possibilidade de existência, ela atestou o grau de profundidade da situação revolucionária que prevalecia em Cuba. A ditadura não pôde tolher nem sua implantação nem sua transformação em exército rebelde: o que queria dizer que a ordem neocolonial estava em agonia e que as forças burguesas haviam perdido qualquer possibilidade de conter a revolução nacional "dentro da ordem". Logo em seguida, assim que se consolidou militar e politicamente, a guerrilha deslocou o eixo de equilíbrio da ordem, passando-o da minoria para a maioria e emergindo, ela própria, como artífice e mediadora do poder popular. Portanto, ela e sua vitória desatam o verdadeiro componente revolucionário da revolução cubana. Ao criar espaço histórico para a manifestação e afirmação das classes trabalhadoras e da população pobre, ela levou ao limite extremo a situação revolucionária e colocou as bases políticas de sua superação pelo socialismo.

Esse quadro é muito sumário. Contudo, revela que a revolução cubana não ocorreu por acidente. Já se tem salientado a "impotência da burguesia" e o papel revolucionário dos "jovens rebeldes". Todavia, não é secundário o entrevamento dos Estados Unidos, vitimados por um mau hábito: limitaram-se a intervir e a colaborar através do governo preposto (exatamente no momento em que a "Republica intervenida" chegava ao colapso final!). E, em particular, não é secundária a situação revolucionária, que brotava de uma ordem social neocolonial em crise, em desagregação e em vias de desmoronamento, e cresceu contra a ordem graças à capacidade de organização e de protesto das classes trabalhadoras e das massas populares em Cuba. Por fim, sem o

seu engatamento com a liberação da classe operária, o significado político da guerrilha seria muito menor. Havia um armazenamento ou acumulação secular de forças sociais na sociedade cubana. A revolução é o produto de todas essas forças, que não desapareceram ao longo da história. Concentraram-se e explodiram em meados do século 20, assinalando que através de Cuba as Américas participam das revoluções abertas para o futuro.

2 - Por que a guerrilha?

A guerrilha surgiu como uma solução militar madura para uma "revolução dentro da ordem" falhada e impossível. Ao ser acionada, ela por sua vez acionou o golpe de misericórdia que acabou com um regime econômico, social e político arruinado e condenado. Ela não só "iluminou o sinal" dos tempos novos. A guerrilha transferiu a guerra civil latente para o plano da história vivida dia a dia e da ação direta. Em conseqüência, ao brotar e garantir seu próprio espaço histórico, ela mudou a qualidade da situação revolucionária preexistente, que a engendrou. Uma revolução dentro da ordem desacreditada, soturna e frouxa, em impasse crônico, converteu-se no seu contrário, uma revolução contra a ordem cheia de fé, alegre e exuberante, que buscou e descobriu seus caminhos na fusão entre povo, nação e Estado em Cuba. Antes de libertar a nação, ela liberou um espaço histórico para a eclosão política das classes trabalhadoras e da população pobre e, com isso, soltou a guerra civil, colocou-a a seu lado, serviu-a como o seu exército, protegeu-a contra a traição e a sabotagem, levou-a até o fim e até o fundo, amarrando-a definitivamente à impulsão revolucionária dos proletários e dos humildes.

Essa via armada – embora instrumental e intrinsecamente política – de chegar-se ao socialismo só teve semelhante importância em Cuba. Ela aparece, por si mesma, como a "política por outros meios" na única forma social possível. Por isso, é preciso discuti-la aqui, pelo menos para assinalar dois pontos centrais: 1. o que conferia à guerrilha essa força histórica tão decisiva, criadora e surpreen-

dente; 2. por que a guerrilha e o guerrilheiro desapareceram, mas o espírito da guerrilha dura até hoje, identificando-se como o próprio espírito da revolução cubana. Outros aspectos essenciais da história da guerrilha e dos guerrilheiros, militares ou políticos, precisam ser ventilados de outra maneira (lendo-se os livros e escritos dos heróis daquela revolução ou dos estudiosos que se ocuparam com os seus feitos, como Franqui, Karol, Matthews e tantos outros). Quanto ao significado revolucionário da guerrilha para a desagregação do capitalismo e a passagem ao socialismo, o livro de Régis Debray preserva todo o seu valor, desde que se entenda e se redefina a problemática de uma perspectiva leninista (a situação revolucionária não foi improvisada ou fabricada em Cuba: sem ela, a guerrilha estaria provavelmente fadada ao fracasso, como sucedeu em outros países). Isso não significa que Cuba "não se repetirá" (uma concepção imperialista e contra-revolucionária), mas que os outros países da América Latina terão de buscar suas vias próprias de revolução socialista, imitando os cubanos em tudo que for possível mas permanecendo abertos, como eles, às exigências concretas da situação histórica.

O primeiro ponto central comporta dois tipos distintos de reflexão. De um lado, o que imprimiu à guerrilha a grandeza e a eficácia extraordinárias que ela alcançou? Essa é uma pergunta pertinente, que pode ser respondida de várias maneiras. A mais simples: os cubanos acumularam uma longa experiência do uso da guerrilha, à "conquista da guerra dos dez anos" e à revolução de 1895, experiência que foi refinada com afinco no combate posterior às várias ditaduras que se sucederam no poder. Portanto, na linguagem dos antropólogos, havia "uma tradição de guerrilha", embora a guerrilha posta em prática em Sierra Maestra refletisse uma tecnologia e uma logística militares ultramodernas. Essa tradição, não obstante, ajuda a compreender muita coisa, inclusive a rapidez com que ela foi aceita e se alastrou. A mais complexa: o *ethos* cubano não está apenas por trás da eficácia da guerrilha, mas da grandeza que ela imprimiu

à revolução cubana. Um fervor revolucionário humilhado e reprimido por quase um século, ao se concretizar, fez com que a condição humana do guerrilheiro transcendesse à própria utopia pela qual ele negava e suplantava a realidade histórica. Daí o elemento cubano, que vai da guerrilha aos seus produtos, o qual destaca a revolução cubana como realização de um povo e a singulariza em toda a história da humanidade. De outro lado, por que a guerrilha, um recurso de luta armada tão simples, tornou-se o eixo militar e político da revolução cubana? É preciso recordar: os guerrilheiros batem, simultaneamente, um governo títere e a superpotência que o sustinha; ao destruir a ordem social neocolonial, eles derrotaram, simultaneamente, as forças nacionais e as forças imperialistas que se empenhavam na defesa militar e política daquela ordem. Naturalmente, é o segundo tipo de reflexão que será explorado neste debate (em parte, por minhas limitações pessoais; mas, substantivamente, porque o sociólogo não pode ir mais longe, mesmo que ele se apóie em uma correção socialista do pensamento sociológico).

A força histórica da guerrilha não estava nela mesma, mas na guerra civil, que ela desentranhou da situação revolucionária preexistente. Se se entender que o exército rebelde não foi mais que um prolongamento e uma projeção da guerrilha, esta se tornou, a um tempo, o instrumento militar e a bússola política da guerra civil. Em termos especificamente militares, a guerrilha durou pouco tempo: já em carta de 14 de dezembro de 1957 Fidel Castro assevera que, na Sierra Maestra, "não se dá, neste momento, uma guerra de guerrilhas, mas uma guerra de colunas. Toda a população está sublevada. Se existissem armas, nossos destacamentos não teriam de cuidar de nenhuma zona" (*La revolución cubana*, p. 135). Em termos políticos, porém, a presença e a influência direta do exército rebelde garantem sua continuidade até a consolidação do governo revolucionário.

Aquela guerra civil deitava raízes nas contradições da ordem social neocolonial, aparecendo como o componente explo-

sivo indisfarçável da situação revolucionária que caracterizou a sociedade cubana até fins da década de 1950. Embora ela se tenha mantido em prolongado estado de latência, com irrupções súbitas da contra-violência revolucionária, ela se manifestou de forma concentrada em dois períodos: nas lutas contra a ditadura de Machado, culminando em sua derrubada, em 1933; e nas lutas contra a ditadura de Batista, de 1952 em diante. A frustração da revolução de 1933 não só manteve o impasse – ela gerou condições históricas que favoreceram as várias correntes ou movimentos voltados para a destruição da ordem social neocolonial. O ataque ao quartel de Moncada, em 1953, constitui o marco do novo tipo de insurgência, que irá combinar a ação política rebelde à ação militar organizada. Ainda na prisão, Fidel Castro fundou o Movimento 26 de Julho, em 1954; no exílio, organizou nesse mesmo ano o núcleo militar desse movimento (no México) e ampliou a rede da articulação conspirativa dos grupos rebeldes (deve-se salientar, a respeito, o pacto de ação conjunta com o Diretório Revolucionário, em 1956). A expedição do *Granma* foi concluída nesse ano, culminando na implantação de um centro de atividades guerrilheiras em Sierra Maestra (entre 18 e 25 de dezembro). A guerra civil sai, pois, da intermitência prolongada. Ao longo de 1957, o exército rebelde travou várias batalhas e consolidou suas estruturas militares e políticas (deve-se salientar: o desencadeamento de atividades subversivas em várias cidades, por seu movimento de resistência urbana, os *llanos*; a constante expansão do território livre; e, principalmente, a constituição de um proto-Estado próprio, pelo qual ele delimitou sua legalidade e contrapôs-se à ilegitimidade da ditadura). O colapso do regime ditatorial e da ordem social vigente foi rápido, consumando-se em fins de 1958. Contudo, a guerra civil continuaria depois da constituição do governo revolucionário. De um lado, os setores radical-liberais da burguesia, a partir de dentro do governo, tentaram solapar a obra da revolução. De outro, a contra-revolução associou cubanos

"anticastristas" com a pressão imperialista (as ocorrências mais graves dessa coalizão apareceram em abril de 1961, nas incursões aéreas contra os aeroportos de La Habana e Santiago; e na tentativa de invasão de Playa Girón, na Baía dos Porcos). Pode-se estabelecer, assim, como limite aproximado para o término da relação construtiva entre guerrilha, exército rebelde e guerra civil, a consolidação do governo revolucionário (entre a queda do presidente Urrutia e o primeiro semestre de 1961).

Tendo-se em vista esse quadro global, a guerrilha desempenhou cinco funções distintas. Primeiro, abriu, por via militar, um espaço histórico para a atuação organizada das forças sociais revolucionárias. Segundo, retirou a guerra civil do estado de intermitência prolongada e de eclosão esporádica, de baixa ou nenhuma eficácia política. Terceiro, lançou à guerra civil a massa da população e tornou ativos contra a ordem e a mão armada os "proletários" e os "humildes", no campo e na cidade. Quarto, elevou, assim, o teor revolucionário da guerra civil e o manteve aceso, ao servir de garante às aspirações econômicas, sociais e políticas das classes trabalhadoras e da população pobre (graças a esta função da guerrilha, as alterações revolucionárias absorveram o impacto político do setor excluído da sociedade cubana). Quinto, operou, do começo ao fim, como a bússola política da revolução que deveria extinguir a guerra civil, canalizando politicamente as energias sociais virgens, que as classes trabalhadoras e a população pobre lançaram no circuito histórico, e orientando-as no sentido de que atuassem, coletivamente, como o motor da revolução nacional e democrático-popular.

As conclusões da discussão anterior localizam a guerrilha no campo histórico-social e político da sociedade cubana. A decomposição e a transformação da ordem social neocolonial já haviam avançado o suficiente para que a guerrilha pudesse, em um tempo relativamente curto, desempenhar com tamanha eficácia funções tão complexas. Ela levou a história ao plano das estruturas e, inversamente, elevou as estruturas ao plano da his-

tória (ou seja, acelerou a desagregação da velha ordem social e permitiu a rápida acumulação de condições favoráveis a construção da nova ordem social). Não se trata de um mero jogo de palavras. Basta que se atente para a natureza das forças sociais que foram desembaraçadas e para o sentido do movimento histórico que elas desencadeiam, especialmente de 1959 em diante. A discussão sociológica desses fatos precisa ser ponderada. É evidente que a guerrilha não fez tudo sozinha (um tema de ressonância amarga para a esquerda na América Latina) e que a sociedade cubana não teria avançado de qualquer maneira sem a atividade política da guerrilha (onde teria parado a revolução cubana sem a impulsão guerrilheira?), o que exige que enfrentemos aquela história com a grandeza que ela própria continha.

Um questionamento dessa envergadura suscita uma interminável e insondável variedade de fatores diretos, indiretos e encadeados. Se a análise ficar no que certamente pode ser tido como o mais simples e o essencial, não obstante, é provável que as respostas se achem em três tipos de questões: 1. a relação entre guerrilha e regime de classes sociais na situação revolucionária cubana; 2. o que a própria guerrilha acabou representando como fonte de socialização política revolucionária das massas populares; 3. a estratégia do movimento castrista (este, o componente central, que não deve, no entanto, ser visto isoladamente).

Quanto à primeira questão, o importante não é saber se o regime de classes já era bastante "maduro", em Cuba, para comportar uma revolução social de tamanha magnitude. Essa maneira "dialética" de ver as coisas é puramente mecanicista. Medido por seu grau de diferenciação e de integração, o regime de classes cubano poderia ser funcional para uma cubanização do capitalismo mas não para a "revolução na revolução" (e foi exatamente porque ele não era bastante "maduro" que a guerrilha se impôs como alternativa histórica). E, de uma forma geral, ficaríamos condenados à idéia de que as revoluções socialistas

só poderiam ocorrer nas sociedades capitalistas centrais! Por aí se percebe que o dado crucial é outro: não o grau de avanço do regime de classes; porém, o grau de potencialidade desagregadora ou construtiva da luta de classes em determinada situação concreta. Em conseqüência, um regime de classes menos "maduro" pode ultrapassar sua idade histórica, dependendo naturalmente da relação de poder real entre as classes antagônicas. Em Cuba, o desenvolvimento capitalista transcendeu à ordem social neocolonial sem que surgisse, paulatinamente ou de súbito, uma ordem social competitiva suficientemente complexa e elástica para absorver os conflitos de classes decorrentes. As classes trabalhadoras e destituídas ficaram postas à margem, com uma liberdade potencial de conflito e de luta de classe que não podia ser absorvida e inibida dentro e através da ordem social vigente. O que as continha não eram os dinamismos de uma ordem social capitalista avançada, mas a violência brutal do Estado neocolonial, com sua retaguarda imperialista. A guerrilha cortou de surpresa esse fator e liberou uma potencialidade selagem de luta de classes. Por fim, o elemento neocolonial seria invertido antes de esgotar-se uma ordem social extremamente iníqua, e a minoria iria conhecer uma dose forte de seu próprio remédio, aplicada pela maioria! É preciso não esquecer por que isso era possível: o desenvolvimento capitalista alcançado permitira uma intensa experiência prévia dos "proletários" e dos "humildes" nos movimentos sociais e, da década de 1930 em diante, em condições que favoreciam uma socialização política de classe pelo menos elementar. A guerrilha, portanto, subverteu a órbita das relações e conflitos de classes, conferindo às classes trabalhadoras e destituídas a possibilidade (antes inconcebível) de enfrentar as tarefas políticas que a situação revolucionária e a guerra civil lhes impunham. E o regime de classes, antes de tornar-se "maduro", explodiu. Por sua vez, a revolução cubana girou sobre esse eixo histórico, deslocando-se rapidamente do poder burguês para o poder popular.

Quanto à segunda questão, é conveniente salientar que a guerrilha não era nem podia ser neutra com referência ao destino da ordem social neocolonial. Esta devia ser destruída inteiramente e até o fim, o que punha a guerrilha em luta direta com os Estados Unidos. Ao buscar o apoio frontal das classes trabalhadoras e da população pobre, ela não procurava uma retaguarda firme para sua luta armada contra a ditadura de Batista. Isso seria um exagero. Ela preparava o terreno para o confronto mais árduo e difícil com o imperialismo. Se o limite da luta política fosse o mesmo da luta militar, a guerrilha poderia proteger-se e vencer adotando as bandeiras e a causa do nacionalismo democrático burguês. A ordem neocolonial impedia, por si mesma, semelhante revolução. O pólo forte dessa ordem não estava dentro, mas fora do país. Por conseguinte, sem a mobilização e a solidariedade das classes trabalhadoras e da população pobre a guerrilha ficaria sem uma verdadeira retaguarda e, a revolução que ela defendia, sem a consagração nacional (ou seja, o apoio militante da maioria). Isso impunha que, à aliança tática com o setor liberal-radical da burguesia, se superpusesse uma união inabalável com a massa das classes trabalhadoras e destituídas. Ela correspondia, assim, a um movimento histórico que imperava na sociedade cubana desde o fim do século 19 e o início do século 20, e que atingira seu auge na década de 1930. E, ao responder a esse imperativo político, via-se na contingência de antecipar a própria vitória, abrindo seus quadros, seus meios de luta à participação das massas, ao mesmo tempo que deveria pôr ao seu alcance os frutos que seriam conquistados pela revolução. Esse era um fator incontrolável de radicalização permanente da guerrilha e da revolução, e não podia ser detido nem contido. A substância democrática e popular da revolução cubana não nascia somente de um ideário nacionalista e patriótico. Ela provinha da estrutura da situação revolucionária e do caráter da guerra civil, que envolviam na destruição do Estado neocolonial a neutralização da dominação externa. Os companheiros "humildes", os milhões de deserdados e esquecidos convertiam-se na razão de ser de uma guerrilha que não poderia fechar-se sobre um estreito circuito político-militar. Por isso, ela aparece, independentemente dos movimentos políticos a que se vinculasse, como o equivalente do partido de massas revolucionário e tem de preencher funções políticas análogas.

Quanto à terceira questão, não importa o que se pense sobre "o papel do grande homem na história", o fato contundente é que, sem Fidel Castro, a revolução cubana não teria ocorrido da forma histórica que a caracterizou. Por mais que esta revolução estivesse historicamente madura e fosse uma necessidade política, sem ele e o movimento castrista a ruptura com a ordem social neocolonial teria sido contida, de um modo ou de outro, no nível de uma composição nacional-burguesa mais ou menos conservadora e pró-imperialista. A melhor contraprova dessa afirmação acha-se no desempenho do governo Urrutia, que tentou brecar a revolução e adaptá-la a um desenvolvimento que só serviria para consolidar a ordem social competitiva. Assim, a derrota de Batista e o desmantelamento do antigo regime constituiriam uma ponte para a transformação capitalista do capitalismo, mas a revolução não levaria a descolonização até o fundo e até o fim, bem como não daria a guinada que marca sua modernidade na direção do socialismo. Ora, isso não se ajustava à linha política do castrismo, endossada ponto por ponto pelo exército rebelde e pela maioria, e colidia constrangedoramente com o que ambos não queriam que voltasse a acontecer em Cuba.

Tudo isso nos põe diante de Fidel Castro como e enquanto a personalidade política cuja ação revolucionária se erigiu em fator histórico específico. Sabe-se que dele disse o Che que era uma "força telúrica" da América Latina. O mesmo Che, que podia falar de igual para igual diante dele em termos de grandeza humana e de espírito revolucionário, testemunha, sobre o momento mais difícil na Sierra Maestra: "Uns 15 homens destruídos fisicamente e até moralmente, juntamo-nos e só pudemos ir adiante pela

enorme confiança que Fidel Castro teve nesses momentos decisivos, por sua valorosa figura de chefe revolucionário e sua fé inquebrantável no povo" ("Proyeciones sociales del ejército rebelde", *in* F. Castro, *La revolución cubana,* p. 428). Um depoimento singular, que focaliza o homem no instante mais terrível e perturbador de sua vida política, mostra a sua têmpera. Naquele instante, ele era a revolução. Havia sido assim, desde que Batista retomara ilegalmente o poder, em 1952; e teria de continuar assim, nos anos tempestuosos de conflito com o governo Urrutia, com os interesses burgueses nacionais e estadunidenses, ou de batalha pela continuidade da revolução e da implantação do socialismo. E não o era por caso ou por obra de sua ascendência como chefe político-militar e de sua incrível popularidade. Fidel Castro foi o estrategista da revolução cubana – o único, aliás, que ela teve – e deve-se à sua imaginação prodigiosa a criação de uma estratégia política que fez do movimento castrista uma vanguarda revolucionária e o converteu, aos poucos mas de maneira muito rápida, no verdadeiro pilar da revolução cubana.

Tratava-se de uma estratégia muito simples e, também, muito ousada. Seu êxito, na verdade, iria depender da consistência de um certo número de previsões, que diziam respeito ao processo político cubano visto globalmente e de forma prospectiva, especialmente quanto à evolução da situação revolucionária existente depois de detonada a guerra civil. Hoje parece claro que, na época do ataque ao quartel de Moncada, Fidel Castro já era senhor dessas previsões; o famoso *Condena-me! A História me absolverá!* deixa isso evidente. No entanto, os êxitos e os malogros desse ataque permitiram que ele passasse do diagnóstico dos problemas cubanos e de seus remédios políticos para um exame em profundidade das relações entre meios e fins na luta revolucionária. Como sucede com freqüência (em Cuba, porém, de modo extremo), a situação revolucionária existente continha forças que ultrapassavam a capacidade de organização e de ação dos grupos que deflagraram a guerra civil. A sociedade cubana

passou a enfrentar um grave perigo, pois a contra-revolução contava com o poder de repressão da ditadura, com recursos externos facilmente mobilizáveis e com a suicida propensão a contemporizar de vários estratos poderosos da burguesia. Não havia como sair do impasse a curto prazo, o que determinou a aceitação da guerrilha como o meio principal de luta e a formação de um movimento político paralelo, cuja função inicial consistia em impedir o isolamento político da guerrilha. Essa correlação seria alterada pelo próprio êxito da guerrilha, cujo elemento político teria de transferir-se e concentrar-se gradualmente nas atividades do movimento. O esquema era engenhoso. Ele não podia compensar a ausência de uma organização política revolucionária verdadeiramente forte e deixava a guerra civil à mercê de um pólo militar relativamente débil. Contudo, não havia outra saída. O importante, nas condições econômicas, sociais, políticas e policial-militares imperantes em Cuba na ocasião, vinha a ser: 1. fazer a situação revolucionária girar tão rapidamente quanto possível para baixo, na direção dos proletários e dos "humildes", escapando assim ao controle estabilizador da ditadura, dos Estados Unidos e das classes conservadoras; 2. impedir por todos os meios o refluxo da guerra civil, que só favoreceria o regime ditatorial, os interesses capitalistas mais reacionários internos ou externos e a contra-revolução. Por paradoxal que pareça, Fidel Castro arriscou tudo, jogando com potencialidades contraditórias de classes e setores de classes sociais envolvidas nas correntes históricas antagônicas da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem. Procurou somar todas as forças dessas correntes, evitando com a maior prudência aguçar atritos ou conflitos que enfraquecessem a guerrilha e o movimento político correspondente por causa de opções puramente ideológicas. Estas só ficavam explícitas – e até com virulência – quando fossem centrais para a concentração de forças na luta contra Batista e a derrubada do regime político vigente.

O eixo dessa estratégia política voltava a ação revolucionária, portanto, pata a centralização, a coordenação e a direção de todos os processos revolucionários *in flux*, de importância para o ataque e a destruição da ordem social neocolonial. Os revolucionários não criavam tais processos e não dispunham de condições militares ou políticas para modificá-las a seu bel-prazer. Por isso, a fraqueza do adversário, a existente e a que podia ser provocada, era crucial, surgindo como um elemento *sine qua non* para a vitória militar e política. E a "revolução dentro da revolução" seria um processo gradual, por etapas, de vitórias sucessivas e encadeadas, militares e políticas, pelas quais o agravamento constante da guerra civil permitiria passar a um aprofundamento da situação revolucionária (e vice-versa). [Até o esgotamento do adversário; o controle da guerra civil pelas forças mais revolucionárias; e a mudança qualitativa da situação revolucionária, pelo predomínio crescente das classes sociais identificadas com a revolução nacional-democrática e popular.] Portanto, a síntese política revolucionária não era buscada pelo setor mais extremado e radical, mas por uma acumulação de forças que unificava todas as correntes mais ou menos revolucionárias e que coincidem entre si no propósito de realizar aquela revolução por Cuba e para Cuba.

É fascinante a sagacidade com que Fidel Castro se moveu nesse complexo e movediço tabuleiro, lançando palavras de ordens diretas e concretas, muitas delas variavelmente pungentes, e que atendiam às frustrações de todas as classes ou respondiam, de uma ou de outra forma, a necessidades e aspirações sentidas nos diversos estratos dessas mesmas classes (nesse sentido, o centro de gravidade da revolução ficava, inicialmente, na liberação nacional). Por sua vez, o ataque frontal contra a ordem foi montado em termos de condenação moral, esta sim, extremista e candente, mas também formulada em termos concretos: os excessos dos poderosos e da ditadura, os efeitos da expoliação extrema, os males da corrupção e da submissão aos interesses

estrangeiros, os defeitos da concentração agrária, da monocultura, da dependência a um mercado etc. (nesse sentido, a unidade política da revolução procedia inicialmente de seu eixo democrático). Em conseqüência, o radicalismo utópico-ideológico só tinha saliência na esfera dos sentimentos humanitários e patrióticos. Em todas as áreas vitais para o movimento revolucionário prevaleciam alvos políticos reais, segundo a experiência cotidiana. O que permitia chegar a todas as classes e mobilizá-las para a revolução sem atiçar o antagonismo de classes e lançá-las umas contra as outras (um extremismo "revolucionário" de tipo infantil, que fortaleceria a contra-revolução). Aliás, o precedente da Guatemala, em 1954, deixava patente o risco mortal de provocar a reação, os Estados Unidos e coligá-los em torno de uma "causa sagrada". A mensagem positiva chegava, de qualquer modo, às classes trabalhadoras e à população pobre da maneira mais eficiente possível, unindo o concreto, o cotidiano e a revolução. Como a Constituição de 1940 continha normas ideais que nunca seriam cumpridas, ela criava um espaço político legítimo e legal para todo o debate. Fidel Castro explorou com sabedoria esse espaço, afirmando-se através dele como o paladino do nacionalismo, da legalidade constitucional, do populismo e da democracia, tocando o coração de todos os cubanos e despertando nos destituídos uma nova esperança. Entre os aliados potenciais, os que não podiam ser atraídos como parceiros ativos ou como militantes eram mantidos em uma expectativa tolerante – o que aconteceu mesmo no exterior.

Depois da conquista do poder o movimento castrista não renegou seus compromissos tácitos ou explícitos com as múltiplas forças revolucionárias da sociedade cubana (as que queriam apenas uma consolidação da ordem social competitiva e as que pretendiam a construção de uma nova ordem social). Apesar disso, os setores liberal-radicais da burguesia não souberam (e, também, não podiam) conciliar seus interesses de classe com as exigências centrípetas da revolução cubana. As classes trabalha-

doras e a população pobre venceram, através do castrismo, porque emergiram da guerra civil como o setor revolucionário da sociedade cubana. Fidel Castro não teve que desempenhar o papel do demagogo que trai sua classe. Como havia repudiado a demagogia por uma postura revolucionária sincera, essa virada purificadora do sentido de classe da revolução converteu-o no porta-voz daquele setor revolucionário e em intérprete de sua vontade política. O castrismo emerge, pois, com um novo sentido e teria que se redefinir de alto a baixo. A "revolução dentro da revolução" estava contida no castrismo desde 1953. Ela não constituía, porém, o que se poderia chamar um projeto político proposto de antemão. No primeiro semestre de 1959 os fatos promovem essa evolução. Para manter-se sob o compasso da revolução cubana e para poder servi-la até que ela completasse todo um ciclo, o movimento castrista se vê forçado a ultrapassar-se como filosofia política revolucionária e a superar-se como práxis revolucionária. A consolidação do poder popular e a construção do socialismo ganham autonomia histórica e realidade utópico-ideológica com suas molas mestras.

O segundo ponto central coloca o problema da socialização política revolucionária do guerrilheiro. Não podemos simplificar as coisas e pensar que tudo começou em Sierra Maestra. Essa socialização política tivera início muito antes e, pelo que já vimos, constitui em parte o produto de uma velha tradição cultural. De outro lado, nas décadas de 1940 e 1950, graças à situação revolucionária *in crescendo*, exacerbara-se o elemento político do protesto radical e nacionalista, o que converteria o desenraizamento do jovem rebelde em um fermento criador e a pressão contra a ordem em um fator histórico específico. Contudo, se se toma como ponto de referência o discurso de Fidel Castro, *Condena-me! A História me absolverá!*, constata-se que o ataque ao quartel de Moncada aparece como um divisor de águas. A ruptura com a ordem delineia-se como uma cruzada revolucionária, que possui uma filosofia política sistematizada e a convicção

de que não havia mais lugar para o diálogo político – com o Estado corrupto e corruptor toda política estava condenada ao malogro. Uma nova ordem social teria de passar pelo curso das armas, o que exigia que Moncada ressurgisse sob um verdadeiro padrão revolucionário (do qual o Movimento 26 de Julho constituía o eixo político e a guerrilha o meio por excelência de sua prática política). Sem subestimar a importância daquele movimento, que promovia a irradiação da forma final de uma ideologia revolucionária longamente cultivada e servia de base à unificação política das correntes de oposição ativas, a guerrilha tornou-se desde logo o elemento central da luta revolucionária. Em torno dela vai gravitar o esforço de organização e treinamento das forças militares no exterior e a partir dela vai surgir o exército rebelde, o território livre e um proto-Estado revolucionário. Não houve tempo para consolidar e expandir o movimento, como o partido da revolução, e resolver através dele todos os problemas da seleção e formação de quadros, de recrutamento e preparação de uma vanguarda, de calibração e refinamento da ideologia revolucionária, do *agit-prop*, de entrelaçamento entre o militar e o político etc. A guerrilha concentrou em si o microcosmo da revolução em deslanchamento e em atividade estuante. Por algum tempo ela foi simultaneamente o partido e o seu braço militar. Em vez de ser o instrumento daquele, ela foi, de fato, o veículo pelo qual as forças políticas revolucionárias se agregaram e, no limiar da queda da ditadura e da derrocada do regime vigente, chegou-se a uma forma política mais integrativa e dinâmica, em sentido especificamente revolucionário, que o Movimento 26 de Julho. Em conseqüência, o partido da revolução teria de nascer depois da conquista do poder e a guerrilha se oferece à análise como o verdadeiro elo estrutural e dinâmico da socialização política revolucionária, da fermentação da consciência revolucionária e da mobilização das massas para a revolução. Desse ângulo, a abordagem de Karol não é excêntrica à natureza da revolução cubana. Ele a acompanha pelo

lado que parece mais romântico e exótico, mas que é, também, o lado que revela a essência da revolução cubana no plano histórico, o que a singulariza diante de outras revoluções do século 20 e o que define sua grandeza como realização humana. Pois, majestoso painel que descreve com angustiante penetração levanta a questão tópica: como fazer a revolução social quando não resta outro meio de chegar a ela senão a guerrilha.

Toda a nossa discussão mostra a outra face da guerrilha: o que esta logrou porque a sociedade cubana vivia um clímax revolucionário – ela parecia muito frágil, mas era imbatível, porque se tornava a herdeira e a parteira de uma guerra civil que se atrasara no tempo mas não em seu potencial revolucionário. Na verdade, Cuba se encarnava na guerrilha e renascia por seu intermédio. Por algum tempo, a guerrilha não era apenas uma pequena formação militar; era essa nova sociedade cubana em gestação, uma antecipação concreta do que deveria ser a nova sociedade cubana. Esgotado esse tempo, a guerrilha poderia desaparecer: ela não se transformaria em crônica nem em mitos. Sua vanguarda militar, que era por sua vez a própria vanguarda política da revolução, iria continuar a guerrilha por outros meios. Ou seja, o guerrilheiro passou a ser o fiel da balança, a garantia de que a política revolucionária permaneceria fiel ao espírito da revolução, construído nas duras condições da luta armada em Sierra Maestra e na atividade legendária do exército rebelde. Por aqui fica claro o duplo movimento histórico que se efetuou, no enlaçamento recíproco da guerrilha com a sociedade cubana em crise e com a sociedade cubana que deveria ser construída depois da solução guerrilheira da guerra civil. O guerrilheiro chegou ao poder como revolucionário – mas continuaria a existir o revolucionário em Cuba sem que o espírito da guerrilha sobrevivesse e se agigantasse depois da vitória? Não há um "repouso do guerreiro". A política seria, sem jogo de palavras, um prolongamento da guerrilha por outros meios. O "mundo da guerrilha", a "fraternidade" e o "fervor revolucionário" que ele

levara tão fundo iriam ser postos à prova daí em diante, como jamais chegara a suceder anteriormente. Isso parece um paradoxo. Mas, é um paradoxo que se entende facilmente. O "espírito guerrilheiro" teria de inspirar um partido revolucionário criado depois da conquista do poder e, o que era mais complexo, deveria delimitar até onde chegaria a revolução cubana através do novo Estado, da nova sociedade e do novo homem.

Esse assunto tem sido focalizado com insistência. Porém, de um ângulo limitado: o da ressocialização da personalidade do guerrilheiro pela guerrilha e pela convivência com o *campesino* e suas condições concretas de existência. Sem dúvida, esse aspecto é fundamental. Mas, há outro igualmente importante (e de uma importância política estratégica): o que o proto-Estado guerrilheiro representou como amarramento com o poder popular e o aprofundamento antecipado da revolução. Se o primeiro aspecto explica o amadurecimento histórico do homem que vivia dentro do guerrilheiro, o segundo nos põe diretamente diante do nascimento do guerrilheiro como homem político. Foi graças a esta circunstância que a guerrilha operou como um equivalente psicossocial e político do partido revolucionário. O enlace antecipado com o poder popular e a concretização antecipada do que deveria ser Cuba depois da derrocada da ordem existente constituíam um salto histórico revolucionário sem retorno. Ele não abria apenas uma esfera sólida de credibilidade política na relação revolucionária do guerrilheiro com os "humildes", concretizando os alvos ideais propostos nos discursos de Fidel Castro. Ele já era a revolução em marcha, um limite aquém do qual Cuba não poderia voltar, e uma imagem do que seria o governo revolucionário gerado pelo enlaçamento da guerrilha com o poder popular.

Os materiais que podem fundamentar a presente análise são muito ricos e bastante divulgados. É provável que o documento comprobatório, por excelência, por causa do seu teor interpretativo, seja a palestra de Che Guevara, pronunciada em 27/1/1959

(Projeções sociais do exército rebelde; em F. Castro, *La revolución cubana,* pp. 427-436). Essa palestra permite passar do primeiro aspecto ao segundo e ver, além disso, como eles se vinculavam dialeticamente. Duas coisas ficam evidentes, de modo geral: 1. os guerrilheiros se puseram fora e acima de qualquer distância de classe, de dominação de classe ou de poder de classe em suas relações com os camponeses (situando-se, portanto, como companheiros no sentido mais próprio da palavra e limitando a desigualdade ao âmbito técnico do exercício da autoridade); 2. a ressocialização da personalidade básica pressupõe uma identificação revolucionária com o povo que possibilita a proposição de palavras de ordem revolucionárias concretas e a luta nacional pelo poder. A ideologia brota, pois, de baixo para cima e das massas para a vanguarda política (embora o discurso *Condena-me! A História me absolverá!* tivesse feito um percurso ideológico-abstrato de sentido inverso). Algumas citações simples saturarão claramente os fatos exemplares. "(...) Não tocávamos em nada que não nos pertencesse, inclusive não comíamos nada que não pudéssemos pagar e muitas vezes passamos fome por este princípio. Éramos um grupo visto com tolerância mas que não estava integrado; e assim passou muito tempo (...)." *(Idem,* p. 428.) A ressocialização dos guerrilheiros avançou paralelamente à ressocialização concomitante dos camponeses (processo acelerado e aprofundado pela brutal repressão policial-militar da ditadura). Como conseqüência, "essa mudança se traduziu pela incorporação a nossas guerrilhas do *sombrero del yarey* (...) [e] assim nosso exército de civis foi-se convertendo em um exército de camponeses", com numerosos quadros *guajiros,* que "trouxeram à revolução seus ideais e sua fé" *(idem,* p. 429). Nesse contexto, a reforma agrária e a extirpação da miséria surgem como palavras de ordem que uniam politicamente a guerrilha à população rural pobre, abrindo um espaço histórico que ampliava o desbordamento da atividade insurgente do campo para a cidade. Segundo Che Guevara, a comoção popular provocada pelo assassinato de Frank País e pela

sangrenta repressão policial levantou praticamente várias cidades (como Santiago de Cuba, Oriente, Camagüey e Las Villas) e deixou patente essa necessidade política, que lança o exército rebelde na luta pelo poder em escala nacional. O fracasso da greve de 9 de abril de 1958 já é avaliado dessa perspectiva: "a revolução não pertencia a este ou aquele grupo, mas devia ser a obra de todo o povo cubano; e para esse fim foram canalizadas todas as energias dos militantes do nosso movimento, tanto na planície quanto na serra" *(idem,* p. 430).

O segundo aspecto merece, naturalmente, uma consideração mais extensa. Os materiais sugerem que, na consciência e na prática revolucionárias dos guerrilheiros (e, por conseguinte, na sua ideologia, que se objetiva gradualmente e se consolida pelo progresso da ação revolucionária concreta), a retórica conciliadora é constantemente ultrapassada pelo comportamento revolucionário. A retórica conciliadora caminhava no sentido de unificar politicamente a oposição. A prática revolucionária, porém, identificava a oposição efetiva com o movimento social das classes trabalhadoras e da população pobre (isto é, com a maioria); e promovia o enlace político definitivo da maioria com a revolução. Isso demonstra que, na luta pela conquista do poder em escala nacional, a guerrilha deixava uma faixa muito estreita de acomodação potencial mesmo com os estratos "simpáticos à revolução" da burguesia (isto é, com seus setores radical-liberais). Para que esses estratos tivessem êxito no governo revolucionário seria preciso que eles absorvessem uma revolução democrático-nacional que transcendesse não só a órbita neocolonial mas também o tradicional Estado constitucional e representativo burguês (um estado de concentração "democrática" da dominação de classe da burguesia).

Os materiais que comprovam esse avanço por dentro da guerrilha, do exército rebelde e de seu proto-Estado são muito ricos. A descrição será mantida na linha do documento já citado, de Che Guevara. "Nessa época precisamente se iniciaram,

no exército rebelde, os primeiros passos para dar uma teoria e uma doutrina à revolução, oferecendo-se demonstrações palpáveis de que o movimento insurrecional havia crescido e, portanto, havia chegado à sua maturidade política. Havíamos passado da etapa experimental à construtiva, dos ensaios aos fatos definitivos. Imediatamente se iniciaram as obras das 'pequenas indústrias' na Sierra Maestra." (...) Todos os militantes do exército rebelde, homens e mulheres, se impuseram a missão "do melhoramento do camponês, sua incorporação à luta pela terra, e sua contribuição foi levada a cabo por meio de escolas que os mestres improvisados encontravam nos lugares mais inacessíveis dessa região de Oriente. Fez-se ali o primeiro ensaio de repartição de terras, com um regulamento agrário redigido pelo doutor Humberto Sorí Marín e por Fidel Castro, e no qual tive a honra de colaborar. Deram-se revolucionariamente as terras aos camponeses, ocuparam-se grandes propriedades agrárias de servidores da ditadura, as quais foram repartidas; e todas as terras do Estado começaram a ser transferidas para a propriedade dos camponeses dessa zona. Havia chegado o momento que nos identificavam plenamente como um movimento camponês ligado estreitamente à terra e com a reforma agrária como bandeira" *(idem,* pp. 430-431) ."Esta foi uma guerra na qual contamos sempre com esse aliado imponderável de tão extraordinário valor que é o povo. Nossas colunas podiam enganar continuamente o inimigo e situar-se nas melhores posições, não somente graças às vantagens táticas e ao moral de nossos milicianos mas, também, em grau muito importante, à grande ajuda dos camponeses.

O camponês era o colaborador invisível que fazia tudo que o rebelde não podia fazer; ministrava-nos as informações, vigiava o inimigo, descobria os seus pontos débeis, trazia rapidamente as mensagens urgentes, espionava dentro das fileiras do exército atacante. E isto não se devia a nenhum milagre, senão a que havíamos iniciado com energia nossa política de reivindicações

agropecuárias. Diante da amargura do ataque e do cerco da fome com que rodearam Sierra Maestra, de todos os latifundiários das zonas limítrofes, 10 mil reses subiram as montanhas; e não foram só para abastecer o exército rebelde, pois elas também foram distribuídas entre os camponeses e, pela primeira vez, os *guajiros* da serra, nessa região, que está particularmente empobrecida, tiveram o seu bem-estar; pela primeira vez as crianças camponesas tomaram leite e comeram carne de rês. E pela primeira vez, também, receberam os benefícios da educação, porque a revolução trouxe em suas mãos a escola. Assim, todos os camponeses chegaram a uma conclusão favorável ao nosso regime."*(Idem,* pp. 431-432.) Várias confiscações e medidas de caráter social foram tomadas e, segundo o testemunho, impostas pelos próprios camponeses (cf. *idem,* p. 433).

Com a expansão da área de operações militares do exército rebelde, cresceu o território livre e, com ele, fortaleceu-se o antiestado dos guerrilheiros. Vários escritos de Fidel Castro e essa mesma palestra atestam a natureza e a amplitude dessa legalidade revolucionária, que se contrapôs à ilegalidade do regime ditatorial em todos os níveis que conseguiu fazê-lo. Um bom exemplo de como isso sucedia era a Lei nº 3, pela qual se estabeleceu a reforma agrária, apontada acima (cf. *idem,* p. 433). Os beneficiários, mais de 200 mil famílias de colonos que arrendavam terras de aproximadamente 15 hectares para baixo, atestam o volume da população atingida. Ao alcançar esse grau de institucionalização de sua própria organização legal e política, o exército rebelde manejava um contra-Estado de relativa envergadura, que lançara os germes do governo revolucionário e encetara a revolução social. "Estamos já nas projeções sociais do exército rebelde, temos uma democracia armada. Quando planejamos a reforma agrária e acatamos as exigências das novas leis revolucionárias que a complementam e que as tornarão viáveis e imediatas, estamos pensando na justiça social que significa a redistribuição da terra e também na criação de um mercado

interno extenso e na diversificação dos cultivos, dos objetivos cardeais inseparáveis do governo revolucionário que não podem ser pospostos porque o interesse popular está implícito neles." (*Idem*, p. 434.)

Em suma, no processo da conquista do poder a própria revolução social foi antecipada. A atividade legislativa e executiva que o exército rebelde forjou construía o espírito revolucionário do guerrilheiro dentro da ação. E, o que é mais importante, como parte de uma realidade vivida e compartilhada com os humildes, envolvendo aquele espírito revolucionário, assim, pela participação, pelo compromisso moral e pela solidariedade política com a situação de interesses e de valores das classes trabalhadoras e da população pobre. O que quer dizer que o guerrilheiro socializara-se, politicamente, para conceber a revolução social como uma entidade e uma projeção da maioria, ou seja, como a nossa revolução, a revolução do povo cubano. Ela teria, pois, de caminhar sempre com a maioria, mesmo depois que a guerrilha deixasse de existir e que o guerrilheiro desaparecesse por trás do homem de Estado – do político ou do burocrata. As forças que tentassem domesticá-la e restringi-la, em nome da democracia burguesa e do nacionalismo correspondente, ou que tentassem esmagá-la, a partir de dentro e a partir de fora, encontrariam pela frente, para barrá-las, esse espírito guerrilheiro, que se entendia como a vontade política da democracia armada.

3 - Os guerrilheiros e o poder

Os guerrilheiros conquistaram o poder em uma posição que os punha acima das classes. Todavia, a unificação política das forças da oposição acarretara a necessidade de agregar e de aglutinar correntes, grupos e organizações rebeldes mais ou menos díspares entre si. Essa necessidade crescera, entre 1956 e 1958. Como os "vitoriosos", eles eram livres. Nem por isso podiam tomar a iniciativa de quebrar essa união sem perder em credibilidade política. De outro lado, ao deslocar para baixo o

eixo político da guerra civil, colocaram no centro do palco os proletários rurais e urbanos. Tratava-se de uma massa sem unidade política, mas ela se convertera, de fato, na força viva da revolução. A ausência de um partido revolucionário, que educasse e organizasse politicamente essa massa, dava origem a muitos problemas graves. O castrismo ficava preso, em um plano, a compromissos unitários de uma oposição relativamente amorfa (se se excetuam o próprio Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário ou o Partido Social Popular). E, no outro, ganhava uma grande liberdade, pois não se prendia ao dogmatismo de uma "linha revolucionária de partido", embora tivesse de acompanhar as propensões revolucionárias mais ou menos espontâneas da massa. Entre esses dois extremos, estavam as organizações revolucionárias dotadas de eficácia política: o exército rebelde, o Movimento 26 de Julho e o Diretório Revolucionário. Ora, a guerrilha fundira o poder militar e o poder político revolucionariamente. Ao passar da fase a quente para a fase a frio da guerra civil, graças à sua vitória, os guerrilheiros emergiam como uma vanguarda revolucionária vitoriosa e tinham de confrontar-se com os papéis políticos decorrentes. Se havia algum joio misturado ao trigo, o peneiramento se dera em condições muito duras e deixara como produto um corpo selecionado de revolucionários de primeira linha. Ainda que não pudessem partir para as soluções revolucionárias ideais, sua socialização política garantia, por sua vez, a capacidade potencial de se identificarem com a classe revolucionária e a disposição de dirigi-la como e enquanto uma vanguarda revolucionária. O desgaste teria de vir, pois, de duas direções: 1. de agrupamentos da frente ampla que tentavam brecar a revolução* e 2. das

* Os dois tipos de atritos não serão examinados aqui. No entanto, este primeiro, cumpre lembrar, não lavrou só no seio do governo revolucionário de frente ampla, pois se manifestou, em poucos casos bem conhecidos, mesmo no exército rebelde.

impulsões revolucionárias dos "proletários" e dos "humildes" – e seus reflexos na composição ou no comportamento da própria vanguarda – que transcendiam às probabilidades de iniciar a revolução sem liquidar ou enfraquecer os compromissos unitários da frente ampla.

Inaugura-se, assim, o período "menos heróico" ou "menos romântico" da ação dos guerrilheiros, porém, o período mais fecundo e construtivo da guerrilha como base da política revolucionária. É comum ouvir-se falar na "radicalização na Serra". Ora, a radicalização na Serra não é nada em comparação à radicalização concentrada, que teve de ser desenvolvida entre 1959 e o primeiro semestre de 1961, a qual nascia da própria estrutura do poder revolucionário e da necessidade de tomar decisões especificamente revolucionárias. A "guerrilha militar" permitira chegar à conquista do poder. A "guerrilha política" começara, então, como uma típica revolução a partir de cima. Para a honra de Cuba e a grandeza dos guerrilheiros, eles enfrentaram essa passagem inevitável com bravura, compaixão e imaginação política. Não faltou, mesmo, uma certa malícia no uso do setor liberal-radical da burguesia como uma espécie de *straw man*. Forçado a medir-se com as exigências da situação, esse setor deixou a descoberto as impossibilidades da burguesia e de uma cubanização do capitalismo – ou de uma "reforma do capitalismo" a partir do empuxo da revolução (na verdade, a composição com os liberal-radicais funcionou como uma operação de rescaldo, da qual Fidel Castro tirou todas as vantagens possíveis). Os estratos burgueses viram-se postos diante de tarefas políticas que não podiam desempenhar sem comprometer o capitalismo com a desagregação da ordem social neocolonial, ou seja, sem desagregar o modo capitalista de produção. Tiveram de titubear, de oscilar e de passar à contra-revolução no momento em que a pressão das classes trabalhadoras e da população pobre alcançara o zênite – o que simplificou deveras o trabalho destrutivo da revolução, que aumentou assim a liberdade de dar

um combate sem tréguas aos últimos baluartes da ordem social neocolonial e logrou exportar a contra-revolução (fixando-a como um abscesso, no corpo do centro imperial). São conhecidos os custos dessa operação, em termos emocionais, de capacidade administrativa e culturais. Todavia, esses custos foram amplamente compensados pelo fato de a revolução cubana ter-se livrado de uma bomba de ação retardada e conquistado a possibilidade de formar seus quadros a partir de um ponto zero. A radicalização dos guerrilheiros no poder poderia seguir um curso livre, como se Cuba, nessa etapa de sua história, tivesse conquistado a capacidade de escolher seu próprio destino histórico.

A radicalização, agora, seria determinada no campo estritamente político, no qual a revolução a partir de cima se organizava e se convertia em realidade. A questão política central consistia em como fazer avançar a revolução: como eliminar os obstáculos, que se erguiam contra ela a partir de dentro e a partir de fora; e como aproveitar a oportunidade histórica que, apesar de tudo, ficara ao alcance de Cuba no plano mundial. O argumento de que o castrismo "traíra" a revolução surgiu tanto dentro de Cuba quanto nos Estados Unidos (em carta de 8/4/1960 o presidente Eisenhower endossou essa acusação; ela circula ainda hoje. Entre os epígonos desse ponto de vista, cf. T. Draper, *Castroism. Theory and practice)*. As classes possuidoras cubanas cometeram o equívoco de subestimar o castrismo e o exército rebelde, como se pudessem restabelecer o *status quo ante* por meio de uma "conciliação nacional". Os Estados Unidos caíram no erro de reduzir o castrismo a uma revolução nacional-democrática e populista convencional, que poderia e deveria ser posta em seu lugar. Os papéis históricos foram invertidos e os guerrilheiros postos na parede: ou traíam, literalmente, a revolução cubana ou se radicalizavam ininterruptamente, até que encontrassem o patamar histórico do processo revolucionário que conduziam. Por conseguinte, essa etapa continua a guerrilha por outros meios e

expõe os guerrilheiros ao que lograram evitar antes, tomar uma posição fechada na luta de classes. A revolução "desde o poder" (como a designa J. le Riverend, *La republica intervenida*, p. 374) deixa de ser uma "revolução de Cuba e para Cuba", de todos os cubanos. A vanguarda revolucionária proletariza-se* e, em seguida, realiza mais dois saltos: torna-se anticapitalista e busca no socialismo revolucionário uma saída para Cuba, arrastando consigo a massa dos proletários rurais e urbanos. No jargão revolucionário, estes deixam de ser os "humildes", pois os que lutavam pela revolução compartilhavam a condição política de companheiros ou camaradas.

Esse bosquejo suscita à discussão sociológica três questões básicas. Primeiro, a que se refere à própria natureza da revolução cubana (a crise da unidade política que ela envolve de imediato revela, hegelianamente, que a frente ampla era instrumental para derrubar a ditadura de Batista, mas não para destroçar a ordem social neocolonial). Segundo, a que diz respeito ao "inimigo principal" (quando a desagregação da ordem social neocolonial atinge a estrutura íntima da dominação burguesa, os Estados Unidos aparecem, inevitavelmente, como a barreira final à revolução a partir de cima e, portanto, como o verdadeiro motor da radicalização ininterrupta da vanguarda revolucionária no poder). Terceiro, a que se relaciona com o momento da história universal (a revolução cubana, apesar dos ritmos retardados do neocolonialismo, entrou em interação com as forças que constroem no presente um novo padrão de civilização, o que impregnou a revolução a partir de cima de conteúdos ideológicos e utópicos socialistas irreversíveis). Essas questões serão vistas em função do contexto histórico apontado, ou seja, dos quase dois anos e meio que vão da conquista do poder à virada

* Como escreve Che Guevara: "en el marco del proceso de proletarización de nuestro pensamiento" ("El socialismo y el hombre", *La economía socialista: debate*, p. 376).

socialista. É preciso fazer essa ressalva, porque elas também poderiam ser focalizadas de uma perspectiva mais ampla, o que traria o debate até os dias que correm.

Quanto à primeira questão, a porosidade de Cuba aos Estados Unidos, o grau de desenvolvimento capitalista em condição neocolonial e ausência de um partido revolucionário de extrema esquerda hegemônico imprimiram à revolução cubana uma forma histórica especial. Ela se fazia diretamente contra a metrópole imperial, mas a saliência política se concentrara no enfoque independentista e só por implicação no "antiimperialismo". Como já foi assinalado, a situação revolucionária continha componentes estruturais e dinâmicos de revolução dentro da ordem e de revolução contra a ordem, o que fazia com que vários tipos de forças sociais radicais, reformistas e especificamente revolucionárias, movimentadas simultaneamente pelas classes burguesas e pelas classes trabalhadoras, gravitassem em torno da criação de um "modelo nacional" de desenvolvimento capitalista (nesse sentido, uma "reforma nacionalista do capitalismo" surgia como um objetivo centralmente revolucionário no seio da ordem social neocolonial). Os partidos existentes, com exceção do Partido Social Popular, não possuíam uma base material de poder para unificar as tarefas políticas da revolução nacional e do que se poderia designar revolução pelo desenvolvimento (capitalista). Este partido, por sua vez, prendera-se demais a uma estratégia de luta de classes fundada na presunção de que a burguesia cubana seria capaz, pressionada de baixo para cima, de unir a liberação nacional com a reforma do capitalismo e a revolução democrática. O castrismo procura superar esse ponto morto, entre 1954 e 1956, apelando diretamente para um populismo ultra-radical (é conhecida a definição que Fidel Castro propõe para o Movimento 26 de Julho: "a organização revolucionária dos humildes, pelos humildes e para os humildes". Cf. *La revolución cubana*, p. 110). Além disso, seu projeto político global articulava a revolução nacional com a autonomização do desenvolvimento capitalista e com a

implantação da democracia. Essa linha revolucionária não era antagônica às classes possuidoras e aos estratos nacionalistas da burguesia cubana. Ao contrário, permitia uma flexível unificação política de todas as forças em torno de interesses comuns, vinculados à revolução nacional, à autonomização do desenvolvimento capitalista, à implantação da democracia e, por esses meios, a um redistributismo de sentido socialista (mesmo tão perto da vitória militar, em 20 de julho de 1958, Fidel Castro dera o seu aval – e o do exército rebelde e do Movimento 26 de Julho – a "um acordo em favor de uma grande frente cívica revolucionária de luta, de todos os setores". Cf. *op. cit.*, pp. 152-155). O estado de guerra civil era tão generalizado que toda a sociedade cubana se achava mobilizada (ativa ou passivamente) na derrocada da ditadura de Batista. Esta não podia sequer empregar toda a sua potência militar contra o exército rebelde (segundo autores bem informados, nunca pôde colocar na linha de frente mais de 1/4 de suas tropas. Sobre o assunto e as principais fontes, veja-se G. Pierre-Charles, *Génesis de la revolución cubana*, p. 154). No conjunto, os precedentes sobre o esmagamento do patriotismo revolucionário, a ênfase unitária do Movimento 26 de Julho e sua absorção seletiva pelo exército rebelde, por fim a constituição de um governo revolucionário de frente ampla pareciam indicar que a revolução cubana ficaria marcada como uma reformulação nacionalista da democracia burguesa. As "projeções sociais" do exército rebelde permaneceriam recolhidas na consciência revolucionária dos guerrilheiros e no coração das massas populares. À democracia armada seria contraposta, como o rebento da história concreta, uma sociedade capitalista liberada.

Em termos de Cuba e de América Latina, é claro, isso não seria pouco! No entanto, como fazer semelhante evolução passar pela vitória militar do exército rebelde ou torná-la conciliável com a mentalidade revolucionária dos guerrilheiros no poder? O governo revolucionário de frente ampla não era um governo de conciliação nacional. Fidel Castro aceitara-o, não como uma

composição legalista ou como um ponto final (na mesma época, ele proclamava que a revolução iria, enfim, começar e educava as massas para entenderem isso!). Como escreve Karol: "nem ele pretendia fazer um presente de sua revolução a ninguém; nem ele precisava estar no governo para controlá-lo" (*Guerrillas in power*, p. 181). As classes burguesas apenas ganharam um espaço para colaborar na liberação nacional, na autonomização do desenvolvimento capitalista e na implantação de uma democracia social. Elas precisariam caminhar depressa para acertar seus passos com os dos guerrilheiros e, o que seria ainda mas decisivo, com o fluxo incontrolável das pressões de baixo para cima. Na verdade, a revolução chegara muito tarde para aquelas classes. A unidade nacional não se fizera sob a égide de um poder burguês (mesmo conservador ou reacionário, como acontecera em certos países da América Latina). Além disso, os movimentos *in flux* pela liberação nacional e pela revolução democrática não podiam ser creditados à ruptura burguesa com a ordem social neocolonial e seu modelo de desenvolvimento capitalista. Em termos de imagem histórica e de consciência social, a revolução ficara presa aos guerrilheiros e estes a viam como uma revolução popular.

Tudo isso patenteia que a decomposição da sociedade neocolonial acabou sendo tão rápida que a burguesia se viu privada, em todos os seus estratos – inclusive o mais poderoso, o estadunidense – de base material e social para preservar a unidade e a eficácia de qualquer dominação de classe burguesa ou para manter seu controle sobre o Estado. Ao desmantelar a ditadura, os guerrilheiros destroçaram, de fato, o Estado neocolonial e a forma política do governo títere (que funcionava, também, como um "governo de conciliação"). Ao monopolizar o poder real do governo revolucionário de frente ampla, aos níveis político, policial-militar, judiciário e diplomático, os guerrilheiros ficaram com a faculdade de arbitrar as relações e os conflitos entre as classes antagônicas (e iriam exercer a arbitragem contra

o espírito capitalista inerente ao *status quo ante)*. Onde e quando as classes burguesas pretenderam, por meio da sabotagem, da resistência passiva ou ativa e da contra-revolução, travar a liberação nacional, a autonomização do crescimento econômico e a revolução democrática, elas foram dissuadidas pela punição e, finalmente, pelo afastamento do governo revolucionário e pelo encurralamento (J. O'Connor, *The origins of socialism in Cuba,* cap. 10, contém uma lúcida análise das possibilidades de harmonização que se perderam e redundaram na destruição das classes burguesas). Não obstante, malgrado a ambigüidade do governo revolucionário de frente ampla e a flexibilidade que sublinham as reformas dentro do capitalismo, até fins de 1960 e o início de 1961 o sistema de poder nascido da revolução não era um sistema misto (ou seja, meio burguês, meio proletário). Ele era, apesar das aparências em contrário, uma ditadura guerrilheiro-popular. Esta era, pois, a forma política de síntese que a democracia armada teria de assumir para rearticular os guerrilheiros, como vanguarda política, com a classe social majoritária e revolucionária.

Se os Estados Unidos tivessem demonstrado maior elasticidade e se as classes burguesas cubanas contassem com um potencial revolucionário próprio, a revolução poderia prescindir dessa "etapa a partir do poder" e, portanto, dessa "democracia armada" como forma política de transição. Nesse caso, nem a política revolucionária teria sido um prolongamento da guerrilha nem o poder de arbitragem acima das classes precisaria diluir-se tão depressa, desaparecendo quase que automaticamente em uma ditadura revolucionária exercida em nome, com o patrocínio e em defesa da maioria. A revolução poderia passar pelo e encontrar-se no capitalismo nacionalista e reformado. Então se poderia afirmar sociologicamente que a revolução teria tido vários tempos e que teria passado de um estágio democrático-burguês para outro, socialista. Na realidade, as coisas não ocorreram nem poderiam ocorrer assim. Os ritmos históricos não

separaram nitidamente os tempos que se tornaram de decomposição final do capitalismo e de implantação do socialismo. Aliás, é o que assevera O. Pino Santos: "(...) parece difícil delimitar cronologicamente o momento de passagem no qual a revolução liqüida, já cumpridas, as tarefas de liberação nacional, e começa as tarefas de construção socialista". E é o que ressalta, de outro ângulo, o presidente Osvaldo Dorticós: "Não há modo de encontrar uma solução de continuidade entre ambos os processos. Trata-se de um só processo de criação revolucionária emergente do triunfo da luta armada" (cf. O. Pino Santos, *Aspectos fundamentales de la historia de Cuba,* p. 320). A revolução cubana desata e realiza simultaneamente várias revoluções, que não se completaram no passado remoto ou recente. Essa possibilidade, todavia, vincula-se à emergência de uma nova organização do poder que anulou a dominação de classe burguesa, quer como expressão da vontade imperialista estadunidense, quer como expressão da vontade capitalista propriamente cubana. Por isso, a história foi tão rápida e tornou-se impossível salvar, na desagregação final da ordem social neocolonial, o capitalismo, o regime de classes e o Estado representativo.

Quanto à segunda questão, é óbvio que os Estados Unidos não precisariam passar de entrave à liberação nacional a "inimigo principal" dessa revolução se as transformações capitalistas comandassem, a partir de dentro e a partir de fora, a desagregação da ordem social neocolonial. O elemento neocolonial imantou, polarizou e castrou de modo permanente as classes burguesas. E o fez claramente graças e através da presença do centro imperial como e enquanto exercício de uma hegemonia neocolonial. No declínio da era neocolonial vários setores da burguesia cubana – e até seu núcleo comprador – se dispuseram a sair do imobilismo. Essa alternativa falhou porque os Estados Unidos bloquearam qualquer transformação capitalista do capitalismo, dentro de Cuba, que ameaçasse ou destruísse o caráter neocolonial que sua dominação imperialista acabou assumindo,

ao longo de uma evolução secular. Depois da conquista do poder pelos guerrilheiros, tanto privada quanto oficialmente os Estados Unidos responderam à guerrilha com a guerrilha. Contavam com a hipótese de que quem pode mais se desgasta menos e com a certeza de que os cubanos seriam incapazes de levar a descolonização até o fundo e até o fim. Ora, isso correspondia a encarar uma situação histórica nova à luz de experiências e de raciocínios políticos válidos para o *status quo ante*. Com a derrota de Batista e o enquadramento das classes burguesas cubanas, dentro dessa linha de ação eram os Estados Unidos que ficavam à mercê dos guerrilheiros (e não o inverso). À tática da asfixia calculada e arrogante, Fidel Castro respondeu com a tática do golpe contra golpe, seja preventivamente, seja em retaliação. A situação mundial criara espaço histórico para que uma pequena "nação problema" da América Latina ousasse ir tão longe desafiando o colosso e derrotando-o.

O que conta, nesse quadro geral, é que o pólo hegemônico da dominação burguesa na sociedade cubana tornou-se uma catastrófica bota de chumbo. Os setores mais abertos e os estratos verdadeiramente reformistas (ou mesmo nacionalistas) da burguesia ficaram manietados por uma defesa do capitalismo feita sob medida para agravar a situação revolucionária e prolongar a guerra civil, até que o centro imperial também fosse atingido pela derrota militar.

Esse fato possuía importância secundária, do ponto de vista diplomático ou militar. O mesmo não sucedia do ponto de vista psicológico ou político. Ao agravar a situação revolucionária depois da queda da ditadura e da derrocada do sistema de governo títere, a interferência estadunidense contribuía para tornar a descolonização até o fundo e até o fim uma premente necessidade nacional. No contexto do aguçamento da luta de classes, enfraquecia as classes burguesas cubanas, dividia-as irremediavelmente ainda mais e retirava delas qualquer possibilidade de entendimento com os guerrilheiros para pôr cobro à guerra civil.

As fronteiras da guerra civil se deslocaram para os Estados Unidos (onde antes estavam, mas de modo mediado e disfarçado). Em conseqüência, o capitalismo teria de ser posto em causa juntamente com a ordem social neocolonial, a dominação burguesa e o imperialismo neocolonialista dos Estados Unidos.

Portanto, a posição egoísta, míope e agressiva dos Estados Unidos facilitou o desenvolvimento de uma estratégia política que proporcionou à revolução cubana o próprio eixo pelo qual a descolonização poderia ser levada até o fundo e até o fim. Toda a controvérsia sobre a "traição" e a "virada comunista" dos guerrilheiros não tinha nenhum sentido. Fidel Castro aproveitou-a com extrema habilidade, de forma tipicamente guerrilheira, a qual fugia aos parâmetros convencionais e fazia os erros cometidos pelo adversário renderem vantagens crescentes. O governo revolucionário, que depois da queda do presidente Urrutia já tinha marcado por onde não iria e não permitiria ir, ganhou uma dupla oportunidade. Uma, de dissociar-se de compromissos assumidos inicialmente, na época da constituição do Movimento 26 de Julho ou logo a seguir, e outra através dos pactos de frente única. Em suma, o governo revolucionário ficara mais livre para vincular reformas desenvolvimentistas com o combate de iniqüidades herdadas do antigo regime. A interferência estadunidense suscitava, por aí, a redução do espaço político da burguesia como uma espécie de "questão nacional". Posto à prova, o governo revolucionário demonstrava que, desta vez, os cubanos não iriam recuar diante das tarefas impostas pela revolução nacional e democrática. A outra oportunidade possuía um caráter mais complexo. A interferência estadunidense, por si mesma, reativava a síndrome cubana, o temor da recrudescência do colonialismo disfarçado. Essa formação psicossocial e política reativa expunha o reformismo desenvolvimentista a uma pressão erosiva extrema e erguia o questionamento central: como conciliar o capitalismo com a autodeterminação e a soberania de Cuba? A "reforma do capitalismo por dentro do capitalismo"

poderia responder aos dilemas sociais de Cuba e às exigências históricas de sua revolução, ambos nascidos de deformações produzidas pelo próprio capitalismo? Colocando-se nesse contexto a reforma agrária de 1959, as várias medidas redistributivas desse ano e as nacionalizações de 1960, entende-se porque os guerrilheiros no poder forçaram a mão, radicalizando-se de modo contínuo e crescente. Ou seja, descobre-se o por quê de terem avançado até aonde parecia impossível ou desaconselhável dentro do capitalismo, para que os compromissos da revolução com o povo e com a nação fossem atendidos. A interferência estadunidense contribuía para provocar, por aí, a intensa aceleração que estava conduzindo a revolução cubana ao que deveria ser o seu apogeu histórico.

Quanto à terceira questão, é sabido que as grandes revoluções sempre trazem a marca de sua época. É ilusório buscar o caminho dessas revoluções apenas em suas potencialidades internas. Estas são decisivas, mas mesmo o que elas contêm de mais avançado ou de mais novo – a sua modernidade – só se revelam a partir de um campo externo que constitua o solo histórico do seu florescimento e consolidação. A importância desse campo histórico externo varia de civilização para civilização e, naturalmente, em uma mesma civilização, de época para época. Permanecendo no essencial: o êxito das revoluções de liberação nacional, após a II Grande Guerra, dependia estreitamente da solidariedade externa [uma questão que não pode ser discutida aqui]. Cuba, forçosamente, tinha que depender de modo ímpar desse fator, seja pela sua condição extrema de "economia de um só produto e de um só mercado", seja porque os Estados Unidos passaram muito depressa da interferência exacerbada para a guerra econômica, diplomática e militar. Portanto, a União Soviética, a China, as democracias populares e os países do Terceiro Mundo constituíam as alternativas possíveis entre tantas incertezas. A cooperação com essas nações e, principalmente, com o chamado "bloco socialista" não surgia como um simples ponto

de apoio ou um mero "fator de reforço". Se essas nações aceitassem um mínimo de responsabilidades econômicas, culturais, diplomáticas, políticas e militares, configurar-se-ia, a partir de fora, a possibilidade de inclusão de Cuba nas correntes históricas da época do socialismo. O que estava em jogo, desse ângulo, era o grau de liberdade de Cuba de saltar da descolonização para a autodeterminação propriamente dita.

A essa oportunidade histórica prendeu-se a aceleração e o aprofundamento da revolução cubana. A partir desse patamar e dessa possibilidade, não havia o risco de que essa revolução reproduzisse a tragédia de outras revoluções da América Latina: ela não seria uma "revolução interrompida", que fora muito mais longe que as outras. Tampouco haveria o risco de "o passado se repetir" e a revolução cubana ser esmagada pelo peso do *status quo ante*. A oportunidade histórica oferecia uma alternativa de padrão de civilização, ou seja, uma base material para a continuidade da revolução e toda uma constelação de tarefas a ser enfrentada por ela, através da colaboração da vanguarda revolucionária com a massa do povo cubano. O que significa que, nesses quadros históricos, havia uma radicalização de 360 graus no rumo daquela vanguarda. Os guerrilheiros deram essa guinada e imprimiram à revolução cubana a forma política que ela deveria ter para que atingisse seus objetivos e colocasse a América Latina nas correntes históricas da época do socialismo. A revolução, que desde suas origens contivera componentes radicais e populares muito fortes, que lhe davam um sentido socialista, converteu-se numa das grandes revoluções proletárias e socialistas do século 20. 1960 aparece como o ano que prepara e efetiva esse *tournant* – e é, portanto, o ano no qual a revolução cubana se inicia, de fato e de modo irreversível.

A revolução a partir de cima lograra, pois, ultrapassar todos os alvos previstos. Nesta etapa, a guerrilha como meio para outros fins começa a perder sua razão de ser e os próprios guerrilheiros teriam de desaparecer como entidade histórica.

Convertidos na vanguarda do Estado revolucionário em elaboração, continuariam a ser a mola mestra da revolução cubana. Contudo, agora seriam os servos daquele Estado, empenhados na consolidação do poder popular e na construção de Cuba socialista.

ECONOMIA E SOCIEDADE SOB O SOCIALISMO

Com a vitória de sua revolução de liberação nacional, Cuba conquistou a liberdade de chegar ao socialismo. O grande problema que teve de enfrentar, nas décadas de 1960 e 1970, consistiu naturalmente em como passar de uma acumulação capitalista neocolonial e ultrapredatória para uma acumulação socialista originária. A "expropriação dos expropriadores" constitui uma bela frase. Como construir as bases materiais e sociais da transição para o socialismo num país que se vira reduzido, do modo mais completo e com todas as deformações imagináveis, a uma economia de um só produto e de um só mercado? Apesar do desenvolvimento alcançado pelo capitalismo, por sua natureza neocolonial ele não deixou uma herança que servisse, mesmo precariamente, de ponte para essa passagem. Cuba teria de enfrentar várias revoluções interdependentes e sucessivas para abrir seu caminho. E a acumulação socialista originária avançou graças a sacrifícios sem conta, que permitem dizer que os cubanos arrancaram de seu sangue, de sua carne e de seus ossos a substância que alimentou o encetamento e a estabilização da transição (seria mais preciso, mesmo, falar-se de uma pré-transição, a ser laboriosamente construída com base na produção e exportação do açúcar).

O "socialismo de acumulação" já foi caracterizado como um socialismo difícil (ver A. Gorz, *O socialismo difícil;* trad. M. H. Kühn, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968; F. Fernandes, *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*, São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 90-107). Ora, esse "socialismo difícil" mostrou-se, em Cuba, mil vezes mais difícil. Não é que não existissem as célebres "condições objetivas e subjetivas" da revolução socialista. Estas são criadas pelos seres humanos ao produzirem coletivamente a vitória da revolução socialista. É estranha e obsoleta a obsessão mecanicista de um debate que nunca teve razão de ser. A idéia de que um extenso e profundo desenvolvimento capitalista prévio é indispensável ao êxito da revolução socialista faz parte de arraigados mitos eurocêntricos de nossa época. Onde a revolução burguesa revela-se impraticável, porque a própria burguesia é incapaz de conduzi-la, ou onde a revolução de liberação nacional leva diretamente ao socialismo, a revolução socialista não "herda os problemas que o capitalismo não resolveu": ela se afirma como a única alternativa possível ao desenvolvimento capitalista. Portanto, ela parte de seus próprios problemas, nos quais se incluem a ruína de extensas massas humanas e a escassez extrema de recursos, seja para acelerar o desenvolvimento econômico, seja para fomentar os padrões socialistas de eqüidade sem destruir a continuidade e o progresso da revolução. O que parece ser um "estágio capitalista dentro do socialismo" representa o deslanche que prepara a revolução socialista (ainda é preciso comprovar se as coisas poderão ser diferentes, pois é evidente que um intenso desenvolvimento capitalista prévio coloca outros problemas à revolução socialista, que a tornam igualmente difícil e tormentosa. A "abundância" não é nem poderia ser o critério essencial da passagem para o socialismo!). É esse deslanche que foi e continua a ser tão difícil em Cuba. Não só a economia e a sociedade neocoloniais vinham de crises crônicas sucessivas, constantemente agravadas, desde a década de 1920. Os Estados Unidos cortaram todas as soluções mais fáceis dessa

herança complicada, onerando a revolução cubana com o peso da terrível guerra econômica, política e militar que lhe moveu de forma impiedosa e prolongada. E a própria guerra civil teve seus custos desastrosos, não só em termos econômicos mas também humanos. A revolução socialista precisou atacar múltiplas causas, que se opunham à sua existência e à sua vitória; e foi com muito denodo e com muito amor que os cubanos lograram obter o conjunto de mínimos econômicos, sociais, culturais, políticos e militares que permitem iniciar a organização das forças produtivas e da sociedade em bases socialistas. Demorou muito tempo, embora não pareça, para que a revolução socialista saísse do seu "período destrutivo" e encetasse o seu "período construtivo" propriamente dito. Este processo é tão recente que o êxito da revolução socialista em Cuba, por enquanto, deve ser medido por essa proeza, que se desenrola ainda hoje, aos nossos olhos.

Ao entrarmos na discussão desta unidade expositiva, temos à nossa frente, portanto, todo um mundo de problemas de suma importância teórica e prática para o socialismo. Já se disse que Cuba não poderia socializar mais que a miséria. Nestes últimos 20 anos Cuba fez mais que isso, o que exige que se retome a crítica desse julgamento cruel. Chega-se onde quando se parte da "socialização da miséria"? Os inimigos da revolução cubana prestaram-lhe um serviço, certamente sem o querer! Graças ao socialismo, apenas em 20 anos, Cuba: 1°. livrou-se da condição de "nação-problema", que a levara ao beco sem saída em que se encontrava; 2°. realizou uma reforma agrária que se inscreve na história das grandes realizações que ocorreram na América Latina no século 20; 3°. retirou a maioria de sua população, os setores mais pobres dos proletários rurais e urbanos, da situação crônica de condenados da terra, assegurando-lhes meios permanentes de trabalho, um padrão sóbrio mas decente de vida, e a possibilidade de viver como gente; 4°. suplantou um dos mais terríveis cercos capitalistas e deixou definitivamente para trás o

complexo colonial e a complacência da burguesia compradora (lembrem-se da mensagem de Raul Castro: "Concretamente, senhores imperialistas, nossa posição é esta: nosso país é pequeno e estreito e em torno dele existe o mar; não há esperança para recuar", discurso de 22/7/1967, *Partisans*, nº 38, p. 18); elevou-se, pelos êxitos relativos, à condição de um experimento ideal entre os países socialistas, pois demonstra o que é preciso fazer para engendrar e, depois, estabilizar a transição socialista em condições econômicas francamente adversas e o que falta à solidariedade socialista para tornar-se uma força revolucionária efetiva no plano internacional.

Seria impraticável, e mesmo desaconselhável, explorar questões dessa magnitude em um curso tão elementar. Ainda assim, é possível enumerar fatos e estabelecer, em linhas gerais, a natureza dos avanços realizados (objeto desta e da próxima unidade de trabalho didático). Isso implica fazer um balanço global, naturalmente limitado pela precariedade das informações ou pela redução do tempo de que dispomos. Nesta primeira etapa, focalizarei as formas sociais socialistas de organização da economia e da sociedade, seguindo o seguinte roteiro: 1. condições e efeitos do planejamento; 2. as transformações da economia; 3. nova sociedade e novo homem. A escolha destes temas é arbitrária. Porém, ela obedeceu a uma ambição intelectual construtiva: a de apanhar a revolução cubana como uma totalidade histórico-social. Ao encará-la, agora, como um processo em crescimento e em sua marcha para a frente, senti que era preciso dar prioridade a temas inclusivos que melhor revelam como opera a "revolução dentro da revolução" depois que toda uma sociedade se organiza na defesa e na prática do socialismo.

1 – Condições e efeitos do planejamento

A relação entre planejamento social e revolução socialista não é uma relação simples e automática. Ao contrário, é preciso que se criem certas condições para que a revolução socialista

chegue ao planejamento social e, assim, possa intensificar seus ritmos, aprofundar-se e consolidar-se. Essa questão põe-nos diante do primeiro assunto que deverá ser examinado nesta aula. Se o planejamento não era um subproduto da revolução cubana, como ela engendrou as condições externas que o tornaram historicamente possível? De outro lado, ao falar-se de revolução socialista e de planejamento social não se fala de duas entidades distintas completamente separadas uma da outra. Na verdade, o planejamento não constitui uma simples técnica instrumental da revolução socialista: ele é a revolução socialista vista do ângulo de seus fatores e processos positivos, ou seja, ele é a revolução socialista quando esta consegue passar à construção das formas sociais de organização da produção, da sociedade e do Estado especificamente socialistas. Essa questão nos põe diante do segundo assunto que deve ser discutido nesta aula: o que a revolução cubana podia ou pôde pôr ao alcance do planejamento social para que este torne as formas sociais socialistas de organização da produção, da sociedade e do Estado uma realidade? A vitória do socialismo como alternativa histórica não poderia converter Cuba em uma nação socialista como por "milagre". Para que isso suceda, é necessário que o comportamento revolucionário coletivo opere em todos os níveis e em todas as direções segundo uma ideologia socialista (a ditadura do proletariado como uma forma política democrática) e uma utopia socialista (o socialismo como um estágio de transição para o comunismo). Este segundo assunto envolve a situação histórica *in flux* e em termos de potencialidades que mal começaram a delinear-se em Cuba. Por isso, ele é naturalmente delicado e, em sua discussão, não é possível ir tão longe quanto seria teoricamente desejável, o que me levou a evitar um debate de estilo "ortodoxo" (ou dogmático) do assunto.

O primeiro assunto já é relativamente conhecido e me limitarei a tratar de algumas evidências mais gerais (é preciso que se note: até hoje, só M. Gutelman realizou uma análise dialética

em profundidade do planejamento em Cuba). O planejamento social centralizado e em escala nacional abrange todo um sistema de instituições, valores, normas, atitudes, comportamentos e controles sociais, que só pode aparecer, florescer e expandir-se em condições históricas específicas (por isso, K. Manheim designou-o uma técnica social; e eu procuro ligá-lo tão precisamente quanto possível ao padrão socialista da civilização moderna). Condições dessa natureza não existiam em Cuba no início de 1959 e tampouco poderiam surgir como um "produto orgânico" da revolução cubana, mesmo em função do *tournant* para o socialismo. No plano considerado, o planejamento não é só uma forma social da produção; ele é, concomitantemente, uma forma social da sociedade e do Estado. Ele exige, de modo coletivo, ou a disposição de consentir sua existência, em si mesma muito complexa, ou a disposição de querer a sua existência, ainda mais complexa.

Ao primeiro nível, Cuba teria certas condições favoráveis ao rápido aparecimento do planejamento social centralizado em escala nacional. Aí há a considerar o "aspecto técnico", ao qual Guevara deu conhecida atenção. As "consolidadas" – ou as grandes empresas estadunidenses – transferiram para Cuba avançadas técnicas de organização e administração. A revolução podia aproveitá-las e, de fato, isso foi tentado. Além disso, o modo de manifestação do capitalismo abria um certo espaço histórico à tolerância (nas classes possuidoras) e de apoio ativo (nas classes trabalhadoras) ao planejamento. A relação das várias classes sociais com o padrão capitalista de civilização moderna era do tipo que M. Weber chamaria de amorfa. A ordem social competitiva era solapada e sufocada pela situação neocolonial. Em conseqüência, os seus valores e ideais básicos penetravam pouco fundo – em termos de consciência social burguesa e de defesa puritana ou intransigente do espírito privatista" – nas orientações de comportamento convergentes das várias classes e estratos de classes. Os riscos, a "imoralidade" ou ódio ao intervencionismo não poderiam

suscitar uma espécie de religião leiga onde a tradição neocolonial fomentara uma ingerência tão universal e arbitrária quanto foi secularmente a dos Estados Unidos em Cuba; e onde a conciliação se impunha como uma sorte de "jogo sujo" no uso do governo títere para fins particularistas internos ou externos ultra-egoísticos. Além disso, o desenraizamento que se manifestava tão intensamente, em termos de geração, como "fenômeno de classes médias e altas", a depressão do "espírito capitalista" implícita na forte compulsão ao entesouramento e ao investimento seguro no exterior, o tipo de racionalidade predatória que prevalecia no núcleo mais ativo da burguesia compradora etc. distanciavam a mentalidade burguesa de qualquer cruzada militante contra o planejamento como técnica social. Mesmo depois que a revolução cubana foi expurgada da aliança com os setores "liberais" da burguesia, mas ainda parecia que o governo revolucionário iria manter-se como semipúblico e semiprivado, em sua linha de ação política, a tolerância para consentir em algo como a aceitação do planejamento social dentro de certos limites existia nas classes possuidoras. No que se refere aos estratos mais politizados das classes trabalhadoras, como produto da expansão do sindicalismo, da consistência de movimentos políticos radicais e revolucionários, da experiência de greves econômicas e políticas, da atuação do Partido Social Popular etc., havia uma compreensão de que o planejamento seria fundamental para diferençar e aumentar a produção e expandir o mercado interno, redistribuir a riqueza e o poder de forma mais democrática, combater o desemprego, o subemprego e a pobreza etc. O Movimento 26 de Julho e a consolidação do castrismo, inclusive, contribuíram para modificar a percepção qualitativa das massas de todos esses problemas. Por fim, o impulso radical-populista do exército rebelde e de seu proto-Estado vinculou a revolução democrática a alvos concretos, pondo no centro da reconstrução a reforma agrária. Ora, isso tinha tremenda importância, porque unia a aspiração da maioria dos proletários rurais de trabalho na terra a medidas planejadas de

reordenamento revolucionário da economia agroindustrial. Por aí, portanto, seria possível detectar um vasto conjunto de tendências mais ou menos favoráveis à adoção do planejamento social e ao seu emprego sistemático pelo governo revolucionário. Entre esse governo e outros, no passado recente, haveria a diferença de que ele seria, de fato, o primeiro a usar o planejamento como alavanca da liberação nacional, da transformação econômica e da revolução democrática.

Todavia, essas são condições técnicas e psicossociais que só poderiam favorecer de modo indireto a propensão do governo a utilizar o planejamento social segundo um estilo revolucionário e, dessa maneira, contribuir para a difusão do planejamento social em Cuba. Tais condições não possuíam um substrato econômico, sociocultural e político que conferisse ao planejamento como técnica social o condão de revolucionar o meio ambiente. A disposição de querer sua existência com esta realidade só surgira e se consolidara fortemente entre os oficiais do exército rebelde, em algumas organizações políticas revolucionárias e no Partido Social Popular. Não houvera tempo para transferir esse querer para as massas e, muito menos, de fomentar o aparecimento de requisitos econômicos, socioculturais e políticos necessários para que aquele querer se transformasse em processo histórico-social. Tudo isso indica o marco em que se localizava a questão no início de 1959. O governo revolucionário tinha, diante de si, como tarefa política central, fomentar quer o aparecimento de uma consciência revolucionária da necessidade do planejamento como técnica social, quer a criação de certas condições institucionais mínimas para que o planejamento pudesse ser induzido, pelo menos inicialmente, como recurso básico da revolução de cima para baixo. O que envolvia um novo estágio da "revolução dentro da revolução" e obrigava o governo a dois movimentos. Um, imediato, de renovação de sua própria estrutura e âmbito de ação revolucionária; outro, de curto prazo, de intervenção direta na organização da economia e de vários serviços públicos ou na sociedade, para dar origem às condições econômicas, sociais e culturais que funcionam como requisito histórico do planejamento centralizado e em escala nacional. Em suma, a revolução não herdara os meios de que precisava e teria de criá-los decididamente, para que seus fins revolucionários mais amplos pudessem ser logrados a médio e a longo prazos.

Essa passagem não poderia ser feita por um passe de mágica. Em primeiro lugar, ela própria era inviável enquanto persistisse o governo revolucionário de frente ampla. Em segundo lugar, a partir da formação desse governo a revolução se impusera à vanguarda revolucionária como a esfinge da lenda. Agora, a consciência social revolucionária tinha de lidar com problemas de meios e de fins; e precisava disputar o apoio das massas não apenas como um endosso (apoio das massas à revolução), mas como uma participação militante (apoio revolucionário das massas). Impunha-se eliminar toda e qualquer ambigüidade que bloqueasse o avanço da revolução. A tática de reduzir a saliência das contradições e, principalmente, do que já se patenteava como irremediável, obstruía essa marcha (um mínimo de explicitação ideológica e utópica para homogeneizar o discurso revolucionário teria de ser aceito e posto em prática – o que era contido pela tática de não provocar nem os Estados Unidos nem os setores mais ou menos simpáticos da burguesia cubana). Mas, esse abafamento relativo do *élan* revolucionário não prejudicou o entusiasmo das massas e suscitou um giro peculiar da revolução cubana. A consciência revolucionária se esclarece e se concentra – e também não estaciona – por causa da relação pedagógica da vanguarda revolucionária com as massas (em particular, de Fidel Castro com as massas). O desafio revolucionário tem uma caixa de ressonância, que é a sociedade cubana, e o "efeito de bumerangue" aparece como uma resposta do governo revolucionário a uma excitação revolucionária que ele mesmo provoca. Esse padrão foi muito ativo no momento da conquista do poder e nele se fundou a ebulição de toda a década de 1960.

Na verdade, a socialização revolucionária das massas caminhou muito rapidamente depois da tomada do poder pelo exército rebelde. De um lado, porque a revolução cubana cumpriu a promessa de ser uma "revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes". De outro, porque Fidel Castro tomou a iniciativa de desenvolver uma extraordinária pregação pedagógica, para explicar, exatamente, que a revolução não se confundia com a vitória militar e não se extinguia com a conquista do poder. Para que a revolução atingisse seus fins, o governo revolucionário dependia de todo o povo e, juntos, teriam de travar as batalhas mais difíceis. Che Guevara apanhou com acuidade essa presença das massas. "A massa participou da reforma agrária e do difícil desempenho da administração das empresas estatais; passou pela experiência heróica de Playa Girón; retemperou-se na luta contra os vários bandos armados pela CIA; viveu uma das definições mais importantes dos tempos modernos na crise de outubro e continua hoje trabalhando na construção do socialismo." ("El socialismo y el hombre", *La economía socialista: debate*, p. 377.)

Vista *ex post facto*, parece claro que a mudança de qualidade do comportamento das massas e, em conseqüência, do significado da própria revolução, prende-se à estratégia de fazer justiça com as próprias mãos, adotada pelo governo revolucionário desde o início e intensificada de modo crescente até fins de 1961. É patente que essa estratégia não era "calculada" e que não foi posta em prática "organicamente". Ela constituía um subproduto político do caráter exemplarmente populista, democrático e igualitário da revolução cubana. Provavelmente nunca atingiria as proporções que alcançou se a vanguarda revolucionária fosse composta de "revolucionários profissionais", guiados por uma ortodoxia de partido revolucionário (é óbvio que eles condenariam o "distributivismo" como um risco político e manifestação "oportunista"). No poder, os guerrilheiros mantiveram-se fiéis à palavra empenhada e procuraram fundar sua credibilidade

política no atendimento possível mas imediato de seus compromissos (para não falar em "promessas"). Como conseqüência, ao desencadear a revolução a partir de cima, levaram a revolução ao âmago do coração e da razão das classes trabalhadoras e da população pobre.

Foi nessa etapa que se travou a luta política revolucionária e na qual ela foi ganha. E ela foi travada conjuntamente pela vanguarda revolucionária e pela massa dos trabalhadores livres ou semilivres. No seu desenrolar, a própria atitude da vanguarda diante do planejamento social modificou-se (evoluiu do amadorismo revolucionário e da improvisação para o tirocínio na prática, o qual demonstrou a natureza da revolução que devia ser feita na estrutura do Estado e da administração para se alcançar, nas condições cubanas, o objetivo global da revolução). Por sua vez, a massa da população entendeu que a revolução não poderia ser uma dádiva do governo. Ela tinha de ser conquistada passo a passo, organizadamente, com paciência e muitos sacrifícios coletivos. Nessa ampla e complexa evolução, deve-se distinguir o que significa "a justiça com as próprias mãos": ela era, primeiro, uma forma de destruição total da antiga ordem social neocolonial pela revolução; e era, em segundo lugar, a via pela qual se descobria como fazer, que instituições deveriam ser criadas para que as formas da nova economia, da nova sociedade e do novo Estado não caíssem nos vícios do passado – o que era a descoberta da própria necessidade histórica do planejamento social. Por aqui se explica, aliás, a facilidade com que a revolução cubana caminhou para o socialismo. Este não era apenas a sua última *ratio* política; a via pela qual ele podia e devia ser absorvido germinara espontaneamente, na luta para aniquilar o "antigo regime" e para construir uma nova ordem social.

E. Boorstein fornece uma rica documentação sobre esses dois aspectos da revolução cubana (*The economic transformation of Cuba*, esp. capítulos 2 a 5). Seu livro poderia ser comparado, pela empatia com que acompanha a revolução cubana, ao famoso *Dez*

dias que abalaram o mundo, de John Reed (com a vantagem de nos apresentar os resultados de uma investigação feita à luz da economia política). Quanto ao primeiro aspecto, seria inútil reproduzir os dados referentes ao modo pelo qual os antigos privilégios desabaram um a um e as massas tiveram acesso ao leite, às praias, ao trabalho regular, à educação, à assistência médica etc. O que interessa à análise é salientar o espírito com que foi levado avante o período destrutivo agudo da revolução cubana. O governo revolucionário não se cingiu a "socializar a miséria". Quebrou todas as barreiras que podiam ser aniquiladas pela via reformista legal, levando a revolução democrática tão longe quanto possível. A reforma agrária constituiu a espinha dorsal desse processo e o que Boorstein afirmou a seu respeito poderia ser aplicado às outras inovações reformistas. "Cuba necessitava da reforma agrária. Mas, uma verdadeira reforma agrária não é uma medida técnica que possa ser posta em prática a contento de todos. Uma verdadeira reforma agrária significa expropriar a terra das grandes propriedades e torná-la acessível ao povo. Uma verdadeira reforma agrária fere; ela modifica o equilíbrio do poder político; ela inicia uma mudança mais ampla. Uma verdadeira reforma agrária não é uma reforma; ela é uma medida revolucionária." *(Idem,* p. 15.) Ora, todas as medidas desse gênero acarretaram uma tremenda pressão sobre os recursos econômicos de Cuba e suscitaram a iminência de um desastre. Por isso, as medidas foram aceitas e compreendidas pelas massas no seu sentido revolucionário: Cuba era de todos e a revolução deveria ser defendida com unhas e dentes. A vanguarda revolucionária não tinha atrás de si uma "nação emergente" – mas uma nação revolucionária, empenhada na defesa da sua revolução. Ao encetar a etapa da nacionalização ou estatização das grandes empresas e dos bancos, o governo revolucionário contava com apoio interno para ir até onde precisasse, para expandir o setor público em detrimento do privado (ou eliminar este setor) e para converter o Estado na alavanca da revolução.

Quanto ao segundo aspecto, era natural que o exército rebelde fosse o próprio núcleo da emergência e da expansão inicial do planejamento social (como era, também, da constituição do governo revolucionário). Ele aparecia como o único setor da nação que tinha uma relação orgânica com a revolução. Além disso, dele dependiam os rumos e os ritmos do processo revolucionário (e, o que não era de menor importância, a segurança militar de Cuba). Ao envolver-se tão a fundo com o que chamei "fazer justiça com as próprias mãos", a *intelligentzia* revolucionária do exército rebelde descobriu as próprias fraquezas e, o que foi decisivo, que não estava preparada nem política nem tecnicamente para conduzir a revolução. A experiência técnica e política adquirida através do proto-Estado guerrilheiro fora útil, inclusive para estabelecer prioridades nas medidas distributivistas e colocar a reforma agrária numa perspectiva prática. Contudo, a revolução de cima para baixo tinha de enfrentar os problemas de toda a nação, aos níveis interno e internacional, e as exigências da própria revolução; não havia nem respaldo técnico-administrativo no "aparato do Estado" nem informações organizadas que servissem de base para a tomada de decisões e para a previsão a curto ou médio prazos. O desenvolvimento capitalista prévio revelava-se útil, porque havia uma imensa capacidade ociosa na economia nacional e uma certa reserva de recursos. No entanto, isso apenas permitia ganhar tempo – não gerar com a rapidez necessária os requisitos do planejamento centralizado e em escala nacional. O que se podia fazer no nível local ou regional e em termos setoriais era insuficiente, diante das proporções do setor público e da envergadura dos problemas emergentes. A imaginação política criadora, a improvisação e a dedicação revolucionária permitiram remar contra a corrente, em ziguezagues, avançar através de toda sorte de dificuldades ou de imprevistos, e evitar um desastre prematuro da revolução. Os resultados eram certamente animadores. Boorstein demonstra que o estilo de trabalho *a la libre* revelava

maior sensibilidade política, maior espírito inventivo e mesmo maior eficácia que a primeira manifestação do estilo de trabalho formal e burocrático (pseudoplanejado). Depois das nacionalizações, porém, ou a revolução se preparava para atingir seus fins organicamente ou ela se exporia ao desgaste e, quem sabe, ao desmoronamento. A pressão externa, dos Estados Unidos, não deixava espaço para contemporizações; e a pressão interna, das massas que aprenderam a amar a revolução e a impulsionavam, impunha uma aceleração constante do processo revolucionário.

Assim, o ano de 1961 compele o governo revolucionário a defrontar-se com o novo salto histórico, que devia ser dado na direção do planejamento social. A desagregação da antiga ordem social neocolonial já tinha ido muito longe e as tarefas construtivas da revolução deveriam ser orientadas para a produção das novas formas sociais da economia, da sociedade e do Estado. Nesse momento, Cuba eclodia como uma nação que poderia garantir por seus próprios meios a criação de condições para a transição para o socialismo. A oportunidade histórica, proporcionada pelas negociações comerciais com a União Soviética, a China e outros países, apenas serviram para consolidar essa tendência. As leis promulgadas em fevereiro de 1961, antes da invasão de Playa Girón e da proclamação de Fidel Castro sobre o caráter socialista da revolução cubana, assinalam que entre fins de 1960 e princípios de 1961 o aparato e a estrutura do governo revolucionário foram adaptados a tarefas revolucionárias mais amplas e profundas – e que o planejamento centralizado e em escala nacional finalmente emergia como realidade histórica.

Essa adaptação não podia ser feita de um só golpe. No jargão da velha sociologia alemã, seria possível dizer que o planejamento centralizado e em escala nacional traduz a política revolucionária em um código de linguagem administrativo (como se ele fosse a revolução regulada e convertida em administração). O que se iniciava, portanto, era algo que tinha de crescer e, por vezes, de modo contraditório, irregular e

perturbador, como já acontecera em outras partes (e iria repetir-se em Cuba com maior intensidade relativa, dada a dificuldade do país em fomentar muitos dos requisitos econômicos, culturais ou políticos do planejamento como técnica social). É fácil apontar quais são as forças econômicas, socioculturais e políticas que são devastadas, subaproveitadas ou reprimidas em uma sociedade capitalista neocolonial. Nem por isso é possível mudar de repente a relação da sociedade com essas forças. Muito mais complicado vem a ser o problema de uma sociedade em transição para o socialismo: é preciso criar, em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e do Estado, forças histórico-sociais novas, que não existem nem têm razão de ser sob o capitalismo. Sem contar com meios proporcionais, o planejamento centralizado e em escala nacional tinha de desdobrar-se em duas frentes simultâneas, ao tempo em que os próprios cubanos começavam a adestrar-se no uso das técnicas de regulamentação, institucionalização e controle inerentes ao planejamento. Boorstein descreve os episódios desse engatinhar penoso e os contratempos relacionados com a colaboração de especialistas estrangeiros (tchecos e russos). Isso carece de importância teórica ou prática. O que importa, a esse respeito, é o fato de que o governo revolucionário já havia atingido o patamar histórico em que ele podia forjar os meios para levar a revolução a todas as estruturas estratégicas da economia, da sociedade e do Estado. Em pouco mais de dois anos, Cuba lograva passar: 1. da ebulição espontânea para o aproveitamento consciente, organizado e coordenado de suas forças histórico-sociais revolucionárias; 2. da reforma dentro do capitalismo para a lenta e difícil construção do socialismo. Seriam necessários ainda muitos anos para completar essa evolução. Mas, o caráter socialista da revolução cubana ficara definido para sempre e o arcabouço de um governo revolucionário planificado fora estabelecido. As sementes do socialismo, em suma, haviam sido plantadas. A colheita viria a seguir.

O segundo assunto nos põe diante da própria substância criativa do pensamento revolucionário cubano. Em termos de "condições objetivas", a sociedade cubana só podia colocar à disposição do planejamento social recursos materiais e humanos incontestavelmente muito precários. Mesmo tendo garantida a colheita da safra de 1958, resolvido o problema comercial do açúcar e logrado um êxito marcante no impulso do crescimento econômico, a revolução cubana nunca se tornaria socialista em função das "condições objetivas" de que poderia dispor para encetar a implantação do planejamento. As revoluções tendem a conferir autonomia ao elemento político; as revoluções socialistas reproduzem essa condição em escala mais elevada e, a partir de Cuba, essa autonomia aparece em seu nível máximo. É por aí que se pode entender como foi possível captar as exigências da situação histórico-social e, em seguida, descobrir as soluções que, a partir de dentro daquela situação, permitiam criar uma a uma (de imediato ou a curto e a médio prazos) as várias condições objetivas do planejamento social. A vontade revolucionária da vanguarda, fortemente apoiada e incentivada pela massa da população, surge como o componente central dessa vitória do socialismo. O pensamento revolucionário exerceu, de fato, múltiplas funções sociais e políticas construtivas, jogando a revolução para a frente, primeiro, e lutando por seu caráter socialista, depois. Ele não se deixou intimidar e abater pela adversidade das "condições objetivas". Enfrentou-a com extrema objetividade e uma encantadora mistura de precaução e de audácia. O que faz com que a revolução cubana seja tão humana, mesmo quando se considera a questão das relações entre meios e fins.

Parece óbvio que o subdesenvolvimento estava na raiz das dificuldades de alimentar a revolução revolucionariamente. Os obstáculos eram, simultaneamente, econômicos e políticos. As considerações reunidas em seguida constituem uma formulação muito sumária de certas explicações de natureza aproximativa e

hipotética, e buscam suscitar o questionamento socialista do papel construtivo do planejamento social em Cuba.

O subdesenvolvimento complicava o problema da formação de pré-condições econômicas do planejamento social. Por onde começar a acumulação socialista originária? Como gerar, dentro de Cuba, a passagem de um desenvolvimento capitalista estrangulado e deformado para o arranque econômico socialista? Certas medidas elementares e instrumentais foram tomadas entre 1959-1960 ou até 1962-1963. A "expropriação dos expropriadores" teria de começar, logicamente, pelos aproveitadores do regime ou pelos agentes externos e internos do capitalismo neocolonial: a recuperação dos bens malversados; a primeira e a segunda reformas agrárias; a nacionalização do capital estrangeiro; a nacionalização geral da indústria. Por aí se fez o confisco, sob várias formas, e se pôs nas mãos do governo revolucionário uma considerável massa de riqueza (veja-se esp. J. Le Riverend, *Historia económica de Cuba*, parte VI; e também as obras já citadas de E. Boorstein e J. O'Connor). Também se apelou, complementarmente, para outras medidas diretas ou indiretas de fortalecimento econômico do governo revolucionário, como, por exemplo: a contribuição voluntária de 4% do salário, com que os trabalhadores colaboravam na constituição de fundos para a industrialização, o fomento da produção açucareira etc.; o congelamento dos salários, decidido pelas organizações sindicais; o controle das importações, a monopolização estatal do comércio exterior, a centralização da política cambial etc.; o racionamento, a instituição do *acopio** etc. No conjunto, o governo revolucionário preparava ou estimulava a criação de uma base econômica para certas medidas de grande impacto ou para o alargamento de sua intervenção na economia, ameaçada pela resistência empresarial ou pela represália dos Estados Unidos. Todavia, por si mesmas, elas não comportavam uma mudança qualitativa de vulto. Para que isto ocorresse seria necessário

* Sistema de recolhimento das colheitas dos setores privado e estatal.

montar um novo modelo de produção, de reinversão e de distribuição da riqueza, que tivesse como alvo aumentar drasticamente o volume da riqueza e reduzir (ou eliminar) drasticamente as desigualdades existentes em sua distribuição. Enquanto isso não fosse feito, o planejamento social não contaria com uma base econômica sólida (o que seria "normal" em qualquer revolução socialista). Acresce que, em Cuba, tal resultado não poderia ser obtido sem que o planejamento fosse utilizado para criar as pré-condições desse requisito: o que quer dizer que, por causa das condições intrínsecas ao subdesenvolvimento, o planejamento social iria levar, de modo virgem, a revolução às estruturas econômicas da sociedade. Ele não capta e parte da força econômica institucionalizada pré-existente e do impacto da revolução sobre ela. Ao contrário, ele precisa gerar suas próprias pré-condições econômicas, realizando essa função através de sua incorporação aos mecanismos institucionais de centralização e condensação do poder econômico do governo revolucionário. Somente numa fase mais avançada deste processo se tornaria imaginável e factível separar, diferenciar e segregar uma superposição tão tosca de funções, liberando o governo revolucionário de um congestionamento de atribuições e libertando, concomitantemente, o planejamento social de uma tutela estatal direta e estreita. Nesta fase, à qual parece que Cuba chegou finalmente na década de 1970, seria possível pensar-se no equivalente de uma reprodução socialista ampliada e estabelecer uma verdadeira relação recíproca harmoniosa entre planejamento social, desenvolvimento econômico socialista e controle estatal.

Algo paralelo ocorre no nível político (embora o atraso relativo envolvido apresente maior magnitude). O subdesenvolvimento impediu a manifestação de uma democracia burguesa dentro de limites tão severos que até um florescimento limitado dos partidos políticos foi prejudicado. A conseqüência disso já mereceu atenção na unidade expositiva anterior: o movimento revolucionário esteve dissociado de um partido revolucionário

propriamente dito e, depois da conquista do poder, a vanguarda revolucionária recorreu ao exército rebelde (e também a algumas organizações revolucionárias paralelas) como equivalente daquele P. R.. A demora, na esfera política, acabou seguindo ritmos mais lentos que na esfera econômica – os dilemas da institucionalização do poder popular podem ser avaliados pelo seguinte ponto de referência: a ORI (Organizações Revolucionárias Integradas), entidade que congregava o exército rebelde, o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário e o Partido Social Popular, só aparece em julho de 1961 e se torna formalmente conhecida em março de 1962; o PURS (Partido Unificado da Revolução Socialista), que a substitui, é constituído em fevereiro de 1963; finalmente, o PCC (Partido Comunista de Cuba), como expressão da revolução, só surge em 1965. Essas indicações assinalam os obstáculos que tiveram de ser enfrentados e vencidos pelo governo revolucionário. Este não contou com as vantagens relativas de uma herança na qual existissem bases politizadas suficientemente treinadas para receber e influenciar as decisões do governo; quadros mais ou menos numerosos nos quais recrutar elementos de escol para a vanguarda revolucionária e a administração de segundo escalão do próprio governo revolucionário; uma vanguarda mais diferençada e também mais numerosa, com maior treinamento teórico e prático para enfrentar, sem tantas improvisações, as tarefas históricas do governo revolucionário. Note-se: este arrolamento não contém nenhum intento crítico negativo; ele é puramente "descritivo" (na unidade expositiva anterior já foi explicitado o quanto a vanguarda revolucionária se revelou capaz de superar tais dificuldades). O governo revolucionário só contou com dois recursos flexíveis: a mobilização direta das massas e a influência pedagógica da vanguarda revolucionária. O que não impedia que a revolução tivesse de desprender-se e de movimentar-se dentro do espaço histórico nascido do entrelaçamento da vanguarda revolucionária com as massas. Isso não fechava o horizonte po-

lítico da revolução. Mas submetia o governo revolucionário a múltiplas pressões desgastantes e convertia o socialismo em um alvo a ser conquistado, "a partir de cima", não em um processo permanente de luta revolucionária democrática (em contradição com a ideologia e a utopia da revolução, construídas antes de 1965). Constata-se, pois, a mesma coisa: o planejamento social não contava com uma base política sólida. Ele teria de gerar, por si mesmo, as pré-condições políticas de sua existência, incorporando-se aos mecanismos institucionais de centralização e condensação do poder político no governo revolucionário. Pelo que se observa, ainda hoje não foi possível alcançar uma separação mais nítida entre as duas entidades (e, por conseguinte, uma interação mais eficiente e criadora entre as duas). Apesar da fundação do PCC, que simplificou esse processo, no nível político a tutela do governo revolucionário sobre o planejamento social continua direta e completa, com perspectivas de mudanças globais substantivas só para a década de 1980. Ficam no ar, assim, as duas perguntas básicas, erguidas pela revolução. Por onde começar o desenvolvimento político da democracia popular? Como engendrar, dentro de Cuba, a passagem da república títere para o controle popular da democracia armada?

O SOF (Sistema Orçamentário de Financiamento), segundo Che Guevara, teria sido escolhido porque, em Cuba, não seria possível partir de modelos de planejamento mais sofisticados, testados em países socialistas mais avançados. Como o SOF foi utilizado durante vários anos e, na prática, de forma predominante (o sistema de cálculo econômico ou de autogestão financeira, que deveria ser aplicado no setor agrícola, de fato constituía uma variação do SOF. Mesmo A. Lataste Hoffer, que não esconde suas reservas com referência ao SOF, salienta com razão essa realidade. Veja-se *Cuba. Hacia una nueva economía politica del socialismo?*, pp. 36-41), conviria explorar um pouco o pensamento de Che Guevara e extrair dele as conclusões pertinentes. Em "O socialismo e o homem" ele esclarece como o socialismo eclode

nos "pólos débeis" do mundo capitalista: "Nestes países não se produzira ainda uma educação completa para o trabalho social e a riqueza está longe de achar-se ao alcance das massas mediante o simples processo da apropriação. O subdesenvolvimento, por um lado, e a habitual fuga dos capitais para os países 'civilizados', por outro, tornam impossível uma mudança rápida e sem sacrifícios. Resta um grande espaço a percorrer na construção da base econômica e a tentação de seguir os caminhos trilhados do interesse material, como alavanca propulsora de um desenvolvimento acelerado, é muito grande" (*op. cit.*, p. 379). É dentro dessa linha que ele explica, em "Sobre o sistema orçamentário de financiamento" (*op. cit.*, pp. 83-109; as citações seguintes referem-se a este texto), que a ausência de "tradições centralizadoras" nas empresas capitalistas cubanas levou os revolucionários a estudarem as técnicas de organização ou de controle exploradas nas grandes corporações ou "consolidadas" (como a Esso, a Texaco e a Shell). O SOF foi construído com base nessa experiência e adotado como o único caminho viável, embora precário, que o governo revolucionário podia seguir na reconstrução da economia cubana. O que interessava, sobretudo, era o grau de centralização que ele permitia; e a facilidade com que essa centralização podia ser obtida e manipulada através de órgãos diretos do governo revolucionário. (Este podia encarar a empresa como "um conglomerado de fábricas ou unidades que têm uma base tecnológica parecida, um destino comum para a sua produção ou, em certo caso, uma localização geográfica limitada". Eis como exemplifica: "todos os centrais açucareiros e outras unidades relacionadas com o açúcar constituem a Empresa Consolidada do Açúcar".) É claro que tais "empresas" não possuíam nem autonomia financeira nem um *status* jurídico próprio (o que seria crucial em um tipo de planejamento centralizado mais sofisticado); e que as relações dessas empresas entre si não eram vistas como relações de compra e venda: elas transferiam bens e serviços de umas a outras e todas as operações implícitas eram

reguladas pelo orçamento nacional; por fim, a moeda reduzia-se a uma ficção contábil: "o reflexo, em preços, da gestão da empresa". O próprio Che resume, da seguinte maneira, os principais traços desse tipo de planejamento: "o sistema orçamentário de financiamento baseia-se em um controle centralizado da atividade da empresa; seu plano e sua gestão econômica são controlados por organismos centrais, de forma direta, não tem fundos próprios nem recebe créditos bancários, e não usa, em forma individual, o estímulo material, quer dizer, os prêmios e castigos monetários individuais, e, no momento oportuno, usará os coletivos, mas o estímulo material direto está limitado pela forma de pagamento da tarifa salarial". À presente discussão interessa ressaltar duas coisas. Primeiro, Che Guevara é enfático em sua exposição: em Cuba não era possível seguir outro caminho. Segundo, na fundamentação do planejamento centralizado ele associa, de modo incisivo, as duas funções simultâneas da revolução socialista, o desenvolvimento e a educação. Por isso, salienta: "o comunismo é uma meta da humanidade que se alcança conscientemente; logo, a educação, a liquidação das taras da sociedade antiga na consciência das gentes, é um fator de suma importância, sem esquecer-se, é claro, que sem avanços paralelos na produção não se pode chegar nunca a tal sociedade". A este respeito, aliás, seria conveniente lembrar uma passagem de "O socialismo e o homem": "Para construir o comunismo, simultaneamente com a base material é preciso construir o homem novo" (*op. cit.*, p. 380).

As idéias expostas atraíram muita atenção, mas em termos de implicações gerais para o movimento socialista mundial. Teria sido melhor, porém, se elas fossem encaixadas no contexto histórico-social de Cuba no primeiro qüinqüênio da década de 1960 e se fossem vistas à luz dos obstáculos à transição para o socialismo. Elas revelam, a olho nu, a integridade política e a honestidade intelectual que prevaleciam, sem máculas, na vanguarda revolucionária. Indo-se ao âmago das coisas, o que se

descobre é que a revolução cubana contava, de fato, apenas com dois elementos básicos fortes – sua vanguarda revolucionária e o entusiasmo das massas. Não é de admirar que, nesse solo histórico, Che Guevara tenha atentado, no fundo, só para os dois (segundo o padrão pelo qual eles interagiam dialeticamente); e que, de uma perspectiva técnica, o planejamento social sofresse uma evidente depleção. A seu favor pode-se adiantar o que foi visto acima: a própria conversão do político em administrativo (ou das forças sociais revolucionárias *in flux* em estruturas e controles sociais) não avançara o suficiente para que se pudesse correr com maior velocidade na direção do socialismo. Tudo isso quer dizer que o plano, no início e por alguns anos, constituía muito mais uma intenção prospectiva que uma possibilidade concreta, que a operação normal do planejamento iria surgir gradualmente. Na verdade, o planejamento como forma social teria de ser criado juntamente com as pré-condições econômicas, socioculturais e político-administrativas ou legais que o tornariam exeqüível e eficaz. Nesse marco zero, o espaço histórico da ação planificadora confundia-se com a própria capacidade de atuação política do governo revolucionário. Portanto, poder-se-ia falar em um planejamento social *in status nascendi,* sem o qual a revolução socialista seria inviável, mas que só era dinamizado em dois pólos – o da vanguarda revolucionária, o pólo decisório e diretor; e o de mobilização das massas, um pólo ativo de sustentação e de impulsionamento. Desse ângulo, tanto a teoria quanto a práxis do planejamento social estiveram presas, na década de 1960, à sua matriz histórica. Rejeitar uma redução "desenvolvimentista" da pré-transição e salientar as funções construtivas da educação socialista (que pode ser antecipada à construção da sociedade socialista nessa fase) vinham a ser as duas faces de uma mesma moeda. Aí estava um recurso virgem para levar a revolução socialista às estruturas econômicas e políticas, através do planejamento social; e uma tentativa de impedir que o caráter socialista da revolução cubana fosse

contaminado pela "herança do subdesenvolvimento" e das baixas potencialidades de um desenvolvimento capitalista prévio neocolonial. Não se tratava, pura e simplesmente, de evitar uma escolha unilateral – desenvolvimento ou revolução. Mas, de levá-los para a frente conjuntamente em interação, apesar das debilidades da sociedade cubana.

O que transcorreu, no período ulterior, confirma essa análise do planejamento social. O primeiro plano anual, de 1962, elaborado em 1961, não teve viabilidade. O primeiro plano quadrienal, de 1962-1964, preparado com tanto cuidado e contando com a margem de previsão de uma política econômica decenal, acabou colhendo apenas êxitos parciais e sendo descartado. Outras tentativas de inovação foram feitas no último quadriênio da década de 1960, com os "mini" planos, mais flexíveis e ajustáveis à solução de problemas setoriais. A julgar pelas críticas dos erros então cometidos, feitas por Fidel Castro no Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, as alterações não resolveram nem as questões decorrentes da centralização excessiva nem as exigências da acumulação socialista no período inicial. "O fato é que não existia um sistema único de direção para toda a economia e, nestas circunstâncias, tomamos a decisão menos correta, que foi inventar um novo procedimento. (...) Interpretando o marxismo idealisticamente e separando-nos da prática consagrada pela experiência dos demais países socialistas, quisemos estabelecer nossos próprios métodos. Em conseqüência, estabeleceu-se uma forma de direção que se afastava tanto do cálculo econômico, que era geralmente aplicado nos países socialistas, quanto do sistema de financiamento orçamentário, que havia sido ensaiado em Cuba, seguida por um novo sistema de registro econômico, que foi precedido pela erradicação das formas mercantis e a supressão dos recebimentos e pagamentos entre as unidades do setor estatal. Para alguns de nós, isso parecia demasiado capitalista, pois não entendíamos bem a necessidade da permanência das formas de relações

mercantis entre as empresas do Estado. De fato, foi suprimido o orçamento estatal, substituído por uma atribuição de recursos monetários para o pagamento dos salários e as relações de crédito e compra-venda com o setor privado." ("El desarrollo economico de Cuba: 1959-1975", p. 96.)

Na verdade, os frutos do desenvolvimento econômico anterior só iriam aparecer na década de 1970. Ao colocar-se, ao que parece de maneira decidida, a tarefa de organização do poder popular, a revolução muda o seu próprio contexto histórico e começa a avançar, verdadeiramente, na instauração do "período de transição". Sob influência soviética e os impulsos dinâmicos de melhor adaptação ao comércio mundial entre as nações socialistas, surgiram condições mais favoráveis para a exploração e o controle do planejamento centralizado, em conjunção com um uso mais rigoroso da autogestão financeira e de projeções de curto e médio prazos, com o apuramento da coleta de dados estatísticos, o emprego de técnicas de computação etc. O primeiro plano qüinqüenal, de 1976-1980, nasceu sob esse novo marco, que mereceu prognósticos favoráveis dos especialistas (veja-se C. Mesa-Lago, *Cuba in the 1970s*, pp. 30 e segs.). Não obstante, o planejamento social ainda luta com as limitações do que a sociedade cubana pode colocar dentro dele, em termos de suas potencialidades concretas ou da relação racional entre meios e fins na preparação da transição para o socialismo. Ele está, visivelmente, sob a compulsão revolucionária de criar mais do que recebe, mas não passa, na prática, de uma espécie de correia de transmissão da cabeça política da democracia armada. No mencionado relatório de Fidel Castro fica evidente que a principal alteração básica vai surgir numa retomada mais ortodoxa do sistema de cálculo econômico (cf. *op. cit.*, p. 98). Apesar da ênfase compensadora que ele põe na motivação moral, é claro que Cuba entrará, sob o primeiro plano qüinqüenal, na fase típica de uma concentração de esforços para acelerar o desenvolvimento econômico. A correção dos efeitos unilaterais irá depender da con-

solidação da organização do poder popular – um florescimento que só produzirá resultados na década de 1980.

O que quer dizer que a conclusão simpática mas reservada de E. Mandel ainda continua válida. "Há, porém, uma contradição entre esta 'linha de massas' e a prática cotidiana do governo revolucionário. A esfera da gestão – e mais concretamente: a gestão da indústria – foi imunizada amplamente contra toda intervenção direta das massas. Não foi, pois, casual que o debate econômico de 1963-1964 surgisse sobretudo com os problemas que coloca esta gestão, e que vários camaradas que intervieram no debate pusessem indiretamente sobre o tapete a questão da relação das empresas e o comportamento das massas. A questão dos estímulos materiais e morais está diretamente vinculada a este problema." ("El gran debate económico", *La economía socialista: debate,* p. 68.) Nesta perspectiva, a democracia armada ainda não chegou a ser transformada por dentro, para deixar de ser a fonte da "revolução desde o poder". Em outras palavras, o planejamento social está longe de ter penetrado ou, então, de haver saturado todas as estruturas econômicas e políticas que ele deveria revolucionar, para que Cuba pudesse encadear, em uma "transição exemplar", a aceleração do desenvolvimento com uma educação democrático-popular. A revolução continua a ser posta acima de tudo, o que caracteriza Cuba, mas busca sua seiva nas massas, não nasce delas, diretamente, e do peso que o controle democrático-popular já deveria estar alcançando sobre os fins, as condições, os custos e o rendimento do planejamento centralizado e em escala nacional.

2 - As transformações da economia

Gostaria de fazer um balanço global da economia cubana, para pôr em relevo o que foi conquistado, depois de 20 anos de experiências socialistas, e o que o futuro próximo parece reservar à consolidação dessas conquistas. Esbarrei, porém, na precariedade da documentação empírica acessível. Como alternativa, farei uma

exposição mais simples, concentrada sobre três aspectos que são cruciais para conhecer as realizações de Cuba na esfera econômica de sua revolução: 1. a socialização da agricultura; 2. a diferenciação da economia; 3. a relação entre trabalho e nível de vida. A outra dimensão, que ficará faltando, poderá ser apanhada através de uma leitura cuidadosa do relatório de Fidel Castro ao Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, mencionado acima. Trata-se de um "documento oficial" e que, além do mais, visava a uma comunicação política com a grande massa. No entanto, ele contém um retrato sincero da evolução da economia cubana, vista por dentro, da perspectiva em que foram tomadas as decisões capitais (e, portanto, de um ótimo ângulo na avaliação de erros e acertos). Para que se entenda a natureza desse documento, é preciso refletir sobre ele à luz da presente situação histórica de Cuba e de sua revolução. Até há pouco tempo prevalecia a concepção de que Cuba já avançava na direção da última etapa, a própria edificação do comunismo dentro do socialismo. Uma concepção arrojada, típica de uma revolução que teve de radicalizar-se sem cessar e que refletia o orgulho que estava por trás do caráter exemplar da revolução. Não obstante, era uma concepção que se chocava com os fatos. O que não impede que, agora, Cuba possa voltar ao ponto de partida, à tentativa de absorver modelos de países socialistas mais avançados e que disponha de maiores recursos materiais e humanos ou de uma posição no mercado socialista, os quais garantem a eficácia de semelhante evolução. O documento não é um *mea culpa:* ele liga o passado recente ao futuro em construção, indicando que Cuba está, finalmente, madura para encetar uma marcha segura e programada na edificação da base econômica de uma sociedade socialista.

A reforma agrária converteu-se na principal bandeira revolucionária dos guerrilheiros. Como já foi visto, estes chegaram a implantá-la, por meio de editais *ad hoc* e pela Lei nº 3, de novembro de 1958. Esta lei outorgava a propriedade da terra a todos os pequenos colonos que ocupavam áreas de até duas *caballerias* e

repartia as terras do Estado, dos servidores da ditadura e dos que as possuíam graças a títulos dolosos. Como escreve Che Guevara, "de fato avançávamos com a reforma agrária como ponta de lança do exército rebelde" ("Projeções sociais do exército rebelde", *in* F. Castro, *La revolución cubana*, p. 433). No poder ela se tornou a "ponta de lança" da própria revolução, surgindo como a medida de maior envergadura tomada pelo governo revolucionário. Promulgada em 17 de maio de 1959, ela passou a revolução do plano político para o plano socioeconômico: a guerra civil desmascarara-se e convertera-se literalmente, de modo aberto e declarado, em guerra de liberação nacional e de classes. Por isso, uma lei de reforma agrária de conteúdo moderado (M. Gutelman observa, com razão, que ela era "um documento político de tipo reformista": cf. *A agricultura socializada em Cuba*, p. 80) iria ter conseqüências econômicas, sociais, políticas e diplomáticas muito amplas e funcionaria como o eixo em torno do qual teria de gravitar, daí em diante, tanto a contra-revolução quanto a defesa ativa da revolução. No fundo, isso se prendia à importância alcançada pelo açúcar; mas, era devido também à estrutura da dominação burguesa e à condição de pólo hegemônico que os Estados Unidos ocupavam dentro dela.

Desse ângulo, a lei suplantou, desde sua promulgação, os limites históricos do combate ao subdesenvolvimento. Ela desponta, em toda a plenitude, como uma lei pela qual Cuba recuperava sua soberania nacional e extinguia a base econômica da existência e fortalecimento de estruturas sociais coloniais, arcaicas ou modernas. Punha-se uma pá de cal sobre o passado e lançavam-se, simultaneamente, os alicerces de uma verdadeira comunidade nacional, suprimindo-se de um golpe privilégios e iniqüidades que impediam a emergência de estruturas nacionais de poder sob o capitalismo. Aí poderia estar o ponto de partida histórico de uma rápida consolidação e expansão da ordem social competitiva, esmagada pelo estatuto neocolonial imperante de fato. Como os Estados Unidos conduziram a reação burguesa por caminhos contra-revolucionários e anticubanos, aí esteve o ponto de partida histórico de uma oscilação em busca de uma ordem social que não seria só nova, mas socialista. Nem os Estados Unidos podiam permitir essa "via nacional" de solucionar os problemas do subdesenvolvimento, nem a burguesia, como um todo, podia aceitar e conviver com um governo revolucionário autônomo e que pretendia exprimir a vontade nacional de modo permanente. A lei de reforma agrária aparece, pois, com a força de um vulcão. Os seus efeitos diretos e imediatos poderiam ser absorvidos pelas classes burguesas e mesmo por seu pólo hegemônico, os Estados Unidos. O que não sucedia com os seus efeitos estruturais e de longa duração. Foram estes que elevaram os antagonismos de classe à superfície, infundindo-lhes crescente e incontrolável virulência, e impuseram a adoção, por parte do governo revolucionário, de medidas adicionais de defesa e aprofundamento da revolução. Nesse sentido, o conflito desencadeado pelas classes possuidoras e pelos Estados Unidos graduou a reforma agrária, insuflando o governo revolucionário a ir cada vez mais longe, como recurso extremo de autodefesa, até que, finalmente, a reforma agrária transbordou da "revolução dentro da ordem".

Esta parte da exposição responde a um objetivo circunscrito: o modo pelo qual se conseguiu, em Cuba, centrar uma revolução socialista em uma base agrícola, ou, melhor, na produção e na comercialização de um produto agrícola, o açúcar. O debate se voltará para dois temas capitais: 1. as principais etapas da socialização da agricultura; 2. o delineamento de uma economia socialista expansiva montada sobre um só produto (como produto principal), o açúcar. É preciso que se veja claramente que em Cuba travou-se um duplo combate. De um lado, pela defesa econômica da revolução. Este levou os revolucionários a verem gradualmente velhos preconceitos contra o açúcar, como "produto colonial" e como fonte indireta de todos os males de Cuba. De outro, pelo caráter socialista da revolução. Este levou

a novas vias de construção do socialismo: em Cuba só se poderia defender o caráter socialista da revolução enfrentando-se corajosamente os dilemas de uma base econômica lastreada na agroindústria e no açúcar. A partir daí seria possível pensar-se num futuro industrial e numa economia diferenciada – tudo praticamente por conquistar e para ser conquistado já sob as contradições de um "período de transição" tão débil.

Em sua fundamentação, a lei de 17 de maio de 1959 deu igual importância ao incentivo do desenvolvimento econômico (mediante a diferenciação e aumento da produção agrícola, a elevação do consumo através de aumento progressivo do nível de vida, o crescimento do mercado interno e a criação de indústrias) e à erradicação da miséria (mediante o combate ao latifúndio, a distribuição de terras, o aumento da oferta de trabalho, a assistência econômica, técnica, educacional, sanitária etc.). Ela previa, de um lado, o estímulo à indústria e à iniciativa privada, e, de outro, o amparo aos pequenos camponeses, aos trabalhadores sem terras e às cooperativas agrícolas. No essencial, pretendia três correções essenciais: 1. eliminar o latifúndio (a lei proscrevia, de imediato, os latifúndios improdutivos; o artigo 2º excetuava da medida: as áreas semeadas de cana, cujos rendimentos estivessem 50% acima da média nacional; as áreas de criação de gado que correspondessem aos critérios de produtividade do INRA; as áreas de cultivo de arroz que rendessem não menos que 50% da média da produção nacional; as áreas dedicadas a um ou a vários cultivos ou à agropecuária, com ou sem atividade industrial, "para cuja exploração eficiente seja necessário manter uma extensão de terra superior à estabelecida como limite máximo no artigo 1º desta lei"); 2. corrigir os minifúndios; 3. extinguir legalmente, em futuro próximo, a alienação de terras cubanas a estrangeiros. Nos *consideranda* eram fornecidos os seguintes dados, que delimitavam o que deveria ser modificado radicalmente: "O Censo Agrícola Nacional de 1946 evidenciou que a imensa

maioria das *fincas** submetidas a trabalhos de cultivos está sendo atendida por pessoas que carecem da propriedade da terra e que a trabalham na condição de parceiros, arrendatários, colonos e posseiros, enquanto os direitos dominiais estão em mãos absenteístas, o que representa em muitos casos uma situação de injustiça social e, na totalidade dos casos, um fator de desalento à eficácia produtiva. (...) No mesmo Censo Agrícola se evidencia também a extrema e inconveniente concentração da propriedade da terra em umas poucas mãos, existindo uma situação a tal respeito que 2.336 *fincas* representavam o domínio sobre uma área de mil *caballerias* de terra, o que quer dizer que 1,5% dos proprietários possuem mais de 46% da área nacional em *fincas*, situação ainda mais grave se se tem em conta que há proprietários que possuem várias *fincas* de grande extensão. (...) Em contraste com a situação descrita no considerando anterior, produz-se o fenômeno de 111 mil *fincas* de menos de duas *caballerias*, que só compreendem uma extensão de 76 mil *caballerias*, o que quer dizer, por sua vez, que 70% das *fincas* só dispõem de menos de 12% da área nacional em *fincas*, existindo, além disso, um grande número de *fincas* – em torno de 62 mil – que têm menos de 3/4 de *caballerias* de extensão".

A lei era radical quanto à mudança de estrutura que pretendia introduzir; mas moderada, porque previa várias exceções, mantinha a propriedade privada da terra e indenizava os proprietários quanto às paralelas expropriadas (ainda que tomando por critério o valor de venda das *fincas* que apareciam nas declarações fiscais dos municípios, até 10 de outubro de 1958, e garantisse o pagamento em bônus da reforma agrária, com o prazo de 20 anos e a 4,5% de juros). O limite estabelecido – 30 *caballerias*, ou 402 hectares – era bastante amplo para reduzir a resistência à lei (veja-se, a respeito, S. Aranda, *La revolución agraria em Cuba*, p. 172). Até esse limite, as terras de domínio privado não seriam

* *Finca:* propriedade agrícola.

expropriadas, salvo se estivessem "afetadas por contratos com colonos, subcolonos, arrendatários, subarrendatários, parceiros ou ocupadas por posseiros, que possuam parcelas não maiores de 5 *caballerias*, casos nos quais também serão objeto de expropriação conforme o estabelecido na presente lei". Proibia, após um ano de vigência da lei, a exploração de colônias de canas por Sociedades Anônimas que não respondessem a certos requisitos: "a) que todas as ações sejam nominativas; b) que os titulares dessas ações sejam cidadãos cubanos; c) que os titulares dessas ações não sejam pessoas que figurem como proprietários, acionistas ou funcionários de empresas dedicadas à fabricação do açúcar". A lei estabelecia no art. 15: "A propriedade rústica só poderá ser adquirida daqui por diante por cidadãos cubanos ou sociedades formadas por cidadãos cubanos". No entanto, as terras de engenhos de cana ou de fazendas de criação expropriadas não pressupunham qualquer discriminação imediata por nacionalidade de origem dos proprietários. Ainda assim, a juízo do INRA, *fincas* não maiores de 30 *caballerias* poderiam ser colocadas à disposição de empresas ou entidades estrangeiras. Quanto ao minifúndio, a lei definia "duas *caballerias* de terra fértil, sem regadio, distantes de centros urbanos e dedicadas a cultivo de rendimento econômico médio" como um "mínimo vital" para uma família de 5 pessoas. Esse limite mínimo era garantido de forma universal e gratuita, como estabelecia o art. 18: "As terras de domínio privado cultivadas por colonos, subcolonos, arrendatários, subarrendatários, parceiros e posseiros serão adjudicadas gratuitamente a seus cultivadores quando sua extensão não exceda o 'mínimo vital'. Quando os referidos agricultores cultivem terras com uma extensão inferior a esse 'mínimo vital', ser-lhes-ão adjudicadas gratuitamente as terras necessárias para completá-lo, sempre que se possa dispor das mesmas e as condições econômicas e sociais da região o permitam". Além disso, nos casos dessas pessoas, se elas possuíssem terras que excedessem ao "mínimo vital" mas em um limite inferior a 5 *caballerias* era-lhes garantida, por venda forçosa, a parte que faltasse entre 2 *caballerias* adjudicadas gratuitamente e as cinco que lhes era permitido possuir. Por fim, dispunha no art. 17 sobre o destino que deveria ter a terra expropriada: "As terras privadas expropriáveis em virtude do disposto nesta lei e as terras do Estado serão outorgadas em áreas de propriedade proindivisas às cooperativas reconhecidas por esta lei, ou se redistribuirão entre os beneficiários, em parcelas não maiores que 2 *caballerias*, cuja propriedade receberão sem prejuízo dos ajustes que o Instituto Nacional de Reforma Agrária realize para determinar o 'mínimo vital' em cada caso".

Como instrumentos da reforma agrária, a lei criava o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), as "cooperativas agrárias" e as "zonas de desenvolvimento agrário" (ao todo, 28). O INRA surgia como um superministério ou um Estado dentro do Estado, "como entidade autônoma e com personalidade jurídica própria". Apoiava-se legalmente no exército rebelde e dispunha de atribuições tão amplas que podia, de fato, gerir toda a economia cubana. As cooperativas agrárias eram criadas, fomentadas e administradas pelo INRA. "As cooperativas agrárias organizadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária nas terras de que disponha, em virtude do preceituado nesta lei, estarão sujeitas à sua direção, reservando-se ao mesmo o direito de designar os seus administradores com o objetivo de assegurar o melhor desenvolvimento na etapa inicial deste tipo de organização econômica e social, até que se lhes conceda por lei autonomia maior." As cooperativas deveriam ser constituídas por camponeses ou trabalhadores agrícolas com vistas a explorar o solo e colher seus frutos pelo concurso pessoal dos seus membros e segundo o regimento interno regulamentado pelo INRA. As zonas de desenvolvimento agrário tinham um fito operacional e administrativo, sendo "constituídas pelas porções contínuas e definidas do território nacional no qual, por decisão do Instituto Nacional de Reforma Agrária, seja aquele dividido com os

fins de facilitar a realização da Reforma" (todas as transcrições foram extraídas do texto da lei, como está reproduzida em F. Castro, *La revolucion cubana*, pp. 437-461).

Este arrolamento das prescrições essenciais da lei de 17 de maio de 1959 patenteia que ela transcendia às tarefas humanitárias, econômicas ou nacionalizadoras que procurava resolver. Sem pôr em causa o princípio da propriedade privada, além de proscrever o latifúndio, de propriedade nacional ou estrangeira, de socorrer o minifúndio, ela de fato transferia do setor privado para o setor público o controle central na economia agrária (vale dizer, da economia cubana). Ela consolidava a aliança da revolução com os camponeses e os trabalhadores agrícolas. Desagregava a base tradicional de dominação da burguesia nacional e estrangeira, com o que reduzia drasticamente seu poder econômico e social. E, o que era deveras importante, atribuía a um órgão do governo revolucionário (o INRA) as tarefas de construir e orientar a política agrária (à qual foi incorporada a concretização e o fomento da reforma agrária). Dava origem a uma forma especial de cooperativa administrada a partir de cima, da qual seria um simplismo dizer que fosse tutelada pelo Estado porque, na verdade, não existia outra maneira de introduzir fluxos reversíveis entre o centro (o governo revolucionário), os canais administrativos intermediários (as zonas de desenvolvimento agrário) e os conselhos de administração das cooperativas. Isso não seria extirpar da reforma agrária o seu caráter democrático? Ora, o conteúdo democrático da reforma agrária estava em cada uma dessas medidas, isoladamente, e em todas elas, em conjunto. O governo revolucionário tornou-se o mediador da posse de Cuba por seu povo, substituindo os 4 mil e poucos proprietários que eram donos de mais da metade do território nacional e de 57% da área de *fincas* (cf. S. Aranda, *op. cit.*, p. 171) pela imensa maioria dos que trabalhavam a terra e viviam de seus produtos. Por ser intrinsecamente democrática, a reforma agrária extinguia o latifúndio, reduzia o despotismo oligárquico à impotência e expunha a hegemonia do centro

imperial a uma crise irremediável. Reversamente, ela punha em seu lugar a grande massa dos trabalhadores livres e semilivres, começando a criar a base material da revolução pela organização econômica do poder popular.

Esse período coloca muitas questões de suma importância teórica ou prática para o estudo sociológico da reforma agrária. O experimento cubano possui peculiaridades que não podem ser ignoradas, pois nessa esfera o "desenvolvimento econômico prévio" criava muitas possibilidades, que raramente aparecem em conexão com o subdesenvolvimento. Os especialistas salientam que a principal preocupação dos revolucionários voltava-se para a eficácia econômica – tanto na correção do minifúndio quanto no aproveitamento das vantagens relativas do latifúndio. O que se visava era a diferenciação da produção agrícola, o aumento da produção de alimentos e o incremento do excedente econômico da agricultura, com vistas à exportação. As medidas de correção do minifúndio beneficiaram mais de 102 mil camponeses, que passaram a ter uma importância direta no setor produtivo privado (em junho de 1961, segundo uma fonte, eles dispunham de 2,725 milhões de ha). Por sua vez, a transformação do latifúndio em cooperativa preservou as bases produtivas, organizatórias e técnicas da grande empresa agrária. Isso permitia enfrentar os problemas relacionados com as sucessivas fases de mudança concentrada e acelerada da agricultura, sem pôr em risco os níveis anteriores de expansão das forças produtivas. Os principais escritos dos líderes da revolução demonstram que eles perceberam muito bem que não era universal a chamada "fome de terra". Na maior parte da população trabalhadora agrícola prevalecia o que se poderia chamar "fome de trabalho" (na forma de estabilidade ocupacional e elevação dos salários). Assim, o lema anterior, adotado na fase guerrilheira, "a terra ao que a trabalha" podia ser substituído por uma palavra de ordem mais avançada – "terra ou trabalho?" (além de S. Aranda e G. Gutelman, veja-se esp. J. e V. Martinez Alier, *Cuba: economía y sociedad*, pp. 109-208). Fidel Castro tomara a dian-

teira e procurava impedir a fragmentação dos latifúndios (para que não ocorresse uma devastação desastrosa dos meios de produção ou, então, para manter intacto um elevado nível de utilização dos fatores produtivos); e os trabalhadores agrícolas corresponderam à expectativa.

Na aplicação da lei de reforma agrária dois aspectos merecem ser recapitulados. A batalha da safra da cana, em 1959, exigiu ritmos diversos nos confiscos (estes se iniciaram logo nos latifúndios de criação ou nas plantações de arroz; nos latifúndios de cana eles foram postergados para 1960 e se efetuaram depois da colheita). A cooperativa aparece como uma dupla frente de luta. Nela se travava, primeiro, uma luta econômica, pela reorganização e diferenciação da produção agrária, centradas no incentivo ao aumento da produtividade, da produção de alimentos e do excedente econômico comercializável. Mas, ela era, em segundo lugar, uma frente de luta política. Ela engajava o trabalhador agrícola na defesa consciente e ativa do governo revolucionário: os "incentivos morais" nasciam, basicamente, dessa mobilização política fundamental e permanente, pela qual a situação de classe dos trabalhadores agrícolas se confundia com o êxito da reforma agrária e com a vitória da revolução. O entusiasmo que prevaleceu pode ser avaliado facilmente. Entre junho e julho de 1960 foram formadas mais de 600 cooperativas de cana. Em agosto de 1961 esse setor da economia apresentava os seguintes números: 115.675 cooperativistas e 44.897 trabalhadores temporários; uma área de 65.400 *caballerias* (das quais 32.162 correspondiam às plantações de cana); 158.500 cabeças de gado; 2.730 tratores e 1.050 caminhões. A atividade realizada também foi enorme, pois a safra de 1961 constituiu um recorde (7 milhões de toneladas métricas de açúcar); e nos 7 primeiros meses de 1961 foram semeadas mais de 4 mil *caballerias* de outros cultivos (cf. S. Aranda, *op. cit.*, pp. 180-181).

Não obstante, a reforma agrária foi superada pela dinâmica histórica da situação revolucionária. As sabotagens dos grandes

criadores de gado e dos grandes produtores de açúcar, as quais foram em um crescendo do início de 1960 em diante, e a decisão do governo estadunidense, recomendada pelo Congresso, de suspender a importação do açúcar, em julho de 1960, forçaram o governo revolucionário a sair das regras estabelecidas, a radicalizar-se e a impor medidas mais duras. A primeira investida, a Lei nº 851, de Nacionalização das Empresas Estrangeiras (6 de julho de 1960), levou ao confisco dos centrais açucareiros com suas terras e das explorações agrícolas de propriedade estrangeira. A segunda investida, a Lei nº 890, de Nacionalização das Empresas Privadas (13 de outubro de 1960), levou ao confisco dos centrais açucareiros com suas terras que ainda se encontravam sob o controle da burguesia cubana. Esse avanço acelerou os ritmos da reforma agrária e, em particular, exigiu uma política econômica mais agressiva, que produzisse a neutralização socioeconômica e política da contra-revolução. A Tabela 2, relativa à situação das terras em maio de 1961 (ver M. Gutelman, *op. cit.*, p. 87), dá uma idéia da precipitação do processo e da firmeza do governo revolucionário:

TABELA 2 - Situação das terras

	Superfície em ha	%
Lei da Reforma Agrária	1.199.184	27,0
Lei da Recuperação dos Bens Mal Adquiridos	163.214	3,7
Doações ao INRA	322.590	7,3
Vendas voluntárias e art. 24	581.757	13,1
Lei da Nacionalização (nº 851)	1.261.587	28,4
Lei da Nacionalização (nº 890)	910.547	20,5
Total	4.438.879	100,0

O crescimento do setor do Estado sobre o setor privado aguçou fortemente a pressão contra-revolucionária (esse autor indica que em fins de 1962 o primeiro abrangia 3,903 milhões de ha, ou 44%, e o segundo 5.173.800 ha, ou 56%; cf. *idem*, p. 88). A posição da burguesia rural ainda era muito forte. Um levanta-

mento feito em agosto de 1961 revelara que ela ainda controlava mais de 22% da superfície nacional. Eis a distribuição das unidades agrícolas exploradas pelo setor privado nessa data (cf. S. Aranda, *op. cit.*, p. 190):

TABELA 3 - Unidades agrícolas do setor privado

Tamanho	*Número*	*Superfície Total* (em *caballerias*)
Até 5 *caballerias*	154.703	174.971
Mais de 5 até 10	6.062	45.270
Mais de 10 até 20	3.105	45.478
Mais de 20 até 30	1.456	27.820
Mais de 30	592	28.126

Em resumo, apesar da lei da reforma agrária, a burguesia rural ainda detinha o controle de uma imensa força econômica e social (ao todo, 11.215 unidades agrícolas, numa extensão de 146.694 *caballerias*). Para esmagar essa força, o governo revolucionário acionou sua terceira investida, que assumiu a forma da Segunda Lei da Reforma Agrária (13 de outubro de 1963), com o objetivo expresso de liquidar um adversário irremissivelmente hostil. A lei adjudicou ao Estado cubano todas as propriedades rurais de área superior a 5 *caballerias* (aproximadamente 67 ha) e, com isso, alterou a relação entre o setor público e o privado (M. Gutelman indica que, ao incorporar mais 1,8 milhão de ha, o setor do Estado ficou com 5.513.700 ha, ou 60,1%, e o setor privado com 3.563.100 ha, ou 39,3%. Cf. *op. cit.*, p. 88). O governo revolucionário tinha diante de si a responsabilidade de reorganizar o espaço agrícola de Cuba, conduzindo a reforma agrária para uma das mais completas experiências de socialização da agricultura na história moderna.

As cooperativas constituíram um artifício para adaptar a parte mais desenvolvida da economia agrária à conversão ao setor público e à coletivização. Porém, não havia como estabelecer um enlace definitivo entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas na agroindústria do açúcar, o nível a partir do qual o INRA pretendia conduzir a correção maciça do subdesenvolvimento da economia cubana e a situação sociocultural da massa dos trabalhadores agrícolas. Desde logo ficou patente que as cooperativas não provariam bem em algumas esferas (como sucedeu, por exemplo, com os latifúndios de criação). Em outras, onde os resultados positivos eram evidentes (como ocorreu com os latifúndios de cana), elas facilitavam a solução de graves problemas da fase de pré-transição (relativos à transferência de grandes volumes de recursos para a agricultura, o aproveitamento da mão-de-obra, a diferenciação e o incremento da produção etc.), menos pela forma social cooperativa, em si mesma, que pela maleabilidade dos trabalhadores agrícolas e sua gana de "lutar pela revolução". A idéia de cooperativa suscitava uma representação revolucionária concreta de que a ruptura com o passado era total e de que os trabalhadores passaram a produzir para si próprios, para o seu bem-estar coletivo. Todavia, havia mais cooperação como processo societário básico que uma alta viabilidade e uma necessidade histórica da cooperativa como forma de associação dos produtores. Os próprios impulsos políticos da revolução transcendiam ao patamar histórico do cooperativismo. Existia, outrossim, uma contradição entre a escala de grandeza do desenvolvimento da economia, projetado pelo governo revolucionário, o ponto de partida existente para uma experiência puramente socialista e as perspectivas de um crescimento espontâneo das cooperativas. Imperativos econômicos, técnicos, administrativos e políticos impunham, além disso, uma forte centralização estatal. O INRA e seus representantes diretos, os delegados provinciais, os quadros administrativos das ZDA (zonas de desenvolvimento agrário) é que tomavam as decisões. As cooperativas e seus conselhos de administração converteram-se em último elo da cadeia e não transmitiam decisões, obedeciam-nas e as punham em prática. As granjas do povo surgiram, nesse quadro, como uma solução mais eficaz e avançada. Elas

correspondiam organicamente à palavra de ordem "terra ou trabalho?", encaixavam-se como uma luva à férrea centralização predominante e, acima de tudo, não comportavam os mesmos riscos potenciais que as cooperativas, em termos de deformação do horizonte cultural do trabalhador agrícola. "A transformação em granjas do povo significou reordenar e reagrupar as fazendas estatais em todo o país, de maneira a constituir grandes unidades de produção. Em agosto de 1961 havia organizadas um total de 298 granjas do povo, que contavam uma área de 1972 mil *caballerias* (2.645.500 ha), 1,245 milhão de reses e 4.160 tratores. O tamanho médio de cada granja era de uns 8.870 hectares, embora dentro dessa média existissem unidades de 15, 20 e 25 mil hectares. Nas granjas trabalhavam, nessa data, 105 mil operários transitórios e permanentes." (S. Aranda, *op. cit.*, p. 185.) A transformação das cooperativas de cana em granjas estatais foi decidida em setembro de 1962 (de 1.384 delegados eleitos pelas cooperativas, 1.381 votaram a favor e 3 contra. Antes, a proposta fora submetida, durante 2 meses, à discussão nas assembléias das cooperativas). Aranda assinala, a respeito, que assim se encerrou uma fase de transição para o socialismo, com a opção por uma forma superior de propriedade, a propriedade de todo o povo (*idem*, p. 186).

Os "agrupamentos" surgiram como órgãos intermediários de direção. Pela agregação de um certo número de cooperativas (mais tarde de granjas) tornava-se possível formar um truste regional ou "empresa agrícola propriamente dita", que saturava o vazio existente entre os centros de decisão e a falta de autonomia administrativa e econômica das cooperativas (ou das granjas). Depois da segunda reforma agrária e a conseqüente rearticulação entre o setor público e o setor privado, as funções construtivas desses organismos aumentaram. Eles contavam certa autonomia contabilística e dinamizaram o funcionamento das entidades locais (cf. esp. M. Gutelman, *op. cit.*, pp. 161 e segs.). Esse autor observa: "Em junho de 1964, as terras confiscadas pela segunda

reforma agrária estavam totalmente incorporadas nas granjas do Estado; as granjas do povo, as granjas açucareiras, as explorações administradas e os respectivos aparelhos tinham desaparecido como tal. Todas estas explorações tinham sido substituídas por granjas do Estado especializadas na produção açucareira ou diversificadas, inserindo-se num único modelo de *agrupación* geral que correspondia às divisões político-administrativas da Ilha. (...) A *agrupación* constituía a unidade agrícola propriamente dita e as granjas do Estado eram os elementos constituintes" (*idem*, p. 166). As tentativas de descentralização, postas em prática em seguida, especialmente de 1966 a 1970, falharam. Todos esses problemas deverão ser resolvidos nas condições que permitiram a adoção do primeiro plano qüinqüenal, a ser desenvolvido entre 1976-1980.

Em suma, entre 1959 e a safra de 1970 a socialização da agricultura percorreu e encerrou todo um circuito. Esse processo tem um significado global e implicações que não podem ser negligenciados. O seu motor foi uma forma peculiar de cooperativa, que logo se converteu em uma modalidade avançada de coletivização da produção agrária. Esta teve, guardadas as proporções, o significado de equivalente funcional, em relação inversa (por causa de seu caráter intrinsecamente socialista), à NEP, na União Soviética. Se tal evolução não fosse possível, o desenvolvimento das forças produtivas e a estabilização do socialismo em Cuba teria sido muito mais difícil (ou, mesmo, improvável). Portanto, por trás de uma intensa, contínua e crescente estatização se achava a força viva da revolução, a "classe revolucionária cubana", os trabalhadores agrícolas. Estes suportaram o peso prolongado dos imensos sacrifícios realizados e apoiaram sem vacilação as decisões que vinham "do poder". Ao aprofundar-se e ao tornar-se econômica, a revolução alinhou essa classe revolucionária em todas as frentes nas quais se travaram as batalhas decisivas. Desse ângulo, não foi a cabeça de anão no corpo de gigante que levou, nesse período, especialmente depois de 1961,

a revolução à vitória. O corpo de gigante absorveu os excessos da estatização (e da burocratização) e devolveu-os à sociedade cubana sob a forma econômica e política de forças revolucionárias, que bateram a contra-revolução e conduziram Cuba ao estágio no qual se encontra, no qual a anomalia da desproporção entre a cabeça e o corpo poderá ser sanada e ultrapassada. O novo estágio – que se abre com a safra de 1970, a discussão dos caminhos da revolução, que ela provocou, e as alterações subseqüentes da política econômica e da planificação – presumivelmente eliminará, no decorrer da próxima década, as distorções e as insuficiências, que não nasceram das formas socialistas da produção agrária. É óbvio que elas decorreram da enorme tensão a que a agricultura e os trabalhadores agrícolas precisaram ser submetidos para que a revolução pudesse erguer a base econômica de que carecia para passar à primeira etapa da construção do socialismo.

O segundo aspecto da socialização da agricultura diz respeito aos efeitos estruturais e dinâmicos da produção agrária socializada sobre a reconstrução e o desenvolvimento da economia como um todo. Ou, como foi mencionado acima (cf. p. 39), no delineamento de uma economia socialista montada sobre um produto principal, o açúcar. O tema é demasiado complexo para ser considerado apenas de relance. Todavia, essa incursão lateral é indispensável para que se possa avaliar corretamente as realizações econômicas da revolução cubana e suas perspectivas. O assunto, aliás, contém implicações teóricas e práticas mais gerais, já que suscita a questão de a revolução agrícola e industrial poder ser um produto e não a condição da edificação do socialismo na periferia do mundo capitalista contemporâneo.

A política econômica do governo revolucionário não se elaborou de um golpe. Entretanto, tampouco ela foi flutuante, no que deveria ser essencial. Certos objetivos centrais tinham de impor-se fatalmente. Não havia como enfrentar e ultrapassar os fatores e os efeitos do subdesenvolvimento de outro modo. O

que, às vezes, parece assumir a forma de flutuação nada tem a ver com o essencial – mas com o estilo ou com ênfases, que variaram, porque os problemas do subdesenvolvimento foram equacionados com recursos diferentes em momentos ou etapas diversos do processo revolucionário. Além disso, os referidos objetivos centrais poderiam ser propostos a partir tanto de uma estratégia econômica capitalista quanto de uma estratégia econômica socialista. Nos dois primeiros anos da revolução – e mesmo pouco depois – era coerente recorrer a uma ou a outra estratégia e às duas conjuntamente, o que pressupunha prioridades da diversificação da produção, do consumo e da industrialização que não deveriam ser mantidas posteriormente.

Quando a opção socialista se define como definitiva e se delineia em função de alvos concretos, os mesmos objetivos poderiam subsistir, porém a escala de prioridades se alterara substancialmente, junto com a escolha de certos meios para atingi-los. O que importa é que a estratégia econômica socialista se associa a conhecidas vantagens operacionais e políticas (vinculadas à capacidade de mobilização de recursos materiais e humanos, de centralização e de coordenação global). Graças ao contexto histórico e político da revolução cubana, essas vantagens relativas (apesar das limitações impostas pelo subdesenvolvimento e pela pobreza de Cuba) alcançaram um ápice (pois o governo revolucionário sempre contou com uma "sociabilidade comunitária" altamente favorável à emulação da classe trabalhadora e da população pobre). É verdade que o açúcar foi negativamente afetado pela síndrome ou complexo colonial. Só a experiência mostraria que os "males de Cuba" não provinham do açúcar, mas do padrão neocolonial de dominação imperialista e de desenvolvimento capitalista. Por fim, a sedução pela industrialização maciça rápida, que gerou tantas concepções e anseios simplistas, constituía uma típica manifestação de uma moléstia infantil, que seria superada em poucos anos. Exagerou-se o fator volitivo e, com ele, a facilidade da decolagem industrial, desne-

cessariamente tida como pré-requisito *sine qua non* da implantação do socialismo e de sua consolidação.

Na verdade, Boorstein demonstra que essa etapa criara tais dificuldades que acabou por engendrar, por si mesma, o seu antídoto. O que se poderia chamar, em termos abstratos, de estruturas elementares da política econômica revolucionária, cristalizam-se com muita rapidez e, mais tarde, permaneceriam presentes em todas as tentativas de acelerar o desenvolvimento econômico, vistas ou não como requisitos da "edificação do socialismo". Essas estruturas são focalizadas com notável clareza e espírito de síntese no recente relatório de Fidel Castro: "Não basta somente a disposição de trabalhar e de realizar o máximo em cada centro de produção. É preciso tomar em conta que matérias-primas e recursos empregamos em cada atividade e quais podemos obter. Há produções econômicas nas quais o crescimento depende mais de nossos esforços que de recursos importados; nelas, do mesmo modo que em todas as que incrementam as exportações ou poupam importações, devemos colocar a maior ênfase" ("El desarrollo económico de Cuba: 1959-1975", p. 77). Se tais estruturas aparecem com maior latitude nos últimos 4 anos da década de 1960, isso se deve ao fato de que, nesta fase, as condições históricas favoreciam uma consciência mais clara dos meios e dos fins da revolução. Por esta razão – e não por qualquer outra – foi possível pensar que havia algo de específico na política econômica revolucionária nesses anos. (O que explica por que o pensamento dos economistas cubanos sobre a estratégia econômica do desenvolvimento socialista em Cuba foi acolhido com tamanho alvoroço. Mesmo D. Barkin, em seu notável ensaio *Agriculture: the turnpike to cuban development*, sucumbiu a essa fascinação.)

O governo revolucionário podia realizar duas tarefas com apreciável eficácia: 1. preservar o nível de expansão das forças produtivas, tanto no minifúndio quanto no latifúndio, escoimando ambas as explorações de deformações ou fatores de incerteza que procediam da natureza do estágio capitalista anterior; 2. gerar formas de articulação, de interdependência e de influência recíproca entre os vários setores da economia, que seriam inconcebíveis fora da planificação centralizada (mesmo sob a exacerbação do elemento político). Portanto, desde que fosse possível manter ou ampliar a posição de Cuba no mercado mundial do açúcar, ele podia concentrar em suas mãos muitas decisões, que faziam sua política econômica transcender quer às possibilidades de um país economicamente subdesenvolvido, quer às exigências da implantação do socialismo. Aqui, o esquema de análise de P. Baran revela sua fecundidade em toda a plenitude, embora seja evidente que a viabilidade da opção socialista multiplicou geometricamente as potencialidades de autonomização de Cuba. Sem qualquer ânimo de concessão superficial e sem omitir que as realizações também envolveram muitos erros e distorções, salta aos olhos o enorme êxito da revolução nas duas direções. Cuba, hoje, possui uma nova economia (não apenas por ser socialista) e, se ainda continua dependente do mercado mundial do açúcar, é óbvio que essa dependência não impede nem a autonomia de sua política econômica revolucionária nem uma crescente racionalização do controle das aplicações alternativas de recursos materiais e humanos escassos. O dilema da escassez dos recursos e de suas implicações apareceu, de modo dramático, como conseqüência do fracasso da safra de 1970 (ver esp. F. Castro, *Autocritica)* e ele deixou patente que, por ser socialista, a nova economia de Cuba atingiu o patamar em que se encontra.

Carlos Rafael Rodriguez salienta que a "raridade" do capital e a "abundância" da mão-de-obra pressupõem um falso dilema (*apud M.* Gutelman, *op. cit.*, p. 289), ao qual Cuba não esteve, de fato, presa. A dilapidação e a esterilização desses fatores, que atingiram uma magnitude tão considerável, prendiam-se ao padrão neocolonial de dominação imperialista e de desenvolvimento capitalista. A revolução não só liberou capital e mão-de-obra

para tantas realizações econômicas antes inconcebíveis; ela também reorganizou toda a economia agrícola e imprimiu-lhe dinamismos que a converteram na base da revolução econômica em curso e da propagação do socialismo a toda a economia.

Aliás, basta que se leia com atenção o relatório de Fidel Castro sobre os resultados da política econômica do governo revolucionário para que se perceba os dois florescimentos concomitantes da economia socialista em Cuba. De um lado, ele enfatiza como essa política econômica se voltou para o que poderíamos chamar revolução agrícola, introduzindo processos constantes e altamente fecundos de modernização, mecanização e especialização em todas as esferas da produção agrícola. De outro, aponta como o impacto dessa transformação da agricultura se encadeia aos ritmos de uma industrialização generalizada que ainda se concentra na agricultura e nos bens de consumo mas que se está irradiando para outras áreas. Em resumo, sob o socialismo em implantação já está nascendo uma nova configuração do espaço econômico, na qual agricultura e indústria ou cidade e campo se entrelaçam segundo um novo padrão histórico.

Para muitos, isso não seria espantoso. Ao contrário, dadas as pequenas dimensões da ilha e o crescimento anterior do açúcar, do tabaco e de outros produtos, o governo revolucionário estaria colhendo frutos que não plantou. Mas seria, mesmo, tão fácil "regular a ilha como um relógio" ou "levar o progresso para toda a ilha"? Por que isso não foi feito antes? Ou, melhor, por que foi feito para tão poucos, aproximadamente só para pouco mais de 10% da população? Além disso, por que a esfera da agroindústria não comandou, antes, um processo de diferenciação da economia e de autonomização do desenvolvimento econômico? Por que não se rompeu, antes, com o parasitismo da cidade sobre o campo e com uma satelização destrutiva, que reduzia o grosso da população rural ao desemprego e à miséria? As respostas a estas e outras questões análogas são óbvias. O excedente econômico gerado pela agricultura (com ou sem agregação de valor

pela elaboração industrial) sob as condições da acumulação socialista dá origem a transformações econômicas que afetam toda a economia e beneficia toda a população. A revolução alterou ou, melhor, subverteu o significado histórico do "comércio do açúcar". Tão nefasto, no passado, agora seus resultados positivos convertem-no em uma força centrípeta, que contribui poderosamente para sustentar a continuidade da revolução e para generalizar, dentro de Cuba, os impulsos socialistas da agricultura para o resto da economia e para toda a sociedade.

A diferenciação da economia (cf. acima, p. 115) continua a contar, não obstante, com uma base material demasiado estreita e oscilante. Nem é necessário lembrar a extensão de Cuba, suas condições geográficas, o tamanho e a estrutura de sua população, o rol de suas riquezas naturais em contraste com o rol de necessidades que estimulam importações estritamente "complementares" ou essencialmente reprodutivas, para ter-se uma equação objetiva dos obstáculos com que se defronta o governo revolucionário para promover a adaptação da economia cubana aos requisitos e às normas ideais do socialismo. Os caminhos já foram traçados e refeitos quatro ou cinco vezes e é quase certo que, no futuro, o mesmo se repetirá, cada vez que o país atingir o topo de uma nova virada. Os recuos, os tateios e os desvios se farão, não obstante, com um largo acúmulo de vantagens e constante ganho de terreno. Ao que parece, não existe o risco de um passo à frente e dois para trás.

Todavia, mesmo ignorando-se os custos diretos e indiretos do cerco imperialista, o grau ainda incompleto de coalescência de Cuba às economias e às tecnologias do chamado bloco socialista e o súbito aumento de encargos de interesse social que pesam terrivelmente no orçamento de um governo socialista, é fácil perceber a contradição entre um excedente econômico de origem agrícola, a autonomização da política econômica e a rápida diferenciação de uma economia socialista. Essa contradição é tanto maior quanto o excedente econômico depende, basicamen-

te, da produção e exportação do açúcar, ambas sujeitas a flutuações incontroláveis, além de certos limites (por exemplo: as secas, que podem arruinar inesperadamente as melhores previsões; as oscilações de cotação do produto no mercado mundial, especulações financeiras, modificações nas relações entre oferta e procura, efeitos conjunturais da prosperidade ou de crises econômicas etc.). As duas tabelas seguintes proporcionam uma visão de conjunto da situação atual, revelando a alta magnitude da dependência da exportação sobre o açúcar (apesar do esforço para a diversificação dos bens exportáveis) e a pressão das importações necessárias ao consumo ou à produção (extraídas de K. Jones, "Trade winds A' Changin", p. 15. Dados originais do Banco Nacional de Cuba. Sobre a década de 1960, veja-se o artigo citado de D. Barkin, que fornece dados sobre os principais aspectos da estrutura da economia cubana; e sobre a presente década, principalmente C. Mesa-Lago, *Cuba in the 1970s,* cap. 2. Os roteiros das aulas já estavam elaborados quando chegou às minhas mãos o estudo "Cuba. Política económica bajo la revolución", *Economía de América Latina,* México, nº 1, setembro de 1978, pp. 135-155, resumo de Marc Rímez, de importância primordial para o conhecimento da evolução da economia cubana nas duas décadas):

Acresce que os investimentos na agricultura são muito volumosos. A modernização, a mecanização, a especialização e o aumento de produtividade exigem investimentos maciços que, por enquanto, crescem em espiral. Além disso, a verticalização da agroindústria também envolve gastos crescentes, embora aí esteja uma das esferas de maior êxito da política econômica encetada com a formação dos "combinats" (veja-se esp. M. Gutelman, *op. cit.,* pp. 176 e segs.). O mesmo ocorre com a recuperação de terras, obras de irrigação, de recuperação florestal, de aberturas de novas áreas à produção agrícola etc., sem contar os investimentos de infra-estrutura relacionados com tão complexa revolução agrícola. Por fim, muitos engenhos são relativamente velhos e precisam

TABELA 4 – Exportações por grupos de produtos (em milhões de pesos FOB, em preços correntes)

	1971		1972		1973*		1974*	
	Valor	%	*Valor*	%	*Valor*	%	*Valor*	%
Total	861,2	100,0	770,9	100,0	1.150,8	100,0	2.223,8	100,0
Produtos da indústria açucareira	658,1	76,4	571,4	74,1	869,2	75,5	1.921,8	86,4
Produtos de mineração	136,0	15,8	114,9	14,9	159,8	13,9	141,7	6,4
Produtos da indústria de tabaco	31,8	3,7	36,9	4,8	51,4	4,5	60,2	2,7
Produtos de pesca	21,7	2,5	26,2	3,4	35,1	3,0	50,1	2,3
Outros produtos	13,6	1,6	21,5	2,8	35,3	3,1	50,0	2,2

* dados preliminares

TABELA 5 – Importações por categorias econômicas de acordo com classificação estandartizada para o comércio industrial (em milhões de pesos CIF, em preços correntes)

	1971		1972		1973*		1974*	
	Valor	%	*Valor*	%	*Valor*	%	*Valor*	%
Total	1.386,6	100,0	1.189,8	100,0	1.405,7	100,0	2.209,6	100,0
Bens de consumo	253,9	18,3	263,2	22,1	259,0	18,4	456,4	20,6
Bens intermediários	799,4	57,7	763,2	64,2	941,0	67,0	1.371,2	62,1
Bens de capital	333,3	24,0	163,4	13,7	205,7	14,6	382,0	17,3

* dados preliminares

ser reequipados. A modernização de todas as atividades relacionadas com a criação de gado ou a cultura da cana-de-açúcar e com as fases industriais, que ambas as explorações pressupõem, ergue novos problemas de organização e de financiamento. No conjunto, pois, grande parte do excedente econômico, gerado pela economia agrícola, é reabsorvida pelo setor agroindustrial. Nem poderia ser diferente! A revolução herdou uma sobrecarga pesada e seu êxito na sustentação e na expansão da revolução agrícola é digno de nota. No entanto, aqui reside o principal obstáculo a uma política global de diferenciação da economia mais rápida e ambiciosa. Com o excedente econômico de que dispõe, Cuba não pode enfrentar, simultaneamente, essa revolução agrícola e a revolução industrial. As conquistas são obtidas a duras penas e ficam aquém quer das ambições do governo revolucionário, quer das esperanças do povo cubano (para não falar dos requisitos materiais da transição para o socialismo).

A safra de 1970 exprime o teto provisório que a interdependência das duas revoluções estabelece inexoravelmente à industrialização. O gigantesco esforço coletivo feito para plantar e colher uma safra de 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar redundou em fracasso parcial. Embora a safra conseguida fosse um recorde, pois os 8,5 milhões de toneladas ficarão como um marco na história de Cuba, o que ela custou em concentração e devastação de recursos, em desorganização transitória da economia e em sacrifício humano demonstra que essa não é uma via recomendável para a superação do subdesenvolvimento com critérios socialistas (um balanço global dos efeitos negativos da safra é fornecido por C. Mesa-Lago, *idem,* pp. 47-52; quanto ao significado político das conseqüências da mesma, leia-se Fidel Castro, *Autocritica).* Era previsível, quando a decisão foi tomada, em 1964, que uma safra de tais proporções submeteria a economia cubana a um súbito deslocamento econômico (veja-se, por exemplo, M. Gutelman, *op. cit.,* pp. 270 e segs.). No entanto, parecia que não seria tão difícil absorver e corrigir as distorções inevitáveis. Ora, na realidade,

a safra de 1970 funcionou como um *experimentum crucis* político, demonstrando o quanto uma base econômica estreita – mesmo sob uma política econômica corajosa e o apoio decidido da maioria da população – constitui um fator de vulnerabilidade na edificação da passagem ao socialismo. Ainda assim, ela está longe de ser uma "mancha negra" no ativo do governo revolucionário. Ao contrário, ela precisa ser encarada, também, da perspectiva da aceleração da revolução (em sua maioria, os analistas e os críticos fizeram finca pé no economismo e no tecnicismo, como se só contasse a aceleração do desenvolvimento econômico). Graças ao fracasso relativo da safra de 1970, o governo revolucionário teve de proceder a uma reavaliação em profundidade das exigências do período de transição em um país com as potencialidades econômicas de Cuba; e o povo cubano teve de defrontar-se, pela experiência cotidiana, com o significado histórico desse período, que exige sacrifício concentrado não apenas em um lapso curto de tempo, mas de forma prolongada. O futuro não está ao alcance das mãos! Um povo não pode livrar-se, em pouco mais de um decênio, do fardo de uma herança pesada, deixada por 5 séculos de colonialismo e de neocolonialismo! Esta descoberta, somada aos resultados da revisão crítica e de uma exploração mais sólida da cooperação entre os países socialistas, desenha o fim de uma primeira etapa, que se poderia qualificar de "período de pré-transição". Em seu relatório de 1975 Fidel Castro afirmou: "Contudo, a revolução cubana não soube, desde o primeiro momento, aproveitar no terreno da construção do socialismo a rica experiência de outros povos que muito antes que nós empreenderam esse caminho" ("El desarrollo económico de Cuba", 1959-1975, p. 95). O busílis da questão consiste em saber: poderia ter feito isso? A sociedade cubana não precisaria poder chegar à safra de 1970 e conhecer duramente suas limitações concretas, que são históricas e, portanto, superáveis, para entrar verdadeiramente no "período de transição", como ele se configura a partir de Cuba e para os cubanos?

Nas condições econômicas apontadas, a captação de recursos internos para financiar a diferenciação da economia, principalmente no que se referia à reorganização do comércio e das indústrias leves e ao fomento da indústria básica, envolvia decisões que pressupunham contradições insuperáveis. O primeiro esforço, de aproveitamento da capacidade produtiva instalada, como se pode inferir das descrições de E. Boorstein, esgotou-se rapidamente. O que vai marcar os primeiros anos são certos traços por assim dizer de racionalização econômica. A tendência dominante consistia em eliminar, onde isso se revelasse viável, a pulverização e a anarquia da atividade econômica. Tanto no comércio quanto em vários ramos da indústria procurou-se racionalizar a produção, objetivando economia de escala. Onde centenas ou milhares de pequenos estabelecimentos operavam, em bases artesanais, de pequena escala, com a fragmentação inelutável da produção e o congestionamento da intermediação, procedeu-se a uma concentração que visava à racionalização da produção ou do comércio, à diminuição dos custos, ao aumento da produtividade, à eliminação do intermediário, à baixa dos preços, à substituição de importações, à diferenciação das pautas da exportação etc.

Quanto às prioridades relevantes, interrompeu-se muito depressa a euforia industrializante, a favor de uma industrialização seletiva "possível". Sergio de Santis descreve essa passagem, praticamente imposta pelos fatos econômicos. Em 1962, em um orçamento de 1,854 bilhão de pesos, destinavam-se ao investimento estatal 703 milhões de pesos, dos quais 208 milhões deveriam ser aplicados no desenvolvimento industrial e 112 milhões na agricultura. As metas eram ambiciosas. Pretendia-se incentivar o desenvolvimento simultâneo dos setores siderúrgico, mecânico e químico. Previa-se um incremento anual da produção industrial da ordem de 19,5% (com 26% para certos setores). Regino Boti, ministro da Economia e secretário da Juceplan, traduzia aquela euforia, em 1961, quando afirmava: "Em 1965 Cuba será, em relação à sua população, o país mais industrializado da América Latina, e que estará na frente na produção por habitantes de energia elétrica, aço, cimento e refino de petróleo". As dificuldades econômicas conjunturais e estruturais – estas decorrentes da reconversão de uma economia capitalista para o socialismo – impuseram uma drástica revisão dessa política econômica. O verão e o outono de 1963 marcam o retorno à prioridade da agricultura com referência à indústria. Fidel Castro proclamou, então, que naquela década e, provavelmente, na década seguinte, a agricultura deveria ser a base do desenvolvimento econômico de Cuba. Já em 1963, em um orçamento de 2,094 bilhões de pesos, destinavam-se à agricultura 261 milhões e à indústria 241 milhões. Em 1964, em um orçamento de 2,399 bilhões de pesos, eram reservados 343 milhões à agricultura e 194 milhões à indústria (ver Sergio de Santis, "Debate sobre la gestión socialista en Cuba", em E. Che Guevara e outros, *La economía socialista: debate*, pp. 16-17 e 19-21). A distribuição setorial do investimento estatal, entre 1961 e 1964, exibia duas tendências concomitantes: 1. o investimento diretamente produtivo cresceu de 51,5% para 79% (na agricultura ele passou de 16,8% para 33,3%; e, na indústria, de 15,7% para 27,4%, depois de ter atingido 30,4% em 1963); 2. o investimento em serviços sociais decresceu de 48,5% para 21% (ver D. Barkin, artigo citado, tabela 1).

No entanto, o crescimento demográfico, a elevação do nível médio de vida (considerável, pelo número de pessoas que passaram da economia de subsistência ou de uma participação marginal no mercado para a condição de consumidor), a modernização da agroindústria e do padrão de vida rural, a pressão seletiva sobre as importações e a substituição de importações, o incremento da atividade exportadora etc. impunham uma política de industrialização, tanto na esfera da produção de alimentos e de bens de consumo quanto na da indústria básica. Tornou-se imperioso manter a industrialização em ritmos que forçavam as possibilidades orgânicas do país (o quadro anexo – Tabela 6 – sobre o crescimento dos produtos social e material, por setores econômicos,

permite observar as principais variações ocorridas entre 1962 e 1975, com maior detalhe nos últimos 6 anos, que nos interessam mais). No referido relatório de Fidel Castro está indicado que, entre 1961 e 1965, o PNB cresceu 1,9%; entre 1966 e 1970, 3,9%; e de 1971 a 1975, mais de 10%. Ele salienta, porém, duas coisas que devemos levar em conta conjuntamente: os ritmos de desenvolvimento econômico mencionados acarretavam uma sobrecarga na importação de matérias-primas, equipamentos e maquinaria, superior à capacidade existente, frisando que, no próximo qüinqüênio, essa distorção precisará ser corrigida. E quanto ao desenvolvimento industrial: a indústria básica se expandiu, de 1959 a 1975, 2,9 vezes, com uma taxa de crescimento anual de 6,4% (nos últimos 5 anos, de 11%); a indústria leve manteve-se oscilante, entre 1965 e 1970, mas passou a crescer a uma taxa de 12% de 1971 a 1975; a indústria de alimentos cresceu a um ritmo de 4% ao ano de 1966 a 1970, e de 6% de 1971 a 1975 ("El desarrollo económico de Cuba", pp. 80-81).

As perspectivas para o fim desta década, nos quadros do ingresso de Cuba no Conselho de Ajuda Mútua (CAME), em julho de 1972, e dos acordos de cooperação econômica com a União Soviética, em dezembro de 1972, evidenciam, de novo, uma certa prioridade para o desenvolvimento industrial. O 1º Plano Qüinqüenal prevê, com apoio no crescimento contínuo da economia agrícola, um aumento de 6% ao ano da produção social, entre 1976 e 1980. Pretende-se incrementar a produção do açúcar, de 35 a 40% sobre os níveis atuais, para fazer com que ela fique, anualmente, entre 8 e 8,7 milhões de toneladas. A receita monetária resultante deverá alimentar um aumento da importação de equipamentos e de bens intermediários imprescindíveis à expansão industrial. Em um total de 3.877,7 milhões de pesos destinados a investimentos (dos quais 2.600,5 milhões de pesos provirão de créditos externos, e 60% deles já estão contratados), a indústria básica deverá absorver 48% dos novos investimentos; o setor de bens de consumo, 21%; e o de construções, 14% (cf. "Cuba – una nueva etapa", pp. 38-42).

TABELA 6 – Cuba: produto social e produto material por setores econômicos, 1962-1975*

(milhões de pesos, constantes, de 1965)

	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Agropecuária (incluindo pesca)	940,6	904,2	938,5	1.074,0	1.041,9	1.119,9[a]	1.352,4[a]	1.289,2[a]	1.229,6	1.152,6	1.215,6	1.271,5	1.527,0	1.420,8
Agropecuária (excluindo pesca)							1.190,4	1.132,2	1.182,4	1.091,6	1.151,5	1.206,6	1.298,4	1.359,1
Agricultura canavieira							474,1	497,0	559,2	471,0	457,5	482,1	480,2	
Agricultura não-canavieira							325,1	280,0	260,4	267,7	302,3	315,3	364,4	
Pecuária							351,1	328,8	345,0	327,8	362,9	373,9	376,0	
Silvicultura							40,1	26,4	17,8	23,1	28,8	35,9	37,8	
Pesca									47,2	61,0	64,1	64,9	68,6	61,7
Indústria	2.746,2	2.700,7	2.813,1	2.913,0	2.858,5	3.185,1[a]	3.129,9[a]	3.178,0[a]	4.000,3	4.177,0	4.458,3	4.988,3	5.395,6	6.043,1
Mineração									69,9	69,9	74,1	76,5	76,6	83,5
Mineração (excluindo níquel)									16,6	16,8	20,8	23,3	28,0	
Níquel									53,3	53,1	53,3	51,2	48,6	
Manufatura									3.808,2	3.981,6	4.250,4	4.766,4	5.168,6	5.795,5
Alimentos (excluindo açúcar e seus derivados)									1.030,6	1.076,3	1.159,0	1.223,5	1.299,7	1.377,6
Açúcar e seus derivados									704,4	649,6	515,9	576,4	618,0	
Bebidas e tabaco									395,9	328,1	379,6	413,7	476,1	533,2
Têxtil e couro									460,1	379,6	422,8	466,8	520,6	588,1
Química									423,0	514,3	541,1	590,5	624,3	699,1
Refino de petróleo e derivados									318,3	328,9	359,9	410,0	397,0	428,8
Materiais de construção									102,0	150,7	216,7	271,8	292,5	348,1
Metalurgia e mecânica									222,1	269,8	312,7	421,2	523,6	628,3
Outras indústrias									251,8	284,3	342,7	392,5	416,9	
Preparo e produção de madeira									59,6	67,3	94,4	108,0	108,9	
Gráficas e conexas									57,1	58,3	70,2	76,0	61,9	70,0
Outras indústrias	369,9								135,1	158,7	178,1	208,5	246,1	
Energia elétrica	129,9								122,2	125,5	135,8	145,4	150,4	165,9
Construção		348,3	421,7	521,8	517,5	597,5[a]	525,8[a]	448,0[a]	436,3	573,8	803,7	1.026,7	1.173,2	1.396,1
Produto material	4.056,7	3.953,2	4.193,3	4.508,8	4.417,9	4.902,5[a]	5.008,1[a]	4.915,2[a]	5.666,2	5.903,4	6.477,6	7.286,5	7.895,8	8.860,0
Transporte	289,9	297,7	339,5	348,1	372,5	384,5[a]	610,9[a]	604,6[a]	788,5[a]	792,6[a]	822,3[a]	840,4[a]	864,3	1.054,5
Comunicações	45,2	48,2	48,8	51,5	55,7	56,6[a]	60,3[a]	60,6[a]	66,9	67,9	71,5	73,4	73,5	86,0
Comércio	1.690,6	1.714,1	1.782,9	1.862,5	1.863,2	1.876,0[a]	1.651,6[a]	1.655,7[a]	1.834,4[a]	2.202,6[a]	3.046,5[a]	3.721,5[a]	4.318,1[a]	
Produto social global	6.082,4	6.013,2	6.364,5	6.770,9	6.709,3	7.219,6[a]	7.330,9[a]	7.236,1[a]	8.356,0[b]	8.966,5[b]	10.417,9[b]	11.921,8[b]	13.151,7[b]	

* Extraído de "Cuba. Política económica bajo la revolución", Quadro 2, p. 148.

Fontes: 1962 — Boletim Estatístico (1970) do Conselho Central de Estatística, da Comissão Central de Planejamento; 1963 a 1969 — Boletim Estatístico de Cuba (1970); 1970 a 1974 — Boletim Estatístico de Cuba (1974) e "Desarrollo y perspectivas de la economía cubana", ed. do Banco Nacional de Cuba; 1975 — estimativas sobre dados de "La economía cubana, 1975", ed. do Comitê Estatal de Estatística. Nota: a ausência de cifras indica desconhecimento de dados.

a Em valores correntes; b Apesar de terem sido publicadas, oficialmente, como Produto Social Global a preços correntes nos anuários estatísticos, na publicação "Desarrollo y perspectivas de la economía cubana", do Banco Nacional de Cuba, p. 23, declara-se que a produção bruta de Comércio e Transporte foi avaliada a preços e tarifas correntes, enquanto "os demais setores se apresentam em preços constantes de 1965".

TABELA 7 – CUBA: Exportações e importações por principais países 1959/1969 e 1970 a 1975*

	1959/1969		1970		1971		1972		1973		1974		1975	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
						A. Milhões de pesos								
Total	**633**	**878**	**1.049**	**1.311**	**861**	**1.388**	**771**	**1.189**	**1.152**	**1.467**	**2.236**	**2.226**	**2.952**	**3.113**
União Soviética	233	409	529	691	304	731	224	714	477	811	811	1.025	1.662	1.250
Outros países da Europa Oriental	86	102	149	136	160	143	126	117	171	124	316	172	231	251
Espanha	28	27	41	37	36	33	40	16	52	40	176	62	226	152
Outros países da Europa	58	113	66	272	64	260	75	148	102	228	241	443	233	693
Japão	28	10	108	33	99	60	138	45	171	87	384	175	222	361
Outros países da Ásia	87	94	130	97	138	101	109	87	118	105	199	165	156	129
Canadá	6	17	9	28	11	27	11	18	16	34	83	94	64	98
Estados Unidos	72	73	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Argentina	—	1	—	—	—	—	—	—	—	7	—	56	—	105
Chile	2	1	—	4	20	12	28	11	19	15	—	2	—	—
Outros países	33	31	17	13	29	21	20	33	26	16	26	32	158	74
						B. Porcentagens sobre o total								
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
União Soviética	36,8	46,6	50,4	52,7	35,3	52,7	29,1	60,1	41,4	55,3	36,3	46,1	56,3	40,2
Outros países da Europa Oriental	13,6	11,6	14,2	10,4	18,6	10,3	16,4	9,8	14,8	8,5	14,2	7,7	7,8	8,1
Espanha	4,4	3,1	3,9	2,8	4,2	2,4	5,2	1,3	4,5	2,7	7,8	2,8	7,7	4,9
Outros países da Europa	9,2	12,9	6,3	20,8	7,4	18,7	9,7	12,5	8,9	15,5	10,8	19,9	7,9	22,3
Japão	4,4	1,2	10,3	2,5	11,5	4,3	17,9	3,8	14,8	5,9	17,2	7,9	7,5	11,6
Outros países da Ásia	13,7	10,7	12,4	7,4	16,0	7,3	14,1	7,3	10,2	7,2	8,9	7,4	5,3	4,1
Canadá	1,0	1,9	0,9	2,1	1,3	1,9	1,4	1,5	1,4	2,3	3,7	4,2	2,2	3,1
Estados Unidos	11,4	8,3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Argentina	—	0,1	—	—	—	—	—	—	—	0,5	—	2,5	—	3,4
Chile	0,3	0,1	—	0,3	2,3	0,9	3,6	0,9	1,7	1,0	—	0,1	—	—
Outros países	5,2	3,5	1,6	1,0	3,4	1,5	2,6	2,8	2,3	1,1	1,2	1,4	5,3	2,3

* Extraído de "Cuba. Política económica bajo la revolución", Quadro 10, p. 152.
Fonte: JUCEPLAN, Anuário Estatístico de Cuba, 1974 e 1975.

Por aí se vê que a diferenciação da economia entrou em uma etapa na qual se revelam dois tipos de influências dinâmicas concomitantes e interdependentes: as que resultam de fatores endógenos; e as que refletem o grau alcançado atualmente pela integração de Cuba ao mercado socialista (sobre as exportações e as importações de Cuba, veja-se Tabela 6). Este segundo fator é deveras importante, pois ele fortalece e corrige, a um tempo, as tendências marcantes que resultam da predominância da agricultura e da exportação de uns poucos produtos na conformação da produção sob o socialismo. A integração mais completa salienta a maior elasticidade tanto da economia cubana quanto de seu potencial para adaptar-se a um crescimento econômico programado de médio ou largo prazos. De outro lado, a incorporação ao CAME forçou mudanças que redundam em melhor articulação dos planos agrícolas e agroindustriais de Cuba às economias planificadas dos demais países socialistas. Os acordos com a União Soviética, por sua vez, põem ao alcance de Cuba meios indispensáveis para a aceleração do desenvolvimento econômico, em particular no que diz respeito à modernização do parque industrial e do sistema de transportes e ao aperfeiçoamento técnico-científico da planificação centralizada (cf. "Cuba – una nueva etapa", *loc. cit.*). Os acordos com a União Soviética, de significado especial no presente contexto mundial, abrangem os seguintes arranjos recíprocos: 1. preços maiores para o açúcar e o níquel, os dois principais produtos de Cuba entre 1973 e 1975 (o preço do açúcar foi aumentado de 6,11 *cents* para 11 *cents* a libra)*; 2. uma assistência técnica para

* H.L. Mathews informa que "em junho de 1974, por exemplo, Cuba estava vendendo seu açúcar pelo preço fenomenal de 26 cents a libra". Mais de 2 milhões de toneladas foram vendidas ao preço corrente de mercado. A União Soviética pagou a 20 cents a libra, "como parte de um contrato de longa duração" (*Revolution in Cuba*, p. 313). Pelo discurso de Fidel Castro fica-se sabendo que o açúcar subiu ainda mais, então, para cair, no início de 1975, abaixo de 14 cents a libra (*loc. cit.*, p. 91).

vários fins, estimada globalmente em 300 milhões de rublos (com vistas à mecanização da colheita do açúcar; à reparação, modernização e expansão da exploração do níquel; à elevação da produção de eletricidade, do refino de petróleo e da produção têxtil; à ampliação e modernização das instalações metalúrgicas; à cooperação nos serviços de planificação e de computação); 3. dilação, por mais treze anos, no pagamento do debito de Cuba à União Soviética (esse débito foi acumulado entre 1960 e 1972; segundo o novo arranjo deverá ser pago entre 1986 e 2011); 4. concessão do crédito necessário para compensar o déficit no balanço de pagamento de Cuba nas relações comerciais com a União Soviética entre 1973 e 1975 (ao que se presume, da ordem de 1 bilhão de rublos, a ser pago nas condições do item anterior); 5. um acordo comercial de três anos, em condições não divulgadas (cf. C. Mesa-Largo, *op. cit.*, pp. 20-21).

Esse entrosamento maior em programas de larga duração nas relações com os países do Comecon e com a União Soviética contém implicações óbvias. Ele exige um mínimo de uniformização da economia cubana com referência aos dinamismos econômicos do mercado socialista. O que pressupõe maior rigor na planificação centralizada e na previsão econômica. Para alcançar esse objetivo foi instituído o CE (ou Controle Econômico), iniciado através de um conjunto de medidas administrativas e de organização, segundo um programa bianual (1973-1975) que visava estabelecer as premissas da aplicação do 1º Plano Qüinqüenal (cf. "Cuba – una nueva etapa", *loc. cit.*). Fidel Castro refere-se ao CE como Sistema de Direção da Economia e deixa claro que sua função consiste em transferir para Cuba "a prática que existe em todos os países socialistas". A reviravolta, quanto aos ideais que orientaram o emprego do SOF e mesmo de SDE, é completa, como atesta a seguinte explanação: "O sistema que se propõe tem muito em conta a presença das leis econômicas que têm vigência no período de construção do socialismo, e que existem independentemente de nossa vontade e dos nossos de-

TABELA 8 – CUBA: população e força de trabalho por idade (mais de 12 anos) e por sexo, segundo os censos de 1953 e 1970* (em milhares)

	Ambos os sexos			Homens			Mulheres		
	População	Força de trabalho	%	População	Força de trabalho	%	População	Força de trabalho	%
1953									
Total	*3.708*	*2.026*	*55*	*1.903*	*1.680*	*88*	*1.805*	*346*	*19*
15 a 19 anos	557	257	46	269	207	77	288	50	17
20 a 29 anos	974	560	57	487	452	93	487	108	22
30 a 39 anos	788	457	58	394	374	95	394	83	21
40 a 49 anos	639	384	60	342	324	95	297	60	20
50 a 59 anos	350	206	59	197	180	91	153	26	17
60 anos e mais	400	162	40	214	143	67	186	19	10
1970									
Total	*5.404*	*2.626*	*49*	*2.773*	*2.146*	*77*	*2.631*	*480*	*18*
15 a 19 anos	768	261	34	390	199	51	378	62	16
20 a 29 anos	1.375	787	57	698	620	89	677	167	25
30 a 39 anos	1.027	602	59	522	488	93	505	114	23
40 a 49 anos	802	456	57	407	377	93	395	79	20
50 a 59 anos	661	338	51	341	293	86	320	45	14
60 anos e mais	771	182	24	415	169	41	356	13	4

* Extraído de "Cuba. Política econômica bajo la revolución", Quadro 11, p. 53.
Fonte: Universidade de Havana, *Características demográficas de la población cubana.*

sejos. Entre estas leis está a lei do valor, a necessidade de que entre todas as empresas, incluindo as estatais, haja relações de cobranças e pagamentos, e que nestas relações e em geral nas diversas relações que se produzem na economia, funcionem o dinheiro, os preços, as finanças, os orçamentos, os impostos, os créditos, os lucros e demais categorias mercantis, como instrumentos indispensáveis para poder medir o uso que fazemos de nossos recursos produtivos e determinar até o último detalhe, até o último centavo, quanto gastamos em cada coisa que produzimos; para poder decidir que inversão nos resulta mais conveniente; para poder conhecer quais empresas, quais unidades, quais coletivos trabalham melhor e quais trabalham pior, e poder tomar as medidas correspondentes" (*Idem*, p. 98).

É pouco provável que tal processo desencadeie uma miniaturização da economia cubana (e, por conseguinte, do caráter socialista da revolução cubana) segundo padrões da União Soviética. Dadas as condições descritas, pelas quais os dinamismos da base econômica agrícola e mineradora regularão o intercâmbio comercial, o elemento político terá de compensar, ainda por algum tempo, o elemento econômico, tanto na configuração do planejamento social centralizado quanto na aceleração do desenvolvimento econômico. Isso significa que muitas debilidades da diferenciação da economia tenderão a reproduzir-se, nesse ínterim e, complementarmente, que o impacto construtivo da União Soviética se fará mais no uso de controles econômicos e na eficácia do aparelho administrativo. No mais, ainda não se sabe se os ritmos de uma transição impulsionada pela agricultura são, de fato, mais lentos, se o excesso de estatização persistirá e continuará a manifestar-se quase sem controle democrático pela base. Mas, é presumível que nessas condições objetivas e na predominância do elemento político se encontram fatores que permitem vaticinar que teremos, no máximo, uma cubanização de modelos soviéticos de implantação do "arranque socialista".

A relação entre trabalho e nível de vida interessa, nesta parte da exposição, apenas em termos do que representa uma das alterações mais notáveis produzidas pela revolução cubana. Ela eliminou, quase completamente, o desemprego e o subemprego; e, apesar de todas as dificuldades, procurou garantir um mínimo de segurança e de bem-estar para todos. Mesmo as medidas restritivas, como o racionamento (adotado em 1962) e certas formas de compressão indireta do consumo traduzem, no modo de sua efetivação, a existência e a persistência de uma compulsão igualitária.

No ponto de partida, havia 686 mil desempregados em 1958 (cf. Fidel Castro, *Autocritica*, p. 9). Assim que tomou o poder o governo revolucionário tentou corrigir essa situação, assegurando condições de pleno emprego independentemente dos custos de tal política para a aceleração do desenvolvimento econômico. Na atualidade, enfrenta-se em Cuba um sério déficit de trabalhadores, malgrado o incentivo ao trabalho feminino, a difusão do trabalho com objetivos pedagógicos e as tentativas empreendidas depois de 1970 de racionalização controlada da produtividade do trabalho (a Tabela 8 indica qual é a proporção da força de trabalho na população e respectivas categorias de idade, em 1953 e em 1970). De outro lado, a revolução engendrou uma tradição característica, que mesmo estudiosos simpáticos à Cuba ou ao socialismo escrevem como "paternalista", de favorecimento dos setores mais pobres e carentes da população. Exemplos dessa orientação encontram-se em muitas medidas, desde a preservação da pequena unidade agrícola nas mãos de camponeses, ao salário anual garantido aos trabalhadores da cana, no período de *tiempo muerto* (medida que só foi revista em 1973), a elevação dos salários mínimos e das pensões, as vantagens que foram concedidas aos operários das fábricas de vanguarda, por doença ou aposentadoria (suspensas em 1973), as compensações salariais destinadas ao trabalhador que se reeduca e procura melhorar suas qualificações etc. Por fim, apesar de ver-se obrigado a reduzir seus investimentos na organiza-

ção e expansão dos serviços sociais, depois de 1962, e principalmente depois de 1964, o governo revolucionário tem enfrentado com tenacidade as conseqüências e as pressões de uma política igualitária de distribuição das oportunidades à educação, à assistência médico-hospitalar, de amparo à velhice e às crianças, de acesso à recreação, à vida artística, à prática de esportes, às viagens e ao turismo etc. Para muitos, inclusive para o próprio governo, os limites dessa política são inferiores ao desejável e estão longe do ideal. Todavia, não há exemplo de outra nação pobre, empenhada em uma aceleração revolucionária do desenvolvimento, que entenda o significado, a necessidade e as vantagens de uma política social tão onerosa. Tomando-se os três pontos assinalados globalmente, pode-se dizer que a revolução agrícola e as incipientes tentativas de deslanchar a industrialização contêm concomitantes sociais igualmente revolucionários. Isso nada teria de peculiar, em um país em transição para o socialismo, se Cuba não estivesse na fase mais dura da acumulação socialista. De uma perspectiva mais severa, a política distributivista e de eqüidade social, que vem sendo posta em prática desde 1959, embora nivele os cubanos por baixo, é "um luxo" (e, quem sabe, mesmo um "luxo pequeno-burguês").

Esse aspecto interessa aqui por dois motivos. Os que gostam de falar de capital humano poderiam descobrir em Cuba um exemplo de mobilização total da força de trabalho (e, note-se, por ela própria; não por causa da escassez de capital ou de "alternativas à tecnologia de capital intensivo", pois os esforços nesta direção são igualmente salientes e fortes). Em suma, os proletários agrícolas e os trabalhadores semilivres deixaram de existir como setor excluído e marginalizado. Foram incorporados ou à população economicamente ativa e produtiva ou aos planos de seguro social e de aposentadoria. É certo que muitos erros foram cometidos e que só no começo desta década começou-se a corrigi-los, com medidas diretas de controle da produtividade do trabalho, da devastação do trabalho pelo trabalhador

ou em conseqüência de má administração, do absenteísmo etc. Porém, a revolução converteu, em um período de tempo tão curto, os condenados da terra na principal riqueza humana de Cuba e no fator número um da transformação da economia. Ao lado desse aspecto, deve-se considerar a sobrecarga que uma tal compreensão das funções de legitimação socialista de um governo revolucionário acarreta e como ela se multiplica à medida que a população aumenta e que um padrão mínimo de vida se universaliza. O fato de que tanto a sobrecarga quanto o crescimento do seu volume ou do seu peso estão ao alcance de Cuba está comprovado. O que o governo revolucionário tem buscado, depois da crise da safra de 1970, não é livrar-se de ambos. Mas, como torná-los realidade de modo mais criativo e compensador.

Dever-se-ia pensar que a humanização da condição humana, nesse período de pré-transição, inibe ou enfraquece a capacidade de preparação do "arranque socialista"? Essa é uma questão delicada. Na correlação entre revolução e desenvolvimento econômico não é possível estabelecer qualquer prioridade. Se um dos elementos for neutralizado ou obstruído, por uma compreensão unilateral dos fatos, então a própria possibilidade da edificação do socialismo é descartada ou posta em risco. Ao que parece, tendo em vista as limitações de seu ponto de partida econômico, os cubanos tentaram ir tão longe quanto podiam na combinação da revolução com a aceleração do desenvolvimento econômico. E, o que é mais importante, conseguiram alguns êxitos patentes porque converteram o elemento político em algo instrumental para o elemento econômico. Os que extraíram da "estatização excessiva" ou da "distorção política" do planejamento social centralizado tantas conclusões negativas ou pessimistas negligenciaram essa correlação histórica, que nasceu de condições contra as quais só se poderá lutar cruzando os dois elementos e preservando a preponderância do pólo revolução. Pretende-se de Cuba o que nenhum regime socialista logrou fazer até hoje, nos quadros do socialismo de acumulação: a absor-

ção prematura das seqüelas de uma transição que, em seu caso, só agora começa a emergir claramente como um período histórico orgânico. E ignora-se a questão central, que se levanta, e que consiste em saber-se quando uma revolução, que pretenda ser socialista, deve encetar o socialismo como prática concreta, mesmo que isso pareça ser perigoso para a consolidação da base econômica do "arranque socialista".

3 - Nova sociedade e novo homem

As grandes revoluções criam os seus mitos. E eles, por sua vez, definem sua realidade histórica e seu impacto utópico. A revolução cubana não escapou a essa regra. Nem poderia. Os mitos eram demasiado importantes para ela, como fatores de compensação psicológica e política ou em face das exigências da situação histórica. A pequena Cuba tinha de superar-se a si mesma para vencer o neocolonialismo, o veto estadunidense e as dúvidas que pairavam sobre a própria revolução. Os únicos aliados certos, a massa dos trabalhadores livres e semilivres, careciam, também, da mais forte utopia e de um ímpeto vigoroso de boa fé ou de irredutibilidade na identificação com a utopia. Aí se acham, segundo penso, as raízes psicológicas, culturais e políticas da aura de romantismo, que impregnou até a medula a revolução cubana, e o teor carismático impessoal e não-institucionalizável do seu humanismo incondicional. E, outrossim, a explicação da propensão de seus líderes principais à criação de mitos. Ernesto Che Guevara e Fidel Castro, em particular, surgem como férteis criadores de mitos – "homens de consciência íntegra", que não recuam diante das dificuldades ou obstáculos à sua concretização. Por isso, eles comoveram Cuba, a América Latina e toda a humanidade contemporânea. Em um mundo destituído de grandeza e numa época histórica de negação do pensamento mítico, eles recuperavam a imaginação mítica criadora, enlaçavam-na à liberação nacional de um povo semicolonial e cruzavam-na com o marxismo, revitalizando a

vertente utópica deste último (a qual possui, como se sabe, duas faces: uma negativa, voltada para a condenação e a superação do capitalismo; outra positiva, voltada para a afirmação e a construção do comunismo). Como conseqüência, esperou-se deles o que não poderiam fazer em Cuba e, da revolução cubana, o que ela não poderia ser. Deixou-se de ver o que era essencial, a contraparte terra-a-terra, realista, teimosa, paciente, dessa eclosão do mito e da utopia na história. E não se entendeu o drama político da revolução cubana, que não renegou nenhum dos mitos que se incorporaram à sua imagem, ao seu discurso e à sua realidade histórica. Ao contrário, ela lutou e luta de modo orgulhoso e tenaz para atingir os seus fins e as suas promessas, sem trair-se. "Esta revolução não foi importada de nenhuma parte: é um produto genuíno deste país." (Fidel Castro, discurso pronunciado em 3/10/1965, *Socialismo y comunismo*, p. 28; cf. também p. 216, onde a mesma idéia aparece reformulada e generalizada, como parte de um discurso de 26/7/1968.)

Todavia, se era difícil derrubar a república satélite e erigir a base econômica da revolução, mais difícil ainda vinha a ser levantar, um a um, os vigamentos da nova ordem social. Na verdade, a revolução se ultrapassara várias vezes. Ao atingir o patamar socialista, que era o seu nível histórico possível mais alto, ela conferira ao movimento revolucionário e especialmente à sua vanguarda a dura tarefa de atravessar, de 1959 a 1964, a distância cultural e política que outras revoluções proletárias deste século percorreram antes da conquista do poder. Era preciso fazer, simultaneamente, duas coisas vitais. Primeiro, a revolução devia gerar a sua filosofia política: o núcleo de idéias que iria marcar o seu sentido histórico e, ao mesmo tempo, o seu potencial utópico. Segundo, transferir estas idéias, como aquilo que K. Mannheim designaria como *principia media*, para o terreno da efetivação, da formação de uma sociedade planificada em Cuba. Dada a rápida superposição de "fases" e de "passagens" (que até hoje confunde os analistas dessa revolução), as duas coisas se

interpenetravam. E com freqüência sucedia que o que deveria vir antes aparecia depois, em um clima de urgência histórica e de tensão política que precipitava a cristalização das idéias-chave pela pressão dos fatos, ou, vice-versa, erigia a consciência revolucionária diretamente em matriz de clarificação da atividade prática. A revolução não era, em suma, um "experimento de laboratório" e o mínimo que se pode dizer é que, em um período rico de história, pensamento e ação interagiam de maneira extremamente criadora, suplantando o caos deixado pela guerra civil e pela desintegração do antigo regime mediante a coordenação revolucionária das forças sociais que iriam produzir a nova ordem social.

Essas duas questões constituem o objeto desta parte da exposição. Elas não podem ser debatidas com a amplitude e profundidade desejáveis. No entanto, isso não é o fundamental. O que importa, no caso, é apanhar esse "período de mudança revolucionária" com o máximo de saturação histórica e política, realizando um duplo movimento descritivo. De um lado, considerando a filosofia política revolucionária como a sublimação de ideais e de valores que exprimiam as aspirações coletivas mais profundas do povo cubano. De outro, retendo o significado político da constituição da nova ordem social: por meio desta, a vanguarda revolucionária e o governo revolucionário lançavam ao campo de batalha todo o povo cubano. A base social da revolução não surge, pois, como um simples "requisito" para que ela continue ou se reproduza e cresça. Ela absorve a "revolução desde o poder" e a devolve ao acontecer histórico metamorfoseada, como um processo revolucionário generalizado por toda a sociedade e que, portanto, se transfigura em revolução de baixo para cima. Essa dialética do concreto só pode ser percebida quando se alcança a safra de 1970 e os seus desdobramentos. Fica claro, então, que Cuba é uma sociedade revolucionária, suficientemente madura para dar densidade histórica à filosofia política revolucionária e bastante consolidada para tornar-se socialista.

Nesta parte da exposição, isolei três temas centrais para o debate. Naturalmente, as formulações sobre o homem novo e a sociedade nova têm de comandar a seleção de textos. Em seguida, apenas para mostrar como o pensamento revolucionário refundiu sua temática, serão concatenadas outras citações sobre o lugar do incentivo moral e a importância do trabalho em uma nascente sociedade socialista. É claro que a saliência dessa problematização no pensamento revolucionário cubano tem muito que ver com a pobreza do país e com as expectativas de que, através do socialismo, seria possível combater o subdesenvolvimento. O trabalho coletivo desponta como o alfa e o ômega da revolução: só ele poderia alimentar os fluxos da acumulação socialista a partir da agricultura. Aí está o segredo do porquê aquele pensamento se voltou tão decididamente, mesmo no que ele possuía de mais abstrato e sistematizado, para o ser humano como o começo e o fim de todas as coisas. Não é o "jovem Marx" que retorna transfigurado. É Cuba que forja sua própria versão do socialismo, nos moldes intelectuais das nações proletárias do século 20. O Che Guevara tentou fazer uma reciclagem utópico-ideológica da revolução cubana *expost facto,* à luz do marxismo (cf. esp. "Notas para el estudio de la ideología de la revolución cubana"). Mas, honestamente, limita-se a acentuar: "Nós, revolucionários práticos, iniciando nossa luta, simplesmente cumpríamos leis previstas por Marx, o cientista, e, por esse caminho de rebeldia, ao lutar contra a velha estrutura de poder, ao apoiarmo-nos no povo para destruir essa estrutura, e ao ter como base de nossa luta a felicidade desse povo, estamos simplesmente ajustando-nos às predições do cientista Marx. (...) As leis do marxismo estão presentes nos acontecimentos da revolução cubana, independentemente de seus líderes professarem ou conhecerem cabalmente, do ponto de vista teórico, essas leis" *(Obra revolucionaria,* p. 509; texto de outubro de 1960).

A primeira questão só teria a ganhar se o pensamento revolucionário fosse considerado no seu momento de maior tensão –

o da década de 1960. Como se repetissem a experiência do "socialismo em um só país", os cubanos se voltam para dentro de si próprios, em busca das respostas mais graves e profundas à transformação socialista do mundo. Eis, em um resumo livre muito condensado, a variedade e a natureza dessas respostas. O que vem à tona, em primeiro lugar, é o ser humano e o que ele possui em qualquer parte para fazer uma revolução socialista, a força revolucionária que brota de dentro do ser e que está dentro do indivíduo e da sociedade, multiplicada pela forma social da consciência socialista. O essencial, portanto, é chegar a esta consciência, usá-la como uma espécie de arma para extinguir a alienação e ir diretamente do socialismo ao comunismo. O pensamento revolucionário distingue os vários objetivos mas não os separa em etapas independentes e sucessivas. Eles se misturam e as etapas se entrelaçam como que numa espiral. No desenrolar da revolução, que muda constantemente de formas e conteúdos depois que a consciência socialista se universaliza e hegemoniza, surge o novo homem e a nova sociedade. A interação dos dois engendra uma civilização (isto é, uma tecnologia, uma pedagogia e uma cultura) que conduz o socialismo ao apogeu e o esgota. Abstraído do momento imediato da crise histórica que alimenta a eclosão do socialismo, o elemento econômico é fundamental – porque é o substrato da existência ou da sobrevivência e o eixo da reprodução social – mas aparece sob a realidade que deve ter sob o plano plenamente constituído e desenvolvido (e não sob o mercado, como no capitalismo). Por conseguinte, o elemento econômico não serve de pretexto para imputar ao socialismo uma essência estática ou uma impulsão estabilizadora. O plano reduz e, por fim, extingue o determinismo econômico. Dentro dele e através dele o trabalho surge como o fator sociodinâmico da liberação do indivíduo e da sociedade. O que quer dizer que o plano também abrevia a duração do socialismo como forma social intrinsecamente transitória. Além disso, o socialismo confere, por si mesmo, a qualquer sociedade, desenvolvida ou

subdesenvolvida, a possibilidade de isolar, conhecer e superar suas contradições. Os níveis de atraso ou de avanço relativos podem interferir nos ritmos históricos e nas formas dos planos. Contudo, não alteram as funções que os planos devem desempenhar nem a natureza de seus resultados finais. Em síntese, a revolução socialista está ao alcance de todos os povos, sem distinções, e, no limite, o fator decisivo é a qualidade da consciência revolucionária e do comportamento revolucionário, mesmo que, inicialmente, apenas de um pequeno grupo de homens dispostos a tudo.

A temática do novo homem e da nova sociedade ficou ligada a textos, hoje clássicos, de Che Guevara. Essa temática entrou na moda intelectual. Todavia, pela perspectiva do radicalismo abstrato "de esquerda", que fez dela uma fonte de compensação psicológica da socialização segmentada e do isolamento da *intelligentzia* sob o capitalismo monopolista da era atual. Ora, as duas entidades são criadas antecipadamente na pessoa e no pequeno cosmos social dos revolucionários. Essa é a lição do Che: o que vem primeiro é a proletarização do "agente catalizador", a quem cabe suscitar as "condições subjetivas" da mobilização popular e da vitória. Por isso, insiste "no marco do processo de proletarização do nosso pensamento" e na "revolução que se operava em nossos hábitos, em nossas mentes" ("El socialismo y el hombre", *La economía socialista. Debate,* p. 376), a qual se evidencia tipicamente nas transformações psicodinâmicas e sociodinâmicas da personalidade, do padrão de vida e da existência comunitária dos guerrilheiros em Sierra Maestra. O que vem em seguida, depois da conquista do poder pela vanguarda revolucionária, é a mutação revolucionária do homem e da sociedade. "Para construir o comunismo, juntamente com a base material é preciso engendrar o homem novo." (*Idem,* pp. 379-380; trecho já usado acima.) Aí não está dito que a última etapa, a do comunismo, apareça como por encanto. Porém, que não se chega a ela sem que as fases de transição socialista se esgotem

em dois níveis concomitantes. Um, de desmoronamento e superação do capitalismo e dos seus resíduos; outro, de construção positiva do homem socialista e da sociedade socialista. Citações que serão feitas a seguir (a propósito do segundo tema), esclarecerão o seu pensamento. Ao provocar o desmoronamento e a superação do capitalismo, a revolução não constrói só por isso sua base psicológica e social individual e coletiva. Para o comunista, não existe um ideal estático de consolidação da ordem: a revolução terá de seguir seu curso sem cessar, até tornar-se orgânica, penetrar o comportamento e a consciência de todos os indivíduos, a organização e o funcionamento de todas as instituições, as estruturas, os dinamismos e as transformações de toda a sociedade. Desse ângulo, as "instituições revolucionárias" e a "institucionalização da revolução" generalizam o impulso da criação do homem novo e da nova sociedade. Atendem à "última ambição revolucionária": "ver o homem liberado da alienação" *(idem,* p. 382).

O homem novo e a sociedade nova não constituem produtos finais. São o ponto de partida do verdadeiro desenvolvimento do socialismo e da superação deste pelo comunismo: a garantia de que a revolução permanente persistirá e se fará na direção certa. Os seguintes excertos localizam o entrelaçamento da marcha da revolução e da construção do socialismo revolucionário à luz da experiência cubana. "A teoria que surja dará indefectivelmente preeminência aos dois pilares da construção: a formação do homem novo e o desenvolvimento da técnica. (...) O socialismo é jovem e contém erros. Nós os revolucionários carecemos, muitas vezes, dos conhecimentos e da audácia necessários para enfrentar a tarefa do desenvolvimento do homem novo por métodos distintos dos convencionais; e os métodos convencionais sofrem a influência da sociedade que os criou. (...) O homem do século 21 é o que devemos criar, embora isso ainda seja uma aspiração subjetiva e não sistematizada. (...) O presente é de luta; o futuro é nosso. Construiremos o homem do século 21; nós mesmos. (...) Nós nos

forjaremos na ação cotidiana, criando um homem novo com uma nova técnica." *(idem,* pp. 384-386 e 389-390.) Tudo isso é muito belo e comovente. Não obstante, convém lembrar, como Lenin o demonstrou, que o extremismo revolucionário também desemboca em uma forma de alienação. Poder-se-ia, em Cuba, andar tão depressa e esquecer-se que os fatos mais crus e brutais são os que devem merecer a atenção mais cuidadosa dos revolucionários? Foi preciso recorrer ao SOF (Sistema Orçamentário de Financiamento): era isso, ou não, um recuo diante do pensamento exposto? De outro lado, o que se deveria fazer entrementes: absolutizar a teoria e a técnica improvisadas ou buscar nos fatos a superação gradual de deficiências insanáveis? A resposta de Che Guevara é conhecida. "(...) o que buscamos é uma forma mais eficiente de chegar ao comunismo (...)." O SOF "pode elevar a eficácia da gestão econômica do Estado socialista, aprofundar a consciência das massas e tornar ainda mais coeso o sistema socialista mundial, sobre a base de uma ação integral" ("Sobre el Sistema Presupuestario de Financiamiento", *La economía socialista. Debate,* p. 90). "Mas no plano haverá um reflexo cada vez mais pálido da lei do valor." ("Sobre la concepción de valor", *La economía socialista. Debate,* p. 79.) Dá-se por suposto um avanço que deveria ser realizado e por existentes condições que deveriam ser criadas. O Estado socialista e o plano, como realidades históricas plenamente constituídas, mal se anunciavam no horizonte. Os revolucionários pensavam à luz do futuro e queriam modelar o presente por ele. Cuba os acompanhou porque nada prendia ninguém ao passado e todos se fundiam no *élan* de ultrapassar tudo o que não se concretizara antes, sob o capitalismo, ou que se perdera, pura e simplesmente, como oportunidade histórica.

Por contraditório que pareça, essa filosofia política revolucionária parte de um longínquo ponto de chegada e por isso podia propor-se "a idéia de que o comunismo e o socialismo precisam ser construídos conjuntamente" (Fidel Castro, *Socialismo y comunismo: un processo único,* p. 127). Parece óbvio que quando o mais

extremo subdesenvolvimento é enfrentado mediante uma revolução socialista, há pouco a ganhar percorrendo o passado do "outro". Além disso, a estabilização prolongada de um período que deveria ser tão transitório quanto possível acarreta riscos nefastos para um país que pretende superar as contradições do subdesenvolvimento. "E nós, bastante acostumados com os manuais, não meditamos que é impossível ir construindo o socialismo separado da construção do comunismo, e que, se se tenta isso, podem-se produzir (...) e, mais ainda, existem objetivamente contradições entre os métodos socialistas para alcançar produções mais elevadas e os métodos mediante os quais se tem de educar uma geração nova, todo um povo, para viver no comunismo (*idem*, p. 17; confrontando-se com outra passagem, da página 80, obtém-se a relação entre o socialismo e a superação das três contradições de Cuba, nascidas do subdesenvolvimento).

Che Guevara temia a ênfase no "interesse material" principalmente por causa do subdesenvolvimento (ver citação acima, p. 111). "Corre-se o risco de que as árvores impeçam de ver o bosque. Perseguindo a quimera de realizar o socialismo com a ajuda das armas desgastadas transmitidas pelo capitalismo (a mercadoria como célula econômica, a rentabilidade, o interesse material individual como alavanca etc.) pode chegar-se a um beco sem saída. E chega-se ali depois de percorrer uma larga distância, na qual os caminhos se entrecruzam muitas vezes e onde é difícil perceber o momento no qual se errou de rota. Entretanto, a base econômica adaptada já fizera seu trabalho de sapa sobre o desenvolvimento da consciência (...) Por isso é tão importante escolher corretamente o instrumento de mobilização das massas. Esse instrumento deve ser de ordem moral, fundamentalmente, sem esquecer-se uma correta utilização do estímulo material, sobretudo de natureza social." ("El socialismo y el hombre", *op. cit.*, pp. 379-380.) Como conseqüência dessa postulação, o socialismo pressupõe e exige uma revolução pedagógica. "O comunismo é uma meta da humanidade que se alcança conscientemente; logo, a educação, a liquidação das taras da sociedade antiga na consciência das pessoas, é um fator de suma importância, sem esquecer, é claro, que sem avanços paralelos na produção não se pode chegar nunca a tal sociedade. ("Sobre el sistema presupuestario de financiamiento", *op. cit.*, p. 89; essa citação já foi aproveitada parcialmente acima.) A respeito dessa revolução pedagógica, aliás, seria possível extrair muitos materiais e reflexões do livro de Fidel Castro, recém-citado. Mas, na atualidade, convém citá-lo mais para indicar o quanto a revolução cubana se mantém presa, apesar das contingências e das mudanças institucionais, às idéias-chave originárias. "Junto com isso, e como parte dos princípios em que se baseia este sistema de direção da economia, os estímulos morais têm que ser ampliados, porque na realidade nós temos falado muito de estímulo moral e temos dado poucos estímulos morais. Temos que elevar muito mais o papel dos estímulos morais. Ainda há muito por fazer no terreno dos estímulos morais e do aprofundamento da consciência das massas." ("El desarrollo económico de Cuba", p. 99.) Sem repudiar a aceleração do desenvolvimento, procura-se dar prioridade à aceleração da revolução. "O comunismo, certamente, não se pode estabelecer, como dizíamos, se não se criam as riquezas em abundância. Porém, o caminho, a nosso juízo, não é criar consciência com o dinheiro ou com a riqueza, mas criar riqueza com a consciência, e cada vez mais riquezas coletivas com mais consciência coletiva." ("Fidel Castro, *Socialismo y comunismo*, p. 142.) "O fato de a revolução triunfar num país e proclamar a intenção de edificar a nova sociedade não garante, de *per se*, que isto chegue a ser realidade. Para chegar ao socialismo e ao comunismo é necessário combinar dois fatores essenciais: o desenvolvimento de um homem novo, com uma consciência e uma atitude novas diante da vida, e o avanço da técnica, capaz de multiplicar a produtividade e gestar a abundância de bens. Para alcançar esta meta elevada da sociedade humana é preciso exercer uma política conseqüente com os princípios do marxismo-leninismo (...)." (*Idem*, p. 170.)

O trabalho, por sua vez, passou de objeto da liberação para fator da liberação. Ele está no eixo da política revolucionária e no centro da reconstrução do homem e da sociedade em Cuba. O Che Guevara escrevia: "O trabalho deve adquirir uma condição nova. (...) A mercadoria homem deixa de existir e instala-se um sistema que outorga uma cota pelo cumprimento do dever. (...) Os meios de produção pertencem à sociedade e a máquina é apenas uma trincheira onde se cumpre o dever. O homem começa a liberar seu pensamento do fato fastidioso que supunha suas necessidades animais mediante o trabalho. Começa a ver-se retratado em sua obra e a compreender sua magnitude humana através do objeto criado, do trabalho realizado. (...) Isto já não pressupõe deixar uma parte de seu ser em forma de força de trabalho vendida, que não lhe pertence mais, porém significa uma emanação de si mesmo, uma contribuição à vida comum na qual se reflete; o cumprimento do seu dever social. (...) Fazemos todo o possível para dar ao trabalho esta nova categoria de dever social e uni-lo ao desenvolvimento da técnica, por um lado, e ao trabalho voluntário, por outro, baseados na apreciação marxista de que o homem realmente alcança sua plena condição humana quando produz sem a compulsão da necessidade física de vender-se como mercadoria" ("El socialismo y el hombre", *op. cit.*, pp. 382-383). Em resumo, a revolução do trabalho e pelo trabalho converteu Cuba em uma comunidade. A comunitarização, porém, ainda está em seu início. A impulsão igualitária, apesar de forte, esbarra na própria pobreza. Os dois pontos ganham relevo em outros documentos. Vejamos um exemplo: "De maneira que a revolução irá estabelecendo a igualdade nas rendas, progressivamente, de baixo para cima, na mesma medida em que se desenvolva a produção. (...) Isto é, a revolução aspira, como um dos passos na direção do comunismo, a estabelecer de baixo para cima a igualdade na renda de todos os trabalhadores, independentemente da tarefa que desempenhem" (Fidel Castro, *op. cit.*, p. 134). "Ao povo, a revolução não pôde dar, logo,

tudo o que necessitava. Mas a revolução deu ao povo tudo o que podia; a revolução quis dar ao povo tudo o que tinha. E, acima de tudo, criar no povo a confiança, criar nele a segurança diante do futuro." (*Idem*, p. 41.)

Era fatal que a problemática do "estímulo moral", "estímulo material", "alavanca do desenvolvimento econômico" se reequacionasse e se redefinisse em termos de mobilização e qualificação do trabalho, deslocando-se para a educação e suas funções construtivas. Tanto o preparo dos trabalhadores para o socialismo como a difusão ou a produção de um novo saber científico e tecnológico pressionavam nessa direção. Embora Che Guevara também se tenha dedicado a essas tarefas pioneiras, o paladino de soluções concretas para o novo tipo de institucionalização da educação formal foi Fidel Castro. Os dois se completam, na medida em que o Che desdobrou o painel de uma pedagogia revolucionária, enquanto Fidel lançou-se à obra de transformar Cuba em uma imensa escola dos trabalhadores. Esse é um ponto que exigiria demasiadas transcrições. Adiante, aliás, terei de voltar ao assunto. Por isso, coligi apenas alguns textos que são típicos das soluções que advoga. "(...) se temos urgência de técnicos, sempre será mais urgente formar homens verdadeiros, formar patriotas, formar revolucionários." (*Idem*, p. 71.) "(...) não formemos uma juventude desligada das realidades, desligada do trabalho; que não formemos neoburgueses em meio a uma revolução (...)" (*Ibidem.*) "(...) o desenvolvimento das universidades conduz ao desaparecimento das universidades; isto é, o próprio desenvolvimento máximo da instituição conduzirá ao seu desaparecimento." (*Idem*, p. 73.) "De maneira que, no futuro, praticamente cada fábrica, cada zona agrícola, cada hospital, cada escola será uma universidade, e os graduados dos níveis médios continuarão realizando os estudos superiores." (*Idem*, p. 76.) "(...) não se concebe como é possível tornar realidade a sociedade comunista sem a universalização dos conhecimentos científicos e técnicos." (*Idem*, p. 78.) "(...) a combinação do estudo e

trabalho, a combinação do trabalho intelectual e o trabalho manual, não são simples frases: são idéias que contêm a essência da sociedade do futuro." *(Idem,* p. 87.)

Por fim, o igualitarismo cubano levou a duas compulsões características: o "nivelamento por baixo" e o combate ao "privilégio". Só na China, ao que parece, houve uma pressão idêntica no primeiro sentido, mas não se associou com tanto entusiasmo a defesa da revolução com a denúncia do desvio burocrático. O extremismo da construção conjunta de comunismo e socialismo vinculava-se a essa obsessão, claramente vinculada ao temor do passado. Ao diagnosticar o "mal do burocratismo", Fidel Castro lança um anátema: "a revolução se propõe ser uma revolução de verdade" (ver p. 108 e 110; no apêndice, pp. 168-176, vem transcrito um estudo notável sobre "O perigo da burocracia como uma camada especial", publicado por *Granma* em 1967). "A revolução dos trabalhadores tem que chegar até o final, a revolução dos trabalhadores tem que estar vigilante para que não se desenvolvam problemas, para que não se desenvolvam vícios, para que não se desenvolvam males que dêem lugar no futuro a dolorosas novas batalhas no seio da sociedade." (Fidel Castro, *idem,* p. 117.)

As idéias-chave que surgem neste debate certamente se alterarão no decurso da revolução cubana. Nada é perene sob uma revolução socialista. Todavia, há um impulso puritano e moralista que não veio das correntes socialistas absorvidas em Cuba. Ele é muito mais fruto de experiências históricas, uma resposta tardia ao repúdio de uma corrupção que corroeu a sociedade cubana no passado, e produto do despojamento drástico que teve de ser imposto pelo governo revolucionário para tornar possível a acumulação socialista originária. Esse radicalismo moral encontrava um intérprete brando em Che Guevara mas encontra instantes de ira no pensamento de Fidel Castro. Os dilemas do subdesenvolvimento infundiram muitos toques de originalidade nesse socialismo revolucionário. Para muitos, a década de 1970 poderia ser sua sepultura. Penso que essa avaliação é precipitada e insustentável. Os cubanos já deram várias demonstrações sucessivas de firmeza teórica e prática – e até hoje sua flexibilidade "nunca significou uma perda substancial de sua própria posição. No terreno da prática política chegam a ir muito longe na arte da conciliação. Contudo, o orgulho cubano, tão forte nos revolucionários, não permite concessões arrasadoras. O seu socialismo de cunho hierático apela para símbolos que não são nem "externos" nem puramente "marxistas". Por que, afinal de contas, Martí é designado apóstolo? Por acaso Fidel Castro aceitou ficar aquém de Martí? A revolução já não produziu e não está produzindo os seus apóstolos? A superação terá de vir a partir do próprio desenvolvimento do socialismo em Cuba, qualquer que seja a colaboração e a contribuição da União Soviética ou de outros países socialistas. As duas transcrições seguintes atestam uma moralidade de imperativo categórico e um controle exterior que se materializa e absolutiza em nome do todo. "Nós não podemos estimular e sequer permitir atitudes egoístas nos homens, se não quisermos que os homens sigam o instinto do egoísmo, da individualidade; que sigam a vida do lobo, a vida da besta; o homem inimigo do homem, explorador do homem, preparando armadilhas para o homem. O conceito de socialismo e de comunismo, o conceito de uma sociedade superior, pressupõe um homem desprovido desses sentimentos, um homem que tenha subjugado esses instintos. Acima de todo sentimento de solidariedade e de confraternidade entre os homens, irrenunciável fé no ser humano." "O comunismo é o quanto a sociedade, considerada como um todo, com todos os seus recursos, vela pela educação de cada cidadão, vela pela saúde de cada cidadão, vela pelo bem-estar de cada cidadão, e toda a sociedade – desaparecidas as classes, desaparecidas as desigualdades – trabalha para todos e cada um de seus cidadãos." (Fidel Castro, *idem,* pp. 122 e 130-131.) Essa linguagem não é típica dos socialistas revolucionários fora de Cuba e a exaltação do povo continua a ser uma peculiaridade do castrismo.

O ideal seria dar à segunda questão um tratamento simétrico ao que foi dispensado ao pensamento político revolucionário. Isso implicaria considerar o novo homem e a nova sociedade a partir da sua percepção e da explicação do próprio comportamento em situações concretas da vida cotidiana. Para isso, entretanto, seria necessário um certo avanço dos estudos sociológicos sobre a vida atual em Cuba, que ainda não foi logrado. Dois livros, entre os materiais publicados, poderiam ser de grande utilidade. (*Revolutionary politics and the Cuban working class*, de M. Zeitlin, que contém um ensaio sobre "Os trabalhadores de Cuba, Cuba dos trabalhadores, 1969", o qual proporciona alguns dados sobre as bases perceptivas e cognitivas das orientações de comportamento dos trabalhadores; e *Cuba. Dictadura o democracia?*, de M. Harnecker, o qual abrange vários levantamentos diretos das opiniões dos trabalhadores nos vários ramos da produção e que ocupam lugares em diversos organismos sociais ou políticos, excelentes para o propósito que tenho em mente.) O alcance de tal sondagem, evidentemente, ficaria algo circunscrito. Por isso, julguei que seria mais avisado dividir a questão em dois temas. Um, que permitisse considerar os principais aspectos do esforço educacional da revolução. Pode-se perceber, desta perspectiva, qual é a natureza e o alcance da penetração do processo revolucionário diretamente na formação do novo homem e, indiretamente, na construção da nova sociedade. Outro, uma excursão seletiva pelas contribuições contidas no pequeno ensaio de Zeitlin e no Capítulo 1 da obra organizada por Harnecker ("A indústria: um centro de decisão"). Por aqui se veria pelo menos alguma coisa a respeito do surgimento do homem novo e de como este está levando a revolução para as estruturas da sociedade socialista em edificação.

"A educação para o socialismo" representa uma bela frase. Contudo, ela envolve toda uma revolução educacional, cujo custeio absorveria uma imensa massa de recursos econômicos e humanos e cuja realização exigiria prioridades políticas localizadas

fora da órbita do "socialismo de acumulação". No entanto, Cuba ficou famosa por seu esforço educacional. O que não quer dizer que tenha avançado, da noite para o dia, na direção de um verdadeiro sistema socialista de educação. Mas, essa é uma área na qual o arco da revolução foi distendido ao máximo, pois aí os fatos impuseram seus próprios ritmos e exigências aos governantes. Em poucas palavras, eles produziram suas próprias prioridades. Os problemas intrínsecos ao subdesenvolvimento se agravaram pela imigração maciça de talentos, ocorrida no início; pelo peso de uma herança educacional que trazia as marcas mais profundas do neocolonialismo (sobre 100 graduados, em 1959: 78 correspondiam ao ensino primário; 16,3 ao ensino médio; e 4,7 ao ensino superior. Uma estrutura escolar menos concentrada que a de outros países da América Latina, mas típica da educação como privilégio); e pela obsolescência automática das instituições educacionais, em conseqüência das condições econômicas, sociais e políticas aparecidas com a opção pelo socialismo. O último fator possui uma presença constante em todas as revoluções socialistas. Estas não podem absorver os sistemas escolares herdados, por mais adiantados que eles sejam. Não obstante, uma infra-estrutura escolar bem diferenciada e saturada, quanto aos níveis do ensino e o número ou a qualidade das escolas, e bem distribuída no espaço, atendendo todos os setores da população, pode constituir um começo mais fácil. Não foi o que aconteceu em Cuba. Tendo-se em vista o volume e a variedade de obrigações que era preciso enfrentar, de imediato, na esfera da educação formal, é óbvio que o antigo regime legou ao governo revolucionário um modesto ponto de partida. A revolução teve de impor-se uma obra educacional de tão larga envergadura (embora restringisse seu campo de ataque principalmente aos níveis do ensino primário e do ensino médio), que seu êxito atraiu para Cuba o interesse de todo o mundo e o respeito dos especialistas em educação.

Esse esforço educacional enorme (em termos relativos) teve de crescer sob constante fricção e desgaste. Pondo de lado os

efeitos estruturais da imigração maciça de talentos, que esvaziou, em escala dramática, os recursos humanos preexistentes na educação e gerou uma catastrófica carência de técnicos, profissionais liberais e professores, bem como as conseqüências da guerra civil ou da rápida substituição improvisada dos quadros docentes, a revolução teve de defrontar-se com várias dificuldades, problemas e deficiências crônicas. Acima de tudo, deve-se colocar o problema número um. O nível educacional médio e a rede escolar existente não tinham qualquer relação estrutural ou funcional possível com a mudança súbita que devia ser imprimida aos conteúdos da educação formal e à distribuição das oportunidades educacionais, sob a pressão de números crescentes de candidatos. Nem tudo podia ser resolvido na base da improvisação feliz, como ocorreu com a famosa campanha de alfabetização, que lançou por todos os rincões do país, no início de 1961, aproximadamente 100 mil jovens. Havia necessidades urgentes, como as que se referiam à quantidade de técnicos e de especialistas, de nível médio ou superior, inclusive de professores, que era preciso preparar de uma hora para outra. De outro, estava o dilema educacional inerente à substituição imediata da filosofia educacional básica inerente à política educacional e às práticas escolares. Fala-se muito sobre a escola democrática, o ensino democrático e o sistema de educação democrático, em conexão com o capitalismo. É fantástico o que pode restar disso tudo quando se passa para um regime socialista, no qual todos os seres humanos devam ser educados para o trabalho e para se igualarem pelo trabalho. Além disso, o aparecimento dos planos exige um avanço paralelo na educação, por causa da mentalidade média comum que eles exigem e da pressão que eles fazem sobre a qualidade de um considerável número de especialistas em vários ramos da tecnologia e da ciência. Em certo sentido, todos são quadros dos planos na fase de implantação e de consolidação do socialismo. Por fim, a aquisição da mentalidade socialista não pode ficar restrita às exigências educacionais da

planificação nem ser entregue ao azar. Em todos os níveis do ensino, as escolas adquirem uma verdadeira dimensão educacional, não só de adestramento ou de transmissão de conhecimentos sistematizados, mas de socialização e de formação educativa: o trabalhador que se autonomiza, que precisa autodisciplinar-se para viver em uma sociedade igualitária e aprender categorias mais complexas e abstratas de pensamento (que as relacionadas com a propriedade privada, a competição individual, a negociação coletiva de salários, as greves etc.), constitui um fator de revitalização do conteúdo educacional das escolas. É certo que essa aprendizagem não se faz totalmente nas escolas; porém, a escola, em uma sociedade em transição para o socialismo, tem de deixar de ser uma instituição especializada, segregada do meio social e artificialmente perdida dentro de si mesma. O próprio exemplo de Cuba sustenta esse fato elementar. Não obstante, a revolução precisou de 5 a 8 ou 10 anos para chegar a todos esses problemas (e é evidente que, em relação a alguns deles, ainda luta para atingir as metas mais incipientes, como parece ser o caso do ensino superior). E teve de abrir os seus caminhos por conta própria, pois a experiência dos países socialistas mais avançados não podia ser pura e simplesmente transferida.

Outras facetas do dilema educacional cubano, no desabrochar e florescer da revolução, são mais ou menos conhecidos. Em uma enumeração ligeira, esta teve de garantir: 1. o crescimento das oportunidades educacionais dentro de certos ritmos mínimos, previstos em função da taxa de aumento da população, na verdade relativamente alta (o governo revolucionário suplantou esses mínimos); 2. a diversificação da mão-de-obra semi-especializada ou mais qualificada, decorrente da aceleração do desenvolvimento, da revolução agrícola com sua forte pressão sobre a modernização e a racionalização da produção e das exigências específicas da planificação; 3. os vários requisitos novos da educação: o trabalho converteu-se no valor básico da educação; em conseqüência, o uso racional do trabalho e do trabalhador, em termos

regionais, setoriais, de qualidade ou rendimento, da sociedade como um todo, impôs ajustamentos profundos (por exemplo: o deslocamento espacial ou ocupacional do trabalhador não pode mais ser regulado pelo mercado e pela competição; os critérios de planificação orientam esse aproveitamento e ao mesmo tempo delimitam os padrões médios de qualificação, supervisão e controle etc. Os conteúdos da aprendizagem sofreram uma súbita ligação com as orientações concretas do comportamento, com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico); 4. a homogeneização crescente do padrão médio de vida: com a implantação do socialismo, a importância da cidade não desapareceu, o que cresceu foi a importância do campo e sua incorporação ao estilo de vida imperante na cidade (em suma, uma tendência de nivelamento cultural, que se reflete nas oportunidades de trabalho e nos níveis de vida das famílias, nas aspirações comuns etc., e que impõe uma educação plástica e dinâmica universal); 5. a consolidação dos valores socialistas dentro do horizonte cultural médio, algo incipiente mas fundamental, pois as fases de transição típicas do socialismo põem em tensão formas contraditórias de responsabilidade individual e coletiva, de autonomia da pessoa e de disciplina coletiva, de fruição da vida e de altruísmo, de flexibilização das relações entre as gerações e de eliminação da distância psicossocial e cultural entre elas, de identificação com o bem-estar coletivo e, ao mesmo tempo, de dissolução do socialismo no comunismo (o que tudo isso representa na revolução educacional é óbvio; acresce que em Cuba o dilema da memória é fundamental; os que não viveram as experiências da atual geração descendente, mesmo entre os trabalhadores, dificilmente poderão conformar-se e sentir-se compensados com o que lhes oferece uma drástica socialização da pobreza). É claro que o subdesenvolvimento, as conseqüências do cerco imperialista e as necessidades de defesa militar de Cuba definiam certas prioridades e diretrizes fundamentais, algumas a serem reajustadas em função da aceleração do desenvolvimento econômico ou da fixação gradual de normas ou objetivos efetivamente socialistas. A importância da economia agrícola e da socialização da agricultura, por exemplo, impôs certas linhas de expansão e de modernização do ensino primário e médio na zona rural, a criação de comunidades rurais dotadas de recursos educacionais "urbanos" etc. Não se punha em questão apenas reduzir a distância entre o "trabalho rural" e o "trabalho urbano". Apesar da persistência de diferenciais de salários favoráveis a este último, hoje o trabalhador agrícola decide o que vai fazer. Aumentar os recursos educacionais e dotar o meio rural gradualmente das "facilidades urbanas" – especialmente nos serviços públicos e com referência a estes na instrução primária, de nível médio ou pré-universitária – constitui a única alternativa socialista de "fixar" o ser humano no campo (e, por conseguinte, de ter nele uma reserva de trabalho de interesse para a coletividade). Por outro lado, a necessidade de diminuir as importações e de incrementar a variedade e o excedente de alimentos estimulou, além dos valores socialistas, a forte associação do ensino com o trabalho. O que as várias escolas lograram produzir sugere que esse processo não pode ser avaliado em termos estritamente educacionais. Na verdade, ao adquirir funções educacionais na esfera da produção, as escolas se tornaram também entidades produtivas e de alto significado econômico. Se o governo revolucionário custou para descobrir ou para pôr em prática com eficiência as soluções certas, fica claro que, no fim da década de 1960 e no começo desta década, o salto educacional deixou de ser meramente quantitativo, o que permite falar em uma Cuba socialista nessa esfera.

Os que gostam de fazer balanços sumários sobre os "êxitos da revolução" encontram aí matéria para um bom debate. Os êxitos não são uniformes, nem poderiam ser. Além disso, as indicações devem ser avaliadas de uma perspectiva socialista (não apenas pelo confronto simplista de números e porcentagens, como é de gosto em Cuba). Separando-se, em dois níveis, os avanços quantitativos e as transformações qualitativas, pode-se me-

dir melhor o que foi realizado. Ainda assim, penso que é na década de 1980 que os frutos diretos e indiretos da aceleração do desenvolvimento (inclusive o educacional) se revelarão em toda a plenitude e com todas as conseqüências.

A fonte de onde extraí os dados e as tabelas sobre as conclusões de curso, desde 1958 ou 1959 a 1977 (J. Rebellon e outros, *Arquitetura y desarrollo nacional. Cuba, 1978,* cf. pp. 129-147; aliás uma obra notável, que concilia divulgação e propaganda com uma sofisticada descrição da realidade), resume com precisão o quadro educacional, no ponto de partida e hoje. "A situação que a revolução encontrou no campo da educação ao triunfar em 1959 foi, em linhas gerais, a seguinte: mais de 1 milhão de analfabetos na população maior de 10 anos, o que representava 25% do total; 66% da população compreendida entre 5 e 24 anos carecia de assistência escolar; um nível médio de escolaridade inferior ao terceiro grau na população maior de 15 anos; um índice de 3 conclusões de curso para cada mil habitantes e a concentração das escolas existentes nos principais centros urbanos." *(Op. cit.,* pp. 129-130.) Os dados sobre a população escolar excluída da matrícula geral, em 1960, indicam o que se deixara de fazer antes: 182 mil (ou 11,8% da faixa etária) no ensino primário; 615 mil (ou 83,4% da faixa etária) no ensino médio; 587,8 mil (ou 96,8% da faixa etária) no ensino superior (dados extraídos de *Situação social da América Latina,* p. 162). É claro que, graças à evasão escolar, ao analfabetismo, a deficiências ou ausências escolares, o quadro global era muito pior do que esses números e porcentagens deixam entrever. Por exemplo, a proporção de menores de 15 anos economicamente ativos, em 1950, era de 23%, e a proporção da população de 7 a 14 anos não atendida escolarmente, em 1960, era de 54,1% *(idem,* p. 104).

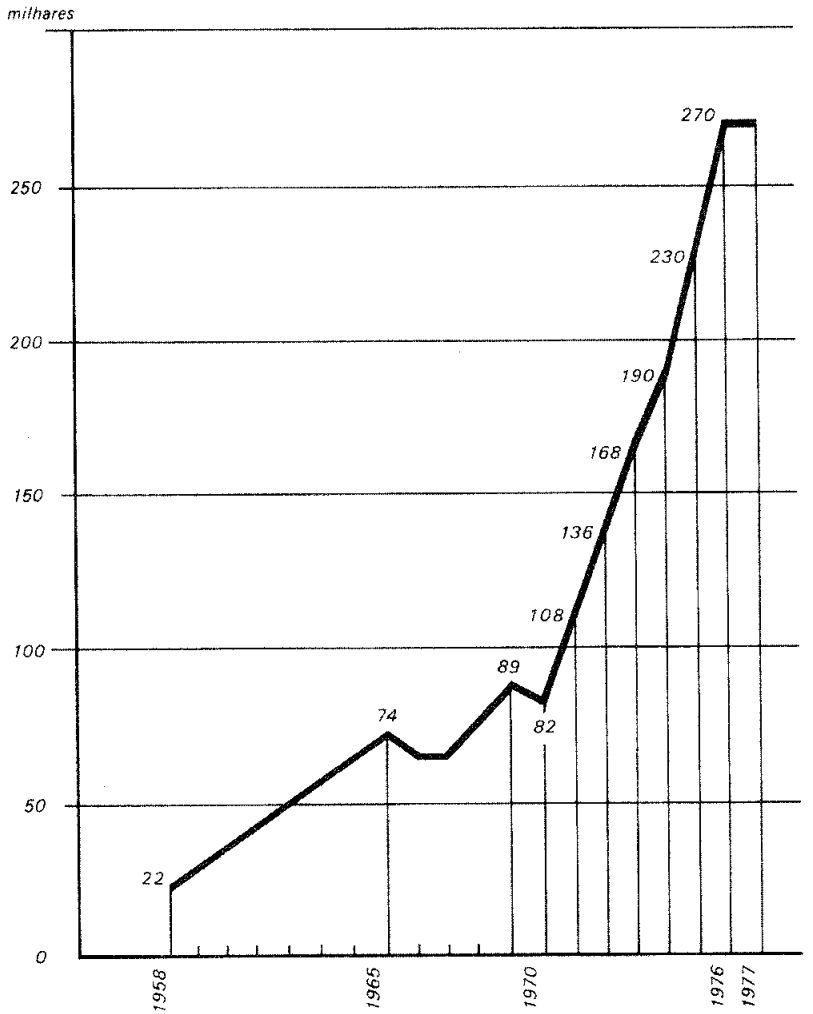
As modificações obtidas nos últimos 20 anos são sumariadas desta máneira: "Os progressos no setor da educação refletem-se nas cifras seguintes: em 1958-1959, a matrícula de todos os níveis do ensino representava 12,5% da população total, enquanto que

em 1977-1978 alcançou 37,1%; e em 1977-1978 – também com referência a 1958-1959 – a matrícula no ensino superior foi multiplicada por 8, no nível médio por mais de 10 e a educação primária quase foi triplicada (cf. J. Rebellon e outros, *op. cit.,* p. 134). Os dados sobre as conclusões de curso (cf. os gráficos das páginas seguintes, que registram todas as variações ocorridas no período; extraídos da mesma fonte, pp. 131-133) mostram um ótimo aproveitamento dos recursos educacionais em todos os níveis do ensino. As conclusões de curso aumentaram mais de 12 vezes no ensino primário até 1977; mais de 13 vezes, no ensino médio (negligenciando-se as conclusões duplas no nono e décimo anos secundários); mais de 5 vezes no ensino superior. Tomados globalmente, no entanto, os dados sugerem que todo esse progresso ainda não permitiu alterar a estrutura do sistema escolar. Sobre 100 conclusões de 1977, tinha-se: 79,8 no ensino primário; 18,1 no ensino médio; 2 no ensino superior; os números que dão base a essas proporções são, sem dúvida, muito maiores, o que não esconde que a batalha se deu mais no sentido de enfrentar a taxa de crescimento da população ou de expandir o ensino primário e o ensino médio. O que quer dizer que, por enquanto, procurou-se acabar com o "privilégio educacional". Na verdade, a implantação do socialismo sempre envolve um declínio inicial do ensino superior. O desaparecimento do capitalismo põe em interação o colapso de carreiras mais conspícuas dos profissionais liberais e o atrofiamento dos cursos superiores correspondentes. Em seguida, quando a maturidade do desenvolvimento socialista é alcançada, estabelece-se um novo equilíbrio entre o ensino superior e as necessidades culturais do meio ambiente. Cuba se acha no ápice da correlação negativa. Muitos dos seus recursos ultra-escassos para a educação têm de ser drenados para programas educacionais mais prioritários que a recuperação do ensino superior (o que não impede que se expandam programas educacionais seletivos nessa esfera; em Cuba esses programas se vincularam mais às ciências biológicas e à engenharia ou, ainda, à pedagogia, às

ciências e técnicas de comunicação e à arte, por seu interesse instrumental ou social). O orçamento da educação, por sua vez, seria em 1973 da ordem de mais de 700 milhões de pesos (algo superior a todo o orçamento da república antes de 1959). Por sua vez, a evasão escolar ainda ocorre, em proporções sérias. A freqüência escolar, em 1972, alcançava: 10 anos – 99,8%; 12 anos – 94,5%; 15 anos – 55,7%; 16 anos – 39,7%. Segundo a fonte da informação, umas 200 mil crianças ou adolescentes, entre 12 e 16 anos, "nem vão à escola nem trabalham" (os últimos dados foram extraídos de H. L. Mathews, *Revolution in Cuba*, p. 342 e 348). Não obstante, com a cooperação da Confederação dos Trabalhadores de Cuba e da Federação de Mulheres Cubanas estão sendo tomadas medidas para que, até 1980, todos os trabalhadores (e principalmente as mulheres) façam o ensino primário até o sexto grau (cf. D. Cabezas, "Work: freedom from underdevelopment", *Cuba review*, Vol. VIII – nº 2, p. 17).

A contraparte qualitativa dos êxitos quantitativos resulta da natureza dos problemas enfrentados. O elemento principal do novo quadro educacional consiste na associação entre ensino e trabalho, em todos os níveis do ensino e em todos os tipos de escolas. Pode ou não existir uma exploração pedagógica simultânea do ensino e do trabalho. Mas, crianças, jovens e professores das diversas idades acostumam-se a dedicar-se às duas atividades concomitantes. Assim, os estudantes poderão devotar a metade do dia aos estudos; a outra metade ao trabalho, com maior freqüência agrícola. A exigência básica dessa filosofia da educação é transparente e foi formulada, em 1966, nos seguintes termos por Fidel Castro: "E será necessário que andemos criando condições, de modo que cada ser humano veja no trabalho o desenvolvimento pleno de suas aptidões, de sua inteligência, de sua vocação, de sua personalidade. E sem dúvida de nenhuma espécie, na medida em que logremos isto, iremos alterando cada vez mais e mais o conceito de trabalho" (*op. cit.*, p. 59). Além do esforço produtivo direto na escola ou em seus terrenos, há várias

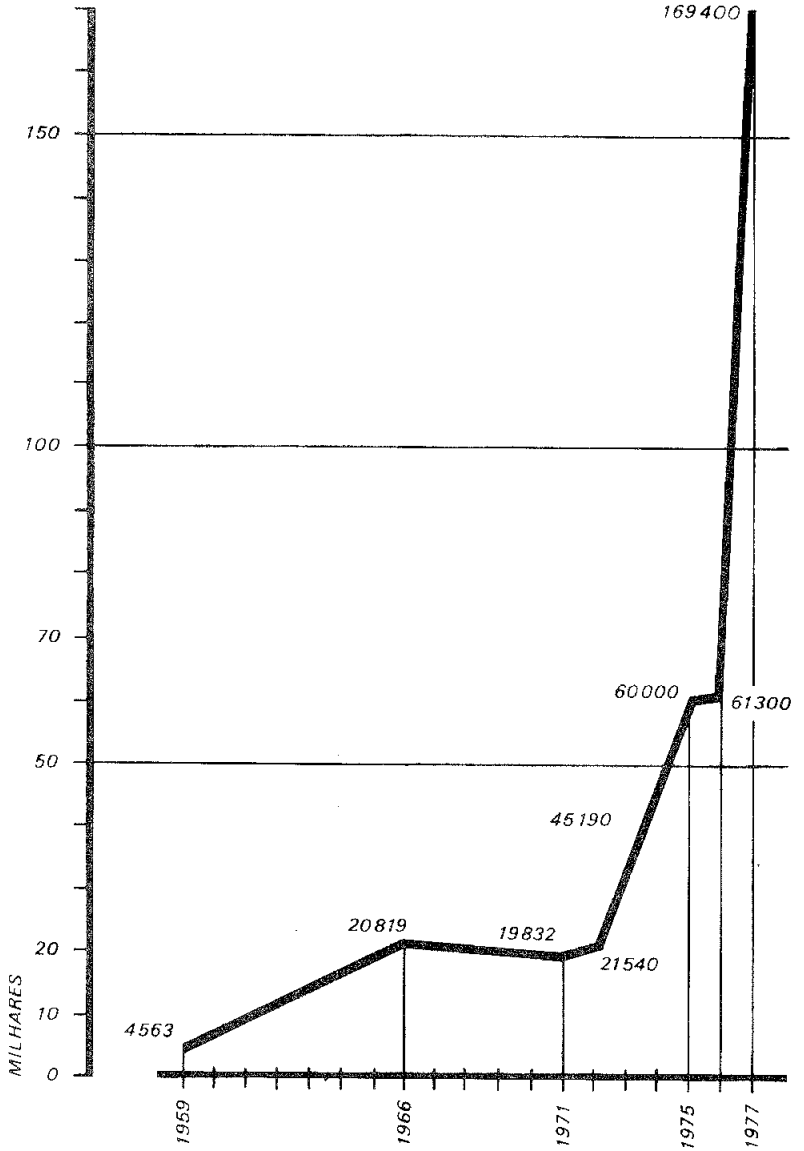
Cuba: Conclusões de Curso – Ensino Primário (1958 – 1978)*



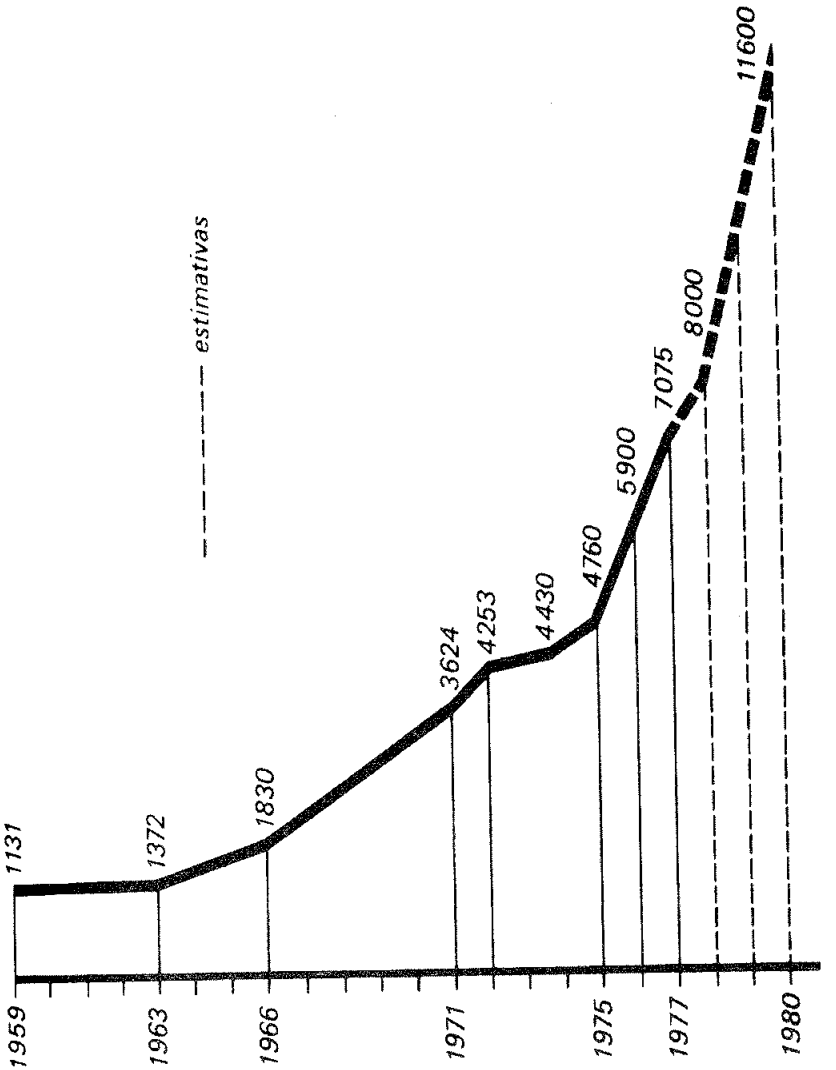
* Excluídos adultos

Fonte: Ministério da Educação e Comitê Estatal de Estatística

Cuba: Conclusões de Curso – Ensino Secundário
(9ª - 10ª séries) e Médio (12ª - 13ª séries)



Cuba: Graduados – Ensino Superior



formas de combinar trabalho e estudos. Primeiro, a tradição que já se configura característica: o incentivo, por todos os meios, de conduzir os trabalhadores a completarem o curso primário (na verdade, os critérios de avaliação usados atualmente tornam esse requisito mínimo e geral); a fazerem o curso secundário ou algum programa especial (de reciclagem ou de aquisição de conhecimentos para outra carreira); a chegarem ao curso superior ou a completá-lo; de seguirem cursos de cultura geral, artística ou de formação política. A revolução concentrou-se no trabalhador. Ele é o alfa e o ômega, portanto, da revolução educacional em curso – como sujeito-objeto, como produto e como o agente previsível da consolidação da própria revolução ou do socialismo. Todas as facilidades possíveis são conferidas aos trabalhadores, para que eles respondam positivamente aos incentivos e tentem a sua ressocialização. As informações indicam que em 1972, por exemplo, havia 166.021 trabalhadores fazendo cursos de educação de adultos, de treinamento técnico ou profissional, ou de ensino superior e de tecnologia. Em 1973, esse número já era de 517.803, ou seja, 27,3% dos trabalhadores (cf. H. L. Mathews, *op. cit.*, p. 347). O operário vê todo esse esforço compensado, pois recebe várias vantagens (pagamento adicional, aproveitamento em ocupações mais complexas, ascensão na escala de promoções etc. O que é deveras mais importante, o êxito pessoal do "operário exemplar" depende estreitamente de suas qualificações educacionais, especialmente no que se refere à inscrição no PCC e ao seu desempenho político posterior). Portanto, em um sistema igualitário o mérito funciona como estímulo básico. O trabalhador encara a educação como essencial, por si mesma e para sua reciclagem contínua, em programas de treinamento fora do serviço e, de uma forma mais ambiciosa, percorrendo todos os graus possíveis do ensino. O impulso vem, assim, de baixo para cima e irradia-se de modo a gerar dinamismos coletivos de compulsão do trabalhador à valorização da educação e de si próprio pelo patamar educacional alcançado.

Além disso, todos se definem como trabalhadores. Um graduado é um trabalhador intelectual, dependendo da natureza das ocupações a que se dedique. Na época da graduação, o graduado fica sujeito a prestar um serviço social à comunidade. Não se entende que o simples exercício da ocupação corresponda a uma "retribuição adiada" indireta, como diriam os antropólogos. Os graduados de nível médio e superior ficam obrigados a trabalhar por algum tempo em determinadas regiões do país, usualmente fora das cidades grandes e médias. Os médicos e os professores, por exemplo, devem ir por dois anos (ou mais, se quiserem) para as zonas rurais. O que entra em jogo não é apenas uma prestação de serviços para "regiões menos desenvolvidas". Esse é tanto um meio para ampliar e aprofundar o horizonte cultural dos trabalhadores intelectuais, de educá-los para as "realidades de Cuba", como um mecanismo reverso de difusão da cultura em todos os níveis da sociedade e em todas as regiões. Essa experiência por vezes é recebida como um choque. Fidel Castro refere-se a trabalhadores que se graduaram por um instituto de tecnologia e foram enviados para o campo. Eles não esperavam as condições de vida que tiveram de enfrentar e que Cuba pretendia alterar com o tempo (cf. *op. cit.*, p. 66).

A relação da escola com o trabalho pretende erigir-se em uma dimensão estrutural e dinâmica do desenvolvimento educacional, algo intrínseco, portanto. "Estes exemplos indicam o processo mediante o qual a atual universidade irá desintegrando-se para passar a ser uma instituição, um tipo de ensino que se pratique em todos os centros de trabalho." (Fidel Castro, *idem*, pp. 94-95.) "E para que estudem centenas de milhares, não será possível que estudem em universidades. (...) Assim, a produção mesma, as atividades produtivas, os processos produtivos constituirão a base material, o laboratório, no qual todos trabalhadores receberão no futuro seus estudos superiores." H. L. Mathews reproduz trechos de uma entrevista com José M. Millar Barrueco, então reitor da Universidade de La Habana, que esclarece essa

concepção de socialização total da educação pela integração de trabalho e educação (ver *op. cit.*, pp. 343-344). A fábrica se converte em secção da universidade, na qual o estudante desenvolve, pelo trabalho direto, uma parte de seu programa de estudos e de sua aprendizagem; a outra parte, naturalmente, desenrola-se especificamente no meio escolar. A universidade torna-se parte ativa do ambiente, "formando um novo homem enquanto forma uma sociedade revolucionária". Tudo isso é incipiente. Mas sugere que a universidade nascida da revolução terá de acolher outras divisões especializadas intramuros ou engendrar novas instituições que se encarreguem com eficácia da investigação básica na ciência e na tecnologia. Por enquanto, Cuba poderá absorver conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos no exterior. Não obstante, sua autonomia cultural sofrerá muito se as diretrizes revolucionárias do socialismo não se aplicarem normalmente à expansão da ciência básica, da ciência aplicada e da tecnologia avançada.

Na esfera qualitativa também se colocam outras tendências mais ou menos marcantes. Seria impossível sintetizar todas as tendências sem praticar algumas injustiças. Aos que se preocupam com a dimensão prática do sistema de ensino, seria preciso lembrar que constitui um erro pensar que o universo do trabalho reduza o valor criativo intrínseco da educação formal. As novas diretrizes se fundem com as reviravoltas mais dramáticas que ocorrem em Cuba no momento. O novo homem e a nova sociedade não são entidades abstratas. São realidades concretas. Existem tendências à secularização da cultura, de homogeneização cultural da personalidade e de participação política que são típicas do caminho que se percorre em Cuba na superação do subdesenvolvimento e em direção ao socialismo. Essas tendências se configuraram, fundamentalmente, através dos ritmos da urbanização (os dados indicam que a proporção da população urbana passou de 52,10% para 61,96% de 1960 a 1975; e as projeções mostram que esse crescimento continuará até o ano 2000);

da incorporação das populações rurais a um estilo de vida que tende à homogeneização e à universalização (as comunidades agroindustriais foram projetadas e disseminadas com esse propósito); da organização do poder popular, a qual, sozinha, descarrega sobre as escolas, individual e globalmente, múltiplas funções educacionais formativas e um controle externo estruturado, impraticável em sociedades capitalistas (uma tendência que crescerá com grande vigor daqui para a frente). Essas tendências, que não deixam de possuir contradições, as quais exibem deficiências ou não escapam de deformações inevitáveis no estágio incipiente do período de transição, delimitam o clima histórico em que opera todo o sistema educacional cubano. Ele adquiriu uma enorme força de dinamização das atividades pedagógicas, responde à ansiedade que paira sobre todos (trabalhadores intelectuais, manuais ou políticos) e não deixa de contribuir para criar maior confiança no futuro. Os que se preocupam com a dimensão do refinamento intelectual, do espírito criativo ou da qualidade política das respostas culturais às exigências do socialismo deveriam atentar para o fato de que o pragmatismo não destruiu nem o interesse nem o estímulo a uma grande variedade de projetos mais ou menos ambiciosos (que vão dos experimentos com plantas e animais, com o solo, com as vias de comunicação, a organização do espaço ou a arquitetura, à pedagogia, às artes e formas de cultura de massa que são sufocadas pela "indústria cultural"). A desmistificação deixou de ser um "jogo de faz de conta", um esforço vazio da mente que não pode escapar de um beco sem saída. Ela se realiza positivamente, como uma superação *in concreto.* O que se condena, o que se pretende e o que se pode aparecem em conjunto (no *ballet,* na televisão, no cinema, no teatro etc.). Não existem os limites dos "públicos orgânicos", fechados e restritos, do "êxito competitivo" no mercado, do "nível cultural" etc. O consumo é de massa, mas de uma massa que tem forma humana, presença humana, querer humano. Um professor, despojado de tantos recursos, poderá,

no entanto, ter uma oportunidade pedagógica e uma perspectiva de auto-realização ou de "transformação dos outros" que não são concebíveis fora das circunstâncias tão difíceis de Cuba. O mesmo ocorre com os demais trabalhadores intelectuais. Eles não se confinam ao universo da compensação profissional *strictu sensu* ou do êxito competitivo no "ganhar a vida". Na verdade, eles não fazem nem uma nem outra coisa. Essas são condições externas da atividade inventiva e criadora dos intelectuais. Eles se vêem diante de suas tarefas como elas deveriam ser sempre: válidas e importantes por si mesmas ou pelo significado que possuem para o aperfeiçoamento, a alegria ou o prazer dos outros. Nesse clima, o educador, se tiver chama, possui elementos para corresponder ao apelo da revolução. Ele também poderá converter-se no novo homem e contribuir poderosamente para a construção da nova sociedade.

Os materiais sobre as percepções e as explicações do homem comum sobre a situação do trabalhador em Cuba precisam ser explorados com cuidado. Na verdade, são descrições de percepções e de explicações, elaboradas intelectualmente de modo indeterminável. Portanto, a mediação e a reconstrução verbal estão presentes, embora todos os textos possuam caráter documental e, nas transcrições, possam ser aceitos como fontes primárias. Isso não é muito relevante, pois o propósito desta parte da exposição é restrito: focalizar um "estado de espírito", ou um *ethos* (no sentido de J. S. Mill), dos vários ângulos possíveis. Não pretendia, nem poderia, ser exaustivo ou fazer uma análise de profundidade completa. Penso que os materiais, sob esse aspecto, permitem isolar alguns casos claros, ou transparentes, sobre os quais aconselho vocês a refletirem com cuidado (indo além do que se poderia, em um tratamento didático).

Há duas questões preliminares, dignas de nota. Primeiro, as duas obras-fonte são distintas. Zeitlin retalhou, e provavelmente condensou, os textos das entrevistas. Estes aparecem como "sinais" em uma reconstrução analítica da realidade, que ele

comanda e qualifica. Harnecker reconstrói situações fugazes de convivência, nas quais ela dialoga com os entrevistados (trabalhadores, dirigentes sindicais, membros do PCC etc.). Ela não comanda, mas coordena um "retrato falado" e, por sua vez, fala através dele. Só ela, porém, faz dos escritos um exercício de militância política. As interferências de Zeitlin ficam no seu próprio texto, o lugar que escolheu para falar. As interferências de Harnecker são mais complicadas. Na verdade, ela escolheu dois lugares para falar. Dentro e através dos grupos entrevistados, dos quais faz parte, ainda que episodicamente, por meio do texto global do livro: ao informar a história exterior aos sujeitos, ela delimita os quadros do pensamento e os seus sentidos. Os excertos podem ser retirados do contexto, no que diz respeito ao ensaio de Zeitlin; o mesmo não ocorre com o livro de Harnecker: ao isolar os excertos, perde-se todo ou parte do significado que deriva do contexto, ou seja, esfarela-se a verdade da autora.

A segunda questão diz respeito à natureza do testemunho. Pulverizados ou não, algo fica patente. São testemunhos convergentes. Ambos refletem a revolução cubana e suas conseqüências a partir de uma perspectiva de conformidade (note-se: não de conformismo). As pessoas ouvidas "assumem a revolução" (as outras não interessaram). O que quer dizer que não temos neste colecionamento as percepções e as explicações do homem comum que poderiam ser consideradas como divergentes ou antagônicas. Elas não existem? Devem existir, naturalmente. Seria importante conhecê-las e marcar, com elas, as representações contrapostas. Se tal material chegou a ser coligido por Zeitlin, não havia razão para que ele aparecesse no seu pequeno ensaio de 1969. Quanto a Harnecker, sua técnica de coleta de dados pura e simplesmente excluía os divergentes (ou, se estes estivessem presentes, silenciavam as divergências). Mesmo nas conversações em grupo mais espontâneas não havia espaço psicológico para o discurso de oposição ou de discordância. Che-

gam até nós frações de debates e todas com uma conexão de sentido típica: a defesa da "vitória da revolução".

O pequeno mas rico ensaio de M. Zeitlin focaliza a revolução como uma realidade psicossocial. Os trabalhadores, em uma situação de classe revolucionária potencial, sem provocar e liderar a derrocada do antigo regime, convertem-se naturalmente em classe revolucionária real. O que é crucial, em seu ensaio – como já o era em seu livro (publicado em 1967; todavia, a pesquisa é de 1962) – é a contribuição empírica e teórica que traz para a comprovação de que a fase inicial da transição não pressupõe o desaparecimento dos trabalhadores como e enquanto classes. Ao contrário, estas persistem, em conexão com uma nova forma de propriedade, de produção, de repartição, de organização da personalidade, da cultura, da sociedade e do Estado. Suas potencialidades sociodinâmicas especificamente revolucionárias eclodem, por conseguinte, nas condições de constituição e de florescimento da nova ordem social. Em suma, enquanto o regime de classes começa a desaparecer, as classes trabalhadoras persistem, e delas irá resultar o desdobramento propriamente societário da revolução, na desagregação da velha sociedade e na construção da nova. O que quer dizer que a existência das classes trabalhadoras irá regular os ritmos históricos e o crescimento da revolução e, portanto, do socialismo. Suas análises da alienação-desalienação (cf. esp. pp. 32-33) procuram esclarecer como a consciência revolucionária, depois da inserção do socialismo, conduz o homem comum, coletivamente, à eliminação dos reflexos dos antagonismos de classes na apreensão da personalidade e da sociedade.

Poder-se-ia dizer que essa fase inicial seria uma fase térmica, uma fase de aquecimento da revolução como força social construtiva. O proletariado sobrevive graças às suas funções revolucionárias positivas (não se deve esquecer que o trabalho coletivo dos trabalhadores será, de fato, o esteio de uma acumulação socialista originária de longa duração). Ao realizar tais funções, nas quais

classe trabalhadora, maioria e povo se confundem, os trabalhadores estão criando as condições do desaparecimento da classe, nessa rotação construtiva, e também da expropriação socialista do trabalho, tão forte nessa etapa. Zeitlin lida com as manifestações da consciência revolucionária e, por isso, não se detém sobre o substrato objetivo ou material e sobre as formas de sociabilidade, de socialização e de associação que este pressupõe, em sua alteração mais ou menos rápida. Mesmo assim, os testemunhos dos trabalhadores refletem a nova sociedade cubana *in status nascendi* e, mais que isso, atestam a confluência entre vanguarda e classe, revelando o quanto eles se converteram no que se poderia chamar de "soldados da revolução".

Selecionei alguns tópicos na contribuição de Zeitlin, os que são estratégicos para os fins desta discussão (e não estão dissolvidos em sua própria análise; onde esta adquire maior relevância teórica, infelizmente, ela volatiliza a base empírica e a prova documentária). As privações e os sacrifícios drásticos, a que se submetem cotidiana e rotineiramente os trabalhadores, merecem evidente prioridade. A acumulação socialista lançou e ainda lança sobre eles seus fundamentos reais e seus dinamismos mais fortes. A esposa de um carpinteiro, que possuía pouquíssimas coisas, disse: "Antes da revolução não tínhamos nada. Miguel gastava o seu tempo na rua; ele tem trabalho certo; para nós não há escassez..." (p. 19). Um mineiro, por sua vez, declarou: "Assim, a revolução veio e ela decidiu que os mineiros não devem comer mais lá em baixo, que eles devem subir à superfície para comer. E você tem leite, pão, ovo e carne, de graça..." (p. 15). Por fim, eis a opinião sobre a *libreta* e o racionamento de um cervejeiro negro: "Ninguém escapa da *libreta*. Todos têm sua cota, de acordo com as necessidades de sua família, nada mais nada menos. Isso, pelo menos, é o que posso ver por mim mesmo. René [o administrador] fica na fila como nós. Sua esposa e a minha compram na mesma loja. Ninguém tem privilégios agora. O que existe é para todos" (p. 16). Outro aspecto importante diz respeito aos

salários, à valorização da estabilidade e à ausência de ressentimentos por causa da mobilidade ocupacional. Um trabalhador negro, que antes fora motorneiro, disse: "Não seria próprio ter o que os operários privilegiados ganham do que as empresas capitalistas tiram deles; eles lutam por si mesmos, como eles têm de fazer" (p. 17). Outro operário, de uma fábrica de cimento, declarou: "O objetivo de cada trabalhador é conseguir um emprego para seu filho aqui. Pais, filhos, irmãos, sobrinhos ajudam-se uns aos outros para entrar na empresa. Nós tínhamos sindicato forte aqui. Você subia na escala somente por antigüidade. Não existia algo como auto-aperfeiçoamento. Você não tinha oportunidade para estudar. Alguns caras na extração de minério ganhavam 700 dólares por mês com o trabalho extraordinário. A maioria deles renunciou ao pagamento extraordinário, embora alguns não, seria um grande sacrifício. Eu mesmo desisti. Os novos colegas que chegam à empresa sabem que irão ganhar o mesmo que os trabalhadores em outros lugares com a mesma habilidade e perigo inerentes ao seu trabalho. É o que conta. O fato é que o salário significa muito pouco agora". Perguntado se era porque não havia quase o que comprar, retrucou: "Naturalmente, para ser verdadeiro, porque não existe muito o que comprar. Mas principalmente porque tanta coisa é gratuita, e minha esposa também está trabalhando. Todos têm trabalho agora, assim uma família que antes tinha só um ganhando agora tem um filho, às vezes mesmo a esposa trabalhando. Minha esposa deixa nossas crianças no círculo infantil – ela sabe que elas são bem cuidadas, e isso não custa nada" (p. 17-18). Seu colega salientou: "Agora temos roupa de trabalho, sapatos de trabalho, educação para nós e os nossos filhos de graça, assistência à saúde e médica de graça, raios X e remédios de graça, férias a pagamento; e se alguém não pode trabalhar, por doença ou acidente, recebe o pagamento total, pois estamos em uma empresa de vanguarda, que possui a Bandeira dos Heróis de Moncada. Não temos que nos preocupar com o futuro. Antes, a nossa maior

preocupação era o que poderia acontecer com as crianças se ficássemos doentes ou perdêssemos o emprego. (...) Pouco a pouco, nem estamos mais pensando em termos de ganhos individuais" (p. 17).

Quanto à compulsão ao igualitarismo e à valorização da igualdade seria possível selecionar muito material. Um estatístico disse: "Olhe, eu sou um trabalhador de escritório. Isso significa qualquer coisa? Não, eu sou um trabalhador como os outros. Antes, pensávamos que éramos algo especial. Vínhamos com nossas camisas engomadas e com gravatas, olhávamos do alto os trabalhadores da usina. Eles não podiam sequer atravessar nossas portas sem permissão especial. Agora, tudo isso mudou. (...) Eu sou um trabalhador como os outros trabalhadores. Se você quiser vê-lo, você o vê. Não é necessário ficar de fora, murmurar e ter a esperança de que em algum momento você verá alguém que se incumbirá de sua queixa no escritório central. Você entra, como um trabalhador que sabe que é o proprietário aqui, e pede para ver o administrador. Naturalmente, ele tem reuniões e muito trabalho. Nem sempre ele pode falar com você quando você quer. Isso é justo. Mas você sabe que existe uma razão correta para ele não vê-lo e entende. Usualmente, isso não acontece. Você apenas pede para vê-lo e consegue, ou qualquer outro a quem queira ver. Não existem privilégios" (p. 21). Nesse clima igualitário, a autoridade na indústria e a disciplina no trabalho mudaram de caráter. Em uma central de açúcar, um trabalhador negro (entrevistado em 1962) dissera: "O sistema de trabalho se alterou completamente, porque agora trabalhamos para nós mesmos. Os trabalhadores, juntos, resolvem os problemas de produção, de acordo com a nossa experiência. Desistimos do pagamento extraordinário. A qualidade do nosso trabalho mudou muito. Nós garantimos que o equipamento seja mantido em boa condição, que os reparos sejam feitos quando necessário, e que a produção continue. Ninguém precisa nos fiscalizar mais. O administrador possui boas relações com os operários.

Ele se preocupa com os interesses dos trabalhadores e em facilitar seu trabalho. O fato é que trabalhamos como o diabo, dando tudo de nós mesmos *[metiendo la manga y la cola]"* (p. 22). Um administrador admitiu: "O prestígio e a autoridade do administrador estarão ligados aos laços reais que ele tenha com a massa de trabalhadores em sua unidade" (p. 28). As punições são tomadas ou sancionadas pelos trabalhadores. A transferência (com o mesmo pagamento) dentro da empresa ou para outra empresa constitui a punição mais grave, como indicou um engenheiro: "Ela é um golpe porque a maioria dos trabalhadores – pelo menos aqui – são amigos e parentes uns dos outros. Eles conhecem-se uns aos outros e trabalham juntos há muito tempo" (p. 24). Um cervejeiro explicou o procedimento normal: "A administração compreende os trabalhadores, e eu posso dizer isso porque tive meus próprios problemas com eles. O administrador é carinhoso com os trabalhadores. Também o chefe do pessoal. Tudo é dito sem insulto, se é preciso conversar com você. Eu tive uma discussão com uns caras aqui. Envolvi-me em uma luta. O chefe de pessoal acabou com tudo, eu estava quase louco e ele me disse palavras duras; eu perdi o respeito e fui punido. Fui transferido para outra secção. Fiz mal. Eles estavam certos" (pp. 24-25). Os administradores e outros funcionários estão sujeitos à retaliação. Ao resumir suas conclusões, Zeitlin menciona que os trabalhadores sentem-se seguros de que poderiam expulsar "qualquer *hijo de puta* que os moleste" (cf. p. 30). Um operário de 64 anos afirmou: "Olhe, nós trabalhamos mais livremente. Existe confiança nos trabalhadores. Nos velhos tempos, se fosse apanhado fumando estava frito. Era despedido. Agora temos um lugar para as refeições, para descansar, para acender um cigarro e para conversar quando sentirmos necessidade. Alguém toma conta de sua máquina quando você pára, e você faz o mesmo para ele. Existe um certo companheirismo no trabalho" (p. 28) [note-se, depois do 13º Congresso da CUT, em 1973, vários aspectos da organização e controle do trabalho, da

produção e da produtividade foram alterados, com o endosso dos trabalhadores]. Nesse contexto, o significado do trabalho se modificou. Já em 1962 um operário dissera a Zeitlin: "A principal coisa que aconteceu depois da revolução é que eu estou trabalhando para a minha nação e para o benefício coletivo de todos. Eu não sou explorado como fui antes" (p. 295). Aliás, o próprio Zeitlin encerra seu livro com a frase de um trabalhador que ficou famosa: "Antes da revolução, um operário era um cubano insignificante. Agora ele é um ser humano".

O livro de M. Harnecker (nesta parte da exposição será aproveitado apenas o cap. 1, pois seria impraticável trabalhar com todo o livro) focaliza as condições e os dinamismos da revolução em uma etapa na qual a transição para o socialismo constitui uma realidade mais densa. Dada a forma pela qual vanguarda e classe trabalhadora se associaram na conquista do poder, o dilema político central da vanguarda foi, desde o início, o de sua absorção pela classe – ou seja, o da organização (institucional) do poder revolucionário da classe trabalhadora (ou poder popular). Este poder é intrínseco à classe trabalhadora – não é gerado fora dela. Todavia, o esforço de organizá-lo e torná-lo um poder de classe capaz de atuar organicamente a partir de fora (ou melhor, de cima; mas como uma etapa mais avançada da "revolução desde o poder", provavelmente a etapa na qual a coalescência entre vanguarda e classe se completa e, por conseguinte, a "revolução desde o poder" se converte em revolução de todos os trabalhadores ou de todo o povo) é algo muito recente. Harnecker projeta suas sondagens nos diferentes níveis em que esse processo está desabrochando, como resposta à iniciativa do topo. A potencialidade revolucionária do homem comum, bem como a reserva de potencial revolucionário da classe trabalhadora como um todo sobem à tona com inusitada transparência.

A irradiação é, a um tempo, espontânea, acumulativa e acelerada. Como só se tratava de "despertar" formas de sociabilidade e forças societárias existentes, de "aguçá-las" e, em seguida,

"orientá-las', o que se vê é emocionante: como a revolução começa a caminhar sobre os pés do protagonista principal. A massa já não se encontra "adormecida" (lembram-se da referência de Che Guevara?). Ela está entrando na posse da revolução, e para comandá-la coletivamente (o que ocorrerá dentro em pouco). Estamos, pois, em um limiar. O importante, nas descrições, é que elas permitem reter a qualidade das orientações do comportamento dos trabalhadores manuais e intelectuais como estes as exteriorizam, revelando até que ponto eles plantaram a revolução dentro de si próprios e se eles podem responder organicamente às tarefas concretas da classe trabalhadora no momento crítico em que devem lutar não pela "vitória da revolução", mas pela consolidação do socialismo. Os que acreditam que a via cubana se esgotara, caíra no vazio e está em degenerescência burocrática precisam ler atentamente as transcrições feitas a seguir. Elas evidenciam que, como expressão histórica do comportamento da classe revolucionária, a revolução cubana principia agora.

Uma das discussões focalizadas por Harnecker permite observar, em extensão e profundidade, como se desenrolam os ajustamentos entre trabalhadores e administradores. Ocorrera uma falha na produção, e o administrador pedira explicações ao trabalhador responsável. Este mais justificou a falta do que esclareceu suas razões reais. O assunto atraiu a atenção de vários trabalhadores e o administrador viu-se na contingência de enfrentar diversos papéis sucessivos (o de companheiro, o de pedagogo e o de chefe). O operário não cedeu terreno e seus colegas participaram do debate desfocalizando-o de sua pessoa, para ressaltar a responsabilidade dos operários e da administração, as condições de produção na fábrica, as deficiências dos materiais e a engrenagem econômica etc. Eis alguns tópicos da argumentação do administrador: "Por quê? Quantas vezes se falou aqui destes problemas? É a primeira vez hoje? É a primeira vez que o dizemos?" (p. 44). "Não é a primeira vez, senhores. Então não

vemos que exista... digamos... esse mesmo fervor com que enfrentamos o cumprimento de nossos deveres revolucionários para fazer cotidianamente o trabalho para o qual nos pagam" (p. 44). "Eu vou te explicar como é o sistema. O controle de qualidade é um problema estritamente do operário, para não nos equivocarmos. O controlador de qualidade, o que leva são estatísticas do que sucede. A ele não se paga para que produza com mais qualidade." (p. 45) "A culpa principal e primordial de quem é? Do operário!" (p. 47) "De todas as formas, era uma anormalidade, estamos de acordo? E há responsabilidades, estamos de acordo?" (p. 49) "Olhe, para que me entenda, ou trocamos de método, ou trocamos de gente." (p. 51) A isto, a resposta foi geral: "Não, não é preciso trocar de gente, não, não, não". Nas intervenções dos trabalhadores o que chama a atenção é o ego-envolvimento, todos se julgam afetados e se põem em questão. Alguns pontos de maior interesse sociológico: "eu creio que a responsabilidade é do operário e da equipe." (p. 46) "(...) o melhor controlador de qualidade que existe, em qualquer oficina, é o operário, junto com os componentes da equipe. Esses são os melhores controladores." (p. 47) "Sobre o problema da qualidade, há uma coisa fundamental que se coloca por falta de pessoal." (p. 50) "Deve-se ter mais cuidado, porque esse é o dinheiro de todos os trabalhadores (...) porque o que nós fazemos aproveitamos todos conjuntamente, não é coisa de um só. E é vergonhoso que depois de tantos anos de revolução nós estejamos ainda com um problema como este. Devemos cuidar da revolução, que é muito grande e é de todos nós." (p. 50. Referência: os trabalhadores aplaudiram este colega com entusiasmo.)

Na reunião com um grupo de trabalhadores da mesma empresa, da qual participavam trabalhadores, dirigentes administrativos e dirigentes do PCC, a conversa girou sobre a produção e o PCC. A dinâmica da subida e descida dos objetivos do plano, segundo o esquema adotado a partir de 1970, é descrita pelo administrador: "O que surge primeiro é uma proposta da base.

Essa se eleva à empresa, da empresa ao ministério correspondente, em nosso caso o Ministério da Indústria Leve, e daí vai ao Juceplan. Este organismo confecciona as chamadas 'cifras de controle'. Essas cifras tornam a descer e são novamente discutidas pelos trabalhadores, os quais determinam, em último termo, as cifras que acreditam poder produzir nas condições atuais da fábrica. Os trabalhadores dizem, por exemplo, vamos fazer tal quantidade de papel parafinado... sabem que vem a assembléia de discussão do plano e começam a tirar seus numerozinhos, suas contas...". (p. 53) "Antes de 70 se fazia, mas de outro modo, de uma forma mais simples: havia a obrigação por parte da administração de informar aos trabalhadores mensalmente qual era seu plano, o que era que se necessitava que ele produzisse, que necessidades havia do produto, de cada coisa. Faziam-se assembléias mas eram assembléias simples, não deste tamanho, nem assembléias preparadas com todo tipo de análises. Eram assembléias de departamentos, nas quais havia um compromisso moral dos trabalhadores para com as necessidades do produto que fabricavam. E a administração tinha a responsabilidade de informar, por meio de quadros negros, como ia o cumprimento do plano. Sempre houve participação, o que não havia eram estes tipos de discussões. Agora o trabalhador tem participação na gestão econômica da fábrica. Agora busca-se, na animação patriótica, a animação revolucionária para com uma cifra, busca-se que esse companheiro analise o que é que vai fazer e porquê. Nestes momentos não há mais, como naqueles outros momentos, Pátria ou Morte!, como o chamávamos nós mesmos. Agora, essa etapa de Pátria ou Morte se vai superando com uma boa gestão econômica." (p. 55) Nas intervenções, merecem saliência os seguintes excertos: o secretário do sindicato: "Como íamos pensar no princípio da revolução que se realizariam assembléias deste tipo! Inclusive tínhamos contra-revolucionários. Tudo isto é um processo. E nós chegamos a uma altura na qual já (...) os trabalhadores participam verdadeiramente, não?,

no que é direção coletiva. Porque antes, claro, nós mesmos motivávamos os trabalhadores, para produzir, e produzir, e não sabíamos naquela época se iríamos ter a matéria-prima para executar o que havíamos decidido. Não, agora não se discute. O Estado vai lá, onde estão os trabalhadores ou os representantes deste movimento operário e se coloca uma análise bem feita do que se pode fazer e do que não se pode fazer, as necessidades que é preciso vencer. Então, começam a subir dos trabalhadores essas coisas que você deve ter ouvido quando esteve aqui, que se coloca, por exemplo 'sim, a máquina nova pode fazer', podem te dizer 'eu faço sim, mas olhe, vocês me garantem que não me falha a matéria-prima, porque aqui se deu o caso que a matéria-prima estava no armazém e eu perdi duas horas de trabalho, você sabe o que é perder duas horas...?'. Te dizem isso e muito mais. Assim se vai desenvolvendo a discussão do plano, então se estabelece um compromisso: a massa de trabalhadores faz um compromisso do que tem de produzir, mas nada disso de Pátria ou Morte!, mas analisando em todos os detalhes, sabendo o que vai poder realizar e com melhores condições, porque vão passando os anos e nós vamos tendo maiores recursos. Antes, não tínhamos nada, eram condições, que seja... de Pátria ou Morte!, era preciso fazer na verdade de Pátria ou Morte! Mas realizar as coisas Pátria ou Morte!, como dizem os companheiros, implicava, de fato, de tratar de levar as coisas para a frente só com o movimento de trabalhadores de vanguarda, aquele grupo de trabalhadores que havia demonstrado condições exemplares frente ao trabalho e à revolução. A grande massa ficava para trás, não se integrava às tarefas. Era preciso buscar uma maneira de integrá-la, de fazê-la participar, única forma de fazê-la sentir-se responsável pelas tarefas que a revolução propunha" (pp. 56-57). Um administrador, que está estudando economia: "O estudo é fundamental. Não se pode desenvolver o país com baixo nível cultural. Hoje, ter sexto grau neste país é ser um analfabeto. É preciso ter um nível médio como mínimo. Existem aulas para

diferentes níveis. Existem cursos secundários para trabalhadores, os quais possibilitam que eles passem para a Faculdade Operária, para depois escolher uma carreira universitária. Aqui, o que não estuda é porque, de fato, tem um impedimento, e não um impedimento de trabalho porque se dão todas as facilidades. Nos primeiros anos da revolução cometemos um erro nesse sentido; trabalhávamos demais. Não tiramos nada de trabalhar 16 horas e não nos superamos. Temos que trabalhar 14 horas diárias e superarmo-nos o resto do tempo" (pp. 58-59). Trecho de uma conversa sobre a escolha do trabalhador exemplar na fábrica (condição para ser recrutado pelo PCC):

"– Neste grupo há algum trabalhador exemplar?

– Sim, Pastor Fundora, assinala Carlos, um trabalhador, referindo-se ao chefe da oficina.

– Poderiam vocês dizer-me por que razões foi eleito trabalhador exemplar?

– Bem, olhe, ele e eu nos conhecemos faz 20 anos. Para mim sua atitude tem sido correta depois do triunfo da revolução. Tivemos de lutar juntos contra a patronal. É um trabalhador de vanguarda. Realiza trabalho voluntário, e uma série de detalhes mais que o fazem sobressair em relação à massa.

– Há quanto tempo propuseram você, companheiro Fundora?

– Há questão de 2 meses.

– E desde quando é chefe de oficina?

– Desde há um ano." (p. 59)

Toda a discussão seguinte enumera o que é excepcional em suas qualidades e em seu caráter, permitindo que ele seja indicado pelos colegas como "trabalhador exemplar" e "chegue a militar nas fileiras do partido", como "um companheiro revolucionário a mais com que vai contar a revolução" (cf. p. 60). O próprio Fundora explica como se dá o processo de seleção e um obstáculo sobre o qual esbarrou.

"– Bom, ao ser eleito na assembléia como trabalhador exemplar, vem logo o processo para ingressar no partido, no qual é

preciso fazer uma autobiografia. Eu cometi um erro ao fazê-la e coloquei que havia sido militante de uma organização bastante, que seja... bastante funesta antes da revolução, quando na realidade eu só havia colaborado com ela até que me dei conta de seu verdadeiro caráter e me afastei. Posteriormente isso foi analisado e se considerou que uma pessoa que havia caído nessa debilidade não podia ingressar no partido.

– Esta não é, portanto, a primeira vez que você foi proposto como trabalhador exemplar?

– Não. Limitava-me esse dado, que aquela vez não foi esclarecido suficientemente. Em troca, agora foi debatido tanto pelo núcleo quanto pela massa." (p. 60.)

O secretário do PCC na fábrica esclareceu que o trabalhador, eleito pelos colegas, pode recusar-se a pertencer ao PCC, embora participe dos CDR, em outros organismos, no sindicato, preste trabalho voluntário etc. "Porque não quer assumir a responsabilidade de militante, porque não quer que se investigue sua vida... Por isso é fundamental o princípio da voluntariedade nessas coisas." (p. 61.)

Um trabalhador esclareceu vivamente por que fora rejeitado e o que pretendia fazer:

"– Olhe, eu saí eleito duas vezes trabalhador exemplar – interrompe Lázaro – mas não pude chegar a ser militante nas fileiras do partido, embora não perca as esperanças de que algum dia o consiga e quero se não o conseguir que me atirem o *carnet* [carteira de identificação] na cara".

Todos se riem da pitoresca expressão de Lázaro.

"– Poderia explicar-nos por que não conseguiu ser militante do partido?

– Quando foi feita minha biografia, na 'conjunta' [reunião dos militantes do partido em que se analisa o caso] me disseram que eu tinha de começar a superar algumas coisas. O problema número um era o problema do meu caráter. Vocês me viram quando participei da assembléia, eu sou muito violento, me cus-

ta controlar-me, embora me tenha dominado um pouco, continuo assim. E como isso, outras coisas. Sinceramente o que dizem a um é a verdade, a verdade maior que você pode ouvir. O que se tem de fazer é começar a superar isso." (p. 61.)

Outro que se confrontou com a superação:

"– Há vezes que nós nos concentramos em um trabalho e nos afastamos de outro – começa a contar Lázaro. E uma das coisas que me colocaram é a baixa escolaridade que tinha. Quando entrei para esta indústria, podia-se dizer que era quase analfabeto, tinha segundo primário. Segui até o sexto, mas logo não continuei a superar-me. Fui dirigente sindical depois da revolução e me dediquei a isso abandonando os estudos. Também abandonei um pouco o que era o Comitê de Defesa, e como tinha muitas tarefas propus a necessidade de deixar o cargo. Essas foram algumas das colocações que fizeram e sinceramente eu achava que eram corretas. Tinha que superar essas coisas. Agora volto às aulas de novo porque tenho de continuar estudando. Se não estudo, fico para trás. Se tivesse continuado a estudar, já estaria na Faculdade Operária ou subindo pelos degraus da Universidade como muitos companheiros que eram analfabetos antes do triunfo da revolução e que hoje estão na Universidade. Há companheiros velhos que nunca haviam estudado antes, e que hoje são doutores, com 50 e tantos anos. Ah! Mas se sacrificaram! O companheiro que é escolhido trabalhador exemplar nesta fábrica, você deve ter a completa segurança de que está analisado em sua atitude diante do trabalho, que é um companheiro que está à frente de tudo... E por isso é que eu não fui eleito. Como se diz vulgarmente 'al duro y sin guante'. Porque um não pode estar nas fileiras do partido se é muito 'fraco das pernas'... Eu saí contentíssimo esse dia. Me perguntaram, como te sentes? Respondi: muito bem, agradeço-lhes que me tenham dito tudo isso." (p. 62).

A seguinte seqüência de perguntas e respostas apanha vários tópicos essenciais:

"– Nesta indústria, em que estão 640 trabalhadores, quantos militantes existem?

– 19, responde o secretário do núcleo.

– Quantos trabalhadores de vanguarda?

– Uns 140.

– Como se premia o trabalhador de vanguarda?

– Dá-se um diploma mensal aos três trabalhadores mais destacados de cada oficina. Além disso, a CTC tem vários planos de férias, entrada para os teatros, os cabarés. Para todas essas coisas cada sindicato escolhe os melhores trabalhadores. E também ocorre que quando os companheiros acham um trabalhador muito esgotado sugerem mandá-lo descansar por um mês sem perder o salário nem as férias, e sem ter que pagar nada aonde vai.

– Às vezes há um trabalhador ou vários que pedem que se adote com eles essa medida – precisa 'Robertico'. Sim, há dez petições e só três lugares, antes escolhiam a administração e o sindicato, mas, como podemos equivocar-nos, agora se leva à assembléia de trabalhadores para que estes determinem quem merece esse descanso. São os trabalhadores que têm a última palavra.

– Se um militante começa a andar mal, o que pode fazer a massa?

– Quando um militante perde seu prestígio diante da massa é quando se começa a aplicar o código de sanções. Mas antes que a massa comece a dar-se conta de que o militante não reúne as condições, o núcleo do partido já terá dado cartas no assunto e estará analisando com ele os pontos em que deve superar-se. Quando não há núcleo na indústria ou centro de trabalho, os trabalhadores podem recorrer ao encarregado seccional do partido para propor-lhe as queixas que tenham sobre algum militante.

– E você, companheiro, que é dirigente sindical, também é militante do partido?

– Não" (p. 65).

Outro questionamento análogo foi feito sobre o sindicato, suas funções e relações com os trabalhadores. Eis o que seria central para esta exposição:

"– Parece que ocorreu um salto muito grande nas tarefas do sindicato depois de 1970. O que pode dizer-me a respeito?

– Bom, antes as funções eram muito mais limitadas que agora. Tudo se centrava no movimento dos trabalhadores de vanguarda, nas mobilizações para várias coisas. Pouco tinha que ver o sindicato com a produção. Agora o sindicato joga um papel fundamental na produção, na elaboração dos planos econômicos da indústria. A administração nos proporciona uma série de antecedentes que nós levamos à discussão dos trabalhadores.

– Devem ter muito trabalho com tudo isso. Quando são eleitos dirigentes sindicais deixam de trabalhar?

– Não. Trabalhamos sempre uma média de 5 horas diárias em nossos trabalhos habituais e o resto dedicamos a atender os problemas dos trabalhadores, da produção. Diariamente temos um 'conselhinho' com os dirigentes administrativos e do partido para discutir os problemas da produção.

– Companheiros, e agora que se está discutindo a vinculação do salário à norma, não ocorre que vocês, como dirigentes sindicais, tenham que enfrentar reivindicações salariais por parte dos trabalhadores?

– Não, ninguém reclama pelo salário básico. Só lhes preocupa que seu trabalho seja pago justamente, de acordo com seu rendimento.

– Conte-me, companheiro, e agora que há mais produtos à disposição, foi suprimida a distribuição dos produtos escassos aos melhores trabalhadores da indústria, como se fazia antes?

– Não. O sistema continua. Quando há mais produtos desses, vêm mais para as indústrias, mas prossegue a repartição por méritos. Existe uma comissão, eleita pelos próprios trabalhadores, da qual participa um representante do sindicato, que é a que decide como fazer a distribuição, decisão que tem de ser aprovada posteriormente pela assembléia. Assim se evita toda possibilidade de se cometer injustiças na repartição" (pp. 66-67).

Em outra discussão, com um grupo de trabalhadores de Havana, entre os quais se encontravam dirigentes administrativos, sindicais e do PCC, foi amplamente discutida a questão dos requisitos do trabalhador exemplar. Para não estender demais as citações, irei mencionar somente o essencial. Quanto a trabalhadores eleitos pela assembléia e que, depois, tiveram a candidatura retirada: "Sim, ocorreram dois casos, responde o secretário geral do núcleo do partido. Um porque não quis aceitar e o outro foi Manuel. Tinha um nível escolar baixo e não estava fazendo esforços para superar-se e logicamente isso o invalida, pois uma das condições para ser trabalhador exemplar é a de estar superando-se culturalmente, sobretudo neste processo que Fidel disse que ter um sexto grau é ser um analfabeto... É necessário superar-se tanto ideológica quanto culturalmente. Ter muita 'cancha' política" (p. 67) .Também se esclareceu como o cancelamento pode partir de dentro da própria assembléia: "Se um trabalhador propõe a algum companheiro e algum trabalhador dos ali reunidos pensa que esse companheiro não é exemplar entre os exemplares, pede a palavra e expõe seu ponto de vista. Por exemplo, ocorreu o caso de não considerar-se exemplar um companheiro que tendo uma noiva enfermeira, quando se casa com ela esta deixe de trabalhar porque ele pede que ela se dedique à casa. Esse companheiro exerce o machismo. Pensa que é ele o que trabalha e que ela deve ser a escrava da casa e dedicar-se só a ele. Estas são questões que a massa trabalhadora compreende. Não é correto que uma companheira deixe de trabalhar quando se casa. Se o companheiro supera esta situação poderá ser proposto em uma nova assembléia [para indicação] de trabalhadores exemplares. Todas as coisas podem superar-se e os militantes do partido se preocupam especialmente em ajudar a estes companheiros nesse sentido. O importante é assinalar os problemas em tempo. Alguém pode não saber uma coisa sobre o companheiro mas outro sim" (pp. 67-68). Um dos

trabalhadores deu a sua contribuição pessoal: "Eu fui proposto mas não aceitei porque chegar a ser militante implica uma série de responsabilidades que na ordem particular não posso cumprir. Um boxeador não pode subir ao ringue se está com gripe. Essa é a situação particular na qual me encontro nestes momentos. Esperamos nos recuperar um pouco e ir à luta" (p. 68). Uma das perguntas levou o dirigente sindical a dar vários esclarecimentos importantes: "Companheiro, e você, que é dirigente sindical, não é trabalhador exemplar?". "Não, para ser dirigente sindical não é necessário ser trabalhador exemplar. O dirigente sindical é eleito por aclamação. Deve reunir uma série de condições: ser um bom trabalhador, não ser absenteísta, ter uma boa conduta social dentro da fábrica, que são exigências muito menores que as que se fazem para ser militante. No caso do dirigente sindical não há seleção posterior. No caso do trabalhador exemplar, a massa o propõe mas o partido investiga seus dados biográficos e pode chegar a convencer-se que não tem méritos para ser militante." (p. 69.) O debate levou o secretário geral do núcleo a assinalar as alterações em andamento. "No início, para consolidar a revolução, escolheu-se a vanguarda revolucionária para a alta direção da economia. Por seus conhecimentos, por seu preparo, foi preciso levar os dirigentes do partido aos postos administrativos. Agora, com a nova metodologia se trata de eliminar isto cem por cento. O dirigente do partido deve ser um trabalhador simples e a composição do núcleo na fábrica deve ter no mínimo um terço de trabalhadores diretamente ligados à produção. E você poderá comprovar que em muitas partes um simples trabalhador é o secretário geral do núcleo e o administrador um simples militante." (p. 69.) O questionamento foi aprofundado e a mesma pessoa indicou porque uma boa parte do núcleo devia ser recrutada entre simples trabalhadores. "Isto tem uma base que é muito fundamental e eu próprio a experimentei na carne mais que ninguém e creio que é uma das melhores disposições baixadas pelo nosso partido. E penso assim porque, por termos nós a obrigação de levar a cabo e realizar a gestão econômica, ela nos impossibilitava, em ocasiões, de analisar nossa gestão com a veracidade que a analisa um simples trabalhador. Mesmo que o dirigente administrativo seja um companheiro que tenha uma grande compreensão revolucionária, é difícil que recolha à saciedade o sentimento vivo dos trabalhadores e se dedique dessa mesma forma a buscar sua solução imediata. Às vezes elas se atrasam pela posição que ocupa esse companheiro, sob o ponto de vista administrativo do aparato estatal. Embora minha gestão não esteja desligada dos trabalhadores pelas características próprias de minha pessoa, não é menos certo que a gestão administrativa me rouba um tempo que, se ficasse de fato na produção, poderia estar dedicado diretamente às inquietações dos trabalhadores. Essa é a razão por que a direção do partido e do governo decidiram eliminar no que for possível a dualidade político-administrativa para que a gestão do Estado e a gestão do partido possam realizar-se com o cem por cento da qualidade requerida." (p. 70.) A questão da identidade entre o trabalhador, o sindicato e o Estado revolucionário se colocou com agudeza, com defesa da convergência dos interesses dos trabalhadores em defender os interesses do Estado, "porque nós somos parte da economia de nosso país". Nesse registro, um dirigente sindical de Matanzas, que defendeu este ponto de vista, completou: "Temos que zelar para que nossa economia vá em ascensão. A revolução propõe que isto, tudo, é nosso, e é correto. O que não quer dizer que isto é nosso e eu o vou levar para minha casa. Não, não. Isto é nosso para produzir para a coletividade. Por isso é que precisamos ser cada vez mais produtivos para avançar mais ainda. O objetivo dos sindicatos é defender, como sempre, o interesse dos trabalhadores. Coloca-se que nós somos a contrapartida da administração. Mas a nossa administração é revolucionária e a função, em contrapartida, é zelar para que eles funcionem bem também, que administrem bem um negócio que é de todos nós. Aqui não há nenhum trabalhador que não tenha a consciência real do que está fazendo e por que o está fazendo" (p. 71). "Aqui os

planos econômicos descem aos centros de produção. Os trabalhadores os discutem, os analisam, os aprovam. Se fazem sugestões, modifica-se algo que possa estar incorreto ou se esclarece algo que não fora entendido. Isso é o concreto. Isso é poder. As leis, igualmente. Agora nós estamos discutindo a nova constituição socialista de nossa república. Discute-se aqui na fábrica, e os trabalhadores dão contribuições. Imagine, os que fizeram o projeto... é a um nível elevado. No entanto, desce aos centros para que os trabalhadores, o povo, dêem a sua contribuição à constituição. Aqui se discute tudo, todas as leis. Cada vez que a revolução dita uma lei, vem aqui aos centros. Se fazem as sugestões e inclusive pode haver modificações. Apesar do nível que possuem nossos companheiros da direção nacional, tornaram-se iguais e acolhem essas contribuições. Essa é a grande e rica experiência que nós temos como revolucionários. Sentimo-nos realmente como donos de nosso destino." (p. 72.) No que se refere às relações da administração com o sindicato, um administrador afirmou: "Não existe nenhuma discrepância com o sindicato. Sempre nos reunimos, conversamos para ver todos os problemas de um ponto de vista administrativo, do ponto de vista do bom ou mau rendimento. Nós temos um conselho com os dirigentes da fábrica uma vez por mês e se em algo falha a administração, aí se fazem as admoestações: como devemos atuar, como devemos tratar o trabalhador e recolhemos as sugestões, se há alguma. Por exemplo, o sindicato é o poder que move os trabalhadores para toda a atividade que há neste país, está constantemente captando as preocupações dos trabalhadores e nos despachos com o administrador coloca essas preocupações dos trabalhadores" (p. 74). Um administrador negro, ao lado de reminiscências amargas, salientou: "Sofri muito pessoalmente. E isso se passou com a maioria do povo. Não é possível esquecer, está ainda fresco na memória. Por isso, a participação de todo o povo nas tarefas da revolução se dá em uma forma tal que espanta aos demais países. Há países que duvidam que, na verdade, este povo se mova para os trabalhos voluntários

como o faz. Por isso há a explicação que já lhe dava. Sofremos, e agora estamos construindo para nós mesmos" (p. 75). "Depois que triunfou a revolução, incorporamo-nos em todas as tarefas. Mas havia muitas coisas que desconhecíamos: o que era uma revolução socialista, o que isso significava... Continuamos trabalhando duro, porém ao mesmo tempo tratamos de seguir superando-nos (...) A nossa linha fundamental é a superação, porque assim podemos participar mais ainda." (p. 75.)

É óbvio que esta excursão deixou muitas perguntas sem respostas. Parece claro, não obstante, que a classe trabalhadora enfrenta, de fato, as tarefas construtivas que resultam de sua condição de classe revolucionária. Os trabalhadores não usam nem precisariam usar o conflito para defender-se, proteger-se e afirmar-se. Eles estão empenhados em uma luta mais ampla, na qual empregam todas as formas sociais construtivas de sociabilidade, de cooperação e de solidariedade. Deste ângulo, o homem novo e a sociedade nova passaram de marco utópico do "idealismo revolucionário" a produtos e fatores interdependentes de uma nova situação histórico-social. Exprimem e fazem parte de práticas coletivas concretas, que redefinem o significado humano da revolução. Ou seja, na medida em que uma "revolução para os trabalhadores" se transforma em uma revolução dos trabalhadores, pelos trabalhadores e para os trabalhadores, o que era uma aspiração de chegar ao socialismo passa a ser o socialismo em marcha e dele está brotando uma nova Cuba, Cuba socialista.

ESTADO REVOLUCIONÁRIO E PODER POPULAR

A esfera na qual as origens históricas e políticas da revolução pesaram mais sobre os seus próprios ritmos, rendimento e criatividade foi a do poder estatal. O aparato estatal da república-satélite não possuía eficácia administrativa, política e legal, era estruturalmente corrompido, não merecia confiança do povo e, com a opção pelo socialismo, tornara-se completamente obsoleto. Ele mal serviu para alguma coisa na fase inicial (mesmo sob o governo Urrutia). Ao converter-se em equivalente do partido da revolução, o exército rebelde erigiu-se no "Estado dentro do Estado", servindo como catalizador das decisões políticas de maior alcance e, também, como núcleo infra-estrutural das funções governamentais.

Os especialistas costumam falar de "ausência" ou de "falta" de institucionalização, com referência aos aspectos políticos da revolução. Trata-se de uma abordagem mecanicista e confusa. Qual é a institucionalização de que deve partir um governo revolucionário que se declara socialista e tenta caminhar na direção do socialismo? As instituições básicas do Estado preexistente têm de ser destruídas. Qualquer que seja a posição teórica tomada diante da questão do Estado, uma coisa é óbvia: o Estado democrático burguês precisa ser destruído. Ora, o desmantela-

mento do aparato estatal herdado tinha de ir muito mais longe, na medida em que ele preservava estruturas coloniais ou neocoloniais de caráter antinacional e antidemocrático. De outro lado, a revolução tinha de gerar sua legalidade sem contar com os recursos típicos, que resultam de um longo movimento popular revolucionário e de um partido da revolução anteriores à tomada do poder. Em outras palavras, para falar-se de institucionalização, em tal caso, é preciso concebê-la como um processo – e um processo de criação de instituições novas.

Ora, isso o governo revolucionário fez desde o início. Foi montado, com relativa rapidez, todo o arcabouço governamental, que permitiu a implantação dos planos, a reestruturação dos serviços públicos e o desempenho das funções governamentais, nas esferas político-legal, administrativa e militar. Esse arcabouço poderia ser propriamente designado como governo revolucionário e está para o Estado revolucionário na mesma relação que o exército rebelde esteve para ele, a de embrião. Ele pressupunha muitas instituições, aceitas pelos revolucionários e pelo povo cubano, e essas instituições, apesar da improvisação sistemática e da excessiva tendência à estatização, demonstraram maior eficácia que as instituições da república velha. Portanto, ocorreu uma ampla e criativa institucionalização, contida dentro dos marcos da transitoriedade, porque o próprio governo revolucionário era transitório. Mesmo o excesso de centralização constituía um processo revolucionário e de transição. E a principal tarefa política do governo revolucionário, depois de garantir sua legitimidade como emanação da vontade da maioria do povo cubano e de assegurar a vitória da revolução, definia-se na sondagem e na descoberta das formas políticas que o poder da maioria deveria assumir posteriormente, em uma fase mais avançada de transição para o socialismo.

O aparecimento de condições externas, de instituições e de estruturas políticas estáveis – não definitivas, porque sob o socialismo isso não existiria e porque o Estado é em si mesmo condenado como forma política de dominação – dependia do próprio avanço do socialismo na sociedade cubana. Nesse sentido, o Estado socialista teria de ser gerado não pelo governo revolucionário, mas pela capacidade do povo de pôr em prática o socialismo: ele teria de nascer da consistência adquirida pela compulsão igualitária na massa do povo e pela correspondente universalização da consciência revolucionária. Em outras palavras, um nível mais complexo de institucionalização política dependia da passagem do "socialismo desde o poder" ao "socialismo de baixo para cima". O governo revolucionário poderia abreviar essa passagem, incentivá-la e fornecer, na medida em que ela se configurasse, todo o apoio necessário para que ela produzisse uma "mudança qualitativa" do Estado. O que ele não podia fazer era secretar, como se fosse a sociedade cubana, as condições externas, as instituições e as estruturas prontas e acabadas de um Estado socialista.

Essa possibilidade de contribuir para um salto da revolução constitui um produto histórico. O governo revolucionário acumulou forças e experiências ao longo da década de 1960. A sociedade cubana, por sua vez, adaptou-se com enorme vitalidade aos requisitos econômicos e sociais de uma economia socialista, da educação socialista ou do ideal socialista de solidariedade humana. Nos dois níveis apareceram sinais de que o governo revolucionário preenchera sua tarefa histórica e deixara, por isso, de responder às exigências políticas da situação. Foi necessária a crise vinculada ao "malogro" da safra de 1970 para que o governo entendesse aquelas exigências e procurasse despertar na população um desejo profundo de mudança, de revolução dentro da revolução (agora, para formar as estruturas políticas de um regime socialista). A revolução atinge, aqui, sua etapa mais construtiva, na qual ela própria suscita o fim do governo revolucionário, liga-se "para baixo" a todos os estratos do povo e assume um caráter democrático-popular, institucionalizando-se como poder popular organizado. Portanto, esta é uma década de

colheita de frutos mas, também, de lançamento dos pilares do Estado socialista e de conquista do futuro.

Como a última parte da unidade didática anterior já esclareceu como se operou, na sociedade cubana, a irradiação das idéias-chave do pensamento revolucionário da vanguarda para a massa, e qual é a consistência da consciência revolucionária no homem comum, aqui a discussão poderá ser limitada aos temas mais específicos. Adotei um esquema expositivo simples, pelo qual será possível examinar, nas duas primeiras aulas: a trajetória percorrida pela revolução para chegar à organização do poder popular; e os principais aspectos da distribuição do poder entre os organismos do Estado e outras entidades políticas ou sociais. Na última aula será debatido o drama político da revolução cubana, quanto à sua natureza e perspectivas. Em resumo, pretendo desenvolver o seguinte esquema: 1º revolução socialista e poder popular; 2º a rede do poder; 3º socialismo ou comunismo?

1 - Revolução socialista e poder popular

As relações das classes trabalhadoras com a revolução já foram discutidas acima, nos vários momentos da trajetória desta última e sob seus diversos aspectos. Não é o caso, portanto, de retomar o assunto. A título de recapitulação, gostaria de lembrar o apanhado de síntese, feito por M. Zeitlin (aqui, note-se, refere-se aos materiais da pesquisa de 1962): "A revolução em Cuba é uma revolução das classes trabalhadoras; os trabalhadores nas cidades, nos centrais açucareiros e no campo são sua base social. (...) Quase independentemente dos controles realizados, ou de que variáveis se considere, a maioria dos trabalhadores em cada subgrupo (em muitos casos uma maioria de dois terços ou mais) são revolucionários. Seja nas pequenas empresas e comunidades, seja nas grandes, seja os filhos de trabalhadores urbanos ou de trabalhadores em centrais açucareiros, de camponeses e proletários agrícolas ou das famílias de 'classes médias', sejam eles empregados ou desempregados antes da revolução, estejam trabalhando mais regularmente depois da revolução ou não, [sejam] qualificados, semiqualificados ou não-qualificados, [estejam] satisfeitos ou não com seu trabalho, [sejam] homem ou mulher, negro ou branco, e de qualquer geração, a maioria dos trabalhadores está com a revolução" (*Revolutionary politics and the Cuban working class,* citações extraídas das pp. 277 e 284). Todavia, há duas coisas a distinguir. O potencial de mobilização de Fidel Castro e da revolução; a forma de articulação da classe revolucionária à atividade (e à produção) política do governo revolucionário. Havia um abismo entre esses dois elementos. Em conseqüência, uma das tarefas mais urgentes deste governo consistia em converter sua extraordinária capacidade de mobilização maciça das massas em fator de participação política efetiva dos trabalhadores.

Essa articulação era politicamente essencial, porque a legitimidade do governo revolucionário não procedia da situação de fato, de sua capacidade de subjugação de toda oposição real ou potencial. Ela emergia do apoio e do consenso da maioria, mais que isso, do engajamento dos trabalhadores à revolução e das relações de reciprocidade, daí resultantes, deles com o governo revolucionário. Na prática, a revolução e o governo revolucionário se afirmavam como uma *appartenance* coletiva dos trabalhadores e eles deviam traduzir em ações concretas o apoio, consentimento e engajamento (pela atividade nas organizações revolucionárias de massas, como os Comitês de Defesa da Revolução; pela responsabilidade no trabalho; pela aceitação de encargos importantes para a coletividade, em papéis como os de dirigente sindical, militante do PCC etc., ou em organizações sociais como a CTC, pela participação de comícios de significado político local ou nacional etc.). Tal padrão de legitimidade exigia a mobilização estruturada e a participação consciente, um Estado de solidariedade ativo e permanente da classe revolucionária em face da revolução e do governo revolucionário (ou vice-versa). Portanto, nesse contexto político o próprio castrismo

desaparecera, apesar de sua importância subliminar, molecular e histórica; e a necessidade de estruturar a mobilização e de conscientizar a participação correspondia à emergência de uma forma política socialista de legimitidade. Os trabalhadores precisavam avançar juntos com a vanguarda revolucionária e esta, por sua vez, não podia falhar. Por isso, a qualidade da mobilização e da participação da massa se impôs em primeiro plano e exigiu que a mobilização espontânea e a participação tácita fossem largamente substituídas ou suplementadas pela mobilização e pela participação orgânicas. Superados o antigo regime, o capitalismo reformado e a fase heróica do combate à contra-revolução, não havia o mesmo lugar para as duas primeiras modalidades de manifestação das massas. É preciso insistir sobre isto, para terminar com certas confusões sobre o castrismo ou a natureza do regime político existente em Cuba. Não há mais condições políticas para a eclosão de um populismo (mesmo íntegro e genuinamente democrático). Nem para que Fidel Castro atue em função de algum tipo de paternalismo ou de caudilhismo (os analistas que procedem a descrições orientadas neste sentido talvez não entendam o que está ocorrendo graças à implantação do socialismo). O que tem realidade é um poder real da maioria, o qual pode ser identificado com Fidel Castro, representado por ele etc.; e esse poder real é um poder da maioria, pela maioria e para a maioria, que só pode objetivar-se em uma pessoa em termos condicionais e institucionais. Ou isso, com as exigências históricas de conscientização, organização e institucionalização (por enquanto a nível partidário) das manifestações coletivas da maioria. Ou a ditadura do proletariado como um sucedâneo das outras formas tradicionais de ditadura (com o ditador e sua claque concentrando todo o poder estatal em suas mãos). Por aí se evidenciam as confusões que precisam ser evitadas e que a presente descrição põe de lado.

Esses problemas se colocaram agudamente em 1961 e 1962. A inexistência de uma atividade político-partidária realmente

democrática e bastante rica, no período pré-revolucionário, e a ausência de um partido da revolução com laços orgânicos nas classes trabalhadoras antes da conquista do poder constituíam um fator limitativo insuperável. Não havia um ponto de partida "sólido" na estrutura política da situação histórica. Era preciso extrair da "crista política" desta situação uma solução política adaptativa, que fosse suficientemente elástica para integrar pelo menos as correntes revolucionárias consagradas e bastante exclusiva para eliminar riscos de dispersão, de oportunismo ou de consolidação reformista. A solução natural (e, por conseguinte, a mais fácil) consistia em unificar as várias organizações revolucionárias provadas na luta contra Batista e propensas a defender o caráter socialista da revolução. Assim se constituíram as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), compostas pelo Movimento 26 de Julho, Partido Social Popular (o antigo partido comunista de Cuba) e Diretório Revolucionário (ex-Diretório Estudantil Revolucionário). Ao que parece, Fidel Castro falou pela primeira vez dessas organizações (em 26 de julho de 1961) depois que elas se achavam em plena atividade. Sua constituição só foi divulgada em 8 de março de 1962; sua direção nacional era composta de 13 membros do 26 de Julho, 10 do PSP e 2 do DR. Em termos táticos, a absorção do PSP respondia à necessidade urgente de aumentar os quadros administrativos, as alternativas políticas e as potencialidades de mobilização orgânica dos trabalhadores pelo governo revolucionário (com esse espírito, a proposta partira de Che Guevara). Em termos estratégicos, a solução visava a dois objetivos (claramente delineados por Fidel Castro). Primeiro, produzir uma unificação tão rápida quanto possível das forças políticas da revolução. Já que era impraticável acelerar a história "por baixo", por falta de liames institucionais entre a classe revolucionária e a vanguarda revolucionária no poder, cumpria avançar depressa na articulação das forças revolucionárias que podiam agir, construtivamente, através do governo e das ORI, de cima para baixo. Segundo,

abrir caminho, com apoio nas ORI, para a constituição do Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), o partido da revolução. Embora anunciado em discurso de Fidel Castro de 2 de dezembro de 1962, sua atividade marcante se deu de 1963 em diante. Ele devia suprir a carência política básica da revolução nesse período, institucionalizando as atividades políticas revolucionárias no plano partidário e engendrando as relações orgânicas entre a base social, os vários organismos do governo revolucionário e a direção global do processo revolucionário.

Essa tentativa de "ultrapassar" a história acabou sendo frustrada, em decorrência dos fatos. Mas, ela teve uma importância marcante e, por assim dizer, estrutural na sedimentação dos princípios políticos da revolução. Como antes, em que esta excluiu a hegemonia burguesa, agora ela se voltou contra uma hegemonia "micro-facciosista" ou o sectarismo do principal dirigente do PSP (Aníbal Escalante). Os fatos são bem conhecidos (veja-se, principalmente, J. O'Connor, *The origins of socialism in Cuba*, pp. 289-292, e K. S. Karol, *Guerrillas in power*, pp. 233-249). A velha guarda do PSP tentou monopolizar gradualmente o controle de organizações revolucionárias de massas (como os Comitês de Defesa da Revolução, os Jovens Rebeldes, a Federação de Mulheres Cubanas etc.), de sindicatos, de entidades estatais (como o JUCEI ou o INRA; mas também outros órgãos de administração local e regional); e das ORI em seus vários níveis. Fidel Castro denunciou a tentativa (discursos de 13 e 26 de março de 1962) e adotou medidas que conduziram a um processo de expurgo. Os fatos demonstraram, pois, a inviabilidade do projeto e as ORI foram dissolvidas. A penosa lição que ficou: um partido da revolução, por mais necessário que seja, não pode ser improvisado. A democracia proletária exige algo mais que a unificação pela cúpula de movimentos revolucionários e, apressada demais, esta fomenta riscos de deterioração burocrática. "Estávamos organizando ou criando uma camisa-de-força, um jugo, companheiros. Não estávamos promovendo uma organização livre de

revolucionários, mas um exército de revolucionários domesticados e amestrados." (Fidel Castro, *apud M.* Harnecker, *Cuba*, p. 17.) Não se avançava na direção da "ligação com as massas" e do "centralismo democrático": "As ORI perdem sua função de motor ideológico e de controle de todo aparato produtivo através desta função e passam a ser um aparato administrativo; nestas condições, os chamados de alerta que deviam vir das províncias, explicando a série de problemas que aí existiam, perdiam-se, porque aqueles que deviam analisar o trabalho dos funcionários administrativos eram precisamente os dirigentes do núcleo que cumpriam uma dupla função de partido e de administração pública" (E. Che Guevara, "O partido marxista-leninista", *Obra revolucionária*, p. 568).

A questão do recrutamento dos militantes, o problema-chave nesse momento, se repunha em toda a sua gravidade. Além da pergunta – em quem confiar? – torna-se transparente que o governo revolucionário devia romper limitações decorrentes de práticas políticas que perderam significado revolucionário no novo contexto histórico. "As demais organizações [o 26 de Julho e o DR] o que eram? Eram organizações com uma velha militância vertebrada? Não, eram organizações com grandes simpatias de massas, eram uma torrente desbordando de massas. Isso era o 26, isso eram as demais organizações. Se nós íamos fazer uma organização, uma integração, e não integramos as massas, não estaremos fazendo nenhuma integração, estaremos caindo em um sectarismo como aquele em que caímos." (Fidel Castro, *apud* M. Harnecker, *idem*, p. 18.) O saldo positivo: a experiência falhara, mas mostrara que a mobilização orgânica das massas e o recrutamento de militantes eram realidades que precisavam ser enfrentadas com critérios específicos (em termos históricos, da revolução e de Cuba). Impunha-se caminhar para as soluções mais complexas e difíceis, também as únicas verdadeiramente revolucionárias.

O PURS aproveita as duas lições. Ele foi estruturado como um típico partido revolucionário de vanguarda, que recruta nas

bases (no caso, os trabalhadores) e seleciona ou promove de acordo com os méritos. As duas citações seguintes, tomadas de discursos de Fidel Castro, de 1962, e de Che Guevara, de 1963, esclarecem o assunto (ambas extraídas de M. Harnecker, *op. cit.*, pp. 18 e 20, respectivamente): "agrupar dentro do partido o melhor do povo, o melhor da classe trabalhadora (...). Isto é, o primeiro requisito para ser do núcleo é ser um 'trabalhador exemplar'. Além disso, deve aceitar a revolução e ter uma 'vida limpa' politicamente". O Che põe em relevo a amplitude com que o critério foi empregado. "Como vocês já comprovaram [ele falava para um auditório de trabalhadores], mais ainda, como vocês já aprovaram, os membros do Partido Unido da Revolução Socialista que saem deste centro de trabalho são homens que contam com o apoio unânime dos companheiros de trabalho. Os núcleos que se formam neste momento, as organizações do partido, contam desde agora com todo o apoio necessário, e abandonam o trabalho subterrâneo, quase conspirativo, que durante um bom tempo foi o que deu a tônica ao trabalho de nosso partido dirigente. (...) De toda essa penumbra em que se vivia, desses núcleos clandestinos, eleitos de forma mecânica, considerando sem análise suficiente as qualidades dos companheiros, passa-se a uma nova forma estrutural, na qual são as massas que decidem no primeiro escalão quais devem ser os trabalhadores exemplares propostos como membros do partido. (...) Quem aspire a ser dirigente tem que poder confrontar-se, ou melhor dito, expor-se ao verídico das massas e ter confiança de que foi eleito dirigente ou proposto como dirigente porque é melhor entre os bons, por seu trabalho, seu espírito de sacrifício, sua constante atividade de vanguarda em todas as lutas que o proletariado deve realizar cotidianamente para a construção do socialismo."

No conjunto, dava-se um considerável salto qualitativo. A antiga vanguarda revolucionária aceitava e incentivava o seu enquadramento num partido da revolução no qual lutaria ombro a ombro com novos dirigentes, recrutados diretamente entre os trabalhadores e pelos trabalhadores. De outro, organizava um processo de cefalização, pela qual a revolução estabelecia um circuito normal de peneiramento, mobilidade e circulação dos recursos humanos que a classe revolucionária estava em condições de proporcionar, de imediato e a médio prazo. Em termos da dinâmica da ditadura do proletariado e da correspondente democracia da maioria, o PURS aprofundava o nível histórico e o significado político da revolução.

Não obstante, o PURS não conseguira ir além do umbral da unificação ideológica, o que traduzia, de fato, um limite da revolução. Nessas condições, sua contribuição sofria a interferência de duas debilidades. Ele era demasiado seletivo, de um lado, não por motivos intrínsecos ou por causa dos critérios de recrutamento e promoção. Em virtude do modo pelo qual o "vanguardismo" se manifestava naquela ocasião, ele apertava demais as malhas pelas quais deviam atravessar os "melhores entre os melhores". Aliás, M. Harnecker dá uma informação ilustrativa: em uma fábrica têxtil, de 4 mil trabalhadores, só 197 foram eleitos trabalhadores exemplares. O PURS "não cresce, depura-se" (*idem*, p. 19). Ele não concorria, por outro lado, para a eliminação e a superação das contradições ideológicas que subsistiam dentro da revolução. Servia-lhes, ao contrário, como caixa de ressonância e veículo de propagação, animando-as ou fortalecendo-as. Fidel Castro mencionava esse aspecto, no discurso que marca a fundação do Partido Comunista de Cuba (3 de outubro de 1965): "Mas outra batalha não menos difícil era preciso travar ainda: a batalha contra os preconceitos; a batalha contra o anticomunismo, semeado durante dezenas de anos por todos os meios possíveis. E essa batalha final (...) a demos juntos os revolucionários de todas as procedências! Coordenados primeiro e unidos depois; mas unidos nos princípios do marxismo-leninismo" (*apud* M. Harnecker, *op. cit.*, pp. 21-22).

Em boa linguagem dialética, isso quer dizer que a revolução, que transcendera à sua órbita histórica ao optar pelo socialismo,

6 anos depois forçará a mão de modo estritamente político para impor a primazia da consciência comunista e da simultaneidade dos dois estágios. Ainda é uma aceleração da história no melhor estilo da "revolução desde o poder". Só que, agora, com base na retaguarda política de um governo revolucionário consolidado, e, acima de tudo, com vistas a organizar o partido da revolução em moldes estritamente marxistas-leninistas. O PCC surge, no contexto histórico, ainda como uma tentativa de resolver, para sempre, os dilemas postos pela mobilização e participação das massas de uma forma orgânica na construção do socialismo. Como a solução anterior, esta também se limitava ao âmbito restrito de uma institucionalização segmentada: a que vem de um partido socialista que corta, não obstante, horizontal e verticalmente a sociedade cubana. Como as soluções anteriores (das ORI e do PURS), também se tinha em mente os problemas da "ligação com as massas" e do "centralismo democrático". Só que, em 1965, o governo revolucionário pensava ter reunido todas as condições necessárias para que a experiência com o PCC transcorresse em um patamar mais frutífero, ao mesmo tempo de aceleração da revolução e de aceleração da história. Cuba já criara muitas das pré-condições da existência de um partido da revolução marxista-leninista e este, contando com semelhante ponto de partida, poderia muito bem criar as outras. Com isso, as relações entre o PCC, o governo revolucionário e a sociedade cubana poderiam responder às exigências fermentativas do centralismo democrático e do comunismo como o objetivo histórico de uma verdadeira revolução socialista.

Os últimos 5 anos da década de 1960 encontram Cuba apertada, simultaneamente, por dois lados. A aceleração do desenvolvimento econômico prevê o seu pico mais alto, na preparação da safra de 1970. A aceleração da revolução, por sua vez, desprende-se do solo histórico e gravita no terreno da ideologia pura ou da doutrinação política (resvalando daí para a ação revolucionária de forma concreta, como se poderia exemplificar

com a solução dos problemas da vinculação do ensino com o trabalho). O Estado revolucionário, como formação política, é perigosamente negligenciado. A presunção tácita dominante é a de que a revolução conta com tempo para resolver os seus problemas nessa frente. Sabia-se que havia uma cirurgia penosa a ser feita. Mas acreditava-se, também, que o melhor seria deixá-la para mais tarde, quando existiriam condições econômicas mais vantajosas para desatá-la. Ora, o Estado revolucionário não era mais que um conglomerado. Isso iria tornar-se transparente, de maneira dramática, pela crise da safra de 1970, que não foi uma crise agrícola, mas política e administrativa. Ela pôs a nu que o Estado revolucionário não existia como tal e que a tarefa mais urgente da revolução consistia em trabalhar na construção desse Estado. Ainda aqui, apesar da farta contribuição que dera para que a crise se tornasse tão devastadora, foi Fidel Castro que teve a honestidade e o desassombro de levar o desmascaramento da crise para o plano do discurso político revolucionário (não como simples autocrítica, como implica o título dado a um dos discursos, publicado em português). Então se desencadeia o primeiro grande esforço global para erigir em Cuba um Estado socialista. O que quer dizer que a revolução demorou quase 15 anos para passar da problemática da organização do partido para a problemática da organização do Estado. Essa demora só não lhe foi fatal porque ela contou com uma vanguarda invulgar, um bom desempenho do governo revolucionário, o apoio decidido do povo, os efeitos autoprotetores do isolamento imposto pelos estadunidenses e uma segurança econômica relativa graças ao comércio com a União Soviética e outros países socialistas.

O relatório de Fidel Castro ao 1º Congresso do Partido Comunista de Cuba contém uma condensação das principais críticas que ele endereçou às "tendências negativas" que se cristalizaram de 1965 em diante. Como ela é suficiente para localizar os problemas que interessam ao presente debate, irei limitar-me a esta longa transcrição. "Desde 1965 começam a manifestar-se certas

confusões entre as funções do partido e o Estado. Entre 1967 e 1970 o partido traslada seu centro de atenção para a administração e muitas vezes a substitui. Os sindicatos deixam de representar seu papel e, especialmente, a partir de XII Congresso de 1966 desenvolve-se o Movimento de Vanguarda, que na prática substitui o movimento sindical. O papel das organizações de massas em geral se debilita. (...) No desenvolvimento destes problemas teve influência o fato de que nosso partido, ainda que contasse com uma militância combativa e entusiasta, que crescera desde sua fundação das três organizações que uniram suas forças, e no qual fora criado em 1965 o comitê central, adoecia de faltas em seus níveis de direção. Depois da crítica ao sectarismo, grande parte das energias foram consagradas à estruturação e ao crescimento da base, mas o aparato do comitê central virtualmente não existia. (...) Durante anos as atividades do partido foram atendidas pela secretaria da organização. De fato, o *bureau* político funcionava como a máxima autoridade do partido sem que na prática o comitê central exercesse as funções que lhe correspondiam. Além disso, este *bureau*, integrado por companheiros sobre os quais recaíam múltiplas obrigações estatais, atendia somente as questões políticas da maior importância e não existia um trabalho rigorosamente sistemático para a direção do partido e do Estado." ("El desarrolo ecónomico de Cuba", p. 97.) O diagnóstico é conclusivo. Na medida em que o governo revolucionário concentrou em si todas as funções do Estado e em que o PCC não suplantou a sobrecarga política resultante sobreveio uma pane no motor da revolução. Raul Castro colocou a questão em termos da necessidade de uma passagem do "centralismo burocrático" para o "centralismo democrático", o que revela como foi pequeno o terreno real, ganho entre 1965 e 1970 através da reorganização partidária, e explica por que o poder popular se repôs em função de uma ótica política mais audaciosa e inclusiva.

Os primeiros resultados dessa efervescência, pela qual a revolução voltou às suas origens e o idealismo revolucionário da

década de 1960 se reformulou, aparecem no início da década de 1970 e, especialmente, no grande experimento político de Matanzas, em 1974, sobre a organização do poder popular. Em seguida, em 1976, o que fora um teste político agora é aplicado em escala nacional (sobre o assunto, v. *Sobre los órganos del poder popular,* resolução do Comitê Central do PCC, *passim,* M. Harnecker, *Cuba,* pp. 24-40 e C. Bengelsdorf, "A large school of government", pp. 3-18). O Estado revolucionário afinal se estrutura, assentando-se sobre uma imensa base popular organizada e exprimindo o poder do povo condensado no vértice. O critério do melhor entre os melhores reaparece, porém, na escolha direta dos candidatos à representação popular e à eleição; o poder de representação, contudo, não dá origem a um mandato pleno; mas faculta ao delegado do povo que proceda à escolha e à eleição dos delegados ou deputados aos demais níveis do poder popular. Assim, desdobra-se uma pirâmide sob controle popular direto no nível municipal e indireto aos níveis provincial e nacional [o assunto voltará a ser considerado na próxima aula]. O PCC e as organizações revolucionárias de massa entram em relação flexível com a constituição do poder popular em todos os níveis, mas o risco de uma monopolização automática do poder real pelo vértice, bem como a prática de uma delegação do poder popular sem consentimento ficam eliminadas formalmente (o que não impede que eles ocorram, de fato). O que importa ressaltar, no momento, é a forma piramidal do Estado revolucionário e a canalização do poder da maioria de baixo para cima, de modo que a condensação desse poder se processe no último patamar, no qual a Assembléia Nacional se entronca diretamente e de modo permanente com a constituição e o funcionamento dos órgãos centrais do governo.

O que se deve destacar é que a revolução superou sua relutância em moldar um novo Estado. Passa-se da institucionalização mediante o partido da revolução para a própria organização do poder popular dissociada das funções orgânicas diretas do parti-

do da revolução) e a institucionalização mediante o Estado revolucionário (concebido literalmente como a maioria no poder). Não se sabe até que ponto essa forma política da democracia popular tenta corresponder revolucionariamente à concepção socialista da passagem gradual à "administração das coisas" e à "extinção final" do Estado. Todavia, em cada um dos níveis do poder popular este possui uma capacidade autêntica de "administração das coisas" e de controle coletivo dos vários problemas da comunidade. Na exposição que fez em Matanzas, em 22 de agosto de 1974, Raul Castro definiu os contornos do Estado democrático popular em que se converteu o Estado cubano gerado pela revolução: "As instâncias inferiores estão subordinadas às superiores mas atuam com autonomia dentro dos marcos legais e normativos que se estabeleçam e não devem estar submetidas à tutelagem constante e limitante das instâncias superiores. Este mecanismo, além de tornar mais ágeis, operativas e conformes às exigências de momento e de lugar as decisões a tomar, libera as instâncias superiores e, sobretudo, os organismos nacionais de uma pesada e volumosa carga de tarefas administrativas e correntes que, na prática, não podem realizar devidamente, vendo-se obrigados a não atendê-las em grande medida, e que, por outro lado, os impedem de desenvolver tarefas de responsabilidade de sua verdadeira competência no que se refere à normativização, controle e inspeção das atividades que atendem. (...) Nosso Estado tem sido e é, portanto, um Estado essencialmente democrático, um Estado dos humildes, pelos humildes e para os humildes; um Estado de todos e para todos os trabalhadores. Do que se trata, pois, é de aperfeiçoar o nosso Estado, de dar-lhe uma estrutura completa e definitiva, de aperfeiçoar a nossa democracia" (*apud M.* Harnecker, *op. cit.*, p. 29 e 35).

Por enquanto, irei limitar-me à questão: por que a revolução demorou tanto para começar a construir o Estado revolucionário? Muitos insistem numa resposta óbvia, mas que não esclarece nada. A revolução tinha de resolver, antes, problemas prioritários, relacionados com o desenvolvimento econômico, a defesa militar e as condições subjetivas da solidariedade revolucionária dos trabalhadores. Em suma, antes teria sido cedo. Isso não responde a nada. A tarefa essencial de qualquer governo socialista, depois da conquista do poder, consiste na organização de um Estado revolucionário socialista. Em Cuba, essa tarefa foi subestimada e adiada por uma razão evidente. Os revolucionários custaram para entender que a "institucionalização da revolução" não teria de decorrer, apenas, da organização da força revolucionária de vanguarda. Não houve nenhum erro em dar tanta importância ao problema do partido da revolução. O erro veio do fato de que esse problema não tenha implicado uma atenção mais cuidadosa e mais ampla da relação entre partido e Estado, nas condições existentes e em termos dos princípios socialistas das funções do Estado no período de transição. De outro lado, parece claro que o problema do Estado ganhou prioridade porque a crise de 1970 ergueu redondamente a questão da legitimidade do regime. Nesses 20 anos, a revolução avançara tanto, dentro do povo e da massa dos trabalhadores, que não era mais possível segregar no topo a responsabilidade da vanguarda e, por conseguinte, do governo. Desse ângulo, essa crise revelou que Cuba já reunia todas as condições para a forma política ditadura do proletariado e democracia da maioria ou popular.*

* É preciso entender-se, claramente, que a ditadura do proletariado constitui-se, de modo imediato e direto, a partir da opção pelo socialismo (então, a democracia armada sofre uma transformação política, convertendo-se a ditadura guerrilheiro-popular em expressão da hegemonia das classes trabalhadoras e das massas destituídas sobre o poder revolucionário, conforme já foi visto antes). Não estamos, pois, diante de um caso no qual "um governo popular atua em favor dos trabalhadores e de suas reivindicações". Porém, de um caso de "detenção revolucionária do poder do Estado". Sobre esta questão, de evidente importância analítica e política, veja-se E. Balibar *Sobre la dictadura del proletariado*, trad. de Mª Josefa Cordero e G. Albiac, México, Siglo Veintiuno Editores, 1977, esp. pp. 64-65). Porque estou convencido disso, limitei-me a descrever a trajetória percorrida pela instauração da ditadura do proletariado em Cuba e a caracterizar a forma política que ela assumiu sob poder do Estado organizado como democracia popular (matéria da aula seguinte).

2 - A rede de poder

Os autores que focalizam a emergência da ditadura do proletariado da perspectiva da "ciência política" tendem a ficar confinados à autodefesa da democracia burguesa. Por isso, concentram-se na questão da arregimentação e deixam de lado a problemática da desagregação do regime de classes e sua imbricação com o aparecimento e consolidação da democracia popular como forma política (isto é, com a persistência do Estado). Lembremo-nos do que ensina Marx: "A condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, do mesmo modo como a condição de libertação do Terceiro-Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os Estados e de todas as ordens. (...) A classe trabalhadora substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, pois que o poder político é precisamente o resumo social do antagonismo na sociedade civil" (*Miséria da filosofia*, p. 156). Ora, ainda na fase quente da contra-revolução e de criação de muitas condições econômicas e sociais da sociedade nova, que deve substituir o antigo regime, a "classe trabalhadora" deve manter todo o poder revolucionário concentrado de que dispõe, ainda que não precise usá-lo para deslocar a classe antagônica, mas, direta e positivamente, necessite dele para assegurar-se a construção de uma sociedade sem classes. Minha intenção é proceder à descrição que me parece correta, apanhar o sistema político que se configura no aqui e no agora de Cuba em seus principais aspectos, de modo a considerar: 1. a manifestação do poder como forma de dominação da maioria; 2. a organização e as funções do governo da sociedade; 3. controles reativos na transição para o socialismo.

A primeira questão possui interesse analítico preliminar. Ela nos põe diretamente diante do dilema político da revolução cubana. Como já vimos de passagem, várias vezes, esta não gerou o seu "grande partido revolucionário da vanguarda dos trabalhadores" e o seu sucedâneo mais definido só aparece em 1965, sem conseguir as condições que, colocando-o acima das massas e do Estado, o convertessem no fio condutor do processo revolucionário nos dois níveis, unidos por seu intermédio e nas suas mãos. A situação impõe, por isso mesmo, a indagação: como se processa a coordenação e a condensação das forças revolucionárias produzidas pela desagregação do antigo regime de classes e que entidade orienta a aplicação do elemento político daí resultante na construção da sociedade nova? Note-se: a desagregação do regime de classes conduz tanto ao abafamento gradativo e à eliminação final do antagonismo, pelo qual surgia naturalmente a relação política dos trabalhadores com a ordem existente, quanto ao fortalecimento de compulsões igualitárias, de responsabilidade coletiva e de solidariedade humana, por meio das quais a sociedade nova secreta sua própria ordem social. De uma perspectiva sociológica e do ângulo socialista, nessa passagem o elemento político não desaparece: ele muda de caráter. O que desaparece é o elemento político associado ao antagonismo de classe ou ao conflito antagônico. A constituição da sociedade nova se faz em um marco de autodefesa coletiva, por vezes violenta e armada (é preciso lembrar a contra-revolução, o cerco militarizado e a "guerra santa" imperialista?). Porém, mesmo que isso não ocorresse a democracia do proletariado, da maioria ou do povo, é um ponto de partida. Depois da implantação do socialismo, na fase de transição imediata, as soluções que surgem valem como arranjos iniciais e na medida em que as desigualdades subsistentes não engendrem condições externas e forças intrínsecas bastante fortes para se converterem em fatores de estabilização do "período de transição". O que importa ressaltar é que existe um elemento político típico desta fase e o seu peso estrutural ou dinâmico – e, portanto, a sua potencialidade histórica – constitui uma função do modo pelo qual a própria revolução lida com esse elemento político. Ele é, por sua forma e por sua essência, construtivo. Mas, ele pode encurtar ou

ampliar a duração do referido período, inclusive permitindo que o *quantum* de socialismo alcançado se eleve em critério de avaliação do socialismo e de repúdio aos sacrifícios exigidos pela aceleração crescente da revolução em busca do comunismo. No caso cubano aparecem, lado a lado, os dois elementos políticos mencionados, pois ainda se enfrenta a desagregação do regime de classes simultaneamente com a construção da sociedade nova. Tudo isso exige que se proceda a uma análise ampla, que permita responder aos problemas teóricos fundamentais (e não ignorá-los), e que se supere a tendência a atribuir à natureza do socialismo de acumulação, que é uma abstração, efeitos que resultam do modo pelo qual os revolucionários – no topo e nas massas – se acomodam aos dois elementos políticos ou tentam submetê-los a um controle socialista revolucionário.

O que salta à vista, na revolução cubana, são as três experiências históricas ou evoluções interdependentes que a cercam. Primeiro, a vanguarda revolucionária conquistou o poder, monopolizou o governo revolucionário e dirigiu com autonomia total a marcha batida na direção do socialismo, só depois disso tudo decidiu organizar-se como um forte partido da revolução. Segundo, as classes trabalhadoras e as populações pobres lançaram-se com entusiasmo ao apoio direto da revolução, defenderam-na ativamente com o trabalho, a solidariedade política e o risco militar, só depois disso tudo (e inclusive da socialização política produzida pelas organizações sociais e de massas criadas pelo governo revolucionário) encontraram abertas as portas que conduziam à incorporação ultra-seletiva no partido da revolução. Terceiro, este partido, em si mesmo, não é um "produto tardio" da revolução, mas, ainda assim, ele tem de absorver e coordenar duas vanguardas – uma histórica e "heróica", que "fez a revolução"; outra que, certamente, levará "a revolução para a frente", proletarizando-a a fundo, porém ainda está em adestramento político –, precisa vencer mitos e utopias e, em particular, sair da órbita da história feita para a das fronteiras novas. Cada um des-

ses elementos, portanto, possui o seu nicho e, de quebra, um modo de relacionamento recíproco entre si relativamente estruturado. O que, se a atenção for concentrada no partido da revolução, possibilitará uma apreciação óbvia. Ele não é, certamente, um partido da revolução "conquistador" ou "triunfante". Inclusive, a revolução reserva espaços históricos distintos para cada um desses agentes históricos e ele conta com um espaço próprio demasiado estreito para as funções que deverá preencher na medida em que a transição para o socialismo se adensar e se intensificar.

Esse esboço é meramente aproximativo. Não obstante, ele oferece um quadro de referências estimulante para quem pretenda entender a revolução cubana, em seu desenrolar atual e em seu futuro, dentro do seu solo histórico. Nada poderá modificar as conseqüências recorrentes de evoluções transcorridas. A revolução cubana possui, a esta altura, um perfil definido e, mesmo que certas transformações alterem parte desse esboço, elas não poderão suprimir o "custo político" das mencionadas evoluções. A par de tudo que não logrou e não poderia lograr, a revolução ganhou uma intensidade histórica e uma essência humana que fazem parte do patrimônio político de Cuba, da América Latina e da humanidade. Não penso que ela esteja à mercê das previsões pessimistas e cataclísmicas dos seus adversários. Porém, mesmo nesse limite, tudo o que venha a ocorrer não poderá ir contra essas duas características, que marcam culturalmente (seria melhor dizer: etologicamente) a qualidade da democracia proletária, da maioria ou popular que a revolução não desentranhou do presente mas de uma existência multissecular. A reflexão que se impõe: o colonialismo e o neocolonialismo alimentaram os seus contrários. Estes eram os "universais" reprimidos, que se libertaram graças à e pela revolução, refluíram sobre ela e mostraram, assim, a bela face de Cuba ao negar para sempre todo o seu passado.

É com fundamento nesta concepção totalizadora, que nos põe diante dos três conjuntos relativizando-os no todo e salien-

ta a especificidade histórica de cada um como força social revolucionária, que se deveria retomar o velho debate sobre "quem controla (ou deveria controlar) o que" na revolução cubana. Parece óbvio que a consolidação da transição para o socialismo exige um partido da revolução muito forte. Mas, também é óbvio que os revolucionários históricos ainda constituem a principal garantia de que nada desviará a revolução de suas origens e de suas tarefas políticas. Além disso, é óbvio que os trabalhadores, como a classe revolucionária, malgrado todos os avanços, ainda não absorveram plenamente, em sua consciência social e em suas orientações de comportamento, os valores essenciais do socialismo e do comunismo (o imenso material contido no livro de M. Harnecker sugere claros, aberrações e inconsistências que já deveriam ter sido eliminados: a revolução, sob esse aspecto, incorporou-se à sua natureza humana e humanizou-os politicamente, conquistou a sua lealdade, mas o socialismo revolucionário, em sua variedade marxista-leninista, ainda não conta como fator básico de socialização política).

Esse arrolamento mostra, nada mais nada menos, que o partido da revolução desponta como uma espécie de carência política. Hoje não há como ignorar essa realidade e o que ela impõe ao ato de enfrentar as duas faces políticas deste período – a desagregação final do regime de classes e a construção da sociedade nova, igualitária; a técnica de usar o Estado revolucionário para conseguir os dois objetivos; e, principalmente, a importância do partido para superá-los. O mesmo quadro indica, não obstante, que os revolucionários tinham razão em moderar a influência do partido da revolução e em limitar o seu crescimento, dando prioridade às suas próprias relações diretas com as massas e à mudança revolucionária espontânea. O que evitavam não era tanto uma burocratização precoce da revolução, algo que sempre esteve presente em seus temores, quanto o que se poderia chamar de ritualização da política revolucionária e de domesticação redentora das massas.

Bem ponderadas as coisas, isso significa que a revolução caminhou muito depressa no plano ideológico-utópico e político e que, agora, precisa de tempo para realizar duas coisas. Primeiro, gerar um partido da revolução capaz de herdar e carregar suas bandeiras, servindo de elo entre as pulsações da sociedade cubana, a dinamização do emergente Estado democrático-popular e a consolidação interna da transição para o socialismo. Segundo, universalizar uma socialização política socialista consistente no seio da classe revolucionária – o único equivalente e substituto eficaz dos revolucionários históricos – e contar assim, na base social da revolução, com os dinamismos e os controles políticos que tornam a construção do socialismo irreversível.

Ao que parece, a geração dos revolucionários no poder não conta com esse tempo. O que os impele a ter de aceitar uma derradeira prova de altruísmo esclarecido e de auto-superação, na busca das soluções possíveis. A tentativa de institucionalizar o poder popular procedeu, aparentemente, dessa compulsão política. Não obstante, ela repõe, em um contexto político novo, as contradições intrínsecas à superposição e à coexistência de dois centros de decisão e de comando (o partido da revolução e os revolucionários no poder). E, o que é pior, ao institucionalizar o poder popular como a fonte de todo poder real, a solução preferida também institucionalizou o distanciamento e a dissociação entre a formação desse poder e a sua aplicação. Trata-se de uma experiência, que mal começou. Ela só poderá ser avaliada, portanto, com fundamento em fatos concretos. Mas, tomando-a por si mesma: é evidente que a revolução titubeou e que procurou conciliar, como se estivesse diante de três Césares e devesse ser eqüitativa, dando a cada um o que lhe seria devido. Ora, nesta fase perigosa, de consolidação da transição, a persistência de elementos políticos contraditórios do socialismo é muito forte e precisa ser enfrentada com mão de ferro. O gigantismo ou vai para o partido da revolução ou vai para o Estado; e para

compensá-lo (de imediato), neutralizá-lo (a médio prazo) e absorvê-lo e eliminá-lo (no futuro) só há um caminho – o que passa pelo controle direto das massas de todas as instâncias de manifestação do poder real, ainda que este seja, por sua origem, por sua forma e por seu conteúdo um poder popular. Esta seria a maneira marxista-leninista de levantar e resolver a questão.

A segunda questão comporta dois tipos de abordagem. A mais rica seria a que tomasse o governo revolucionário como objeto de descrição e de análise de uma perspectiva genética. O que se fez, em matéria de inovação institucional, antes e depois da opção pelo socialismo, é algo espantoso. Serviços públicos e órgãos governamentais de grande envergadura foram criados, revistos e reformulados ao longo dos últimos 20 anos, um fecundo corpo de leis *ad hoc* foi elaborado, todo um aparato governamental foi montado, o que explica por que a "pérola do império" se converteu tão depressa numa república socialista florescente. Aí está o que de melhor produziu Cuba revolucionária, embora nem tudo esteja isento de falhas, de limitações ou dos males da improvisação. Acresce que esse complexo institucional cresceu como uma tecnologia administrativa altamente centralizada e se defronta, agora, com a politização propriamente dita (imposta pela organização do poder popular), uma fascinante contraprova para os que têm interesse pelo estudo sociológico das crises do Estado na transição para o socialismo. Infelizmente, não disponho nem de materiais nem de tempo para explorar de modo razoável essa abordagem. A mais provocativa seria a que tomasse como núcleo do debate o emergente Estado democrático-popular. Por seu significado, seja em termos do que representa como germinação de 20 anos de experiência socialista, seja em termos de uma nova etapa que se inaugura na história da revolução, ele se propõe como assunto central e obrigatório. É certo que as informações disponíveis ainda são limitadas e que não houve tempo para que esse emergente Estado democrático-popular demonstrasse todo o seu potencial de desempenho revolucionário. Além

disso, ele não é, por si mesmo, tão inovador quanto parece. Primeiro, porque ele não nasce de um processo bem-sucedido de maturação interna: resulta de um visível esforço de conciliação ou de harmonização de grupos de forças revolucionárias divergentes (embora a composição leve a uma maior tensão construtiva entre o elemento centralização e o elemento democratização no âmbito específico da transição para o socialismo). Segundo, porque ele apenas formaliza, por assim dizer, princípios revolucionários que permanecem intocáveis em sua substância (como, por exemplo: o poder real reside no povo; liberdade de discussão com unidade de comando; controle democrático da administração e das decisões governamentais em todos os níveis e esferas etc.). Contudo, ele assenta a maquinaria governamental inventada e gerida pela revolução em um sistema de poder estatal, engendrando um regime político caracteristicamente socialista. Por si só, este passo constitui o mais ambicioso e elevado salto qualitativo da revolução e marca o seu deslanche político pelo que se poderia descrever como consolidação da transição para o socialismo. E isso em um duplo sentido. De superação da "etapa destrutiva", de liquidação da sociedade de classes; e de início da "fase construtiva", diretamente vinculada à dissolução da classe revolucionária e à emergência concomitante da forma política democracia popular (por onde começa a substituição da revolução política pela evolução social, empregando-se conceitos de Marx). Há razões, pois, para colocar esta abordagem à frente da outra, mesmo que não se ultrapasse uma consideração estritamente morfológica do assunto.

As grandes transformações políticas desta década foram abertas com a criação do Comitê Executivo do Conselho de Ministros (em 24 de novembro de 1972) e com a subseqüente reorganização e ampliação do Conselho de Ministros (cf. H. L. Matthews, *Revolution in Cuba*, pp. 374-376). Daí em diante, o governo revolucionário empenha-se em um intenso trabalho criativo. As forças armadas são reorganizadas, profissionalizadas e reduzidas. O

PCC sofre algumas alterações e realiza-se o seu primeiro congresso, em 1975. Ocorre o experimento de Matanzas, em 1974. A base legal e política de toda a sociedade é finalmente refeita: 1. com o preparo, discussão pública e implementação dos novos códigos; 2. com a elaboração do anteprojeto da nova Constituição, sua discussão (processo que envolve mais de 6 milhões de pessoas), aprovação pelo referendo nacional de 15 de fevereiro de 1976 e proclamação no dia 24 do mesmo mês. Com a Constituição, entrou em vigor, aperfeiçoada e reformulada, toda a estruturação do poder popular testada pelo experimento de Matanzas. Ela preceitua que Cuba é "um Estado socialista de operários e camponeses e demais trabalhadores manuais e intelectuais" (art. 1), no qual "todo o poder pertence ao povo trabalhador que o exerce por meio das assembléias do Poder Popular e demais órgãos do Estado que derivam dela, ou então diretamente" (art. 4). O cap. VII da Constituição ("Os órgãos supremos do poder popular"), em seu art. 67, estabelece: "A Assembléia Nacional do Poder Popular é o órgão supremo do poder do Estado. Representa e expressa a vontade soberana de todo o povo trabalhador". O único órgão com potestade constituinte e legislativa do país; nele se insere e dele promana, por sua vez, o poder executivo. Se não de imediato, pelo menos no futuro a vanguarda será filtrada pelos mecanismos seletivos do poder popular e do PCC, apoiados nos organismos sociais e revolucionários de massas. Por enquanto, o antigo governo revolucionário forneceu a cúpula de todo esse sistema de poder, convertendo-se no governo da república. Todavia, isso é, em si mesmo, menos importante que o fato dessa cúpula tornar-se constitucionalmente responsável perante o "órgão executivo e colegiado permanente" da Assembléia Nacional de Poder Popular, o Conselho de Estado, e naturalmente diante desta. A cúpula não efetuou, portanto, uma "barganha política". Os tempos heróicos terminaram e ela se superpôs às manifestações do poder popular porque ela ainda representa, em última instância, uma garantia de continuidade da revolução.

O governo revolucionário fizera – desde o início, mas principalmente depois de 1962 – sucessivas tentativas de articulação orgânica com o poder local. A que ficou mais famosa, como se sabe, atinge seu ápice de 1966 a 1970. Mas, elas não produziram os resultados esperados por duas razões conhecidas. De um lado, elas não contavam com as condições institucionais necessárias à transformação do poder local em poder político especificamente revolucionário. Ao ser ativado e multiplicado, ele por assim dizer se fragmentava e evaporava, deixando um saldo político relativamente pobre. De outro lado, o aparato centralizado do governo revolucionário tinha uma baixa capacidade de caminhar em duas direções simultâneas. O centralismo democrático era uma regra de ouro, cultivada com lealdade. Na prática, porém, a relação entre "unidade de comando" e "liberdade de discussão" reduzia-se a uma função de esclarecimento pedagógico, pela qual o segundo fator se diluía no primeiro. Para superar esse impasse impunha-se suscitar o aparecimento daquelas condições institucionais, às custas do aparato de tomada de decisões e de controle político, ou seja, de centralização, do governo revolucionário. Este tinha de ser substituído por um organismo político que não fosse só funcionalmente igualitário e democrático, mas que se estruturasse, funcionasse e crescesse de modo igualitário e democrático.

Tudo isso aconselha que se encare a organização do poder popular de um ângulo preciso. Apesar do que possa haver de estático no acoplamento da antiga superestrutura governamental ao órgão executivo da Assembléia Nacional do Poder Popular, aquela organização requer e está gerando um Estado socialista moldado pelo e para a efetivação do centralismo democrático. Daí o amplo movimento preparatório ou concomitante: a reorganização territorial de Cuba (passa-se de 6 para 14 províncias); o redimensionamento dos municípios, com o aumento de sua área e a diminuição do seu número (passa-se de 410 para 169 municípios) e o favorecimento de um maior equilíbrio dinâmi-

co nas relações das províncias dentro da nação; a eliminação do nível regional da administração, a transferência maciça de unidades de produção e serviços para o nível municipal, bem como a realocação de recursos e o deslocamento de prioridades cruciais para este nível de base; a estratégia de associar a racionalização de órgãos, estruturas e funções administrativas a esse nível, com a correção dos fatores e efeitos da pobreza e do subdesenvolvimento (tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas); por fim, o mais importante, o engolfamento direto do cidadão comum na rede de poder, por meio da ação política consciente, da mobilização coordenada e da participação política orgânica. Por mais que se discorde do conceito "o povo na gestão estatal", empregado por Marta Harnecker, é evidente que, ao ser absorvido, o governo revolucionário deixa em seu lugar um Estado surpreendentemente adaptado às tarefas revolucionárias do "povo trabalhador" nas difíceis condições concretas de Cuba e segundo os complexos requisitos do centralismo democrático.

O novo sistema político gerado pela revolução transcende ao poder popular propriamente dito e ao que se poderia chamar, *strictu sensu*, de sistema do poder popular. Isso era fatal, na medida em que o poder popular tinha de inscrever-se em uma realidade histórica, na qual desempenham tarefas políticas decisivas um grupo revolucionário portador de uma tradição própria, um PCC em expansão e outras entidades de extração popular mas institucionalizadas em torno de interesses sociais ou revolucionários específicos. Entretanto, o elemento estrutural e dinâmico desse sistema político está na imensa base, que constitui a sua fundação e, ao mesmo tempo, o manancial das forças político-sociais revolucionárias *in flux*. Não obstante, o sistema como um todo compreende outros elementos, que procedem da organização e atividade do poder popular ou lhe são extrínsecos, sem os quais o sistema como um todo se entorpeceria, a revolução poderia periclitar e o socialismo acabaria tornando-se algo remoto ou congelando-se. Primeiro, ele contém níveis internos de

represamento, redistribuição e adensamento das forças político-sociais revolucionárias. As assembléias municipal, provincial e nacional do poder popular exprimem esse elemento; pelo qual aquelas forças produzem as condições de existência, de "reprodução ampliada" e de transformação do Estado democrático-popular. Segundo, ele abrange um núcleo central, que opera no nível de condensação das forças político-sociais revolucionárias que são vitais para a ordem, o equilíbrio, o crescimento e a transformação não só desse Estado mas do sistema político global como um todo. O Conselho de Estado, o Conselho de Ministros e o Chefe de Governo compõem esse elemento, pelo qual o poder popular, em sua forma mais densa, tópica e eficaz, afirma-se e, quando necessário, nega-se e transcende-se. Por fim, o sistema político absorve formas do poder popular previamente organizadas revolucionariamente fora e acima desse circuito. O PCC, de um lado, e as organizações revolucionárias de massas ou sociais como as CDR, a ANAP, a UJC, a CTC, a FMC etc., de outro, configuram esse elemento. O PCC, é claro, aparece em todas as esferas e níveis de objetivação, condensação e irradiação do poder popular, da base ao topo. Opera nas duas direções simultâneas – de baixo para cima e de cima para baixo – e infunde ao poder popular seus conteúdos, formas e dinamismos socialistas. As demais organizações revolucionárias atuam como fatores de reforço (não importa se "deveria" ser assim ou não) e contribuem para consolidar, fortalecer e intensificar as tendências de autoafirmação intrínsecas ao poder popular.

Como se vê, o novo sistema político capta todas as formas de objetivação e de sublimação do poder popular, as que nascem espontaneamente das atividades políticas diretas do "povo trabalhador" e que são organizadas pelo sistema do poder popular propriamente dito, tanto quanto as que são absorvidas já organizadas e transfiguradas. Ele coordena a transformação do poder popular em força político-social revolucionária e viva (por processos intrínsecos ou pela fusão das duas formas de poder

popular); distribui o poder popular nesta forma específica de força político-social revolucionária pelos vários níveis de organização da sociedade; e a concentra nos vários centros de decisão e de controle, nesses níveis ou no topo. Por fim, ele converte a forma política democracia popular em realidade histórica e, provavelmente, poderá promover sua dissolução e conversão em comunidade socialista, destituída de componentes políticos e da existência do Estado.

Ao que parece, esse sistema político possui, também, pelo menos duas brechas. A mais geral relaciona-se com a captação de formas revolucionárias já organizadas do poder popular, ou, melhor, com as influências estruturais e dinâmicas que elas exercem nos vários níveis e circuitos (o livro de M. Harnecker fornece material conclusivo a esse respeito, embora a experiência de Matanzas tenha originado correções e aperfeiçoamentos antes da generalização do modelo). O PCC, em particular, está em uma posição estratégica e pode passar, rápida e definitivamente, da condição de dínamo universal para a de fator de conformação inexorável das forças político-sociais revolucionárias produzidas pelo poder popular.* A mais confinada relaciona-se com o órgão executivo central. Esse órgão deveria ser um terminal e um ponto de partida no processo de vaivém, pelo qual a sociedade como um todo converte o poder popular em força político-social revolucionária. Contudo, ainda não foi atingido esse ponto evolutivo, que requer a plena autodeterminação do poder popular. O acoplamento do grupo revolucionário com tradição própria apresenta, aqui, uma das possibilidades de superposição do

* Essa função se configura e realiza-se independentemente de normas que visam impedir a deformação pela base. O cuidado tomado a este respeito é patente: "Cada reunião de vizinhos nomeará um candidato. Os militantes do Partido e da UJC, presentes como vizinhos, devem formular suas proposições a título pessoal e nunca como representantes de suas respectivas organizações" *(Sobre los órganos del poder popular,* p. 14).

poder popular a um sobrepoder revolucionário, que se justifica por si próprio e se legitima por meio de sua articulação com o outro. Portanto, aí estão duas modalidades de interferência política, cujo significado e conseqüências não podem, ainda, ser avaliados corretamente. Uma coisa é clara: os riscos de um "dirigismo partidário" ou de um "despotismo revolucionário" são inevitáveis neste período e, sob vários aspectos, constituem o preço político da efetiva transição para o socialismo em Cuba. Entregue a si mesmo o poder popular certamente enfrentaria o risco alternativo de estabilização na forma política democracia popular, com a transformação automática do Estado democrático-popular em uma ditadura permanente da maioria. Extinguir essas brechas antes de uma consolidação suficiente do poder popular, por sua vez, seria pior, pois isso implicaria deixar a revolução indefesa ou provocar o colapso prematuro do emergente Estado democrático-popular.

Em termos operativos, a organização do poder popular desencadeou um amplo processo de estatização em Cuba. Sem pôr em dúvida o caráter socialista dessa experiência, é preciso reconhecer que ela envolve um socialismo de forte mediação estatal (como já ocorreu quando a revolução atingiu a economia, agora que ela afeta o governo da sociedade, não é aos indivíduos e à sociedade que se recorre, mas ao Estado). Não se trata, neste momento, de um artifício de exposição. Com a coletivização da propriedade, também o Estado foi coletivizado, tornando-se não só uma *appartenance* da coletividade, mas um instrumento de poder coletivo (ou seja, o meio por excelência para que os problemas de todos, a pobreza e o subdesenvolvimento, sejam enfrentados, resolvidos e superados em comum, pela colaboração orgânica de todos). Em suma, temos aí as duas faces de um mesmo movimento dialético. O povo trabalhador, graças à organização do poder popular, entrou na posse do emergente Estado socialista; este, pela mesma via, entrou na posse do cidadão comum, da vida cotidiana e das energias coletivas mais íntimas.

Essa reciprocidade e sua conseqüência pedagógica foram postas em evidência, com muita clareza, no discurso que Fidel Castro pronunciou em Matanzas, em 26 de julho de 1974. "Eu espero que vocês compreendam perfeitamente o critério do qual se trata. O Estado é uno. O Estado revolucionário tem que administrar tudo, porque desapareceram os proprietários privados. O povo é o dono, e o Estado do povo tem que administrar tudo agora. (...) Que fazer agora? Quais são as responsabilidades de vocês? Adquiriram as responsabilidades da administração de todos estes centros e unidades." (*apud* M. Harnecker, *Cuba,* pp. 158 e 176.) "Encaramos isso como uma grande escola de governo, pois todos devem participar na organização, direção e controle de todas as atividades." (*apud* C. Bengelsdorf, "A large school of government", p. 6.) O que entrava em jogo não era "aprender para saber votar ou para governar os outros", mas "aprender para saber viver e para bem nos governarmos". Embora essa ampla estatização mal esteja começando, seus quadros externos são conhecidos e podem ser descritos pelo menos nos traços principais. É o que tentarei fazer em seguida. No fim, retornarei à questão da posição do PCC nesse processo.

As assembléias constituem a principal instituição do poder popular. No entanto, seu advento trouxe todo um conjunto de práticas eleitorais e de padrões de relação entre eleitores, delegados municipais e assembléias, que não podem ser ignorados. O resumo feito a seguir procura dar uma idéia dessa totalidade, pela qual o "povo trabalhador" emergiu na cena política encarnando, de fato e de direito, as possibilidades da cidadania igualitária. Com ele, e através dele, o poder local encontrou espaço histórico para manifestar-se, crescer e converter-se no fulcro de uma futura hegemonia da base na administração e no governo da sociedade.

O calendário eleitoral é preciso: 10 de setembro, postar as fotos com biografias dos candidatos; 10 de outubro, eleições em todo o país para eleger os delegados às assembléias municipais

do poder popular; 31 de outubro, as assembléias municipais do poder popular se constituem formalmente e procedem à eleição dos delegados às assembléias provinciais do poder popular e dos deputados à Assembléia Nacional do Poder Popular; 7 de novembro, reúne-se a Assembléia Nacional do Poder Popular e procede à eleição do presidente do Conselho e dos membros do Conselho de Estado da República. [Temos uma configuração de poder que lembra uma pirâmide, da base ao topo, ou que pode ser representada como três semicírculos, cujos raios se estreitam de fora para dentro (ver os gráficos 1 e 2, extraídos do artigo de C. Bengelsdorf).] Os colégios eleitorais funcionam nas circunscrições eleitorais em que está dividido o país e sua atividade vai das 7 às 22 horas. Nas eleições para as assembléias municipais do poder popular há um segundo turno, ao qual concorrem os candidatos mais votados, uma semana após a primeira votação. Salvo as exceções previstas na lei (ver M. Harnecker, *Cuba,* pp. 137-138), podem votar e ser eleitos todos os cidadãos de 16 anos e mais (esse mínimo é elevado para 18 anos, com referência à eleição para a Assembléia Nacional do Poder Popular). Além do experimento na Província de Matanzas, em 1974, o poder popular foi exercido, em 1976, nas eleições que ocorreram em todo o país.

A república está dividida em circunscrições eleitorais e os moradores de cada circunscrição, com qualificação eleitoral, elegem um delegado. As CDR, nas áreas urbanas, e a ANAP ou outras organizações de base, nas áreas rurais, servem como núcleo de organização eleitoral e de seleção dos candidatos. Estes não precisam ser membros do PCC para terem suas candidaturas homologadas. A proclamação dos candidatos precisa ser feita seis semanas antes das eleições. A candidatura nasce e é aprovada pelo povo, de modo direto. Um dos moradores, eleito presidente, dirige a assembléia, na qual são apresentadas, examinadas, discutidas e aprovadas as candidaturas, por iniciativa dos presentes. O presidente estimula e coordena todo o proces-

GRÁFICO 1 – A formação do poder do povo. Gráfico extraído de C. Bengelsdorf. "A large school of government", p. 13.

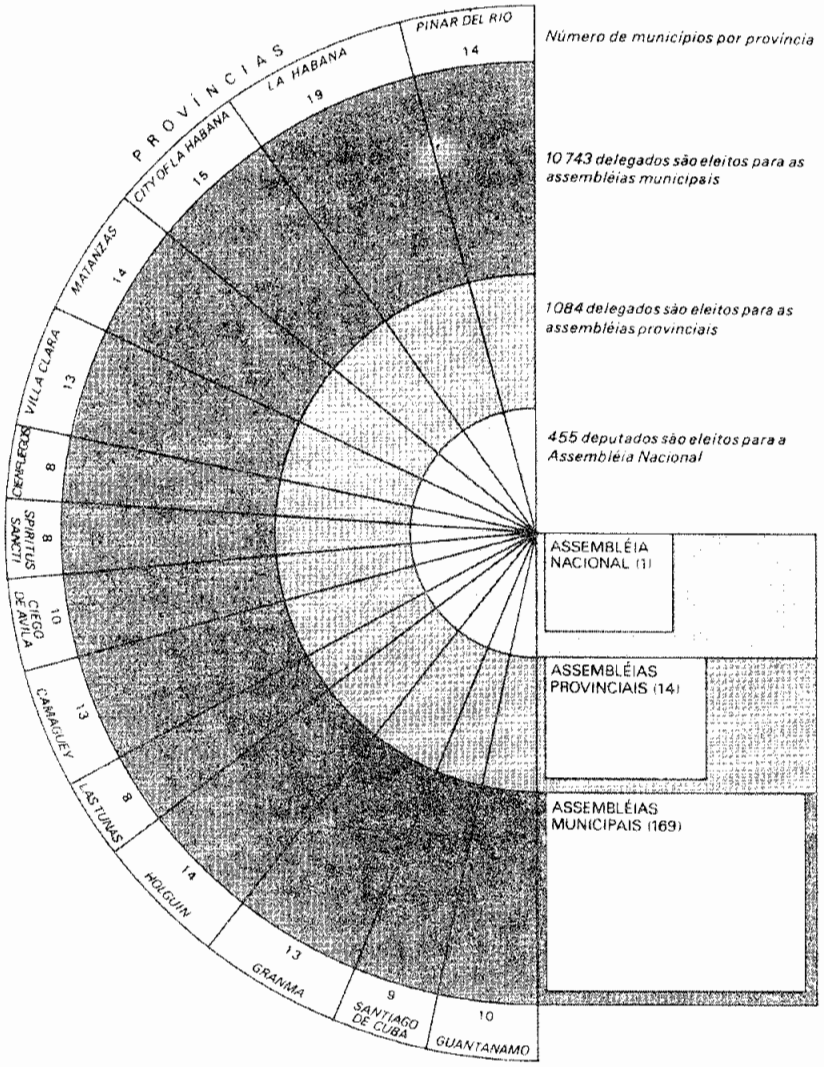


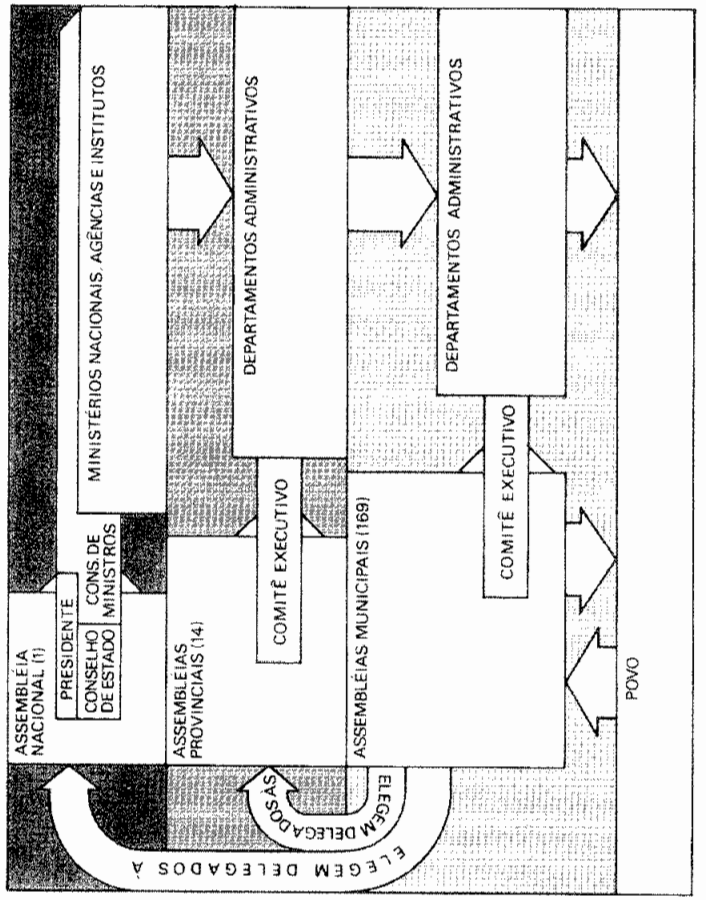
Gráfico 2 – Estrutura das assembléias. Gráfico baseado em C. Bengelsdorf. "A large school of government", p. 15

A Assembléia Nacional elege dentre seus deputados os membros do Conselho de Estado, com mandato por período idêntico ao da Assembléia. O Conselho nomeia os integrantes do Conselho de Ministros, de comum acordo com o presidente do Conselho de Estado, que é também o presidente do Conselho de Ministros.

Os comitês executivos são eleitos pelas assembléias municipais e provinciais, dentre seus próprios membros. Eles supervisionam dia-a-dia os departamentos administrativos subordinados às assembléias.

As assembléias municipais elegem delegados (um para cada 10.000 cidadãos) às assembléias provinciais, e deputados (um para cada 20.000 cidadãos) à Assembléia Nacional.

O povo elege um delegado municipal em cada distrito eleitoral. Os distritos consistem de várias associações de áreas rurais ou de blocos residenciais urbanos (CDRs).



so de apreciação e seleção, porque todos se empenham em escolher, entre os próprios moradores, os "melhores entre os melhores". O número de candidatos aprovados depende do consenso dos moradores, podendo oscilar de 4 a 6 ou a 9 e até mais. O critério de maioria simples é suficiente para garantir a escolha (um candidato que não possa exercer o mandato, por estar com mudança prevista ou por outros motivos, pode declinar do encargo; este, porém, constitui uma honra máxima, pois cria uma oportunidade de "servir à revolução"). Nesse passo, a composição contendo a fotografia e a biografia de cada candidato é afixada em lugares de maior afluência (como armazéns ou barbearias) e distribuída pelos núcleos de base, com o objetivo de familiarizar todos com os diversos candidatos. As eleições se realizam em clima festivo e a compulsão coletiva mais generalizada indica o que se espera de cada um: "As massas elegerão entre os melhores" (inscrição num dos murais de propaganda).

Eleito, o delegado não se afasta da sua rotina anterior. Os delegados e também os deputados mantêm seus trabalhos regulares. Quanto a estes, por exemplo, a Constituição Nacional estabelece que devem combinar "suas atividades como e enquanto tais com seus deveres e suas tarefas regulares diários". Ambos não percebem qualquer pagamento ou retribuição e, quando precisam ausentar-se do trabalho, recebem um *per diem*, equivalente ao seu salário mais os gastos adicionais. Na verdade, é essencial que o delegado continue preso à vida da comunidade e às suas atividades normais, para não desligar-se do conhecimento concreto da situação. O delegado também fica obrigado a atender regularmente aos moradores, mantendo dias de despacho (por exemplo, sexta-feira, das 20 horas em diante). Isso não impede que os moradores o procurem fora desse horário; que seja abordado na rua ou no trabalho; e que tenha de prestar enorme atenção às queixas, sugestões ou pedidos de orientação de seus constituintes. O delegado municipal é concebido em função de dois mandatos: ele representa a comunidade na Assembléia

Municipal do Poder Popular e, reciprocamente, esta na comunidade. A ligação é estabelecida de modo efetivo. Ele leva para o poder local o relatório da Assembléia e o discute com os moradores. A prestação de contas é fundamental, porque ela indica por que certas reclamações, pedidos ou necessidades foram atendidos – e outros não; e quais são as previsões vinculadas a programações imediatas. Um dos membros do comitê executivo da Assembléia assiste a essas reuniões, feitas nos núcleos de base de três em três meses, o que confere a elas um sentido maior de responsabilidade executiva e de formalidade. O delegado apresenta, de volta, um relatório à Assembléia Municipal do Poder Popular a que pertence, indicando igualmente os problemas e soluções em aberto e porquê. Há, portanto, um duplo mecanismo de controle nas relações entre o poder local e sua expressão materializada no poder popular de nível municipal e os delegados ficam entre esses dois fogos, duplamente incentivados a dar o melhor de si mesmos à coletividade. O mandato não é do eleito, mas do povo ou dos moradores. Estes podem remover a delegação eleitoral de poderes (o que é uma terrível punição) ou ela pode ser feita, em nome do povo, pela própria assembléia (em geral, por proposta do comitê executivo e por votação favorável à revogação do mandato da metade mais um pelo menos). A punição tem caráter automático, sempre que se comprove que o delegado não cumpre efetivamente, de modo responsável e eficiente, os deveres inerentes ao seu papel ou que se exceda sobre os demais. Há também casos de perda de mandato por motivos rotineiros (como mudança de localidade, doença, atribuições que conflitem com o exercício normal do mandato etc.). Em todos os casos, procedem-se a eleições para prover as vagas.

São eleitos 10.743 delegados para as assembléias municipais de poder popular de todo o país, distribuídos entre os 169 municípios. Cada município deve ter não menos de 30 e não mais de 200 circunscrições eleitorais. O termo de representação dos delegados municipais é de dois anos e meio. Uma das principais

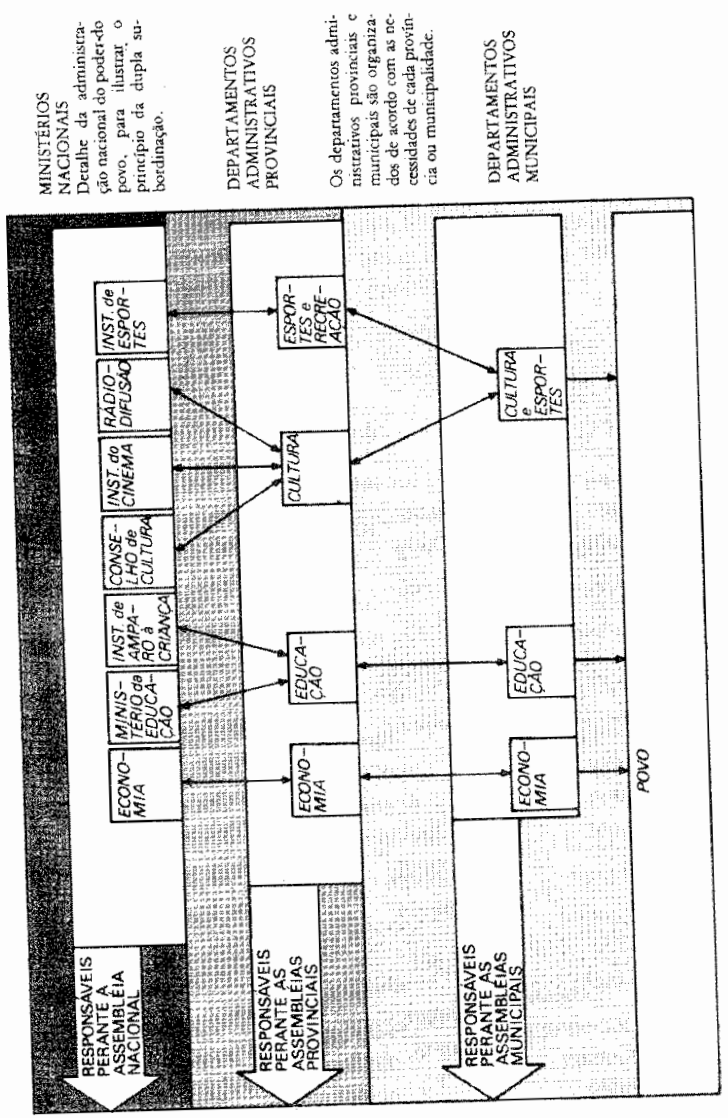
responsabilidades dos delegados municipais consiste em eleger os delegados das 14 assembléias provinciais do poder popular (na proporção de 1 delegado para cada 10 mil habitantes, e fração maior de 2 mil, do município); e em eleger os deputados da Assembléia Nacional do Poder Popular (na proporção de 1 deputado para cada 20 mil habitantes, e fração maior de 4 mil, do município): ao todo, 1.084 delegados provinciais e 455 deputados nacionais. As listas de delegados provinciais e de deputados nacionais são elaboradas por comissões compostas por representantes de várias entidades (como o PCC, as CDR, a ANAP, a UJC, a CTC, a FMC etc.), que conhecem melhor os candidatos potenciais mais qualificados para aqueles mandatos. As listas são discutidas, revistas e emendadas pelos delegados municipais, que procedem às eleições segundo os seus próprios critérios. O que importa assinalar é que, assim, o poder popular se abre para toda a sociedade, sem ficar espremido num corredor estreito, que acabaria fechando as seleções aos que entrassem na competição (ou na promoção). No plano provincial e, especialmente, no nível nacional os critérios de recrutamento exigem qualificações crescentemente mais complexas e torna-se crucial escolher os "melhores entre os melhores" dentro da reserva de talento nacional.

As assembléias do poder popular possuem, em seus respectivos níveis, plena capacidade executiva e constituem, portanto, a "máxima autoridade estatal" em suas jurisdições. Por isso, elas são dotadas de um comitê executivo próprio. Esse comitê executivo, no caso da Assembléia Nacional do Poder Popular, é mais complexo, pois abrange o presidente do Conselho do Estado (e também chefe do governo), o Conselho do Estado da República e o Conselho de Ministros (ver os gráficos 2 e 3, acima). Os comitês executivos municipais e provinciais compõem-se de 5 a 15 membros (o número é variável, em função de necessidades que não são idênticas em todas as partes). Esse comitê é eleito entre os membros das assembléias municipais e provinciais e,

por causa das funções executivas que desempenham, precisa contar com um mínimo de membros em condições de enfrentar os pesados encargos decorrentes da supervisão dos departamentos e da realização de outras atividades de rotina. Assim, o presidente, o vice-presidente e o secretário do comitê percebem o equivalente de seus salários e gastos adicionais; os demais atuam como vogais. Os vários departamentos que funcionam sob a gestão das assembléias municipais e provinciais subordinam-se à supervisão e à direção desses 3 delegados, que repartem entre si o volume de obrigações (cada um fica com 3 ou 4 departamentos mais outros deveres). Todavia, cada departamento tem seu pessoal técnico e administrativo próprio e organiza-se de modo independente, de acordo com normas racionais de eficácia, rendimento e diminuição de custos. Todos os membros do comitê são responsáveis diante de suas assembléias, municipais ou provinciais, e podem ser removidos em qualquer momento e substituídos por decisão destas.

Todas as assembléias do poder popular ficaram com a atribuição de gerir as unidades de produção e de serviços de suas respectivas jurisdições. Os vários departamentos foram criados para atender às funções administrativas, de direção e de supervisão decorrentes. Sob um aspecto estritamente de controle, houve mais desburocratização que descentralização, embora esta tenha sido intensa por causa da eliminação do setor administrativo intermediário, que poderia gerar um poder popular regional (o qual chegou a ser previsto mas foi posto de lado). Uma boa parte da concentração burocrática era devida a este setor, pois de 250 mil funcionários administrativos, 38% se concentravam no nível regional e apenas 16% eram alocados no nível municipal. Sob a nova estrutura, essa massa de recursos materiais e humanos foi deslocada, na quase totalidade, para o setor municipal e de base. Isso dá grande vitalidade ao setor municipal e ao poder local. Ao mesmo tempo permite, ao lado da eliminação de maus hábitos burocráticos e da rotação de pes-

Gráfico 3 – A administração. Baseado em C. Bengelsdorf. "A large school of government", p. 15



soal, um amplo processo de racionalização no uso de recursos materiais e humanos que podem ser mobilizados (com vistas à redução do pessoal, maior eficácia e rendimento, diminuição de custos, contacto direto com as instâncias do poder popular e com os usuários de todos os serviços etc.). Sob esse aspecto, o "homem do povo" deixou de ser uma figura abstrata. Ele precisa ser atendido e ouvido dentro das possibilidades. Quando estas não permitem fazer nada ou só permitem fazer muito pouco, as explicações precisam ser claras e o entendimento mútuo. Ninguém busca "consenso", pois não há prêmios eleitorais implícitos nem corrupção do poder. No último degrau da escada a pressão é mais direta e mais severa, o que não quer dizer que ela não suba até o topo, pois ela caminha de baixo para cima e faz-se sentir universalmente.

Na divisão das responsabilidades e da autoridade a linha seguida foi realmente simples. O governo central passou para as assembléias municipais e provinciais todas as unidades de produção e de serviços vinculadas às suas respectivas teias da vida, preservando no nível da Assembléia Nacional aquelas que possuíam essa escala. Por conseguinte, o poder popular no nível municipal possui autoridade direta sobre escolas, hospitais, clínicas, lojas, centros de cultura, livrarias, cinemas, teatros, centros esportivos, restaurantes, hotéis, oficinas de consertos, garagens, transportes municipais etc.; o poder popular no nível provincial detém a autoridade direta sobre todas as unidades de produção e de serviços de porte provincial, como o transporte intermunicipal, as indústrias e o sistema hospitalar de escala provincial, o comércio interno da província etc.; o poder popular no nível nacional exerce autoridade suprema sobre todas as unidades de produção e de serviços de escala nacional, como as indústrias básicas, o açúcar, a pesca, o transporte e o sistema ferroviário interprovinciais etc. Além disso, no nível municipal fica a seleção dos 3 juízes leigos e dos 2 juízes profissionais a serviço do respectivo nível da Corte do Povo; no nível provincial

fica a seleção dos juízes do respectivo nível da Corte do Povo; e no nível nacional do poder nacional ficam a autoridade para editar todas as leis, as diretrizes concernentes à política externa e interna, a seleção dos juízes que servem na Corte Suprema do Povo.

A esse rol seria conveniente agregar outras informações. O mandato dos delegados provinciais é de 2 anos e meio e também pode ser revogado pelo respectivo corpo eleitoral (as assembléias municipais do poder popular). Os delegados municipais eleitos para os outros níveis do poder popular devem desempenhar simultaneamente os dois mandatos, nas condições indicadas acima. O mandato dos deputados nacionais é de 5 anos e também pode ser revogado pelo respectivo corpo eleitoral (*idem*). Na constituição do que equivale ao seu comitê executivo, a Assembléia Nacional do Poder Popular elege o presidente e o Conselho de Estado (escolhido entre seus membros): ouvido o presidente, promove a indicação do Conselho de Ministros: o presidente do Conselho (Fidel Castro foi eleito para esses postos em 3 de dezembro de 1976). Além do presidente, o Conselho do Estado abrange um primeiro vice-presidente, 5 vice-presidentes e 24 membros. Durante a inatividade da Assembléia Nacional do Poder Popular o Conselho do Estado preenche suas funções.

Antes de dar por encerrado este assunto, seria útil retomar alguns pontos. Um deles diz respeito à superposição de autoridades. Tome-se a educação como exemplo. "Em todos os municípios existe uma direção de educação. Esta direção está sujeita ao sistema de dupla subordinação. Em parte a realiza o MINED (ministério da educação), no que se refere à metodologia do ensino, programas, bibliografias, textos, sistema de avaliação de alunos e professores etc. Em outra parte, subordina-se ao órgão do poder popular, que zela para que aquela direção cumpra suas tarefas, seja as emanadas do MINED, seja as geradas no próprio município. É responsabilidade do poder popular velar para que a direção de educação do município cumpra as orientações

metodológicas ditadas pelo MINED e, além disso, as questões operativas, como o cumprimento de suas funções pelos alunos e professores, reparações e manutenção das edificações e móveis escolares etc." (M. Harnecker, *Cuba*, p. 166.) Outro refere-se ao caráter específico dos papéis dos delegados municipais, que precisa ser entendido com precisão. Essa autora sublinha algo que merece ser repetido: "Os delegados não são somente correias de transmissão das inquietações do povo, devem trabalhar nos órgãos do poder popular em busca de soluções para os problemas que as massas colocam" (*idem*, p. 178). Por fim, é claro que o segredo do impacto criador da revolução causada pela organização do poder popular está no fato de que ele acabou (ou reduziu drasticamente) com a marginalização e a enorme distância cultural que existia entre a comunidade local, o homem do povo e os serviços de administração pública (mesmo depois de 1959). Questões aparentemente prosaicas, que antes atormentavam os moradores, puderam ser equacionadas com clareza, discutidas na base e aos níveis respectivos do poder popular e ter as soluções eficientes encaminhadas (ou, em caso contrário: contar com explicações concretas quanto a por que elas não são possíveis ou irão demorar mais ou menos). O poder popular, principalmente em nível municipal, demonstrou um formidável potencial de mobilização de recursos materiais e humanos, a serviço da comunidade. Por exemplo, juntando os recursos disponíveis nas agências municipais e a capacidade de entreajuda dos moradores ou a colaboração das esquadras de construção, a reparação e a construção de casas ficaram muito mais acessíveis e muitos projetos difíceis puderam ser postos em prática. O que isso significa, para o combate sistemático aos efeitos paralizadores da pobreza e do subdesenvolvimento, especialmente nas áreas urbanas menos favorecidas e nas zonas rurais mais afastadas, é óbvio. O livro de M. Harnecker contém, ao tratar da experiência do poder popular na província de Matanzas, um material riquíssimo. O mesmo livro capta muitas percepções maravilha-

das das conseqüências da instauração do poder popular. O Zépovinho não é convencido pela propaganda de que certas coisas poderão acontecer. Ele se surpreende fazendo coisas novas e vê o esforço concentrado posto na solução de velhos problemas: compreende por aí o que é socialismo, que nem tudo pode ser solucionado tão depressa, e que, com o tempo, o subdesenvolvimento será vencido e haverá uma sociedade de maior abundância (ver, esp., M. Harnecker, *op. cit.*, pp. 142, 144 e 172).

Volto, agora, à posição do PCC nessa ampla revolução política. É evidente que a organização do poder popular fortaleceu o partido, sua influência direta ou indireta e seu potencial de crescimento. (Note-se: em 1965 ele contava 50 mil membros e candidatos; em 1970, pouco mais de 100 mil; em 30 de setembro de 1975, 202.807 membros e candidatos, cf. L. Casal, "Cuban Communist Party: the best among the good", pp. 24 e 26. O que isso indica senão que o PCC preparava-se para enfrentar as causas da crise de 1970 e os efeitos da instauração do poder popular?) De um lado, o poder popular está absorvendo em quantidade, nos seus vários níveis, os melhores quadros e dirigentes do PCC. (Pela eleição direta e mais ainda, pelo que se pode inferir, pela eleição indireta. O seu controle da composição dos comitês executivos é quase completo. Quanto ao plano provincial do poder popular, um informante de Matanzas declarou a M. Harnecker que a proporção de militantes entre os delegados era de 65,3% quanto ao PCC e de 12% da UJC; e que, para os cargos do comitê executivo, nesse nível, elegeram-se todos os militantes do PCC. Cf. *op. cit.*, p. 155.) De outro lado, com o poder popular a estratégia política da revolução adaptou-se à concepção do período de transição que prevalecia há tempo, oficialmente, no PCC. Este sempre temeu a "utopia romântica" e o "idealismo revolucionário", que vinham dos tempos heróicos e refletiam a essência dos "métodos guerrilheiros". Se o PCC demonstrar capacidade para ajustar-se flexivelmente ao inexorável toque fermentativo que as condições cubanas imprimiram à revolução, ele poderá ser o grande vitorioso da crise de 1970 e converter-se no herdeiro da *tournant* provocada pela institucionalização do poder popular.

A terceira questão, os controles reativos na transição para o socialismo, foi longamente abordada, de modo implícito e explícito, através da discussão do poder popular. Convinha destacá-la, no entanto, porque os controles reativos são os controles que se formam e se manifestam espontaneamente, pela atividade de indivíduos, grupos de indivíduos e de instituições sociais que não possuem a função formal de exercer controle. A importância relativa dos controles reativos pode crescer ou diminuir. E essa variação é fundamental para a avaliação sociológica do grau intrínseco de democratização das relações humanas. Uma das teses pluralistas dos estudiosos da cultura cívica nas ciências sociais enfatiza que a transição para o socialismo (e, mais tarde, a consolidação deste) leva à arregimentação, ao dirigismo, ao autoritarismo e ao totalitarismo, como uma espécie de fatalidade. O erro desta perspectiva de interpretação é patente. Define-se a matriz de avaliação de atitudes, comportamentos e valores típicos de uma sociedade individualista, competitiva e capitalista como a matriz normal do que deveria ocorrer em todas as sociedades humanas, inclusive em uma sociedade socialista em elaboração. Ora, com o socialismo, a própria matriz das atitudes, comportamentos e valores altera-se estruturalmente – o que era básico, torna-se obsoleto e indesejável, e o que emerge é o seu avesso ou oposto. A propriedade coletiva, por exemplo, modifica a compreensão da produção, da produtividade, do controle do trabalho, da economia de materiais, de "remuneração", de solidariedade etc. dos trabalhadores. Pretender avaliar coisas tão distintas e distantes por uma "perspectiva unificada" não passa de contra-senso.

Em Cuba, havia uma forte tradição do recurso às associações de vários tipos, inclusive as de solidariedade de classes. Essa tradição se desenvolveu em extensão e profundidade tanto entre os empresários quanto entre os trabalhadores rurais e urba-

nos (como já foi assinalado acima, essa tradição vem do fim do século 19, no que respeita ao trabalho livre, mas cresceu com impetuosidade depois da década de 1930). A revolução não sufocou essa tradição. Ao contrário, incentivou-a, pois ali achava um aliado natural. Os guerrilheiros, por sua vez, presumivelmente por serem revolucionários amadores interessavam-se pelos papéis que podiam ter como reformadores sociais (seria preciso lembrar como essa preocupação aparece em *Guerrilla warfare,* de Che Guevara?). As circunstâncias favoreceram essa tendência, que cresceu sem interrupção nos últimos 20 anos. Várias organizações de massas "revolucionárias" ou "sociais" alcançaram enorme expressão quantitativa e tiveram funções decisivas na defesa, avanço e consolidação da revolução. Várias siglas tornaram-se famosas, como as CDR, a CTC, a FMC, a ANAP, a UJC, a FEU, a FEEM, a UPC, entre tantas outras. Elas foram inseridas na autodefesa militar e política da revolução. Mas, também ligaram-se à obtenção de apoio de base ao governo revolucionário na implementação de importantes programas, ao combate ao analfabetismo, às campanhas de imunização e vacinação, ao controle do racionamento etc., ou vincularam-se a tarefas mais complexas e de grande envergadura, como a discussão do projeto de Constituição Nacional ou a criação de uma infra-estrutura para a implantação do poder popular. (Seria ocioso levantar uma bibliografia de referência. Apenas como reiteração: P. Siegelbaum, "CDRs: security and service", pp. 19-25; M. Harnecker, *Cuba,* esp. caps. 3 e 4; C. Mesa-Lago. *Cuba in the 1970s,* p. 81 e segs., onde trata do 13º Congresso da CTC, em 1973, e do conteúdo das teses aprovadas.)

O que pode interessar, nesta parte da exposição, é assinalar o significado dessas organizações para a distribuição do poder e sua democratização. Elas constituem, em Cuba, um fator histórico-cultural muito importante para o que se poderia chamar contenção da ditadura do proletariado ou da maioria dentro de suas funções normais e transitórias. Esse tipo de ditadura possui uma forma democrática intrínseca (na verdade, ela assegura a democracia popular ou da maioria). Todavia, o período de transição exige medidas mais ou menos prolongadas de violência, de coação externa e de uniformização, que podem "cristalizar-se" ou converter-se em "desvios burocráticos" e em riscos potenciais de estagnação ditatorial.

As condições cubanas favoreceram de maneira evidente a exacerbação de alguns aspectos potencialmente perigosos do período de transição. A importância dos controles reativos das organizações de massas consiste em que elas operam como um contrapeso e, mesmo, como um fator de reversão a médio e largo prazos. Elas alcançaram um volume de participação incrível (as CDR arrolavam, por exemplo, mais de 4,750 milhões de membros em 1977). E elas não são meras correias de transmissão de pressões centralizadoras ou arregimentadoras. Ao contrário, são centros vivos de debate curioso, alegre, fecundo. Elas consolidam o regime, porém o fazem salientando as exigências democráticas do socialismo, fortalecendo as pressões das bases e dando certa organicidade às expectativas de democratização do estilo de vida de todo o povo (note-se, não especificamente proletárias, muitos socialistas passaram por cima dessa diferença e fizeram críticas ao governo revolucionário inteiramente descabidas). Onde muitos se reúnem para discutir, opinar e decidir, o socialismo conta com uma impulsão democrática inexaurível e indestrutível. Os excessos de centralização, que não podiam ser evitados e que ainda são necessários, encontram aí um fator de correção e, previsivelmente, de superação. Os que temem tanto o "destino da revolução proletária" devem concentrar sua atenção nesse ângulo do quadro, que reforça as tendências à democratização que se desencadeiam de cima para baixo. O socialismo, em Cuba, teria de ser uma expressão dos sentimentos e dos anseios mais fundos dos próprios cubanos. No presente, como no passado mais remoto, os seres humanos se caracterizam como criadores de civilizações. Estas refletem o grau de generosidade,

de inquietação fermentativa e de solidariedade que existe entre os seres humanos. Por que deveria ser diferente em Cuba, quando o "povo trabalhador" tem a oportunidade de criar uma versão própria da civilização socialista?

3 - Socialismo ou comunismo?

Gostaria de aproveitar esta última aula para travar um debate mais geral, que permitisse retomar livremente os fios da meada e tentar ver a revolução cubana em conjunto, em sua situação e perspectiva políticas atuais. Um debate desses é arriscado, mas necessário. Por meio dele poderemos ir mais longe em nosso trabalho didático, mesmo que vocês discordem, no todo ou em parte, das idéias que irei apresentar. Além disso, é preciso remover duas limitações constantes no estudo dessa revolução, que são perturbadoras e espantosas.

A primeira: uma revolução de tal magnitude histórica não é questionada ou, como gostam de falar os historiadores, não é interrogada. Todas as chamadas grandes revoluções, da inglesa e francesa à estadunidense, ou da russa à chinesa, e mesmo as que não são grandes, mas reproduzem com variações as matrizes estruturais (como acontece com a alemã ou a japonesa e com as democracias populares) receberam, e ainda recebem, esse tratamento. Por que isso não é feito com a revolução cubana? Os autores que vão mais longe trabalham, na verdade, ou com o desapontamento ("de direita" e "de esquerda") ou com a euforia militante. Ora, ela não foi uma simples "substituição de guarda no poder"; e, de uma perspectiva latino-americana, constitui uma ruptura histórica decisiva. A cadeia foi quebrada no elo mais forte: o colosso imperial não foi capaz de deter a irrupção da ilha na história.

A segunda: o dilema político dessa revolução, que salta aos olhos de modo tão cristalino e tocante, escapa mesmo às discussões mais severas e argutas. Seria tão fácil fazer uma revolução socialista em Cuba? Ora, o socialismo em nenhuma parte brota

como uma fatalidade ou como um produto automático das transformações históricas. Ele é uma complicada e difícil criação do homem. Os sacrifícios de Sierra Maestra são nada quando comparados com os sacrifícios que vieram depois – e que afetaram todo um povo. Eles são vistos friamente, como se fossem ocorrências de uma história natural, às vezes com olhos muito críticos. Ninguém se pergunta o que se faz em Cuba para que o socialismo cresça e vença, qual é o sentido de uma obstinação que não encontra paralelo em outras experiências históricas análogas.

Esta digressão explica o conteúdo desta aula. Queria que vocês penetrassem comigo nessa área delicada da reflexão histórico-sociológica e do pensamento socialista. A revolução cubana possui uma grandeza histórica intrínseca, que exige de nós essa atitude de seriedade intelectual e de militância política. Ao longo do curso, foi fácil localizar o quão vibrátil e móvel ela é: oscilou muito, assumiu várias formas e enfrentou múltiplos desafios. Uma revolução, em suma, que tem vida, vibra, avança e recua, e impõe-se. Acima de tudo, uma revolução que tem por trás um povo que sofre e não cede, que aceita a verdade que ela se atribui e procura corresponder a todas as conseqüências resultantes – todas, não algumas. Vamos dialogar com ela, nesse plano mais amplo e profundo, embora estejamos aquém de sua grandeza e corramos o risco do mal-entendido.

Devo reconhecer que na apresentação de materiais, ao longo do curso, sempre procedi a um corte unilateral. Não tinha uma intenção apologética, contudo não dei acolhida a muitas informações e a certos dados que sublinham os efeitos disnômicos da revolução ou a persistência e agravamento de determinados aspectos sociopáticos da realidade. Por quê? Não tinha – e acho que seria dispensável dizê-lo! – o intuito de "mostrar Cuba bonitinha", como diria o saudoso Roger Bastide. Dados e informações dessa natureza são delicados e, para elaborá-los com rigor descritivo ou interpretativo, teria de imprimir uma orientação bem diferente a toda a exposição. Mesmo quando os autores já

davam a explicação pronta e acabada (por exemplo: o desalento e o descontentamento que se ligaram à crise da safra, apontados por C. Mesa-Lago; ou, em uma elaboração interpretativa mais complexa e crítica, a relação que J. Valier estabelece entre a deterioração econômica e social do início da década de 1970 e a ausência de uma participação democrática das massas de trabalhadores nas estruturas do Estado), deixei-a deliberadamente (e não prudentemente) de lado. Como diriam os sociólogos da "escola de Chicago": a história natural de uma revolução está recheada de ocorrências desse tipo. Seria muito importante privilegiá-las se elas permitissem marcar onde e quando elas assinalariam um desvio da revolução em sua rota ou uma inflexão que estabeleceria uma modificação de padrão estrutural. Ora, a revolução cubana possui uma peculiaridade. As condições de extrema privação permanente, os sacrifícios generalizados e sistemáticos, o altruísmo universal são os fatos comuns e banais: eles se incorporaram como uma dimensão histórica típica, repetitiva, essencial. Isolar certo número desses aspectos, em um dado momento, e montar sobre eles toda uma descrição ou interpretação da evolução, ritmos ou dificuldades da revolução não constitui obviamente um bom método. O absenteísmo, *verbi gratia*, tem sido um cavalo de batalha. O que sabemos sobre esse assunto no contexto da pré-transição, quando se aceleram simultaneamente o desenvolvimento econômico e a revolução? Em outros países as coisas teriam sido diferentes? E não é normal – e até necessário – que uma ínfima porcentagem da força de trabalho se desorbite? Em Cuba, a passagem de uma privação absoluta, ao mesmo tempo secular e estrutural, para uma privação relativa deveria produzir certos efeitos. As coisas chegaram a ser postas nestes termos e analisadas deste ângulo? As críticas à revolução, que nascem de um vinco ideológico e político, mereceram minha atenção. Elas também são fatos históricos e devem ser tomadas na situação global, ainda que os autores sejam externos à cena histórica. Às vezes, elas coroam análises exigentes de uma evolução histórica, como acontece com Karol; outras vezes, elas são tão veementes que, por isso mesmo, não podem ser ignoradas, como é o caso de Dumont (uma denúncia é um fato: um regime socialista não pode comportar certas críticas). Levá-las a sério não seria o mesmo que colocá-las no centro das minhas preocupações de análise: elas funcionaram, para mim, como sinais vermelhos na rota da revolução. Qual é o significado sociológico e político dessas críticas e temores? Em particular, elas assinalam a existência, dentro de Cuba, de forças sociais revolucionárias que se degradaram ou mudaram de rumo? Além disso, nas condições cubanas de uma pré-transição tão difícil aqueles sinais vermelhos indicam que a revolução foi traída, está sendo ou será traída? Ou, ao contrário, eles são menos numerosos do que deveriam ser (na hipótese de que outros dirigentes pudessem fazer as coisas andarem melhor)? Há, ainda, a conspícua análise pseudocomparativa: Cuba antes e depois (algo que os revolucionários reforçam, com uma mania de fazer cotejos sem qualquer sentido positivo). O típico "diagnóstico objetivo", como o que resulta das descrições de L. Nelson. O que é, numa sociedade em transformação revolucionária, produto de seu crescimento ou produto da revolução? Pode um sociólogo trabalhar com um esquema de observação e de análise tão precário e, apesar disso, tido como positivo? Temos, por acaso, o direito de afirmar "juízos de fato" como se operássemos com uma balança e num prato puséssemos os êxitos e noutro os malogros? O que são esses juízos, na substância, senão uma forma conservadora de contestar a revolução cubana (como pode ser, na linguagem dos revolucionários, uma manifestação apologética ingênua)? Procurei, dentro de limitações que não consegui vencer como pretendia, chegar à revolução cubana como uma totalidade histórica e política em devir, na qual me projeto e a qual defendo (na dupla qualidade de investigador e de militante). Não disponho da fórmula "como deveria ser a revolução"; e tampouco tenho em mente fórmulas alternativas, do que deverá ser a

revolução no futuro próximo e remoto. Mas, apanhando-a à luz das forças sociais e políticas revolucionárias que a conformaram e que a estão alterando, nesse nível queria discutir com vocês o seu imenso, grave e criador drama político.

Entre os analistas de Cuba, só Gutelman pôs o dedo na ferida que é o drama político da revolução cubana, porque só ele fez uma análise marxista concreta das contradições que operam na sociedade cubana por causa do socialismo. E ele próprio não elaborou a discussão do assunto, talvez prematura enquanto a revolução ainda não resolvera institucionalizar-se como uma forma socialista de democracia. O assunto, hoje, impõe-se francamente, pois a organização do poder popular deveria ter levado o PCC, pelo menos, a um debate em profundidade e sem evasivas. Sabemos o quanto os cubanos temem – e com razão! – os debates teóricos. Todavia, não há exemplo de uma alteração tão substancial na linha política revolucionária de um governo socialista, como a adotada em Cuba com a organização do poder popular (ou seja, com a opção pela forma política democracia popular como etapa inicial da fase de transição para o socialismo), que possa ficar sem uma sólida demonstração da teoria correspondente. O que Raul Castro e Fidel Castro disseram, sobre o assunto, é sem dúvida importante. Todavia, não é suficiente. Uma coisa é esclarecer as massas com referência à estratégia da revolução. Outra, definir essa estratégia como política revolucionária, a partir da qual se irá constituir o próprio Estado socialista de transição em Cuba.

O drama político da revolução cubana pode ser resumido em poucas palavras. Ele surge das contradições existentes entre duas ordens de necessidades interdependentes. Pobreza crônica e subdesenvolvimento extremo enfrentados através do socialismo. O que significa: mobilização organizada dos trabalhadores, como classe revolucionária, para implantar a propriedade coletiva, formas socialistas de produção e de repartição, de organização da consciência social, da personalidade, da sociedade e do Estado; e, por aí, eliminar a pobreza e o subdesenvolvimento.

Essa contradição, no que ela tem de geral e de elementar, não é exclusiva de Cuba. O que é específico de Cuba é a modalidade da combinação, a tentativa de vincular a acumulação socialista originária a duas funções simultâneas: a superação da pobreza crônica e do subdesenvolvimento extremo em conjunto com a implantação de uma sociedade socialista. Enquanto uma das funções se realiza, a outra ou se esvazia, fica mera forma sem conteúdo dinamizador, ou cresce de modo muito débil. Seria possível imaginar uma saída diferente, se todos os trabalhadores (ou a grande maioria dos trabalhadores) estivessem diretamente engolfados na conquista do poder e a "revolução a partir de cima" não fosse uma revolução socialista decidida por uma vanguarda, que dirigia o governo revolucionário. Essa possibilidade é imaginativa e não adianta especular sobre ela. Na realidade, temos contradições inevitáveis que opõem entre si a aceleração do desenvolvimento econômico e a aceleração da revolução. Quando um dos pólos salta sobre os gonzos do processo histórico, toda a sociedade sofre um forte golpe ou um choque só reparável a duras penas. Portanto, um movimento revolucionário dramático, de vaivéns, ziguezagues, oscilações, no qual as transformações qualitativas procedem menos de uma acumulação orgânica de forças revolucionárias que de saltos bruscos, determinados de cima para baixo. O que importa ficar claro e que delimita a grandeza da revolução: 1. os dirigentes tiveram a coragem revolucionária de dar esses saltos sempre que perceberam que eles se impunham, mesmo que não pudessem prever todas as suas conseqüências; 2. o grosso dos trabalhadores avançou sempre na mesma direção, não por puro conformismo manipulado, apatia ou indiferença, mas porque pressentia que não existia alternativa e que os saltos bruscos eram o melhor que todos tinham a fazer. Penso que tudo isso ficou claro ao longo do curso e lembro, como típicas, as oscilações vinculadas à opção pelo socialismo, à implementação dos planos, à simultaneidade dos estágios e à implantação do poder popular.

Isso posto, é preciso reconhecer que os debates teóricos, em Cuba, foram apenas... debates teóricos. Somente nesta década será possível suplantar semelhante barreira, nascida da natureza da revolução. Esta avançou tanto na linha das oportunidades que se criou um prolongado divórcio entre a forma política, os conteúdos político-ideológicos e os alvos políticos concretos por ela adquiridos.

Estes puderam ser postos com clareza, os outros dois oscilaram, sendo que, na esfera da ideologia, a revolução correu solta (tanto no célebre "debate econômico" quanto na doutrina da simultaneidade dos dois estágios). A forma política, porém, só avançou concretamente nas medidas práticas, intrínsecas à coletivização, às nacionalizações, à ação direta do governo revolucionário sobre a estruturação da economia, à redução do consumo e à expansão dos serviços fornecidos à população. Na verdade, Cuba ficou presa ao dilema de gerar um excedente econômico que financiasse sua sobrevivência e permitisse converter o sistema de produção capitalista neocolonial em um sistema de produção socialista (um dilema que encontrou a mais viva descrição no discurso de Fidel Castro de 26 de julho de 1970). Por isso, não se pode dizer, com sentido estrito e específico, que houve uma aceleração do desenvolvimento socialista. Foram criadas ou instituídas as bases da montagem de um padrão de desenvolvimento socialista. Assim que este comece a render seus dividendos mais altos, os atritos entre os elementos econômicos e os elementos políticos poderão ser absorvidos de modo gradual e, presumivelmente, rápido. Certamente surgirão condições materiais mais propícias ao deslanchamento da repartição socialista e ao aparecimento de formas socialistas de participação social e política.

Não se trata, é claro, de defender um estreito "determinismo econômico" (ou de volatilizar as "conquistas econômicas" da revolução). Esta ficou bloqueada entre o volume e o crescimento da população, a massa das necessidades vitais e os custos da

reconversão da economia. O que muitos descrevem como a crise econômica ou, em linguagem mais dogmática, a deterioração econômica do fim da década de 1960 e o início da década de 1970, não é outra coisa senão uma expressão estrutural das tensões mais complexas e profundas que surgiram no auge dessa passagem, agravadas, naturalmente, por dificuldades internas e externas da conjuntura. A "safra", que aparecera em 1964 como a solução miraculosa, completou o quadro e, com seu malogro, forçou o governo revolucionário a enfrentar em conjunto, como nunca o fizera antes, os problemas econômicos, tecnológicos, demográficos, de organização do espaço, administrativos, sociais e políticos decorrentes do impacto do padrão de desenvolvimento socialista.

O que importa assinalar é que não ocorreu um esforço criativo para engendrar uma teoria revolucionária adaptada a essas condições de eclosão histórica do período de transição, que propusesse as contradições emergentes e a política para enfrentá-las [compare-se essa evolução com a que se dá na União Soviética, desde a volta de Lenin e as "Teses de Abril" em diante]. De fato, a liberdade de opção revolucionária real era tão estreita que a prática revolucionária foi em uma direção e o discurso revolucionário em outra [comparem-se as idéias-chave da revolução, expostas na unidade didática precedente, com a realidade do planejamento cubano e a crítica que dele fez Fidel Castro, em 1975, já indicada acima]. Enquanto as questões cruciais mais elementares permaneciam sem equacionamento ou eram solucionadas de maneira precária, provisória e semi-socialista, as questões mais candentes encontravam solução definitiva na representação ideológica (e utópica).

Esse paradoxo, dadas as peculiaridades de firmeza revolucionária e de responsabilidade política de toda a vanguarda no poder, exige uma reflexão crítica atenta. Penso que se deve indagar, lukacsianamente, qual era a função revolucionária do extremismo ideológico que floresceu em Cuba, aparentemente desligado

da situação concreta e em evidente conflito com ela. Para entender-se o paradoxo, é preciso apanhar sociologicamente o quadro todo, com as tendências de contrapeso do governo revolucionário, pondo no primeiro plano outras figuras da revolução, como Raul Castro e Carlos Rafael Rodriguez, por exemplo. Fazendo-se essa rotação, percebe-se que a revolução avançava por baixo, pela "base objetiva" (graças à reconversão da economia e à implantação sem vacilações de um processo extremamente duro de acumulação socialista originária de longa duração). O discurso ideológico puro, radical e extremista preenchia duas tarefas. Uma, que podemos negligenciar, de imantar a revolução cubana ao marxismo-leninismo, separando-a de outras revoluções proletárias do século 20 e fixando-a entre as grandes revoluções comunistas da história. Outra, que é a que nos interessa no momento, que consistia em conquistar as mentes e os corações, em transformar toda Cuba em um novo e formidável exército rebelde. Não se tratava de "militarizar" Cuba e os cubanos, como tantos intérpretes superficiais entendem. Mas de mobilizar e de engajar o povo cubano, com todo o vigor possível e de modo persistente, nas duas batalhas em curso: a sobrevivência de Cuba e a reconversão da economia e a implantação de um padrão de desenvolvimento socialista.

Essa interpretação explicita o significado histórico-sociológico do discurso ideológico da revolução. Ele não se vincula, nem no ponto de partida nem no ponto de chegada, à criação de um espaço histórico de expansão do socialismo como forma econômica, social e política. Ele nascia e se esgotava em algo prévio: o grau de liberdade da ação revolucionária "a partir de cima". Por seu intermédio, o governo revolucionário pretendia alcançar uma quase total autonomia de decisão e um crédito de confiança sem limites. A dialética da utopia, em suma, articulava-se à dialética do real, só que a vanguarda revolucionária e o governo que ela constituía se antecipavam aos movimentos concretos, muito mais lentos, da história.

Acredito que essa abordagem permite situar e esclarecer as três questões fundamentais que uma interpretação atual da revolução cubana suscita inevitavelmente: 1. a que diz respeito à baixa densidade da socialização política propriamente socialista; 2. a que se relaciona com a escolha da forma política democracia popular como etapa inicial de implantação do socialismo; 3. a que se refere à forte consistência da opção socialista, malgrado outras debilidades. Com uma excursão por esses três tópicos poderemos dar por encerrada a discussão da presente unidade de trabalho didático.

A baixa densidade da socialização política propriamente socialista transparece em diversos níveis. Um dos mais notáveis vem a ser o do próprio discurso revolucionário "oficial". Entre os dois expoentes desse discurso, só Che Guevara tocou, de passagem, no problema da proletarização da consciência revolucionária da vanguarda. O que atrai mais a atenção é que Fidel Castro, cuja personalidade se converteu em fator histórico do desencadeamento e estabilização da revolução, raramente se identifica com o proletário e com o proletariado (ao contrário dos grandes revolucionários comunistas, que assumem esse simbolismo livremente). Fidel Castro dirige-se, de preferência, aos "humildes", ao "povo" e, com menor freqüência, aos "trabalhadores". E guarda uma decorosa reserva psicomoral, que inibe sua projeção política no eu do proletário e no nós do proletariado. Ainda não tive oportunidade de ler o famoso livro de Blas Roca, *Los fundamentos del socialismo en Cuba* (La Habana, Ediciones Populares, 1960). Mesmo assim, é possível acompanhar-se, pelas críticas sinceras e explosivas de Fidel Castro, o grau de limitação teórica dos dirigentes [conforme transcrições feitas acima, no primeiro e no último tópico da unidade de trabalho didático nº 4] e, também, dos próprios quadros. A este respeito seria interessante considerar as seguintes afirmações: "Na Universidade desaparecem em 1967 os estudos de economia política do socialismo" (o que se corrigiu, nas transformações da década de 1970). "Decai o estudo do marxismo-leninismo a partir de 1966." ("El desarrollo económico de Cuba",

p. 97.) O livro de M. Harnecker é um rico manancial para quem deseje estudar o horizonte cultural médio dos militantes de base e do homem comum. É impressionante, ao lado de uma candura política que já deveria ter desaparecido ou ser muito mais atenuada, de uma arraigada confiança rudimentar no socialismo, a desenvoltura com que certas "técnicas de manipulação" das fórmulas oficiais são empregadas pelos quadros do PCC e alguns dirigentes administrativos ou sindicais. Para dizer o mínimo, isso só pode evidenciar a debilidade ou a inexistência de uma doutrinação marxista-leninista formal (através do PCC ou por outras vias). Ou seja, que a educação socialista revolucionária do proletariado ainda se acha esmagada pelas célebres "correias de transmissão" em que ela chega a inserir-se. Por fim, o PCC só realizou o seu primeiro congresso em 1975 e não se sabe: 1. se sua plataforma política foi previamente discutida, de forma democrática e crítica, pelas bases e nas organizações revolucionárias de massas, que alcançam uma parte extensa do proletariado rural e urbano; 2. se essa discussão continua a ser feita e de que maneira, nesses dois níveis, e com que conseqüências. A defesa do caráter socialista da revolução terá de vir do "povo trabalhador" e a socialização política indireta é insuficiente para produzir esse resultado.

A organização do poder popular representa, como foi indicado, um promissor "passo para a frente". Os críticos do socialismo burocrático provavelmente ficaram alarmados. Todavia, nas condições concretas de Cuba é difícil imaginar-se como consolidar a revolução em termos socialistas para acelerá-la em seguida (e com uma nova relação entre as "massas" e a "vanguarda"). A "revolução a partir de cima", antes de dissolver-se, pode engendrar um processo específico de proletarização do Estado e de constituição de um Estado democrático-popular, pelo qual o controle da revolução passe, de fato, para o "povo trabalhador". Uma visão extremamente idealizada de Cuba e de sua revolução não nos deve impedir de reconhecer essa realidade. Talvez pareça exagerado converter o "controle popular" do padrão soviético no altissonante poder popular. Mas,

trata-se de uma variação semântica e ela se explica politicamente pela ênfase posta anteriormente pelo governo revolucionário na dinamização do poder local. O que deve ser ressaltado, como inegavelmente positivo, é que a saída pela democracia popular foi buscada a "partir de cima" e com vistas a tirar a revolução do impasse político em que ela se viu exposta de maneira crônica.

Reconhecer tudo isso não implica ignorar as debilidades e os perigos potenciais dessa passagem. E, aqui, é necessário pensar mais em termos do futuro que do presente e de requisitos essenciais do socialismo revolucionário que em termos das contingências históricas de Cuba. Reduzir tudo à dinâmica da luta pelo poder de uma "clique de revolucionários" ou à "ortodoxia do PCC" seria funesto à compreensão das exigências da situação. O que ganha caráter perturbador e requer uma reflexão crítica objetiva possui suficiente densidade para que se apanhe o problema desse ângulo. De um lado, o poder popular surge como uma solução típica do topo ou da vanguarda. Buscou-se apoio nas bases, especialmente através dos esclarecimentos e movimentos de forças desencadeados pelo debate do projeto de Constituição Nacional, do referendo em que esta foi aprovada etc. Mas a solução não comportou uma efetiva indagação prévia das bases (fundindo-se aqui todos os organismos políticos e de massas da revolução). De outro lado, o que é mais grave, a forma política democracia popular concretizou-se de modo visivelmente incompleto e imperfeito. Pode-se raciocinar nestes termos porque, se a "revolução a partir de cima" ainda é uma realidade histórica, ela se antecipa e abre os caminhos da democracia socialista. Quando se diz "mais grave", pois, o que se quer dizer é que, mesmo sem encarnar uma forma essencialmente democrática de decisão, a solução preferida poderia ser mais ou menos coerente com os princípios do marxismo-leninismo (este mais ou menos significa não flutuação nos princípios, mas adaptação deles às condições reais imperantes).

Ela é incompleta porque os mecanismos da eleição direta se esgotam na base, no nível municipal do poder popular (no qual

ele se confunde com o poder local). O que significa que o impulso dinâmico da democratização plena foi contido a esse nível, como se ele só tivesse de ser recebido e absorvido pelo poder local. E é imperfeita porque aceita e consagra modalidades de representação, que são avessas à própria essência da democracia socialista, e porque acolhe interferências políticas que se tornam potencialmente negativas, na medida em que elas podem associar-se à representação e enrijecê-la. O poder popular, que deveria impedir a cristalização de qualquer modalidade de dominação, converte-se, assim, na fonte de uma dominação que se organiza e se institucionaliza mediante a forma política assumida pelo poder popular. Basta que se leve em conta como são indicados, selecionados e confirmados os membros dos comitês executivos das assembléias municipais e provinciais; a consagração da eleição indireta para as assembléias provinciais e para a assembléia nacional; e o que descrevi como acoplamento do governo revolucionário sobre as estruturas do poder popular – para ter-se uma imagem concreta do alcance e da gravidade dos riscos potenciais de deturpação do poder popular (por uma burocratização por dentro da democracia popular e de um Estado democrático popular que deveria ser transitório). A exposição anterior revela que toda a evolução foi entendida e justificada à luz do solo histórico da revolução. Mesmo assim, não se pode ignorar esses dois aspectos se se pensa que a forma política democracia popular deve ser absorvida e eliminada com a brevidade possível, em uma etapa subseqüente de consolidação do socialismo e de passagem para o comunismo.

A opção pelo socialismo fixou-se, em Cuba, como parte da síndrome anticolonialista e antiimperialista. Mesmo a tentativa de fortalecer o topo governamental no âmbito da atual fase de organização do poder popular prende-se a essa síndrome. O povo cubano converteu a revolução numa forma suprema de afirmação nacional, o que contribuiu para tornar o socialismo uma realidade histórica irreversível. Em conseqüência, o orgulho

nacional entra em jogo tanto na defesa do socialismo quanto na ambição reativa de fazer da revolução cubana uma manifestação exemplar do socialismo. É desse ângulo que se deve entender a serenidade com que são aceitos os prolongados sacrifícios que a implantação do socialismo vem exigindo e a esperança de que se possa acelerar o salto final, em direção ao comunismo.

Há, pois, uma raiz histórica na posição tomada por Fidel Castro com referência à simultaneidade dos dois estágios (a negação utópica está arraigada no "povo trabalhador", embora ela não seja sofisticada, e se manifesta contra o passado, que a revolução já destruiu, e pela superação do presente, que a revolução está construindo). Se se toma a questão desta perspectiva, o fulcro do debate teórico vem a ser o que representa um partido comunista em confronto com a socialdemocracia. Voltamos, pois, à formulação clássica de Lenin e valeria a pena lembrar, de passagem, o que ele escreveu a respeito. "A denominação de 'socialdemocracia' é cientificamente inexata, como Marx o demonstrou na *Crítica do programa de Gotha*, em 1875, e como Engels o repetiu em uma exposição mais popular, em 1894. Do capitalismo a humanidade só pode passar diretamente ao socialismo, isto é, à propriedade coletiva dos meios de produção e à repartição dos produtos segundo o trabalho de cada um. Nosso partido vê mais longe: o socialismo deve inevitavelmente transformar-se pouco a pouco em comunismo, sobre a bandeira do qual está escrito: 'De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades'". ("Les tâches du proletariat dans notre révolution", 1917; *Oeuvres*, Volume 24, pp. 77-78.) Trata-se de um enunciado claro e completo. Ele exclui a possibilidade de uma passagem direta mas propõe a necessidade de uma transformação contínua do socialismo em comunismo (aliás, a fronteira que separa a reforma do capitalismo e o socialismo oportunista do marxismo).

É evidentemente importante refletir sobre as implicações dessa posição teórica à luz da revolução cubana. Por suas difi-

culdades e contradições talvez ela seja a mais difícil entre as "revoluções socialistas difíceis" de nossa época. Não obstante, ela se obriga à negação utópica, aplicando-se as normas de exemplaridade e de superação que são sua marca peculiar. Ela não procura ser tão somente socialista, mas socialista em busca do comunismo, isto é, ela relativiza os fins imediatos e absolutiza os fins mais ou menos longínquos, de larga duração. Para muitos, essa seria uma dimensão irrealista da revolução cubana, o preço que ela paga ao "idealismo" de revolucionários amadores. Todavia, a América Latina ficou tão presa ao imobilismo das revoluções burguesas em atraso e ao bloqueio imperialista do atual capitalismo monopolista que seria melhor enxergar nesse extremismo maduro o ímpeto indomável da eclosão proletária.

ANEXO 1

REVOLUÇÃO CUBANA: SIGNIFICADO E CAMINHOS*

Alfredo Bosi – (...) há uma experiência que eu acho muito importante e que agora começa a ser assimilada pelo público, que é o seu conhecimento da Revolução Cubana. Em que medida o seu conhecimento, que foi mais íntimo com a Revolução Cubana e sobretudo a Cuba posterior à revolução, em que medida isso lhe deu uma nova perspectiva para estudar a relação entre Estado, educação e desenvolvimento? Temos aí um esboço de prática socialista, da relação do Estado com a educação. Essa experiência o senhor estudou topicamente, em Cuba, ou isso abriu alguma perspectiva para o estudo dos países latino-americanos em transformação? Nessa questão particular de relação da educação com o Estado.

Para responder essa pergunta, que é muito boa, eu tenho de voltar um pouco. Porque, na verdade, todo o problema da dinâmica da sociedade de periferia, eu acabei levantando teorica-

* FERNANDES, Florestan. Publicado na *Folha de S. Paulo* em 1º/1/1984 e reproduzido em *A força do argumento*, coletânea organizada por João Roberto Martins Filho, editada pela EdUFSCar em 1998.

mente nos trabalhos que se iniciam no fim da década de 1950, início da de 1960 em alguns ensaios. Mas realmente a investigação empírica e o trabalho de interpretação rigorosa começam apenas com o estudo do negro. Há uma tendência de chamar o estudo do negro de um estudo de relação racial. Ele não é bem isso. É um estudo de relação racial, mas não feito para esgotar a problemática nos termos em que os estadunidenses converteram a relação racial, numa análise que não questiona a sociedade, nem as classes, nem o capitalismo. O único trabalho de lá feito dessa perspectiva é o do [Gunnar] Myrdal, que foi feito com colaboradores. O Myrdal é socialista, moderado mas é socialista, e ele questiona as classes, a ideologia das classes. E surgiram alguns trabalhos posteriormente quanto a educação, quanto a relações raciais, aprofundando e radicalizando essa temática. Aqui a investigação sobre o negro me permitiu ir além das fronteiras da extinção do indígena, dos povos livres. Eu pude apanhar toda a dinâmica da sociedade escravista e toda a passagem do escravismo para o trabalho livre e as limitações que isso sofre. E com isso a minha inteligência da revolução burguesa na periferia ganha uma outra dimensão. No Brasil, se falava muito sobre a revolução burguesa numa perspectiva, por assim dizer, da revolução que ocorreu na França e na Inglaterra, e de outra maneira na Alemanha, e de outra nos Estados Unidos, e que fatalmente vai ocorrer aqui. Como se fosse intrínseca ao capitalismo. É como uma doença venérea, o sujeito acaba adquirindo uma vez na vida pelo menos. A revolução burguesa vai acabar sucedendo aqui.

Eu fui levado a fazer um questionamento mais profundo das classes e do seu âmbito porque é realmente classe no sentido rigoroso, quando você pensa como o Marx. Porque se você não quer pensar que o capitalismo surge já com a escravidão, se você não adota conceitos fluidos, Marx nunca fala capitalismo comercial, ele fala capital mercantil, isso quer dizer alguma coisa. Weber era mais livre no uso de conceitos, podia qualificar o capitalismo de várias maneiras. Marx era muito rigoroso, capital mercantil, capital industrial, a classe como formação social específica, não como categoria geral. No *Manifesto* e em outros escritos, eles falam de luta de classes no sentido geral, mas eles estão pensando classe independentemente da sua especificidade. Eles estão pensando é numa formação social que se vincula ao aparecimento do capital industrial. Na relação que se dá graças à e através da mais-valia, a dinâmica da acumulação capitalista. Então, eu fico colocando diante da história brasileira este questionamento: quando realmente desaparece o estamento e surge a classe? Por que Marx e Engels têm coragem de usar o conceito de estamentos, mas nossos marxistas têm medo? O conceito de casta, talvez eu tenha usado de maneira um pouco livre. Mas para distinguir o escravo do próprio negro e do mulato que eram membros de estamentos eu tinha que ter uma outra categoria e já houve esse uso livre do conceito de casta, então vamos lá. Eu comecei esse questionamento e pude fazer através desta investigação. As primeiras análises surgem em *Negros e brancos em São Paulo.*[1] O primeiro e o segundo capítulos são uma reflexão concentrada sobre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social de São Paulo, apanhando o negro e o branco como ponto de referência para explicar, através da estratificação social e da transformação das estruturas sociais, essa história. Depois da *Integração do negro*[2] aí realmente eu pude inclusive fazer o retrato aproximado da revolução burguesa, como ela se equaciona historicamente em termos débeis, através do fazendeiro, do imigrante. Todo esse ponto de referência me levou a

[1] *Negros e brancos em São Paulo*. Em colaboração com Roger Bastide. Publicação prévia: Revista *Anhembi*, 1953; edição original, São Paulo, Editora Anhembi, 1955

[2] *A integração do negro na sociedade de classes*. Primeira edição, São Paulo, FFLCH-USP, 1964; segunda edição, em dois volumes, São Paulo, Dominus-Editora da USP, 1965; terceira edição, em dois volumes, São Paulo, Ática, 1978.

conhecer a dinâmica de uma sociedade colonial. Eu fui levado a uma distinção entre o que é colonial e o que é neocolonial, o que é dependente. Você tem isso no ensaio que eu elaborei em Toronto,[3] saiu em 1969, sobre dominação externa na América Latina, a separação precisamente entre esses momentos, eles são históricos mas são também estruturais e às vezes o estrutural vai além do histórico. Há países que ainda estão numa situação neocolonial até hoje: é o caso do Haiti, do Peru, do Paraguai e de muitos países. Outros conseguiram passar para uma situação de dependência que se caracteriza pela absorção de estruturas de produção diferentes. Essa problemática eu monto empírica e teoricamente através do estudo do negro, e pude com ela refletir comparativamente sobre a América Latina. Em Toronto, eu tive oportunidade de dar cursos trabalhando com essas idéias, um pouco precariamente de início, mas eu já tinha escrito a primeira parte e a segunda não acabada da *Revolução burguesa no Brasil*[4] que eu escrevi em 1975; então, eu já tinha um amadurecimento muito grande desse arsenal. Com isso, em Toronto, quando eu me vi na obrigação de tomar uma perspectiva mais ampla, premido por um movimento político mais aguçado, com maior liberdade, eu não só me informei sobre uma literatura que não era exeqüível aqui, como também acabei dando cursos sobre política no Terceiro Mundo, em colaboração com um professor australiano. Nesse curso, me cabia dar a parte da América Latina: 10 exposições, das quais eu reservei 3 ou 4 para Cuba. Eu pude ver como em Cuba aconteceu a mesma coisa que no resto da América Latina, só sucedeu de uma maneira pior, porque lá a situação neocolonial se restabelece com uma grande vitalidade, graças ao fato de que os Estados Unidos alienam a independência que os cubanos ganharam na frente militar. E, através de processos econômicos, culturais, políticos e diplomáticos, criam uma situação neocolonial de grande vitalidade, de grande envergadura. Lá eu pude estudar como, afinal de contas, se repete em Cuba a história comum da América Latina, quer dizer, as tais revoluções que não se concluem, que se paralisam porque a burguesia não é uma burguesia de país com desenvolvimento capitalista autônomo, ela está sujeita a uma dominação externa.

[3] Trata-se provavelmente de *The Latin American in residence lectures*. Toronto: University of Toronto, 1969-1970.

[4] *Revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975; 2ª edição, 1976; 3ª edição, 1981.

Isso nos leva a Gramsci de novo: para ele foi muito importante interpretar a situação difícil da Itália na relação com outras nações que exerciam hegemonia econômica, política e cultural dentro da Itália. Aqui a presença das nações não se dava em termos de hostes militares, mas se dava de outra forma. E a própria burguesia vive a mesma insegurança, então, são revoluções que não se completam. E o que é peculiar a Cuba? Por causa da situação neocolonial se tornar extremamente viva, a luta contra a ditadura, a luta contra a república títere, a luta contra o imperialismo, que assumia proporções dramáticas, acaba gerando um nacionalismo libertário que desata num processo diferente do resto da América Latina. No resto da América Latina, as revoluções de independência ocorreram no início do século, ou até o meio do século; em Cuba, ela surge em 1868, ressurge em 1893-95 e reflui. Não surge, então, uma burguesia capaz de tomar conta do Estado e usar o Estado como um elemento de autodefesa e preservação das estruturas coloniais, neocoloniais e de dependência. Em Cuba, os Estados Unidos, através de uma dominação indireta de tipo específica, saturam de tal maneira os espaços que a luta contra a ditadura, contra a dominação externa, contra a ausência de independência nacional acaba evoluindo num sentido que poderia ser contido dentro do capitalismo, mas se os diferentes setores da burguesia cubana e os Estados Unidos revelassem flexibilidade. Houve todo o problema da socialização política dos guerrilheiros, o

fato de eles saberem o que não queriam, o fato de eles aceitarem os níveis históricos da revolução. O fato é que em seguida eles conquistam o poder, vão ao poder com um governo de composição nacional, mas dão oportunidade para provar que nem os setores mais fortes da burguesia cubana nem os Estados Unidos aceitariam uma reforma do capitalismo. Realmente não se trata de uma debilidade da burguesia cubana, trata-se de uma impossibilidade. O que a burguesia intenta? A partir do governo, expulsar os guerrilheiros. Os guerrilheiros, com o controle do exército, da policia e com o apoio da população, deslocaram a burguesia. A pressão dos Estados Unidos foi se intensificando e o que aconteceu? A Revolução Cubana foi parar no nível histórico dela, quer dizer, é a única revolução na América Latina que entra na corrente da história moderna, por causa dessas circunstâncias. Eles foram bastante sagazes e lúcidos para avançar. Na verdade, a União Soviética cobriu a retaguarda e Cuba entra no processo da história moderna. Então, o que eu penso a partir daí? Eu não estou pensando apenas como socialista que gostaria da revolução, eu estou pensando como sociólogo, quer dizer, uma revolução que se tornou possível em Cuba e que é necessária para o resto da América Latina provavelmente é a revolução que responde à contra-revolução da burguesia, que responde aos regimes ditatoriais de segurança nacional que eu chamei de autocracias burguesas. Quer dizer, a saída não se dá mais pela burguesia, que é uma burguesia internacionalizada agora, com economia internacionalizada aliada a um imperialismo de uma maneira tal que ela está paralisada, ela não pode avançar mais do que através do desenvolvimento acelerado. A única coisa que ela sabe fazer é modernizar e incorporar as economias capitalistas internacionais, absorver padrões de capitalismo avançado, que na verdade jogam fora do sistema de trabalho uma grande parte da sociedade brasileira e ao mesmo tempo uma parte maior ainda na miséria permanente.

Por aí eu tive um pouco a reflexão que não repete o que disse Fidel Castro em Sierra Maestra, que o paradigma da revolução ali era um parâmetro de conciliação com a burguesia; nem o que diz o Che num dos ensaios, discutindo a questão de se a República Cubana se repetirá, ele diz que se repete porque ele acreditava na forma guerrilheira. Eu não acredito na forma guerrilheira. A minha formação política anterior inclusive não me levava a pensar que a guerrilha seria o caminho, embora como sociólogo até antes eu já tivesse dito que, se houvesse uma revolução, a massa da população não tem na América Latina nenhum motivo para ser leal a um regime que não lhe dá nada senão opróbio, exclusão e miséria. Havendo oportunidade vai haver o que houve em Cuba: uma eclosão. Mas é que os guerrilheiros viam que poderiam apanhar o apoio da massa. Mas o que os guerrilheiros não viam é que a situação revolucionária não foi criada por eles, ela foi produto de uma longa evolução, que não começa sequer em nosso século, começa com o desenvolvimento do sistema colonial, na maneira pela qual a dominação dura até o fim do século e é substituída não pelo regime representativo da burguesia, mas por um regime títere, governos sucessivamente ditatoriais de articulação de interesses burgueses internos e externos, principalmente estadunidenses. Eles não viram que essa situação revolucionária não é a guerrilha que cria, ela é produto da história; o que eles tiveram foi a inteligência de se localizar dentro dessa situação revolucionária e de ver que aquela ditadura poderia ser removida com o poder militar e de levar a revolução até o fim.

Para concluir, eu queria dizer o seguinte: qual é o significado da Revolução Cubana. É que a América Latina tem uma alternativa histórica, essa alternativa não está no capitalismo, ela não é aberta pela democracia burguesa, não é aberta pelo imperialismo, não é aberta pela internacionalização da economia capitalista, ela é aberta exatamente pelo socialismo. A via pela qual Cuba chegou ao socialismo é muito peculiar. Eu não diria, como Che, que nesse

sentido a experiência de Cuba vai ser paradigmática, vai se repetir. Agora, essa revolução sim, porque esses povos não têm alternativa, o capitalismo cria situações na América Latina convertendo países como Brasil, México e Venezuela em plataformas do sistema de produção mundial. E com isso toda uma parte da América Latina é condenada a uma dependência que consigo preserva estruturas coloniais e neocoloniais e cria estruturas novas de relação dependente que são permanentes. E dentro delas o capitalismo não resolve os problemas que tecnicamente ele poderia resolver. Ele resolveu problemas que nós enfrentamos na América Latina, que não originariam uma revolução e que seriam resolvidos numa escala de riqueza estadunidense, francesa, inglesa, alemã. Na América Latina isso não é possível porque o excedente econômico é apropriado, como eu chamo, dualmente: uma parcela fica nos países nas mãos das classes privilegiadas e outra parcela vai para o exterior, vai para os grandes bancos, para as grandes multinacionais, para as nações poderosas, tanto a superpotência quanto outras nações hegemônicas. O que fica na América Latina, em termos de potencial para que o capitalismo resolva problemas técnicos de caráter humano, é tão pouco que não dá sequer para enfrentar os problemas dos estratos mais pobres da pequena burguesia. Com isso, então, nós temos uma equação líquida: a saída é a revolução. Agora, como chegar pela via cubana, aí o problema é outro, a história é outra. A maneira pela qual Cuba fez a revolução não se repete porque os países centrais estão naturalmente alertas e, em conseqüência, quando a experiência se repete nós temos o que está acontecendo na Nicarágua, em El Salvador: a revolução não tem como defender o seu ritmo, a sua integridade, avançar, ter conexão com a história mundial do socialismo que é a via pela qual as coisas terão que se desatar. Sem uma evolução mais profunda, sem que os países socialistas se fortaleçam e tenham coragem de enfrentar as nações capitalistas mundialmente, essas revoluções são naturalmente condenadas a um fracasso parcial.

Desse ângulo, qual é a importância dessa revolução? É para tudo, não é só para a educação, não é só para a saúde pública, não é só para a liberdade da pessoa, embora aí as coisas num país de transição precisem ser postas concretamente. Não se trata de repetir os sonhos falsos da burguesia, é preciso um sacrifício terrível, uma disciplina tenaz, e as pessoas estão se sacrificando não por um futuro melhor delas mesmas, mas pelos filhos e pelos descendentes. Nesse plano a revolução discute os problemas. Pela primeira vez, indo a Cuba, por exemplo, eu saio do Brasil e só vejo favelas; por sorte os aeroportos são estratégicos para a gente ver as favelas. Agora, no Rio, está mais camuflado. Vou para o Peru e tenho essa visão na escala mais dramática possível, as *barriadas* no Peru abrangem quilômetros e quilômetros, num terreno árido, de pó, de extrema miséria, sem plantas. Chegando em Cuba, a gente vê que não é a pobreza que cria isso, é a exploração capitalista, a dominação externa do imperialismo, porque aquele país também é pobre, aquele país gasta uma grande parte do seu excedente econômico para se armar, para se defender dos Estados Unidos. E, no entanto, a gente vê como funcionam as escolas, a assistência que se dá às crianças sem privação de nenhum tipo, na alimentação, na roupa, a assistência que se dá aos doentes, aos velhos e, ao mesmo tempo, um esforço concentrado no sentido de suplantar as dificuldades de um país que está tentando fazer revolução socialista com base na agricultura e na exportação de produtos de origem agrícola, como o açúcar. Então, por aí nós vemos que Cuba não permite resolver todos os problemas de educação, saúde pública, socialização política do poder, porque ainda estamos numa fase de consolidação do poder, o Estado sobrevive, não alcançamos a fase de destruição do Estado, infelizmente. Mas há uma tentativa de organizar o poder popular, de avançar numa direção nova e principalmente de tirar o desenvolvimento dessa função unilateral que ele adquiriu desde o período colonial, porque ele sempre foi um elemento de exploração dos povos na América Latina, isso termina com socialismo.

Nesse plano, Cuba não só mostra o caminho que está aberto historicamente, o problema agora é de oportunidade histórica, que vai depender do confronto entre as nações capitalistas e as nações socialistas; as nações socialistas crescendo, ele vai aumentar. Cuba ganhou a oportunidade de palmilhar o caminho, graças ao fato de que a União Soviética ficou com a cota do açúcar que os Estados Unidos deixaram de absorver, e ao mesmo tempo dispensou a Cuba uma cooperação intensa e contínua. Agora, os outros países precisam de um espaço maior, precisam que as nações socialistas cresçam até um ponto no qual elas possam paralisar o esforço que as nações capitalistas fazem para impedir essa segunda revolução. Basta ver o que acontece na Nicarágua, em El Salvador, quer dizer, qual é a fonte de paralisação dessas duas revoluções? Elas não são internas, elas são externas, e não há uma nação socialista capaz de impedir esse processo, de solapamento, de impedimento do desate da revolução socialista na América Latina.

ANEXO 2

25 ANOS DE CASTRISMO – A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO CUBANA*

O capitalismo foi incapaz de introduzir na América Latina o ciclo de suas revoluções típicas. Para garantir o seu desenvolvimento, o capital teve de recorrer, com freqüência, a ditaduras cruéis. Oscilou sempre entre o conservantismo, a revolução política (pela cúpula) e reformas de superfície, de alcance social restrito, culminando na consagração da contra-revolução preventiva como último recurso de autodefesa. É em confronto com esse quadro que se deve avaliar a revolução cubana. Ela retira a América Latina da constante das "revoluções interrompidas" e da retórica ideológica "liberal", que proclama o reformismo e o nacionalismo democrático, enquanto o capital se vale da força bruta dos militares e da opressão como um estilo de vida. A internacionalização das economias somente beneficia os inte-

* Nota do editor: parte referente a Cuba e à revolução na América Latina do longo depoimento de Florestan Fernandes a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn, realizado no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo, em 26 de junho de 1981, publicado na edição 42 da revista *Novos Estudos*, de 1995, editada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

resses financeiros, nacionais e estrangeiros. Os trabalhadores assistem atônitos ao espraiar de uma "abundância" que não os alcança e que multiplica sem cessar os índices de miséria, de migrações dos miseráveis, de violência contra os desvalidos, de exclusão, espoliação e marginalização dos mais humildes.

A revolução cubana não só rompeu com esse paradigma, ela forjou uma realidade histórica oposta. Ela comprovou que a pobreza, a "apatia das massas" e o subdesenvolvimento não são obstáculos intransponíveis à mudança social revolucionária. Ficou patente que qualquer país latino-americano tinha ao alcance das mãos uma saída revolucionária para os seus dilemas, insolúveis dentro do capitalismo. A ilha possui pequeno porte geográfico e demográfico; fora reduzida à condição de produtor de um único artigo (o açúcar) e de um único mercado importador e exportador (os Estados Unidos); sofrera intensa devastação, seja por seu poderoso vizinho, seja por classes dirigentes totalmente corruptas; conhecera, ao longo do tempo, o egoísmo frio de governos coloniais, de ditaduras mais ou menos impiedosas, de regimes democráticos de fachada e descobrira que nada poderia esperar de um Estado títere, um meio para outros fins das oligarquias internas, das plutocracias estrangeiras e do governo dos Estados Unidos. Os males do ciclo de trabalho da cana, a miséria crônica da maior parte dos menores, o desamparo dos velhos, o inferno em que se transformara a vida cotidiana das classes subalternas, a ruína irreparável da maioria das famílias pobres não entravam em linha de conta na esfera política. Esta só cuidava do desenvolvimento caucionando pelos interesses da matriz e das classes privilegiadas locais. Tal situação não comportava alternativa e o grosso da população ou se submetia passivamente a uma ordem social perversa ou teria de recorrer a uma insurreição cruenta contra ela. A revolução social brotava, portanto, como um "produto natural", o fruto maduro de uma ordem social que caminhava cegamente na direção de um desmoronamento explosivo.

A guerrilha, que conquistou o poder, não gerou por si mesma essa situação histórica revolucionária. Ela própria foi causada por tal situação, que iria exigir ainda, mais tarde, a aplicação de práticas guerrilheiras na condução do Estado revolucionário e em todas as esferas da vida. A guerrilha e o Exército rebelde, que a substituiu, se constituíram no braço armado da revolução, primeiro para bater a ditadura de Batista, em seguida para derrotar o despotismo arrogante dos Estados Unidos, reduzir a escombros o antigo regime e lançar os alicerces de Cuba revolucionária. A revolução cubana encerrava uma época histórica e, o que é mais importante, abria a época histórica nova, impregnada de nacionalismo libertário, de antiimperialismo, de socialismo e de comunismo revolucionários. Uma confluência de ideais e de valores contraditórios, que se unificavam na prática porque eram sustentados por forças sociais nativas e centrípetas e porque correspondiam à ascensão do povo ao centro da cena histórica. A autonomia da nação se configurava como expressão da vontade coletiva dos trabalhadores e a continuidade da revolução repousava em seus ombros, como a única classe revolucionária que aparecera como tal na história de Cuba. Os esquecidos e excluídos se convertiam, assim, na verdadeira garantia de que poderiam ocorrer ziguezagues e até oscilações perturbadoras e retrocessos, mas eles não reduziriam a revolução cubana a uma "revolução interrompida".

Isso não quer dizer que a revolução cubana tenha cumprido todas as suas tarefas no quadro histórico da pré-transição. É óbvio que não. A pobreza e o subdesenvolvimento continuam lá, embora tenham deixado de ser um fator de desigualdade crescente, de dominação, de iniqüidades sociais e políticas, de exploração do homem pelo homem, de cruel hegemonia estrangeira. A diferenciação do sistema de produção enfrenta barreiras que nascem de condições naturais, com freqüência agravadas pela praga estadunidense. As bases materiais da instauração do socialismo são comprimidas naturalmente, exigem

enormes e permanentes sacrifícios, impõem técnicas drásticas de acumulação e de centralização do planejamento, o que afeta negativamente e por vezes impede uma consolidação mais rápida da democracia proletária. Essas coisas não são ignoradas nem escamoteadas ideologicamente. Elas comparecem com objetividade nos discursos e escritos de Fidel Castro, nos relatórios do Partido Comunista Cubano e em outros documentos oficiais. De outro lado, elas são de conhecimento comum e fazem parte da reeducação pelos fatos duros da vida. Da criança ao velho, todos sabem o que custa o que consomem (como objetivação do trabalho humano produtivo), o que representa e qual é o destino do que deixam de consumir (como condição da igualdade e do desenvolvimento socialista) e por que o carro não pode ser posto adiante dos bois em todos os níveis (como ocorre com a instrução pública, a assistência médica e hospitalar, o amparo à velhice, a garantia de emprego e a defesa militar). Prevalece uma grande ansiedade por novas conquistas e pela superação das limitações e contradições imperantes – inclusive as que dizem respeito ao controle democrático do Estado revolucionário. Mas ninguém se dispõe a arriscar tudo o que se obteve em uma cartada afoita e infantil. Os "milagres" fazem parte da tradição capitalista, especialmente na periferia, porque as promessas nada valem.

O teste político da revolução cubana só se delineia efetivamente na década de 1970. As metas mais ambiciosas de redimensionamento da produção e de aceleração concentrada do desenvolvimento econômico são concebidas em função da famosa crise da safra, uma crise que parecia econômica, mas era global e punha em questão a eficácia do governo e de todo o regime, o que Fidel Castro percebeu e aproveitou corajosamente. Parecia que essa década permitira dar um grande salto econômico, administrativo e político, encerrando a fase preparatória à transição socialista propriamente dita. Contudo, perdas de safras, ocasionadas por fatores naturais, sabotagens de origem externa, oscilações nos mercados de preços etc., interferiram nas previsões e no rendimento das programações. A década de 1980 herdou problemas que deveriam estar resolvidos ou, pelo menos, atenuados. Não obstante, os programas de experimentação e de implantação do poder popular foram cumpridos à risca. Depois dos tateios iniciais da década de 1960 e de várias tentativas ulteriores de encetar a institucionalização do poder popular, finalmente emergia um salto qualitativo decisivo (com vistas à situação de Cuba). Subsistem muitas arestas e contradições, que não vem ao caso debater aqui. Em si mesmo o avanço é importantíssimo. Ele ajusta certos requisitos de organização do poder popular às bases materiais e aos ritmos históricos efetivos da revolução. Além disso, permite estabelecer um mínimo de controles democráticos institucionalizados sobre o planejamento, as tendências à burocratização e as atividades de um poderoso partido único. Não consigna nenhum passe de mágica com referência à autogestão operária ou traz manifestações da forma política de democracia socialista. Mas confere corpo e fluidez à influência organizada do poder popular. E, ao fazê-lo, recupera e refunde os ideais tidos por guevarianos (embora sejam, na verdade, profundamente cubanos) de não permitir a preponderância do "desenvolvimento econômico" sobre a "revolução social". Guevara se batia por uma interdependência, que faria socialismo e comunismo correrem parelhas em todas as transformações essenciais. A institucionalização do poder popular restabelece, portanto, o sentido histórico da revolução cubana. O socialismo não vem para ficar, mas ele precisa ser consolidado como condição para o advento do comunismo em uma etapa mais distante.

A revolução cubana, dessa perspectiva, desvenda o futuro da América Latina. Uma nova civilização já começou a ser criada, em uma sociedade nova e por homens novos, libertos das servidões do colonialismo e do neocolonialismo. O que está em jogo não é mais o que se imaginou, na década de 1960, ser a "via cubana" para a revolução e o socialismo – a guerrilha. Após 25

anos de vitória e aprofundamento da revolução, Cuba dá uma lição de humildade, de firmeza e de hombridade, inclusive, que a revolução possui vários caminhos na América Latina. Em um plano mais amplo, ela realiza uma síntese que torna o socialismo e o comunismo realidades nativas. Portanto, Cuba não exporta, como se disse com maldade, o "socialismo da miséria". Ela é um dos países socialistas mais autênticos e o único que imprimiu vida estuante própria ao princípio da liberdade igualitária.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA*

ACOSTA, Maruja e Jorge Hardoy. *Urban reform in revolutionary Cuba* (trad. M. Bocher). New Haven, Yale University Press, Antilles Research Program, 1973.

ALIER, Juan e Verena Martinez Alier. *Cuba: economía y sociedad.* Paris, Ruedo Ibérico, 1972.

ALPHANDERY, Jean-Jacques. *Cuba. El precio de la revolución. 12 años de economía socialista* (trad. Jorge Paceret). Buenos Aires, Granica Editor S.A., 1974.

ARANDA, Sergio. *La revolución agraria en Cuba.* México, Siglo Veintiuno Editores, 1968.

*BARKIN, David. "Agriculture: the turnpike to Cuban development". Department of Economics, New York University, mimeo., s/d (reproduzido na obra indicada a seguir, cap. 3).

BARKIN, David e Nita R. Manitzas (orgs.). *Cuba: camino abierto* (trad. F. Gonzáles Aramburo). México, Siglo Veintiuno Editores, 4ª edição revista e ampliada, 1978.

*BENGELSDORF, Carolee, "A large school of government". *In* Nova York, *Cuba review,* vol. VI, nº 3, setembro de 1976, pp. 3-18.

BENEDETTI, Mario, Alejo Carpentier, Adolfo Sánchez Vasquez, Julio Cortázar, Miguel Barnet, Angel Rama e outros. *Literatura y arte nuevo en Cuba.* Barcelona, Editora Laia, 1977.

*BOORSTEIN, Edward. *The economic transformation of Cuba.* Nova York, Modern Reader Paperback, 1968.

CABEZAS, Dagmaris. "Work: freedom from underdevelopment. *In* Nova York, *Cuba review,* vol. VIII, nº 2, junho de 1978, pp. 13-17.

* Os livros ou artigos assinalados com um asterisco são os que apresentam maior importância didática.

CASAL, Lourdes. "Cuban Communist Party: the best among the good". *In* Nova York, *Cuba review*, vol. VI, nº 3, setembro de 1976, pp. 23-30.

CASTRO, Fidel. *Autocrítica* (trad. J. Pais de Brita). São Paulo, Global Editora, 1979.

_____. "El desarrollo económico de Cuba (1959-1975)". Informe do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba ao seu Primeiro Congresso, 17/22 de dezembro de 1975. México, *Comercio exterior*, vol. 26, nº 1, 1976, pp. 77-99.

_____. *La revolución cubana* (seleção, prólogo e notas de Gregorio Selser). Buenos Aires, Editorial Palestra, 1960.

_____. *Socialismo y comunismo: un proceso unico* (seleção e notas de Carlos Varela). México, Editorial Diogenes, 2ª ed., 1974.

CASTRO, Raul. Discurso de 22/7/1967, reproduzido em *Partisans*, Paris, nº 38.

CHAIN, Carlos. *Formación de la nación cubana*. La Habana, Granma, 1968.

COLLAZO, Enrique. *Los americanos en Cuba* (prólogo de Julio Le Riverend Brusone). La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1972.

*O'CONNOR, James. *The origins of socialism in Cuba*. Ithaca, Cornell University Press, 1970.

DEBRAY, Régis. *Las criticas de las armas, 1*. México, Siglo Veintiuno Editores, 2ª ed., 1975.

_____. *Revolution in the revolution? Armed struggle and political struggle in Latin America* (trad. Bobbye Ortiz). Nova York, Grave Press, 1967.

DRAPER, Tehodore. *Castroism. Theory and practice*. Nova York, Frederick A. Praeger, Publishers, 1965.

DUMONT, René. *Cuba: est-il socialiste?* Paris, Seuil, 1970.

_____. *Socialisme et développement*. Paris, Seuil, 1964.

FRANQUI, Carlos, *Cuba: el livro de los doce*. México, Ediciones Era, 3ª ed., 1977.

FRIEDLAENDER, H. E. *Historia económica de Cuba*. La Habana, Biblioteca de Historia, Filosofía y Sociología, 1944.

GONZALEZ, Eduard. *Cuba under Castro: the limits of charisma*. Boston, Houghton Mifflin, 1974.

*GUERRA, Ramiro. *Azúcar y población en las Antillas* (apresentação de Manuel Moreno Fraginals). La Habana, Instituto Cubano del Libro, nova edição, 1970.

_____. *Manual de Historia de Cuba desde su descubrimiento hasta 1968*. La Habana, Instituto Cubano del Libro, 4ª ed., 1971.

GUEVARA, Ernesto Che. *Guerilla warfare*. Harmonsdsworth, Penguin Books, 1969.

_____. *Selected works* (organizado com uma introdução de Rolando E. Bonachea e Nelson P. Valdes). Cambridge, MIT, 1969.

_____. *Textos* (tradução de O. Aguiar). Rio de Janeiro. Editora Saga, 1968.

GUEVARA, Ernesto Che, Juan Martinez Alier, Marcelo Fernández Font, Ernest Mandei, Charles Bettelheim e Sergio de Santis. *La economía socialista. Debate*. Barcelona, Editorial Nova Terra, 1968.

GUTELMAN, Michel. *A agricultura socializada em Cuba* (tradução de M. A. Morais e prefácio de B. H. Fernandes). Lisboa, Prelo Editora, 1ª ed., 1975.

HALPERIN, Maurice. *The rise and decline of Fidel Castro*. Berkeley, University of California Press, 1974.

HARNECKER, Marta (coordenação e prólogo). *Cuba: dictadura o democracia?* México, Siglo Veintiuno Editores, 1975.

KAROL, K. S. *Guerrillas in power. The course of Cuban Revolution* (trad. de A. Pomerans). Nova York, Hill & Wang, 1970.

KLEIN, Herbert S. *Slavery in the Americas. A comparative study of Virginia and Cuba*. Chicago, Quadrangle Paperbacks, 1967.

LATASTE HOFFER, Alban. *Cuba. ¿Hacia una nueva economía politica del socialismo?* Santiago do Chile, Editorial Universitaria, 1968.

*LE RIVEREND, Julio, *Historia económica de Cuba*. La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1975.

_____. *La republica. Dependencia y revolución*. La Habana, Instituto Cubano del Libro, 3ª ed., 1971.

LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara* (trad. de M. G. Lima Gomes). Amadora, Livraria Bertrand, 1976.

MATTHEWS, Herbert L. *Revolution in Cuba. An essay in understanding*. Nova York, Chanles Scribner's Sons, 1975.

MELLAFE, Rolando. *La esclavitud en Hispano-América*. Buenos Aires, EUDEBA, 1964.

*MESA-LAGO, Carmelo. *Cuba in the 1970's. Pragmatism and institutionalization*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1974.

MILLS, C. Wright. *A verdade sobre Cuba* (trad. de Waltensir Dutra). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961.

MORENO FRAGINALS, Manuel, *El ingenio. El complejo económico social cubano del azúcar*. La Habana, Instituto Cubano del Libro, 3 vols., 1978.

MORRAY, J. P. *The second revolution in Cuba*. Nova York, Monthly Review Press, 1962.

NELSON, Lowry. *Cuba: the measure of a revolution*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1972.

*ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar - Advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografia y su transculturación* (prólogo de Herminio Portell Vilá e introdução de Bronislaw Malinowski). La Habana, Jesus Montero, Editor, 1940.

*PIERRE-CHARLES, Gérard. *Génesis de la revolución cubana*. México, Siglo Veintiuno Editores S.A., 1976.

*PINO SANTOS, Oscar. *Historia de Cuba. Aspectos fundamentales*. Pequim, 1963.

REBELLÓN, Josefina e outros. *Arquitetura y desarrolo nacional: Cuba*. La Habana, Comité Estatal de la Construcción, 1978.

ROA, Raúl. *Aventuras, venturas y desventuras de un mambí en la lucha por la independencia de Cuba.* México, Siglo Veintiuno Editores, 1970.

RUIZ, Ramón Eduardo. *Cuba: the making of a revolution.* Nova York, W. W. Norton, 1968.

*RODRÍGUEZ, Carlos Rafael, *Cuba en tránsito al socialismo (1959-1963). Lenin y la cuestión colonial.* México, Siglo Veintiuno Editores, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. *Furacão sobre Cuba.* Rio de Janeiro, Editora do Autor, 2ª ed., 1960.

SEERS, Dudley (org.). *Cuba: the economic and social revolution.* Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1964.

SIEGELBAUM, Portia. "CDRs: security and service". *In Nova York Cuba review,* vol. VII, nº 3, outubro de 1977, pp. 19-25.

*SWEEZY, Paul M. e Leo Huberman. *Cuba. Anatomia de uma revolução* (trad. de Waltensir Dutra). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1960.

SWEEZY, Paul M., Leo Huberman, Paul A. Baran, J. P. Morray, Marc Schleifer e Ernesto Che Guevara, *Reflexões sobre a revolução cubana* (trad. de Waltensir Dutra). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962.

VALDÉS, Nelson P. "Ideological roots of the cuban revolutionary movement". *In* Glasgow, *Ocasional papers,* Institute of Latin American Studies, University of Glasgow (mimeo.).

VALIER, Jacques. "Cuba 1968-1971: le développement des déformations bureaucratiques et des difficultés economiques". *In Critiques de l'economie politique,* nº 6, "La construction du socialism", janeiro-março de 1972, pp. 112-141.

WILLIAMS, Eric, *Capitalism & slavery.* Nova York, Capricorn Books, 1966 (ed. orig. 1944).

WILLIAMS, William Appelman. *The United States, Cuba and Castro. An essay on the dynamics of revolution and the dissolution of empire.* Nova York, Montly Review Press, 1962.

WOLF, Eric R. *Peasant wars of the twentieth century.* Nova York, Harper & Row, 1969 (cap. 6).

WRIGHT, Irene Aloha. *The early History of Cuba. 1492-1586.* Nova York, Macmillan, 1916.

*ZEITLIN, Maurice. *Revolutionary politics and the cuban workers.* Nova York, Harper Torchbooks, 1970.

PUBLICAÇÕES DE INSTITUIÇÕES

Constituição de Cuba. Instituto Cubano del Livro, 1976.

"Cuba - una nueva etapa". *Comercio Exterior* (México), vol. 26, nº 1, janeiro de 1976, pp. 38-42.

*"Cuba. Politica económica baja la revolución". *In Economía de América Latina* (México), nº 1, setembro de 1978, pp. 135-155 (resumo de Marc Rémez).

Situação social da América Latina. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1965.

Sobre los órganos del poder popular. La Habana, Departamento de Orientación Revolucionária del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1976.

LIVROS DE AUTORES BRASILEIROS

Brandão, Ignácio Loyola. *Cuba de Fidel. Viagem à ilha proibida.* São Paulo, Livraria Cultura Editora, 2ª ed., 1978.

Escosteguy, Jorge. *Cuba hoje. 20 anos de revolução.* Editora Alfa-Omega, 1978.

Matos, Almir. *Cuba: a revolução na América.* Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961.

Morais, Fernando. *A ilha (um repórter brasileiro no país de Fidel Castro)* (prefácio de Antônio Callado). São Paulo, Editora Alfa-Omega, 13ª ed., 1978.

PUBLICAÇÕES EXPRESSÃO POPULAR

1. REALIDADE BRASILEIRA

História das idéias socialistas no Brasil – *Leandro Konder*

Belo Monte – uma história da guerra de Canudos – *José Rivair Macedo e Mário Maestri*

Mato, palhoça e pilão – o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004) – *Adelmir Fiabani*

A linguagem escravizada – língua, história, poder e luta de classes – *Florence Carboni e Mário Maestri*

Tiradentes, um presídio da ditadura – memórias de presos políticos – *Alípio Freire, Izaías Almada, J. A. de Granville Ponce (orgs.)*

Dossiê Tim Lopes – Fantástico Ibope – *Mário Augusto Jakobskind*

O capital e a devastação da Amazônia – *Fiorelo Picoli*

2. CLÁSSICOS

Clássicos sobre a revolução brasileira – *Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes*

Reforma ou revolução? – *Rosa Luxemburgo*

Sobre a prática e sobre a contradição – *Mao Tse-tung*

Fundamentos da escola do trabalho – *M. M. Pistrak*

O papel do indivíduo na História – *G. V. Plekhanov*

A nova mulher e a moral sexual – *Alexandra Kolontai*

Lenin – coração e mente – *Tarso F. Genro e Adelmo Genro Filho*

A hora obscura – testemunhos da repressão política – *Julius Fucik, Henri Alleg e Victor Serge*

Estratégia e tática – *Marta Harnecker*

Marx e o socialismo – *César Benjamin (org.)*

Florestan Fernandes – sociologia crítica e militante – *Octavio Ianni (org.)*

Che Guevara – política – *Eder Sader (org.)*

Gramsci – poder, política e partido – *Emir Sader (org.)*

Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro – *Karl Marx*

Teoria da organização política I – escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao – *Ademar Bogo (org.)*

Teoria da organização política II – Escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-minh, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto, Florestan Fernandes – *Ademar Bogo (org.)*

Marti e as duas Américas – *Pedro Pablo Rodrigues*

As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento – *Mauro Iasi*

3. VIDA E OBRA

Rosa Luxemburgo – Vida e obra – *Isabel Maria Loureiro*

Paulo Freire – Vida e obra – *Ana Inês Souza (org.)*

O pensamento de Che Guevara – *Michael Löwy*

Anton Makarenko – Vida e obra – a pedagogia na revolução – *Cecília da Silveira Luedemann*

Florestan Fernandes – Vida e obra – *Laurez Cerqueira*

Ruy Mauro Marini – Vida e obra – *Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.)*

Mariátegui – Vida e obra – *Leila Escorsim*

4. VIVA O POVO BRASILEIRO

Gregório Bezerra – um lutador do povo – *Alder Júlio Ferreira Calado*

Abreu e Lima – general das massas – *Angelo Diogo Mazin e Miguel Enrique Stedile*

Lima Barreto – o rebelde imprescindível – *Luiz Ricardo Leitão*

Luiz Gama – o libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin – *Mouzar Benedito*

João Amazonas – um comunista brasileiro – *Augusto Buonicore*

Luiz Carlos Prestes – patriota, revolucionário, comunista – *Anita Leocádia Prestes*

Marçal Guarani – a voz que não pode ser esquecida – *Benedito Prezia*

Roberto Morena – o militante – *Lincoln de Abreu Penna*

5. IMPERIALISMO

Imperialismo & resistência – *Tariq Ali e David Barsamian*

6. AMÉRICA LATINA

Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979) – reforma ou revolução? – *Canrobert Costa Neto*

Rebelde – testemunho de um combatente – *Fernado Vecino Alegret*

7. LITERATURA

A mãe – *Máximo Gorki*

Contos – *Jack London*

Assim foi temperado o aço – *Nikolai Ostrovski*

Os mortos permanecem jovens – *Anna Seghers*

Week-end na Guatemala – *Miguel Ángel Astúrias*

Aqui as areias são mais limpas – *Luis Adrián Betancourt*

Poesia insubmissa afrobrasileira – *Roberto Pontes*

8. ESTUDOS AGRÁRIOS

A história da luta pela terra e o MST – *Mitsue Morissawa*

Pedagogia do Movimento Sem Terra – *Roseli Salete Caldart*

MST ESCOLA – Documentos e estudos 1990-2001 – *Setor de Educação do MST*

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL – *João Pedro Stedile (org.)*

- Volume I – O debate tradicional: 1500-1960
- Volume II – O debate na esquerda: 1960-1980
- Volume III – Programas de reforma agrária: 1946-2003
- Volume IV – História e natureza das Ligas Camponesas: 1954-1964
- Volume V – A classe dominante agrária – natureza e comportamento: 1964-1980

Capturando a terra - Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado – *Sérgio Sauer e João Mendes Pereira (orgs.)*

9. DEBATES & PERSPECTIVAS

Árvores geneticamente modificadas – *Chris Lang*

10. TRABALHO E EMANCIPAÇÃO

A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels – *Ricardo Antunes (org.)*

Toyotismo no Brasil – desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência – *Eurenice de Oliveira*

Marx e a técnica – um estudo dos Manuscritos de 1861-1863 – *Daniel Romero*

A liberdade desfigurada – a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro – *Arnaldo José França Mazzei Nogueira*

O trabalho atípico e a precariedade – *Luciano Vasapollo*

Trabalho e trabalhadores do calçado – *Vera Lucia Navarro*

O olho da barbárie – *Marildo Menegat*

O trabalho duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing – *Claudia Mazzei Nogueira*

O debate sobre a centralidade do trabalho – *José Henrique Carvalho Organista*

O trabalho no espaço da fábrica – um estudo da General Motors em São José dos Campos – *Gilberto Cunha Franca*

Privatização da CSN – da luta de classes à parceria – *Edilson José Graciolli*

11. REVOLTAS MILITARES

A esquerda militar no Brasil – *João Quartim de Moraes*

A rebelião dos marinheiros – *Avelino Bioen Capitani*

12. ASSIM LUTAM OS POVOS

História do socialismo e das lutas sociais – *Max Beer*

Imagens da revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971 – *Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá*

Da guerrilha ao socialismo – A revolução cubana – *Florestan Fernandes*

13. CADERNOS DE EXPRESSÃO POPULAR

As tarefas revolucionárias da juventude – *Lenin, Fidel e Frei Betto*

As três fontes – *Vladimir Lenin*

A História me absolverá – *Fidel Castro Ruz*

Sobre a evolução do conceito de campesinato – *Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina*